

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Instituto de Educação



“A Modernização do Ensino Superior no Brasil: O Caso do Projeto Educacional de Darcy Ribeiro na Génese da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)”

Isabela Lima Ribeiro Gomes Barreto

Orientadores: Professor Doutor Jorge Manuel Nunes Ramos do Ó

Professora Doutora Sílvia Alicia Martinez

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Educação, na especialidade em História da Educação

2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Instituto de Educação



“A Modernização do Ensino Superior no Brasil: O Caso do Projeto Educacional de Darcy Ribeiro na Gênese da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)”

Isabela Lima Ribeiro Gomes Barreto

Orientadores: Professor Doutor Jorge Manuel Nunes Ramos do Ó

Professora Doutora Sílvia Alicia Martinez

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Educação, na especialidade de História da Educação.

Júri: Presidente: Doutor Justino Pereira de Magalhães, Professor Catedrático e membro do Conselho Científico do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Vogais:

Doutor Luís Alberto Marques Alves, Professor Associado com Agregação, Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Doutor José António Martin Moreno Afonso, Professor Auxiliar, Universidade do Minho;

Doutor Justino Pereira de Magalhães, Professor Catedrático, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa;

Doutor Jorge Manuel Nunes Ramos do Ó, Professor Associado, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, orientador;

Doutor Joaquim António de Sousa Pintassilgo, Professor Associado, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa.

Fundação para Ciência e a Tecnologia (FCT)

2017

AGRADECIMENTOS

Uma tese de Doutorado é uma longa viagem com muitos percalços pelo caminho. Agradeço a Deus a saúde, a força, a coragem e o livre-arbítrio. Este trabalho não teria sido possível sem a ajuda de muitas pessoas às quais agradeço o apoio dado: em primeiro lugar ao Professor Doutor Jorge Ramos do Ó, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, que acreditou em mim aceitando-me como sua orientanda. À sua total disponibilidade para me ajudar desde o primeiro momento, com a realização de inúmeras reuniões de orientação, proporcionando-me indicações valiosíssimas para o andamento do meu trabalho, confiando-me a sua tese bem como vários livros e trabalhos. A sua presença foi constante apesar de, por vezes, me encontrar do outro lado do Atlântico, mas a verdade é que nunca me senti sozinha: a sua voz do outro lado do telefone, depois de um dia de trabalho, era sempre jovial e encorajadora. Não tenho palavras para expressar o meu profundo agradecimento pelas horas que pacientemente me dispensou, lendo, revendo, ora cortando ora acrescentando, aqui e ali, matéria ao meu trabalho, com a preocupação constante em não deixar ponta solta, acompanhando-o a par e passo. Não posso, também, deixar de agradecer à Professora Doutora Sílvia Alcía Martínez, do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro, que aceitou ser minha coorientadora e muito ajudou no planeamento e na estruturação da metodologia, bem como na preparação das entrevistas e, ao mesmo tempo, dispensando aturada atenção à orientação e à leitura minuciosa da investigação. Ao Professor Justino Magalhães, coordenador do Curso de Doutorado em Educação, pelo apoio incondicional que me deu desde o primeiro momento e que muito me incentivou a desenvolver este trabalho de investigação e pesquisa. Aos professores do Curso de Formação Avançada, pela base académica, sem eles não seria possível a realização deste trabalho. Aos colegas de doutoramento, Ana Luísa Paz, Arilson Martins, António Henriques, Tomás Vallera, José Fanha, pelo companheirismo, força e apoio; aos colegas do seminário do Professor Jorge do Ó, que muito contribuíram para o enriquecimento de minha formação académica e científica. Um grande agradecimento à Monica Raleiras pela sua disponibilidade e excelente colaboração. À Lúgia Penim, em sua memória, um eterno reconhecimento pela amizade, amabilidade e boa disposição em todos os momentos. À Fundação

para a Ciência e a Tecnologia (FCT), pela concessão da bolsa de estudos que me permitiu avançar na preparação do meu trabalho de investigação e sem a qual nada disto teria sido possível. À Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR), que gentilmente me deu acesso a um vasto espólio de documentos sobre Darcy Ribeiro que muito me ajudaram na elaboração do trabalho de investigação, agradecimento especial para a Professora Doutora Laurinda Alves. Aos serviços académicos do Instituto de Educação, em especial à Sra. D. Georgina Gomes Videira, sempre cordial e pronta a ajudar. À Biblioteca Nacional de Portugal, em especial à Sra. D. Maria José Campos, da Reprografia, muito atenciosa e prestativa. Profundo reconhecimento e agradecimento aos meus entrevistados: Professora Ana Lucia Sanguêdo Boynard Mendonça, Professor Mário Lopes, Professor Doutor Wanderley de Souza, Professora Doutora Lia Faria, Professor Cândido Alberto da Costa Gomes Alberto da Costa Gomes, Professor Carlos Alberto Dias, Professor Doutor Adriano Moreira, Professora Sônia Martins de Almeida Nogueira e Professor Doutor Paulo Maria Bastos da Silva Dias, cujos contributos foram fundamentais para a elaboração deste trabalho. Ao Professor José Fontes por me ter proporcionado o acesso à Universidade Aberta de Lisboa. À Professora Thereza Liberman Kipnis, minha primeira chefe na UENF, uma pesquisadora admirável que sempre me incentivou e acreditou neste trabalho. Às minhas irmãs, Beatriz, Viviane, Luciana e Flávia, amigas e cúmplices de todas as horas. Viviane minha defensora e protetora, muito obrigada! Aos meus pais Décio e Aurecy que são os meus alicerces. Mãe, obrigada pelo apoio incondicional! Por último, um especial reconhecimento aos meus filhos Pedro e Júlia que, do outro lado do oceano, me incentivaram e compreenderam a inevitável separação a que o meu trabalho nos obrigou. Ao pai dos meus filhos, Luis Otávio Lopes Barreto, porque sem o seu apoio jamais teria sido possível dar-lhes uma base afetiva e emocional necessária para que crescessem saudáveis e emocionalmente seguros. Antes de finalizar reafirmo a minha gratidão ao José Inácio Faria, pela constância do amor que, aliado a sua paciência e compreensão, fortalece-me com sua bondade, calma, alegria, e por todo o incentivo, o apoio e a ajuda ao meu trabalho.

Para os meus filhos

Pedro e Júlia

*Tudo que nos acontece nos favorece,
se a gente não se aborrece,
e ainda agradece.*

Frei Pascoal

EPÍGRAFE

Saudades de mim. Saudade de meus idos, dos sidos
e dos que deviam ter sido. Compor memórias é tocar ao vivo meus nervos e
seus nervos vivos, redivivo, rememorando para pôr aqui,
devolvidos, prazeres e dores. Penas e glórias que dormiam abafadas,
esquecidas de mim, me voltam, reviscejam.

Curto saudade. Saudade de quem?...

A clara dona, que veio depois de anos de espera, veio e ficou.

Gentes gentílicas que vi, amei, tão completas.

Obras que edifiquei e aí ficarão, testemunhando.

Música, enchendo espaços latifundiários de mim.

Aulas que dei, tantíssimas, esquecidas.

Aquela golfada de sangue no hotel.

A mordida de tubarão que tirou a metade melhor de mim.

Meu medo-pânico de me saber vulnerável, mortal.

A eleição perdida e a glória entrevista.

Esta escritura contraditória.

O que me veio, se foi, só me deixou vazios. Quem veio a mim chegou, partiu.

Quem me virá na próxima hora? A hora próxima, haverá?

(Darcy Ribeiro, 1997, p. 97)

RESUMO

O presente estudo incide, principalmente, sobre a criação de duas instituições de Ensino Superior Público brasileiras, idealizadas pelo antropólogo, educador e político brasileiro, Darcy Ribeiro (1922-1997): a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Percepcionando em que medida é que o pensamento, obra e percurso de vida de Darcy Ribeiro contribuíram para a criação destas duas Universidades, a investigação pretende reconstituir as condições e o contexto histórico-político que estiveram na base da sua criação, bem como as influências que se fizeram sentir na sociedade brasileira e que marcaram o processo de modernização do ensino superior brasileiro. O período estudado se inicia em 1960, data do começo dos trabalhos do projeto de criação da UnB, e termina já no século XXI após a criação da UENF, esta também apelidada por Darcy Ribeiro como a “Universidade do Terceiro Milênio”. A pesquisa tem por base duas linhas de observação discursiva: por um lado, a demonstração do diálogo pedagógico de Darcy Ribeiro na construção das Universidades e como contributo para a modernização do ensino superior no Brasil (disposição interna); e, por outro lado, a comprovação da realidade do discurso político-social (visibilidade externa ou constatação do real). A ideia embutida nesses projetos é a da educação superior promover soluções, quer dizer, ser uma espécie de fermento da realidade social, sendo esta a melhor metáfora para o papel que Darcy Ribeiro atribuía à Educação Superior e, particularmente, à Universidade. A preocupação de Darcy Ribeiro sempre foi a de expandir e democratizar o ensino superior a partir da modernização da estrutura e do funcionamento das universidades, promovendo rupturas com o modelo tradicional que deu início ao ensino superior no Brasil. O presente trabalho de investigação, sobre a vida e obra de Darcy Ribeiro, apresenta as condições necessárias a um debate sério e descomplexado sobre a evolução do ensino superior no Brasil e, ao mesmo tempo, responde à pergunta recorrente sobre a importância do pensamento de Darcy Ribeiro na génese da UnB e da UENF e sua contribuição para modernização do ensino superior no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Darcy Ribeiro; UENF; UnB; Universidade Necessária; Modernização do Ensino Superior.

ABSTRACT

This study is focused, mainly, on the creation of two Brazilian Public High Education Institutions, idealized by the Brazilian anthropologist, educator and politician, Darcy Ribeiro: the University of Brasilia (UnB) and the North Fluminense State University Darcy Ribeiro (UENF). Perceiving in which extent the thought, work and life course of Darcy Ribeiro contributed to the creation of these two universities, this research aims to reconstruct the conditions and the historical-political context which stood at the basis of its creation, as well as the influences felt by the society in Brazil which marked the process of modernization of Brazilian High Education. The period studied begins in 1960, as the starting date for the work proceedings for the creation project of the UnB, and ends with the arrival of the 21st Century and the creation of the UENF, also dubbed by Darcy Ribeiro as the "University of the Third Millennium." This research is based on two lines of discursive observation: on one hand, the statement of Darcy Ribeiro's educational dialogue in the construction of Universities and as a contribution to the modernization of high education in Brazil (internal disposition) and, on the other hand, the evidence of the reality of the political and social discourse (external visibility or confirmation of reality). The idea embedded in these projects is that high education promotes solutions, that is, to be a kind of social reality yeast, being this the best metaphor for the role Darcy Ribeiro attributed to High Education and, particularly, to the University. Darcy Ribeiro's concern has always been to expand and democratize higher education, beginning with the modernization of the structure and functioning of universities, promoting cuts with the traditional model that gave birth to higher education in Brazil. The present research work, on the life and work of Darcy Ribeiro, presents the necessary conditions for a serious and uncomplicated debate on the evolution of higher education in Brazil and, at the same time, gives an answer to the recurring question about the importance of Darcy Ribeiro's thoughts for the creation of UnB and UENF, and its contribution to the modernization of higher education in Brazil.

KEYWORDS

Darcy Ribeiro, UENF, UnB, Necessary University, Modernization of High Education.

ÍNDICE	Pág.
Agradecimentos	
Resumo/ Abstract	
Lista de Abreviaturas	
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
A UNIVERSIDADE	15
1.1. Breve Histórico da Universidade no Mundo	16
1.2. Recortes Conceituais: Resignificações e Modernidade	23
CAPÍTULO II	
A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	29
2.1. Percursos, Construções, Reconstruções e Reformas	32
2.2. O Nascimento das Universidades Brasileiras: O Período da República Velha (1889 a 1930)	39
2.3. O Estatuto das Universidades no Brasil: O Período da Nova República (1930 a 1964)	46
2.4. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Novos Rumos e Olhares (Lei nº 4.024/61)	53
2.5. Os Anos de Regime de Exceção: Ensino Superior no Tempo-Espaço da Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985)	59
2.5.1. Reconstrução do Ensino Universitário: A Reforma de 1968	60
2.5.1.1. Pesquisa e Pós-Graduação	66
2.5.1.2. Extensão	68
2.6. Os Tempos Pós-Ditadura Militar: O Ensino Superior e os Ares da Redemocratização Brasileira	69
2.6.1. A Reinvenção da Conceção de Universidade	74
2.6.2. Uma Nova Reforma Universitária? 1996, o Ano das Reformulações Educacionais	80
CAPÍTULO III	
DARCY RIBEIRO	83
3.1. Recortes de uma História de Vida, de Estudo e Trabalho	85
3.2. A Vida Movida Pela Paixão do Saber	86
3.3. Percursos, Trilhos e Atalhos: A Vida de Darcy Ribeiro	91
3.3.1. Um Antropólogo com Alma de Educador: O Pensamento Educacional de Darcy Ribeiro	99
3.4. Exílio e Estudo: O Aprofundamento Sobre os Temas Educacionais	107

3.4.1. As Experiências de Darcy Ribeiro no Exílio: Ideias, Influências, Contribuições	108
3.4.2. Retorno do Exílio	119
CAPÍTULO IV	
A UNIVERSIDADE NECESSÁRIA	
4.1. A Criação da Universidade de Brasília (UnB – 1961)	134
4.2. A Criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro (UENF – 1993)	148
CAPÍTULO V	
ENTRE A UTOPIA E A REALIDADE	
5.1. A Marca de Darcy Ribeiro na Gênese da UnB e da UENF	183
5.2. A Originalidade do Pensamento de Darcy Ribeiro: Paixão, Ousadia e Compromisso Ético-Social	188
5.3. A Concretização do Ideal Darciniano de Universidade: Um Sonho na Realidade da UnB e da UENF	193
5.4. O Impacto das Ideias de Darcy Ribeiro no Campo Político Educacional	205
5.5. O Legado de Darcy Ribeiro Para Além do Seu Tempo	211
CAPÍTULO VI	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS	
Bibliografia e Fontes	225
ANEXOS	
Transcrição das Entrevistas Efetuadas	239

N.º	ÍNDICE DE FIGURAS, ILUSTRAÇÕES e DOCUMENTOS	Pág.
1	Documento 1 - Carta de Darcy Ribeiro encaminhada ao Presidente do Conselho de Ministros (1962)	54
2	Fotografia 1 – Darcy Ribeiro e o Marechal Rondon na Amazônia	95
3	Fotografia 2 – Marcha dos 100 mil	111
4	Figura 1 – Projeto Niemeyer da Universidade de Constantine – Argélia	118
5	Fotografia 3 – Retorno do exílio	120
6	Fotografia 4 – Eleição de 1982	124
7	Fotografia 5 – Instituição da Fundação da Universidade de Brasília	140
8	Fotografia 6 – Construção do Instituto Central de Ciências/UnB	141
9	Figura 2 – Planta da UnB	143
10	Fotografia 7 – Inauguração do <i>campus</i> da UnB	145
11	Fotografia 8 – Ocupação pelos Militares da UnB	146
12	Fotografia 9 – Discurso referente ao título de Doutor Honoris Causa	147
13	Documento 2 – Recolha de assinaturas para a Emenda n.º 547	152
14	Documento 3 – Documento encaminhando a Emenda n.º 547	153
15	Documento 4 – Publicação no Diário Oficial da Emenda n.º 547	154
16	Documento 5 – Debates Constitucionais	155
17	Documento 6 – Recorte do Jornal da ALERJ, sobre UENF	156
18	Fotografia 10 – Início das obras de construção da UENF	161
19	Documento 7 – Aprovação do Estatuto da UENF	162
20	Documento 8 – Aprovação Estatuto da UENF (cont.1)	163
21	Documento 9 – Aprovação Estatuto da UENF (cont.2)	164
22	Documento 10 – Aprovação Estatuto da UENF (cont.3)	165
23	Documento 11 – Aprovação Estatuto da UENF (com.4)	166
24	Documento 12 – Aprovação Estatuto da UENF (cont.5)	167
25	Fotografia 11 – Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer, com o projeto da UENF	170
26	Fotografia 12 – Imagem aérea da UENF	171
27	Documento 13 – Decreto de Implantação da UENF	172
28	Documento 14 – Decreto de Implantação da UENF (cont)	173
29	Fotografia 13 – Reunião de Darcy na UENF	175
30	Fotografia 14 – Casa de Cultura Villa Maria - UENF	176
31	Documento 15 – Proposta de concessão do título de Doutor Honoris Causa ao Prof. Darcy Ribeiro	179
32	Quadro 1 – Diferenças entre o modelo da universidade tradicional e a UnB	202
33	Quadro 2 – Diferenças entre o modelo da UnB e da UENF	203
34	Quadro 3 – Diferenças entre o projeto da UENF e a realidade da UENF	204

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO
BNDES	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
CAPES	COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
CBPE	CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
CEDERJ	CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CIEP`s	CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO PÚBLICA
CNE	CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CNPq	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
CPTP	CENTRO DE PESQUISA E TREINAMENTO DE PROFESSORES
CSE	CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO
ENADE	EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES
ENEM	EXAME NACIONAL DE ENSINO MÉDIO
FADESP	FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISADO PARÁ
GT	GRUPO DE TRABALHO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IFES	INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR
INEP	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
ITA	INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA
LDBEN	LEI DE DIRETRIZES BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SINAES	SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
SISU	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA
UENF	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
UnB	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UNE	UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES
URJ	ORGANIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
USAID	UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT

INTRODUÇÃO

O presente texto, que constitui o momento final de um percurso de investigação com o qual se pretende obter o grau de doutor, é fruto de uma inquietação historiográfica que visa identificar, analisar e caracterizar as circunstâncias sociais e as influências das ações políticas e do pensamento educacional de Darcy Ribeiro para a modernização do Ensino Superior no Brasil. Para tanto, se analisa o caso da criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1962, situada na capital do Brasil, Brasília, bem como da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), em 1993, situada em Campos dos Goytacazes, na região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

No que respeita à matéria de inquietações historiográficas, causadas pela análise da história, é assunto que tem sido largamente debatido nos seminários acadêmicos de Jorge Ramos do Ó, e que aponta para a importância de perceber a subjetividade onde mais podemos conceber, ou seja, nos discursos e como se articulam entre eles. Resulta que é através do trabalho científico que a verdade é estabelecida, através das suas linhas de relações entre os discursos e a capacidade de os relacionar entre si. Assim, torna-se necessário encontrar um denominador comum que articule o elemento surpresa, o ponto de vista e o prazer de procurar uma verdade. Partimos do princípio de que o texto não traduz a verdade, mas leva a pensar ou a imaginar o pensamento através da exposição dos argumentos.

Meu argumento inicial tem por base o fato do Brasil ser um país jovem e atípico em relação à América Latina onde, no século XVI, os espanhóis fundaram universidades em suas possessões. No Brasil a universidade forma-se tardiamente na primeira metade do século XX, três séculos após o descobrimento, embora tenha havido, durante o Império, escolas e faculdades profissionais, como referem Tedesco (1985), Trindade (1999) e Cunha (1998), e que Fávero complementa dizendo:

“No ano da transmigração da Família Real para o Brasil foi criado, por Decreto de 18 de fevereiro de 1808, o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e, em 5 de novembro do mesmo ano, foi instituída, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica.” (Fávero, 2006, p. 20).

Para iniciar a discussão sobre a modernização da universidade e o acesso à educação superior no Brasil, temos que levar em conta que no Brasil se viveram poucos períodos de democracia. Por isso, só a partir da Proclamação da República, em 1889, o desenvolvimento da educação brasileira ganha impulso com a modernização do ensino baseado no modelo europeu, e com debates sobre a procedência do *ensino oficial* existente no país. O resultado é a primeira reforma educacional brasileira de 1890, a chamada “Reforma Benjamin Constant”, que dentre outras medidas, cria em 1891, “(...) o Conselho de Instrução Superior (...) que consiste, na realidade, de um estatuto para as instituições de ensino superior existentes” (Rauber, 2008, p. 59).

O propósito da universidade e a sua importância para o desenvolvimento do país foi defendido por todos os governos, independentemente do respetivo perfil democrático. Isso mesmo se pode constatar na história da República no Brasil, em que duas leis gerais sobre o Ensino Superior, criadas em períodos autoritários, tiveram longa vigência. A primeira em 1931 (Ditadura Civil), a segunda em 1968 (Ditadura Militar), coincidindo ambas na autorização do aumento de instituições privadas de ensino, minimizando, dessa forma, a sua responsabilidade com a educação nacional.

António Nóvoa aborda a situação da educação no século XX no ocidente:

“Neste século (séc. XX) surge uma enorme crença nas potencialidades da educação, fundamentada pela ideia de que o poder dos países se podia medir pelo seu nível de desenvolvimento escolar” (Nóvoa *et al.*, 1996, p.418).

Essa crença foi gerando demanda por vagas que o Governo brasileiro optou por deixar nas mãos da iniciativa privada, favorecendo o crescimento do sector privado em todos os níveis do sistema educativo.

Face a um crescimento desordenado do ensino superior, que já despontava na década de 60 do século passado, Darcy Ribeiro apresentou algumas considerações para a elaboração de um plano de universidade. De entre essas considerações, destacamos aquela que aponta para o fato de que as universidades são subestruturas encravadas dentro dos sistemas sociais globais, capacitando-as, desse modo, a antecipar transformações viáveis dentro

do contexto social, que tanto podem servir como meio de manutenção do sistema vigente, como servir de mecanismo de renovação (Ribeiro, 1967).

Darcy Ribeiro explanava sobre a importância de um plano orientador para o funcionamento de uma universidade: “a ausência de um plano condena a universidade a um crescimento ganglionar e desarticulado, como um produto residual do seu passado” (Ribeiro, 1993, p. 8).

O conhecimento da obra de Darcy Ribeiro permite-nos tomar consciência sobre a realidade sociocultural da América Latina e obter uma melhor compreensão sobre a construção da ideia de uma “nação latino-americana” mais humana, como uma nova civilização, aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas, proporcionando valiosos elementos de resgate da história da criação da UnB e da UENF.

Esta ideia de “nação latino-americana” pode ser vista nos seus primeiros estudos etnográficos como uma necessidade de construção nacional, comum a todas as nações modernas, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A ideia de nação composta por povos que se deviam conhecer, nos seus costumes e tradições, também aconteceu em Portugal. São as gerações de filólogos, antropólogos e etnólogos. Toda uma construção identitária que se realiza pela ligação dessas ciências à escolarização. “Partimos do que fomos (tradições) para aquilo que seremos (escola) e teremos uma nação”, dizia Benedict Anderson. Também aqui Foucault se refere quando fala do “governo das nações”. Nos discursos de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira também encontramos estas ligações entre o povo e a sua educação.

Para pensar a “universidade” e toda a sua evolução há que se perceber a intervenção de Darcy Ribeiro, ao concretizar o seu ideal de universidade – a universidade necessária –, e sua luta para deixar a sua marca, os *fazimentos*, como ele próprio denominava as suas ações em prol da sociedade, dos homens e, principalmente, da modernização da educação no Brasil.

Barreto (2012) comenta:

“Compreender o projeto educacional de Darcy Ribeiro (designadamente o conceito de “Universidade Necessária”) na gênese da UnB e da UENF, permitirá estabelecer um quadro mais estruturado que determine o grau de intervenção que as Universidades Públicas brasileiras poderão ter na definição de um plano orientador para o setor universitário através da atual reforma universitária em curso, bem como potencializar a reflexão sobre o futuro da Universidade Pública no contexto das atuais políticas educacionais brasileira.”

Seria impensável falar das duas universidades concebidas por Darcy Ribeiro no Brasil (UnB e UENF) sem refletir sobre a sua vida e obra que abrangem momentos em que a sua participação como pensador, escritor, antropólogo, educador, homem público, senador, cientista social e homem de cultura foi fundamental para as transformações do país bem como, e sobretudo a partir do final da ditadura militar nos anos 80 do século passado, permeada de desafios.

Ousado e polêmico, Darcy Ribeiro militou em várias frentes, tendo-se focado, no entanto, na modernização da educação pela sua preocupação social com o futuro da sua gente e do seu país. A sua visão de universidade, capaz de articular os saberes académicos com os saberes culturais e sociais, primou pela qualidade não só do corpo docente como das pesquisas centradas nas questões contemporâneas.

O legado de Darcy Ribeiro para as gerações posteriores inclui um vasto repositório de obras das mais significativas entre os pensadores brasileiros, para além das suas contribuições em diversos trabalhos reconhecidos pela Academia Brasileira de Letras¹. Darcy influenciou inúmeros trabalhos de pesquisadores da América Latina, colaborou com vários governos sul-americanos e esteve na constituição de diversas universidades para além das fronteiras do país. Criou escolas públicas, como os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), universidades (a UnB e a UENF), realizou pesquisas e criou a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR).

¹ Darcy Ribeiro foi eleito para Academia Brasileira de Letras a 8 de outubro de 1992 para a Cadeira nº 11.

A implantação nas universidades públicas da sua última utopia, prevista na Lei 9394/96 – a Universidade Aberta –, estava a ser discutida, quando Darcy Ribeiro faleceu, em fevereiro de 1997.

Hoje, e perante o debate sobre a modernização do ensino superior, o desafio maior é criar um sistema de educação superior que consiga o equilíbrio entre a qualidade acadêmica e o compromisso social.

O presente trabalho faz um levantamento, uma análise e uma sistematização bibliográfica e documental da obra e do pensamento educacional de Darcy Ribeiro. Para tanto, concentrei minhas pesquisas nos arquivos da Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR), criada pelo próprio, cujos arquivos estão praticamente inexplorados no que toca à educação. Aqui tive acesso à vasta correspondência entre Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, aos seus escritos sobre suas aulas na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, às suas palestras, bem como às suas entrevistas na comunicação social, tanto nacional como internacional. Também explorei os arquivos do Ministério da Educação e do Senado Federal, onde tive acesso aos discursos e despachos de Darcy enquanto Ministro da Educação, Chefe da Casa Civil e Senador da República.

Para falar das universidades criadas por Darcy Ribeiro, além do material coletado já especificado, foram consultados escritos de autores como Fernando Azevedo, educador que participou do movimento da Escola Nova e assinou o Manifesto dos Pioneiros da Educação, que propõe, nos anos 30, uma ruptura com a escola tradicional.

Também Luiz Antônio Cunha, pesquisador e autor de vários livros sobre educação, tece comentários à universidade de grande relevância para este estudo. Helena Bomeny ao falar da reforma universitária de 1968 aborda as contradições que envolveram esse momento crucial da trajetória das universidades brasileiras.

Além desses autores, Schwartzman, pesquisador do IPEA², aborda a Universidade no Brasil já no momento e contexto contemporâneos, realizando uma contextualização de suas influências a partir da década de 70. Dos muitos autores citados no corpo do presente trabalho, Darcy Ribeiro com *A universidade necessária* foi o marco inicial das leituras que levaram ao esboço da literatura sobre o tema, visto que, nessa obra, Darcy traça a sua visão de Universidade.

As entrevistas efetuadas com os intelectuais que vivenciaram os factos ocorridos, que participaram em projetos e na política educacional com Darcy Ribeiro, tiveram o propósito de completar algumas lacunas que só através da história oral poderíamos alcançar e, dessa forma, podemos vivenciar a sua luta pela modernização do ensino superior que influenciou a criação da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro (UENF).

Darcy Ribeiro tinha um projeto nacionalista, a serviço da Nação, que visava o desenvolvimento e a superação do atraso do país, com o propósito de alcançar os padrões científicos e sociais internacionalmente mais elevados. Era crítico da ordem, dizia que seu compromisso era com o conhecimento como forma de transformação da sociedade.

Apresenta-se o percurso de vida e a obra de Darcy Ribeiro, desde a sua formação académica e intelectual até ao seu envolvimento político e governamental. Darcy Ribeiro acreditava que para haver mudança, deveria haver participação política efetiva, nomeadamente na elaboração das leis, e foi o que ele fez quando abraçou esta causa. Para que suas ideias se tornassem ações militou ativamente na política nacional e sua bandeira foi a educação.

De acordo com a classificação atual da palavra “intelectual”, podemos considerar Darcy Ribeiro como um intelectual, pois que ele pensava, falava, escrevia, criava e produzia. As suas ideias se tornaram ação em defesa do que acreditava, pese embora nem sempre bem-sucedidas, mas sempre discutidas e debatidas. O substantivo “intelectual” era usado de forma pejorativa e foi a partir do séc. XIX

² Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

que surgiu por meio do manifesto “J'accuse”, do escritor francês Émile Zola, publicado no jornal *L'Aurore*. Parece que o lema então mediatizado seria “dizer a verdade e praticar a liberdade”, enquanto na atualidade se encara o intelectual mais como o criador, o produtor, e não tanto só como o homem que pensa mas que fala e escreve.

Percebemos as diferentes formas de ver o papel da universidade quando conjugamos as duas grandes instituições de ensino superior público brasileiro idealizadas por Darcy Ribeiro: a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), cujo denominador comum é a luta por uma universidade necessária, uma universidade moderna e promotora da democratização do acesso ao ensino superior.

O presente trabalho fará um estudo exploratório das origens e do desenvolvimento do projeto educacional que resultou na criação da UnB e da UENF, apresentando uma visão holística da evolução do sistema de ensino superior brasileiro, e seu processo de modernização. Nesta representação, cumpre papel de figura central o educador Darcy Ribeiro, enquanto idealista de ambas as Universidades.

A UnB foi idealizada como uma instituição moderna, voltada para as transformações que o Brasil precisava atravessar. Darcy Ribeiro e seus fundadores tinham como proposta pensar o Brasil e a América Latina em suas questões sociais, promovendo a cultura e a ciência ao serviço da população civil, de forma que todo o saber e todo o conhecimento produzido fosse aplicado e compartilhado, com a preocupação de emancipar intelectualmente o país e a região. O projeto da UnB é a materialização da resposta de Darcy Ribeiro à permanente indagação: universidade para quê?

Darcy Ribeiro criticava o modelo de universidade existente, e este era um dos temas de discussão frequente nas suas aulas na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil:

“Hoje em dia a universidade só responde no plano técnico-acadêmico pela triagem que pratica, através de exames e outorgas de diplomas. Por este mecanismo a universidade abre

ou encerra, para cada estudante, certas perspectivas de vida e ascensão social; porém fá-lo como se estivesse tratando de avaliar conhecimentos de matemática ou de direito por exemplo – e não decidindo sobre destinos humanos.” (FUNDAR – Pasta VII, Texto para discussão em sala de aula. Dr ag 1957.09.10)

Darcy Ribeiro discutia também, em suas aulas na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil o papel da universidade:

“Onde mais encontrar, a não ser na universidade, a capacidade de repensar o mundo com sabedoria e liberdade, de questioná-lo com a necessária amplidão e generosidade, antevendo conceitualidade e futuro humano?” (FUNDAR – Pasta VII, Texto para discussão em sala de aula. Dr ag 1957.09.10)

O último projeto de universidade de Darcy Ribeiro veio por meio da demanda de desenvolvimento e progresso à região do Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. A proposta era para que fosse criado um centro de pesquisa e pós graduação, com cursos de mestrado e doutorado; no entanto, foram criados também cursos de graduação. A UENF nasceu já madura com cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, em simultâneo. Essa foi a grande estratégia de formação científica para ter uma universidade de excelência. Os alunos de graduação desde a primeira turma têm a Iniciação Científica, participam nos projetos dos pesquisadores, vivenciando a pesquisa desde a graduação que, no caso, seriam as monografias de conclusão de curso. Desta forma têm a possibilidade de continuar com as pesquisas, ingressando em cursos de mestrado e de doutoramento.

A preocupação de Darcy Ribeiro, ao dar ênfase à pesquisa e à pós-graduação, era tornar a universidade comprometida com a formação de cientistas, uma universidade moderna, com uma Nação desenvolvida, em que todos tivessem acesso ao conhecimento, formando sua verdade e assim tornando-se cidadão.

Foucault, em sua aula de 11 de Março de 1983, fala sobre o que considera ser esse conhecimento:

“Porque o conhecimento é precisamente um processo até extemporâneo de tal modo que uma vez que experimentou o conhecimento, uma vez que se está na verdade, uma vez que se a viu, uma vez que se recebeu a luz, não é mais possível dele

ser privado. Uma vez que se o viu, o conhecimento é irreversível.” (Foucault, 2000, p.96)

A vasta obra de Darcy Ribeiro sobre indígenas, negros e mestiços no processo de formação do povo brasileiro, demonstra como o projeto de criação da UnB e da UENF foi influenciado pela necessidade de se criar um fórum próprio para o estudo do desenvolvimento humano, social e cultural do povo brasileiro e de toda a América Latina, caracterizando, assim, como um projeto moderno e arrojado, servindo como modelo para a criação de outras universidades.

Ao traçarmos a evolução do sistema de ensino superior brasileiro, até à formação do projeto educacional de Darcy Ribeiro, identificamos quais foram os fatores que no meio político e acadêmico brasileiro levaram à criação das Universidades de Brasília (UnB) e do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), bem como o seu trabalho para a modernização do Ensino Superior.

Florestan Fernandes (1961) e Darcy Ribeiro (1986) defendiam o direito à educação e eram unânimes em afirmar: “No Brasil a educação escolar é um privilégio, e não um direito de todos. Ora, manutenção de privilégios e aspiração à cidadania democrática, definitivamente não combinam.” Anísio Teixeira também sustentava esta ideia ao referir que: “Educação é a base, o fundamento, a condição mesma para a democracia. A justiça social, por excelência, da democracia, consiste nessa conquista da igualdade de oportunidades pela educação. Nascemos desiguais, nascemos ignorantes e, portanto, nascemos escravos. É a educação que pode mudar”, dizia Anísio na apresentação de seu projeto “escola parque” para a Bahia (1924).

Em relação aos levantamentos teóricos-metodológicos adotados na pesquisa deste trabalho, a metodologia aplicada segue as fontes histórico-documentais que corroboram a história oral captada através de entrevistas semi-estruturadas, gravadas e transcritas, efetuadas a professores que se envolveram diretamente nos projetos educacionais de Darcy Ribeiro.

Bourdieu faz um alerta num artigo intitulado, muito a propósito, “A ilusão biográfica”, quando refere que: “As histórias de vida é uma dessas noções do

senso comum que entraram como contrabando no universo científico, inicialmente, sem muito alarde, entre etnólogos, depois, mais recentemente, com estardalhaço, entre os sociólogos (Bourdieu, 1998, p. 183). Apesar das armadilhas apontadas por Bourdieu, é inegável a ampliação de horizontes da pesquisa histórica produzida pela história oral. Paul Thompson, no seu livro *A voz do passado*, sugere que “no sentido mais geral, uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão” (Thompson, 1992, p. 185).

O uso difundido da expressão “história oral” é novo, mas história oral é tão antiga quanto a própria história. Ela foi a primeira espécie de história. O método de Heródoto, por exemplo, no século V a. C., “era procurar testemunhas oculares e interrogá-las rigorosa e minuciosamente” (Thompson, 1992, p. 185).

Segundo Ferreira & Amado, discutir os “usos e abusos da história oral” é importante para que sejam definidos os “rumos da história oral nos próximos anos”:

“Em nosso entender, a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevistas e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho – funcionando como ponte entre teoria e prática” (Ferreira & Amado, 2001, p.16).

Assim como a barreira em relação às fontes orais foi vencida, uma outra barreira foi também superada pelos historiadores nos últimos anos: a da contemporaneidade. Em certa medida, estas duas questões (contemporaneidade e fontes orais) estão relacionadas: a reintegração do tempo presente na História valoriza o testemunho direto, o depoimento da experiência pessoal, o resgate da memória individual e coletiva à volta de episódios históricos.

Maurice Halbwachs no seu livro *A Memória Coletiva* diz que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Por outras palavras, a

memória coletiva tira a sua força e a sua duração de um conjunto de pessoas que são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. A memória individual depende da coletiva, esta por sua vez sustenta a primeira. Dessa forma, acontece uma interpenetração entre a memória individual e a coletiva (Halbwachs, 2006, p. 69).

A opção pela história oral deve-se a uma gama de possibilidades que ela oferece, como se encontram sistematizadas nas palavras de Thompson, pioneiro da história oral:

“A História Oral é uma história constituída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alonga o seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contacto – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações” (Thompson 1992, p.44).

Por último, é importante estarmos atentos às considerações de Veyne ao observar que, em história, as questões suscitadas importam mais do que as respostas, sendo que o essencial é pensar em formular a questão, pois ter ideias pode ser mais importante do que conhecer verdades (Veyne, 2008, pp. 54-55.)

Acerca da forma de analisar os dados, os recortes dos relatos que fizeram parte da pesquisa tiveram por categorias básicas de análise a estruturação da UnB, da UENF, da “universidade necessária” bem como as questões que os referidos projetos de universidade suscitaram para o debate a nível local e nacional.

Para falar do intelectual e do seu projeto de modernização de universidade, dividiu-se o presente estudo em seis capítulos.

No primeiro capítulo aborda-se a universidade com seus recortes conceptuais, que considero importante para este trabalho uma vez que contextualiza a universidade no âmbito da educação brasileira contemporânea, bem como o crescimento desenfreado e descomprometido das instituições de ensino superior

particular, distanciando-se do modelo de universidade, com ensino, pesquisa e extensão. Aqui tratou-se também das políticas educacionais, como a universidade se ressignificou, e quais foram as formas encontradas para o acesso dos estudantes de classes menos favorecidas às universidades públicas. Para tanto fizemos uma pesquisa bibliográfica e utilizamos depoimentos que foram dados nas entrevistas para esta tese.

No segundo capítulo, apresenta-se um panorama da trajetória histórica do Ensino Superior no Brasil, desde o período colonial à contemporaneidade, os percursos, as construções, as reconstruções e as reformas. Percorremos, neste capítulo, desde o primeiro estatuto das universidades brasileiras, aos anos de ditadura civil, à primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), sempre em busca do desenvolvimento do ensino superior até à “universidade necessária”. Neste caminho contextualizam-se os acontecimentos políticos e sociais que envolveram a história da educação brasileira. Este capítulo foi elaborado com base em pesquisas de natureza bibliografia, e através do levantamento em fontes primárias, livros, artigos e teses.

O capítulo terceiro, que alimenta discussões acerca da vida de Darcy Ribeiro, aponta para a personalidade e para o espírito inquieto que fez dele um desbravador de situações que poucos brasileiros tentaram resolver, tais como: a questão dos índios, a reforma agrária, a educação pública, a reforma das universidades e a opressão das oligarquias e de seus pactos com as classes dirigentes do país. Este capítulo é importante para o meu trabalho uma vez que traça o perfil da personalidade de Darcy Ribeiro e como ele mesmo dizia que era como as cobras, não no sentido peçonhento, mas no sentido que, assim como as cobras, ele trocava de pele. Da formação de antropólogo, que lutava pelos povos indígenas, à formação de educador, que passou a lutar pelo seu ideal – a sua “universidade necessária” – para a modernização do ensino superior. Ao cruzar a história bibliográfica de Darcy Ribeiro, contextualizando com a das instituições criadas por ele, que apresento no capítulo seguinte, demonstro a sua visão modernista de ensino superior.

No quarto capítulo, se retrata a obra de Darcy Ribeiro *A universidade necessária* e a centralidade que recai nas duas universidades que ele criou. Uma no planalto

central, na nova capital do país à época, a Universidade de Brasília (UnB) em 1961, e a outra no interior do Estado do Rio de Janeiro, no Norte Fluminense, a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), em 1993. Ambas trazem em sua gênese a marca darcyniana, não só nas transformações estruturais como também curriculares e docentes. Darcy Ribeiro que pertenceu a uma geração de cientistas brasileiros preocupada em elevar o desenvolvimento do seu país ao nível dos padrões científicos e sociais internacionalmente mais elevados, concebe a universidade adequada à sociedade que vive em transformação, ou seja transformar a universidade atual em universidade necessária (do porvir), como refere Cândido Alberto da Costa Gomes Alberto Gomes no livro que publicou em 2010 intitulado *Darcy Ribeiro*. Esta última será a universidade do progresso (contra o subdesenvolvimento) e do desenvolvimento da economia. Neste capítulo utilizou-se as entrevistas realizadas com pessoas que enriqueceram o presente trabalho com depoimentos sobre a obra, os projetos e o envolvimento na política educacional de Darcy Ribeiro com o propósito de levar a cabo o seu ideal de universidade.

No quinto capítulo, se explana sobre a visão de Darcy, um homem que viveu entre a utopia e a realidade, vendo muitas de suas ideias concretizadas em projetos reais, que ganharam corpo e entraram para a posteridade. Existe em Darcy Ribeiro uma visão educativa e social bem mais larga do que a universidade. É o caso das instituições que à partida nada têm que ver umas com as outras, como o Museu do Índio, a UnB e a UENF, ou o papel dele como antropólogo e reformador do sistema educativo na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional. Mas ambos os lados fazem parte da mesma história, da mesma montagem do dispositivo social. Desta forma pude constatar o impacto de suas ideias na política educacional brasileira, para a modernização do ensino superior no Brasil.

No sexto e último capítulo, completa-se o presente trabalho tecendo considerações à laia de conclusões sobre a importância do projeto educacional de Darcy Ribeiro na gênese da UnB e da UENF e, ao mesmo tempo, respondendo à interrogação recorrente: Quais foram as contribuições de Darcy Ribeiro, bem patentes nas universidades por ele criadas – UnB e UENF – para a modernização do ensino superior no Brasil?

No final delimito a resposta à minha interrogação com a conclusão de que: “As universidades criadas por Darcy Ribeiro – UnB e UENF – promoveram rupturas com o modelo tradicional de educação superior que imperou no Brasil até a segunda metade do século XX, fazendo surgir um modelo moderno e democrático de universidade.”

CAPÍTULO I

A UNIVERSIDADE

Este capítulo trata a universidade como questão central de estudo. Apresenta-a através de um breve histórico da universidade no mundo – desde o seu surgimento na Europa no século XI, durante o período considerado como de transição do feudalismo dogmático, até ao período do capitalismo liberal – e no estado actual das universidades brasileiras contemporâneas, com recortes conceituais: ressignificações e modernidade. Cristovam Buarque (1994, p. 239) comenta, a respeito da criação da universidade na Europa, que “De certa forma, a universidade retomava a experiência das “academias” platónicas da Grécia clássica quando, a partir do século VI a C., o pensamento começou a fazer uma transição do pensamento mítico para a racionalidade”.

Os acontecimentos históricos que envolvem a universidade remetem sempre para um tema central - o ensino superior como privilégio para poucos, isto é, para as classes média e alta. Para além desta questão, este capítulo aborda, também, qual é verdadeiro propósito da universidade, e quais foram as formas que ela encontrou para se ressignificar, tais como a criação de dispositivos legais de reformas na busca pela modernização ou para minimizar essa diferença social no acesso ao ensino superior. Estes temas são cruciais para o meu trabalho uma vez que apresentam uma visão não só geral como pontual da universidade no Brasil.

A importância deste capítulo para meu trabalho é facilmente compreendido uma vez que traduz uma visão de universidade que está ligada a um processo de modernização, na medida em que faz abordagens sobre uma nova estrutura de instituição universitária que em seu projeto original rompe com o modelo conservador, tradicional, de se pensar as universidades no Brasil.

O conceito de “modernidade”, e do que é “moderno”, encontra-se sujeito a múltiplas interpretações, como sinaliza o próprio Rancière (2009, p. 20) ao comentar que “as noções de modernidade misturam duas coisas muito diferentes”, ou seja, a historicidade própria dos eventos e as decisões de rutura

ou antecipação desses eventos, o que traduz bem as dificuldades em relação ao termo. Já Jorge Ramos do Ó (2003) qualifica a modernidade pela intenção de “governar sem governar”, de fazer com que o poder atue inclusive nas escolhas dos sujeitos autónomos”, e nesse olhar, a escola se situa como um espaço de formação disciplinar.

Na delimitação do tema deste trabalho, a presença do vocábulo “moderno” está muito mais ligada à ideia de Rancière (2009) quando este fala de decisões de rutura, mesmo que estas envolvam, também, uma crítica ao que normalmente é tido como os pressupostos da usual classificação de “modernidade”. Aqui encontraremos ainda esta visão da nova conceção de universidade discutida nos projetos darwinianos, com concepções que não são neutras, pois carregam em si próprias, tendenciosidades políticas e ideológicas.

A maioria das vezes, os conceitos sofrem com a ação do tempo, com o movimento das práticas sociais e com o avanço das ciências e das tecnologias de última geração. A própria ideia de formação académica nas universidades, sofreu transformações que obrigaram a novos olhares sobre as conceptualizações historicamente assentes.

Em boa verdade, os conceitos que envolvem as universidades criadas por Darcy Ribeiro apontam para as ruturas realizadas em relação aos projetos que imperavam até ao momento da criação da Universidade de Brasília e, posteriormente, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como veremos a seguir.

1.1. Breve Histórico da Universidade no Mundo

As primeiras universidades nasceram no período medieval incentivadas pela força da igreja, pelos intelectuais a ela ligados e por uma retomada da importância da arte do período clássico e da filosofia grega na formação humana. É pois no final do século XI na Itália, mais especificamente na cidade de Bolonha, onde já existia um centro de cultura com o nome de “Escola de Artes Liberais” (Simões, 2003, p. 136), que nasce a ideia de universidade.

A Universidade de Bolonha, datada de 1088, emerge de várias escolas episcopais, monásticas e particulares nas quais se ensinava Direito, e é precisamente a partir desses cursos que surgem as universidades. A historiografia universal discute se a segunda universidade a ser criada no mundo terá sido ou não a Universidade de Oxford, provavelmente datada de 1096, ou se ela surgiu depois da Universidade de Paris, que só foi criada no início do século seguinte.

Quando aborda a origem das universidades medievais, Verger comenta:

“O surgimento das primeiras universidades, na virada dos séculos XI e XII, é um movimento capital da história cultural do Ocidente medieval. Pode-se compreender que ela comportou em relação à época precedente, elementos de continuidade e elementos de rutura. Os primeiros devem ser buscados na localização urbana, no conteúdo dos ensinamentos, no papel social atribuído aos homens do saber. Os elementos de rutura foram inicialmente de ordem institucional (...) num sistema que era, no entanto, do domínio das instituições educativas, totalmente novo e original” (Verger, 2001, pp. 189-190).

Na época medieval as primeiras universidades, criadas rodeadas de privilégios e de direitos feudais, não representavam só um modelo de educação e de aprofundamento originais. É o caso das críticas de Tocqueville (2000) a tais privilégios, bem como o fato deste autor reconhecer que no caso da Universidade do Oxford, uma das mais antigas universidades do mundo, a importância dessa instituição para a sociedade contemporânea ser um fato incontestável.

Sobre a Universidade de Oxford na Inglaterra, Tocqueville comenta:

“O primeiro sentimento quando se visita Oxford é um respeito involuntário pela antiguidade que fundou estabelecimentos tão imensos a fim de facilitar o desenvolvimento do espírito humano e pelas instituições políticas do povo que as preservou intactas através dos tempos (...). As faculdades, cujo conjunto constitui a Universidade de Oxford, foram fundadas originalmente para que nelas se pudesse adquirir toda a instrução que comportavam os séculos que as viram nascer. Foram ricamente dotadas no objetivo de nelas fixar os melhores mestres e oferecer gratuitamente a melhor educação possível. Tal é, evidentemente, o objetivo e o espírito dessas funções, várias das quais remontam aos séculos XIII e XIV. Segundo o costume dessa época, que tinha poucos conhecimentos e prezava

apenas a riqueza territorial, uma imensa extensão de terreno foi concedida às faculdades como propriedade inalienável” (Tocqueville, 2000, p. 51).

No século XII, as escolas parisienses estavam em pleno desenvolvimento e as escolas de Artes Liberais e Teologia agrupavam-se às escolas de Direito e de Medicina na região de Île de la Cité, nascendo, assim, a Escola de Paris em França por volta de 1150.

Os renomados mestres – Guillaume de Champeux, Abelard, Gilbert de la Porrée, Petrus Lombardus e tantos outros atraíram estudantes de todo o mundo. Nesse século surgiu, ainda, a Universidade de Modena na Itália (1175) (Zabalza, 2004).

Já no início do século XIII há uma grande expansão do ensino universitário na Europa e na Ásia. Surgem as Universidades de Cambridge na Inglaterra (1209), de Salamanca (1218) na Espanha, de Montpellier (1220) na França, de Al Mustansiryia (1233) no Iraque, de Siena (1240) na Itália, de Valladolid (1241) na Espanha, de Roma (1244) e de Piacenza na Itália (1247), da Sorbonne em Paris na França (1253), de Murcia (1272) e Madrid (1293) na Espanha e dos Estudos Gerais de Lisboa em Portugal (1290). Os Estudos Gerais foram reconhecidos pela bula do Papa Nicolau IV a 2 de Agosto de 1290, tendo sido transferidos para Coimbra em 1308, regressando a Lisboa em 1338 até que, cerca de dois séculos mais tarde, acabam definitivamente transferidos para Coimbra em 1537.

A expansão continua no século XIV quando novas universidades são criadas. Entre elas, a de Lerida (1300) na Espanha, a de Roma (1303) na Itália, a de Avignon (1303) e de Orléans (1305) na França, a de Perudia (1308) na Itália, como também a de Pisa (1343) e a de Pavia (1361), além da de Florença (1321), a Universidade de Praga (1348) na República Checa, a de Jagiellonian (1364) na Croácia, a da Polónia e a de Viena (1365) na Áustria, a de Heidelberg (1367) na Alemanha e a de Ferrara (1391) na Itália.

No século XV apareceram as universidades de Wurzburg (1402) e a de Leipzig (1409) na Alemanha, a de St. Andrews (1411) na Escócia, a de Turim (1412) na Itália, a de Rostocle (1419) na Alemanha, a de Louvain (1426) na Bélgica, a de Poitiers (1431), a de Caen (1437) e a de Bordeaux (1441) na França, a de

Glasgow (1451) na Escócia, além da de Copenhaga (1479) na Dinamarca, a de Santiago de Compostela (1495) na Espanha e muitas outras no decorrer dos séculos.

Retornando à primeira universidade nos registos históricos, a de Bolonha, o princípio organizador de sua vida académica teve como origem os estudantes de toda a Europa que para ela convergiam na forma de “nações”, representadas por este colegiado que, como participantes de um conselho, elegiam o reitor e escolhiam seus professores. Este fato revela bem que havia uma intencionalidade clara em abrir essa universidade a um tipo de acesso mais democrático.

O modelo de Bolonha foi a *Universitas Scholarium*, exaltada por Francesco Petrarca e que serviu de modelo para outras instituições, como por exemplo as universidades de Montpellier, Salamanca, Coimbra, Colónia, Cracóvia, Praga, Glasgow, Modena, Pádua e muitas outras. No caso de Glasgow, em particular, os seus estatutos mostram o orgulho por sua descendência: “per accepta privilegia matris nostre, Studii Bononiensis, omnium universitatum liberrime” (Simões, 2003, p. 152).

O modelo da Universidade de Paris é claramente oposto ao de Bolonha que, desde o seu início, na passagem do século XII para o século XIII, se apresenta como uma *Universitas Magistrorum*, submetida à jurisdição do chanceler, nomeada pelo Papa e seu diretor geral de ensino. O modelo de Paris divergia do modelo de Bolonha tanto no plano organizacional como no âmbito didático pedagógico.

Também desses séculos são as universidades do Canadá e a maioria das americanas com exceção das de Harvard (1636), Yale (1701), Princeton (1746) e Colúmbia (1754). Vale a pena fazer uma referência a duas experiências paradigmáticas – a das universidades americanas e a da Universidade de Berlim. Trata-se, na verdade, de experiências que caminham em direções opostas porque enquanto as universidades americanas inauguram a era das universidades tecnológicas, o projeto da Universidade de Berlim é marcado por um humanismo radical que pretende a unidade da ciência na filosofia. Sem

dúvida as universidades americanas do século XIX tiveram um papel destacado na constituição da grande empresa americana, a partir do *boom* ferroviário. Financiadas por doações dos grandes magnatas da indústria, nelas surgem as disciplinas de engenharia e tecnologia que viriam a impor, no século seguinte, a supremacia industrial dos Estados Unidos e a determinar o paradigma da “excelência” acadêmica no resto do mundo (Simões, 2003, p. 152)

É, no entanto, com o projeto da Universidade de Berlim, de cuja elaboração emerge como principal responsável a figura de Wilhelm von Humboldt, que se coloca de forma radical a questão da autonomia, ponto central do debate universitário que se prolonga pelos 150 anos que se seguiram à sua fundação. Qualquer que seja, no entanto, o modelo organizativo e o projeto pedagógico-filosófico que orientou sua constituição, o balanço de quase um milénio de existência da instituição universitária aponta para três pontos presentes em todas as suas experiências exitosas: o primeiro diz respeito à indispensável unidade entre as atividades de ensino e de pesquisa e extensão; o segundo, à necessidade de dotá-las dos meios indispensáveis à realização dessa tarefa – bibliotecas, laboratórios, clínicas, equipamentos de última geração e, acima de tudo, quadros técnicos e docentes de elevada qualificação, escolhidos exclusivamente através de critérios de mérito e de eficiência. Mas o terceiro ponto, a exigência da liberdade acadêmica – ou seja, a liberdade de pensamento e de crítica, de opinião e de expressão para todos os componentes da instituição universitária, será talvez o mais fundamental. O diálogo, a controvérsia e o choque de opiniões são parte constitutiva da vida universitária e todas as vezes em que foram suprimidos foi a própria instituição que acabou por se extinguir.

Na América Latina, as universidades mais antigas apareceram em São Domingos (1538) no México, em Lima (1551), em Córdoba (1613) e em Santiago do Chile (1743). Todas as demais surgiram já nos séculos XIX e XX.

Há também a destacar, na análise da origem das universidades em todo o mundo, o contexto histórico que marcou o seu surgimento tantos séculos após a base do pensamento ocidental estar posta na tradição clássica dos gregos. Vários pesquisadores convergem nas suas teses sobre a origem das

universidades no conflito político entre os poderes laicos e eclesiásticos e pela disseminação do pensamento aristotélico do Ocidente.

Sobre esta questão, Ridder-Symoens afirma em seus estudos:

“Diversos acontecimentos interferiram e estimularam o nascimento dessas instituições, como o renascimento das cidades, o desenvolvimento das corporações de ofícios, o florescimento do comércio, o aparecimento do mercador. Existem análises que vinculam as universidades medievais às escolas árabes; outras afirmam que as universidades são filhas das escolas do século XII, dentre as quais a Vitoriana e a de Pedro Abelardo. Há ainda outras interpretações, segundo as quais as universidades somente poderiam ter nascido no século XII, o século das corporações de ofícios. Contudo, a disputa pelo poder entre a realeza e o papado que reivindicavam o governo da sociedade, influenciou sobremaneira o surgimento das universidades” (1996, pp. 75-105).

Na prática, o período é marcado, como foi sinalizado, por uma luta de poder. Tanto o Papa, como o mais alto representante da Igreja, como os príncipes das monarquias, passaram a considerar as universidades como espaços políticos, ou seja, o *locus* de um apoio importante, daí a importância de as instituir e proteger, deixando caminhos para a interferência de caráter político.

Segundo Oliveira (2007) “as principais universidades do século XII, Paris e Bolonha, foram criadas por essas autoridades”. Dois bons exemplos dessa influência foram: a *Authentica Habita*, de Frederico Barba Roxa, de 1158, e a bula de Gregório IX intitulada *Parens scientiarum universitas*, 1231. Esses documentos foram normalizados com o intuito de proteger a vida e os interesses de estudantes e mestres, e para organizar a vida acadêmica.

É possível afirmar que foram as disputas de natureza política que fizeram emergir as primeiras universidades. No entanto, no plano da propositura acadêmica, as obras de Aristóteles marcam a introdução do modelo de pensar o saber no momento em que surgem as primeiras instituições universitárias. As cruzadas tiveram um papel importante na difusão do pensamento aristotélico, mas só a partir do século XIII é que se pode dizer que as ideias do filósofo grego foram socializadas, depois das suas obras terem sido traduzidas (Oliveira, 2007).

É também interessante nesse debate sobre a origem das universidades no mundo, o fato de autores como Gilson (1998) e Pieper (1973) apontarem para a existência de três grandes correntes teóricas no interior dessas universidades que inauguram o ensino superior. A primeira defendia a conservação da concepção agostiniana e refutava o pensamento aristotélico; a segunda pregava o abandono dos escritos sagrados e o alinhamento radical com o pensamento do filósofo grego; e a terceira corrente unia, de forma articulada, essas duas fontes procurando unir as ideias de Aristóteles com os escritos sagrados. Essa discussão tem início no século XII e chega até à modernidade.

Ao comentar esse momento vivido no período de estruturação das universidades na Idade Média, Oliveira diz:

“(...) foi o empirismo aristotélico que dominou os saberes da modernidade. A conservação radical da concepção agostiniana trouxe como resultado as lutas religiosas da reforma: o próprio Lutero era um seguidor dessa doutrina. A concepção tomasiana de equilíbrio entre os escritos sagrados e aristotélicos se perdeu e, junto com ela, a ideia de um equilíbrio entre as duas correntes do pensamento. Prevaleceu a radicalidade dos princípios ora religiosos, ora empiristas” (Oliveira, 2007, p. 121)

Compreende-se assim a fragmentação desses saberes nas influências que estes tiveram para os tempos modernos, tanto assim é que Oliveira (2007) comenta que em Paris prevaleceu o debate entre as tendências aristotélicas e agostinianas, ou seja, entre a teologia e a filosofia no plano teórico. Em Oxford as ideias franciscanas e agostinianas prevaleceram com predomínio do estudo da natureza e da investigação das coisas, consolidando o pensamento empírico.

Seguindo seus caminhos entre o conservadorismo e as inovações trazidas pela modernidade, as universidades em todo o mundo foram tecendo a sua influência sobre as condições sociais, políticas e económicas dos países europeus e os do novo mundo, formando sempre uma intelectualidade de base académica. Pode-se dizer que avançou na contemporaneidade ao absorver as tecnologias informacionais mas que, como diria Darcy Ribeiro (1997, p. 102), “preserva o ranço de um academicismo que pouco contribui para as grandes transformações do mundo”.

1.2. Recortes Conceituais: Resignificações e Modernidade

A criação de um conceito de universidade é um processo em evolução, alterado através dos acontecimentos da história do mundo. Esse processo é filtrado e adaptado pelas mudanças que trazem uma nova visão, um novo significado, sob a ótica do contexto dos tempos.

Resignificação é uma nova leitura, é observar e pensar de uma outra forma, é modificar o filtro pelo qual olhamos, alterando, assim, o significado, as respostas, as condutas, mudando a sua visão de mundo, transformando o pensamento e o comportamento diante de novos fatores que são colocados em consideração.

Nas últimas décadas do séc. XX, procurou-se um novo conceito de universidade através de um novo filtro, fundamentado este em sua autonomia. A busca pela autonomia universitária direciona-se para a importância do desenvolvimento autossustentado, sendo o Estado a mola mestra dessa engrenagem. O descomprometimento do Estado com a diminuição do repasse de recursos para a manutenção das universidades públicas vem transformando as universidades em empresas, alterando assim os seus valores, passando a vender os serviços para a sua manutenção, rendendo-se assim às necessidades do capital.

A discussão do modelo e função da universidade e sua autonomia reitera diante de sua multiplicidade da origem como bem argumenta Adriano Moreira:

“A narrativa da evolução dos modelos e funções das Universidades, sobretudo no mundo ocidental, foi globalmente repetitiva no essencial, não obstante a multiplicidade das origens, da tutela exterior por Instituições políticas estaduais ou Igrejas institucionais.” (Moreira, 2013, p. 1).

A educação em todos os níveis de escolaridade como direito de cidadania, no Brasil, caminha a passos lentos, muito embora esteja claro o seu direito inalienável que leva em conta que a escolaridade faz parte do desenvolvimento de uma nação, tanto no nível económico quanto social e político.

Perante o fenómeno da globalização, que transformou o mundo num grande mercado, a educação passou a ser uma mercadoria, os financiamentos pelas

agências de fomento são voltados para a realidade social e o desenvolvimento de pesquisas técnico-científicas conforme a demanda da nação. As mudanças nas políticas educacionais desconfiguraram a educação como forma de cidadania para a formação tecnológica para o mercado de trabalho.

Porto & Régnier comentam que foi só a partir dos anos 80 e com apoio dos organismos internacionais que o acesso ao ensino em níveis mais elevados tornou-se um indicativo de desenvolvimento económico: “com o apoio de organismos internacionais (tais como UNESCO, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento), estabeleceu-se um consenso que associa a educação com o desenvolvimento económico e o aumento da produtividade dos países” (Porto & Régnier, 2003, p. 9).

O Estado passou a depender cada vez mais do produto da escola para movimentar a economia, bem como o crescimento e desenvolvimento da nação.

A concepção pela luta da Autonomia Universitária encontra-se vigente desde a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a resignificação da Educação Superior, mais especificamente, a partir da Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996. Durante esse intervalo de tempo, o Brasil viveu reformas educativas promovendo uma releitura sobre a concepção do ensino superior, da universidade e da autonomia universitária, cujo objetivo era o de alcançar a competitividade mundial no desenvolvimento de uma tecnologia e autossustentabilidade, sujeitando a universidade aos organismos internacionais e minimizando o papel do estado e dos seus compromissos sociais abrindo, assim, espaço para a educação privada. A educação não é mais entendida como um direito público e gratuito, mas antes como um serviço privatizado e distanciado da sua essência, passando a ser mais pragmática, competitiva e submissa ao mercado.

Foucault dizia que há sempre três tipos de luta, e que na história encontramos sempre exemplos disto, e que mesmo estando misturadas, em cada período um tipo sempre sobressai:

“Geralmente, pode-se dizer que existe três tipos de luta contra a ordem quanto às formas de dominação (ética, social e religiosa);

contra as formas de exploração que separam o indivíduo daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo ao outros (lutas contra sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão) ” (Foucault, 1980 p. 235)

O processo de ressignificação da universidade também passa pelos avanços das novas tecnologias, uma vez que a qualidade dos conteúdos acadêmicos, cada vez mais, dependem das tecnologias de última geração e de suas ferramentas. Conforme sinaliza Cristovam Buarque, “as bibliotecas das grandes universidades de todo o mundo, trabalham com programas sofisticados que, por possuírem múltiplos atributos, facilitam as consultas dos usuários” (Buarque, 1994, p.3)

Um outro ponto a ser levado em consideração é o fato de que, no contexto contemporâneo, as universidades se transformaram em grandes centros de pesquisa exigindo, cada vez mais, profissionais altamente competentes e qualificados, capazes de oferecer qualidade técnica e especificidade a essas pesquisas.

No que diz respeito às relações que a universidade tem estabelecido no Brasil com a comunidade externa, há que se conferir que a “extensão”, como parte integrante das ações do plano de gestão de uma universidade, tem ampliado seus projetos, de forma a atender a demanda de todos os usuários e beneficiários de seus produtos.

Quando se fala do processo de ressignificação da universidade brasileira, no contexto da contemporaneidade, está-se a falar de novos olhares sobre essa formação, visto ser o ensino superior a modalidade que prepara profissionais qualificados para fazerem parte de áreas e campos de atuação altamente competitivos.

Um dos pontos essenciais nas discussões acerca da universidade diz respeito às contribuições de Anísio Teixeira para a concepção atual do que seja universidade, em seu sentido *lato e stricto sensu*.

Anísio Teixeira *apud* Mendonça:

“Nos anos 30, dizia ele, era urgente reorganizar a escola secundária e simultaneamente, ou talvez até antes mesmo, tentar a instalação das faculdades de Educação, Ciências e Letras, criar uma organização universitária que atendesse às imposições de uma cultura económica e científica, ao mesmo tempo em que preparasse “profissionais de ciências e de letras”, professores e homens de pesquisa e criação.” (Mendonça, 2003, pp. 153)

O que Anísio Teixeira defendia era, exatamente, a função da educação nova e, muito especialmente, a função específica da universidade que, para ele, seria a instituição por excelência onde se constituía a cultura expressiva das sociedades contemporâneas de base científica e tecnológica e onde se formaria o novo intelectual a quem competiria exercer a direção da sociedade.

Como um dos pioneiros da concepção da universidade renovada e progressiva juntamente com Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira defendia uma formação académica que respondesse às necessidades técnicas dos dias atuais, promovendo o que ele chamava de “desenvolvimento das fontes que integram a civilização técnica, dando-lhe sentido humano, por um lado, e novas sendas por outro” (Mendonça, 2003, pp. 153).

Além dessas colocações, a universidade é hoje um cenário de diversidade, onde várias tribos se encontram e convivem, partilhando saberes, lutando por sua identidade e buscando produzir com qualidade, saberes que são frutos dessa pluralidade (Candau, 2004).

Diante da mídia, que tudo viabiliza, incorpora, revela, aponta e pode tanto agregar valores, quanto destituí-los e eliminá-los, neste estudo a intenção é mostrar uma universidade para esse novo milénio, multidimensional e ressignificada.

O tema da Universidade no Brasil é paradigmático, visto ser ainda muito pequeno e reduzido o número de estudantes saídos do ensino médio que chegam ao curso superior. Esta estatística mostra que tendo por parâmetro o número atual de habitantes do país, em torno de 204 milhões segundo o Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE³) em 2014, o número de brasileiros que conseguiram chegar à universidade ronda, aproximadamente, os 7,3 milhões, inscritos em 32 mil cursos de graduação, oferecidos por 2,4 mil instituições de ensino superior – 301 públicas e 2 mil particulares. As universidades são responsáveis por 53,4% das matrículas, enquanto as faculdades concentram cerca de 29,2% (IBGE/CENSO/2014).

Esses dados são reveladores de uma triste realidade, ou seja, a de que muitos alunos, principalmente os que são oriundos das classes populares e que estudam em escolas públicas de educação básica, não conseguem se preparar devidamente para entrar na universidade pública. Há uma dicotomia na qualidade do ensino brasileiro: alunos que cursam a rede pública no ensino médio, em sua grande maioria, não estão capacitados a concorrer a uma vaga nas universidades públicas, que são consideradas as melhores universidades.

Hoje, o Brasil ressignificou a forma de acesso às instituições que ministram cursos superiores, instituindo um Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) para todos os que estão concluindo o Ensino Médio, cuja escala de valores é utilizada para a distribuição de vagas no Ensino Superior.

O ENEM é a forma de ingresso oficial nas universidades. A ressignificação veio ainda por intermédio da flexibilidade que essas instituições públicas tiveram que realizar, criar uma nova forma de ingresso por conta da adesão ao sistema de cotas, concessão de bolsas.

O sistema de cotas, criado em 2000, tornou o Estado do Rio de Janeiro no pioneiro na reserva de vagas para estudantes pobres oriundos de escolas públicas, estaduais e municipais, através da Lei 3.524, de 28 de dezembro de 2000. A partir de 2008, o Estado do Rio de Janeiro cria uma nova lei para fazer face aos sistemas de cotas para estudantes negros, pardos, indígenas e portadores de deficiência.

³ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

As Universidades Estaduais do Rio de Janeiro, de entre as quais a UENF, aderiram ao sistema de cotas incorporando a reserva de vagas ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e demais formas de acesso. A Universidade Estadual do Norte Fluminense, que leva o nome de Darcy Ribeiro, é pioneira no país na adesão ao sistema de cotas.

Todas essas transformações apontam para o fato de que as universidades brasileiras tiveram que se adequar às mudanças sociais e às transformações decorrentes do uso de novas tecnologias. Posto isto, o que se viu nos últimos 20 anos pode ser analisado com uma nova universidade sem o peso do academicismo do passado, mas mais próxima da população, da cultura e da diversidade característica da população brasileira.

Esta investigação sobre a universidade brasileira, a partir dos modelos idealizados pelo antropólogo Darcy Ribeiro, ao apontar os momentos centrais da trajetória dessas instituições de ensino superior, revela em suas análises partes importantes e significativas da história da universidade no Brasil.

O momento atual é contraditório, tendo em vista que o país vive uma crise política e financeira, que atinge a educação em geral e conseqüentemente as universidades. Contudo, como espaços de produção de conhecimento, pesquisa e extensão, as universidades são e deverão ser por *ad infinitum* o *locus* das grandes descobertas, dos grandes gênios criadores do desenvolvimento científico e, sobretudo, o lugar que formou gerações de intelectuais, cientistas e profissionais liberais, homens de ideias e negócios, como Darcy Ribeiro, o brasileiro que lutou para que suas utopias se tornassem realidade.

Neste capítulo, pudemos observar que as mudanças conceituais, em grande parte, ao passarem por uma releitura, não perdem definitivamente sua concepção original, por isso a importância da ressignificação como um movimento dialético de busca qualitativa e dinâmica de modernização das universidades. Estas ideias estão presentes ainda na intenção da política educacional brasileira, dos últimos 20 anos, em modernizar e democratizar o ensino superior, ressignificando a forma de acesso aos cursos superiores através do ENEM, e por intermédio da criação de políticas afirmativas por meio do sistema de cotas.

CAPÍTULO II

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Este capítulo contextualizará a trajetória histórica do ensino superior no Brasil, desde o período colonial até à contemporaneidade. A influência de Portugal nos destinos das suas colónias atestam o atraso que marcou essa trajetória, uma vez que durante os três primeiros séculos os jovens nascidos no Brasil para se graduarem tinham que fazer o curso na metrópole, na Universidade de Coimbra.

Este capítulo descreve a criação das primeiras leis sobre a educação na República Velha, tais como a Reforma Benjamim Constant e a Reforma Rivadávia Corrêa, com orientação científica e pragmática, rompendo com a tradição do ensino humanístico e abrindo espaço, também, para a liberdade de ensino. A Reforma Rivadávia Corrêa prossegue ainda mais na busca pela autonomia e modernização da universidade, traduzindo o pensamento filosófico positivista que marcou este período. As reformas que se seguiram, na luta pela igualdade de direitos e oportunidades, foram demandadas por debates entre conservadores e defensores do avanço do ensino superior com pensamento liberal.

Destaque importante neste período foi o Manifesto dos Pioneiros, que propunha um programa de reformas da educação. Neste período foram criadas a Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal, de acordo com o ideário do chamado Movimento da Escola Nova.

Este trabalho descritivo, que apresenta os períodos que o Brasil atravessou, é crucial para esta tese uma vez que retrata a evolução do ensino superior no Brasil até à criação do conceito de universidade. Foi através da Reforma Francisco Campos que a universidade foi considerada como modelo preferencial para o desenvolvimento do ensino superior, com destaque para a investigação científica. Esta Reforma, que abriu também espaço para que as universidades fossem criadas pelos Estados, pelas Fundações e por Instituições particulares, teve vida longa, tendo só sido substituída pela Lei de Diretrizes e Bases, LDB 4.024/61. Entre o período que mediou a Reforma Francisco Campos e a LDB

4.024/61, foi criada a Lei Orgânica do Ministro Gustavo Capanema, que instalou o ensino dual, e aprovada a Constituição de 1946, que sancionou a equivalência entre os graus do ensino secundário, para efeitos de progressão aos cursos superiores.

Dando seguimento à presente delimitação cronológica, mister seria abordar a LDB 4.024/61 que foi largamente debatida entre dois grupos - os defensores da Escola Nova e os Educadores Católicos – que se digladiavam por questões relacionadas com o papel do Estado e da autoridade de família na opção entre o leigo e o religioso. A LDB 4.024/61 acabou por vir a ser aprovada com o modelo conservador, atendendo aos interesses das classes burguesas. Cumpre destacar que a UnB, criada nesse mesmo ano, apresentava uma proposta totalmente revolucionária. Este aspeto será abordado em capítulo à parte.

A LDB 4.024/61 vigorou até à Lei 5.540/68 da Reforma de 1968. Esta reforma, feita em pleno regime militar, aprovou e instaurou um grupo de trabalho (GT) para estudar a crise da universidade. A necessidade sentida pelo Governo para proceder à Reforma de 1968, deveu-se ao facto do mundo estar a viver desafios crescentes com a revolução estudantil. Considerou-se que esta Reforma seria a única forma de conservar o poder, isto é, tomando a liderança da Reforma das universidades brasileiras.

A pesquisa, a pós-graduação e a extensão, foram ratificadas como componentes que formam uma universidade, tendo sido consolidadas através da criação de agências de fomento para a pesquisa e a pós-graduação pelo Governo Federal. A extensão foi considerada como um braço da universidade junto da comunidade, no oferecimento de cursos e serviços especiais.

Continuando na mesma linha cronológica, o destaque é agora dado ao período pós-ditadura. A partir de 1981, tem início o processo de redemocratização do Brasil com o retorno dos exilados. No que respeita ao Ensino Superior, houve um grande avanço no número de Instituições de Ensino Superior privadas, incentivadas pelo governo militar, que se dedicavam exclusivamente ao ensino. Neste contexto, o setor público passa a ser o responsável pelo desenvolvimento da pós-graduação e das atividades de pesquisa. A valorização e o incentivo aos

cursos de pós-graduação, surgem na sequência da importância que os militares davam à formação de recursos humanos de alto nível como forma de prover a novas demandas resultantes do processo de modernização da sociedade.

Neste período de transição, tiveram lugar os debates que antecederam a promulgação da Constituição Brasileira de 1988. Estes debates não interferiram na LDB 5.692/71 nem na Lei da Reforma Universitária 5.540/68. A Constituição trouxe alguns benefícios para a educação de um modo geral, mas as suas diretrizes indicavam a necessidade de uma nova legislação que substituísse a LDB 5.692/71 e abrangesse também a reforma universitária.

A discussão iniciou-se em 1988 com a regulamentação da Constituição Brasileira. Em dezembro de 1996, o Congresso Nacional aprovava a nova LDBEN 9.394/96, reafirmando a indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa, e de extensão de nível universitário, bem como a autonomia das universidades. Um dos grandes avanços desta lei, que trás a marca de Darcy Ribeiro, é exigência de um mínimo de um terço do corpo docente com titulação de mestre ou doutor, contratado em tempo integral, para que a Instituição possa gozar de autonomia.

As Universidades passam a ser avaliadas pela qualidade dos cursos oferecidos. Para tanto, instituiu-se a exigência de avaliar alunos nos períodos finais do curso bem como as Instituições no que respeita à situação das suas bibliotecas, laboratórios e qualificação de professores. O oferecimento de novos cursos passa, num primeiro momento, por uma autorização que só obtém o respetivo credenciamento depois de formada a primeira turma, avaliados os alunos e a própria instituição.

Desta forma, constituiu-se a estrutura que hoje temos na Universidade Brasileira, marcada pelas suas características socioeconômicas, políticas e culturais, bem como pelos jogos de interesse que se fizeram sentir ao longo da sua trajetória.

2.1. Percursos, Construções, Reconstruções e Reformas

A análise da construção das universidades, seja no Brasil ou no resto do mundo, só é possível quando essas instituições são percebidas em determinado contexto histórico. As características socioeconômicas, políticas e culturais que marcam o seu surgimento, envolvem no seu âmago relações de poder, interesses confessionais e jogos de grupos, que externamente exercem pressão política sobre os órgãos oficiais.

Compreender esta evolução do ensino superior no Brasil, do qual trata o capítulo em destaque, significa realizar uma travessia sobre os diversos momentos da história do Brasil, pois foi nesses contextos especiais que as universidades se solidificaram como local de conhecimento próprio de cursos superiores e da produção de saberes, muitos destes, ideologicamente comprometidos com o pensamento oficial.

A trajetória histórica da educação brasileira, embasada por legislações, propostas e projetos que, ao longo dos séculos formaram e constituíram as instituições escolares em geral e em particular as universidades, só pode ser compreendida se observadas as contradições, problemas e conquistas que traçam o processo de construção das estruturas fundantes e dos percursos das instituições de ensino superior no país.

Do período colonial à contemporaneidade, foram muitos os acontecimentos que marcaram o nascimento e a travessia dos cursos superiores das universidades até o momento atual. Parte das tendências do desenvolvimento do país que revela o período colonial, teve como base as grandes propriedades, a mão-de-obra escrava, que moldaram o modelo de sociedade patrimonialista, como aliás refere Romanelli (2012, p. 36) na sua obra ao dizer: "encontravam-se fundantes em rígida estratificação social de perfil aristocrático, na qual só as elites tinham acesso à educação".

Nesse contexto, em que as famílias abastadas eram as que podiam encaminhar os seus filhos para a educação (sendo a maioria delas provenientes de Portugal), a norma era direcionar a prole para a vida eclesiástica ou para complementarem

os seus estudos na Europa, principalmente na Universidade de Coimbra, de onde retornariam letrados e com o *status* de um curso superior feito na metrópole.

As Universidades de Coimbra e de Évora, no dizer de Anísio Teixeira (1989, p. 29), poderiam ser consideradas como as "primeiras universidades brasileiras" uma vez que, durante os primeiros três séculos da história independente do Brasil, nelas se graduaram, em Teologia, Direito Canónico, Direito Civil, Medicina e Filosofia, mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil⁴.

Quando comenta a respeito deste modelo educacional, Romanelli afirma:

"Símbolo de classe, esse tipo de educação livresca, académica e aristocrática foi fator coadjuvante na construção das estruturas de poder na colónia. Isso porque a classe dirigente, aos pouco foi tomando consciência do poder dessa educação na formação de seus representantes políticos junto ao poder público. Os primeiros representantes da colónia, junto às cortes foram os filhos dos senhores de engenho, educados no sistema jesuítico. Casaram-se assim, portanto a grande propriedade, o mandonismo e a cultura transplantada expandida pela ação pedagógica dos jesuítas" (Romanelli, 2012, p. 37).

Com os jesuítas expulsos e com o início da Reforma Pombalina e das suas famosas "aulas régias"⁵, o ensino no Brasil não recebeu toda a atenção que a territorialidade brasileira merecia e fica, assim, à deriva por longos anos até que, no alvorecer do século XIX, surge um novo dado na estratificação social do país através da emergência de uma nova classe social e de seus representantes – o artesanato, o pequeno comércio e a burocracia – denominada de "pequena burguesia". Segundo Sodré (1969), esta nova classe social dará origem, no futuro, às figuras que terão destaque no jornalismo, nas letras e na política. Esta nova classe social era formada de um lado por pessoas que se revelaram dependentes da aristocracia rural e, de outro, por aquelas que dependiam da burguesia que vivia nas cidades, com suas ideologias e visões do mundo. Estes

⁴ Essa afirmação diz respeito à escolha dos brasileiros que para se graduarem tinham que se deslocar para Portugal.

⁵ Aulas régias compreendiam o estudo das humanidades, sendo pertencentes ao Estado e não mais restritas à Igreja e foram a primeira forma do sistema de ensino público no Brasil.

dois grupos, que em determinado momento se confrontaram no campo ideológico, fizeram com que fosse a burguesia ascendente a ganhar terreno.

Os antecedentes que envolvem o surgimento das universidades no Brasil atestam o atraso que marcou essa trajetória, cujos percalços consolidaram a influência de Portugal nos destinos da colônia. Não contando com os colégios reais dos jesuítas, Portugal deixou os brasileiros limitados às universidades da metrópole.

Segundo Azevedo *apud* Mendonça,

“(...) a tentativa mal sucedida da Câmara da Bahia, em 1671, de conseguir a equiparação do colégio local ao de Évora, de que resultou a provisão de 16 de julho de 1675, por meio da qual se autorizava levar em conta que em Coimbra e Évora, um ano de artes, para os estudantes de retórica e filosofia que tivessem cursado as aulas dos jesuítas na Bahia. Com esta medida, no dizer desse autor, 'se fecham todas as perspectivas para a criação no Brasil Colonial, de cursos superiores destinados à preparação para profissões liberais’” (2000, p. 132)

A ausência de uma universidade no Brasil colonial, usando-se frequentemente a comparação com a América espanhola, tem sido abordada em diferentes autores sobre a história do ensino superior. Mas as divergências na literatura sobre o tema são muitas e de variadas ordens.

Assim, Cunha em seu livro *A Universidade Temporã* (1980) discute esse tema questionando, por um lado, a ideia implícita em alguns autores de que a universidade seria a forma ideal ou natural de organização do ensino superior, e que, portanto, desse ponto de vista, a sua ausência significaria no fundo uma carência a ser superada. Por outro lado, pergunta-se se esta questão não seria apenas *de nome* e se os colégios jesuítas e os seminários não se constituíram em instituições equivalentes às universidades hispano-americanas.

Não há dúvida de que a universidade como uma instituição específica da civilização ocidental, na forma em que se constituiu historicamente no contexto europeu, não foi, ao longo do período colonial, implantada em terras brasileiras. Algumas tentativas sistematicamente frustradas de estender aos colégios

jesuítas as prerrogativas universitárias, revelam intencionalidade da coroa portuguesa de manter a dependência em relação à Universidade de Coimbra.

Narra Villalta (2002, p. 361) que “el-rei procurou manter a dependência em relação à Universidade de Coimbra, considerado um aspeto nevrálgico do pacto colonial”. Segundo Mendonça (2000, p. 132) “o que justificava essa afirmativa é que Portugal se recusou, até 1689, a conceder todos os graus de privilégios universitários aos alunos dos colégios jesuítas”. Villalta (2002) descreve que, já em 1768, a Corte rejeitou o pedido da Câmara de Sabará para que se criasse uma aula de cirurgia. Num documento do Conselho Ultramarino, encontramos um trecho extremamente ilustrativo da política oficial portuguesa, como é referido em citação de Mendonça:

“Que poderia ser questão política, se convinham estas aulas de arte e ciências em colónias, que podiam relaxar a dependência que as colónias deviam ter do reino; que um dos mais fortes vínculos que sustentava a dependência das nossas colónias era a necessidade de vir estudar a Portugal; que este vínculo não deveria relaxar;... que (o precedente) poderia talvez, com alguma conjuntura para o futuro, facilitar o estabelecimento de alguma aula de jurisprudência... até chegar ao ponto de cortar esse vínculo de dependência” (Mendonça, 2000, p. 133).

Na prática, os laços de dependência não eram neutros nem indiferentes, servindo num primeiro momento aos próprios jesuítas que, desde 1555, controlavam a Universidade de Coimbra e constituindo-se depois em um dos mais úteis instrumentos de difusão pombalino e do espírito nacionalista.

A centralidade da universidade de Coimbra na formação das elites brasileiras é o que leva também Azevedo a afirmar, referindo-se à reforma Pombalina, que esta atingiu o Brasil, principalmente através daquela universidade.

Sobre isto Mendonça argumenta:

“No seu espírito renovado, sob o impacto do ideário iluminista, formaram-se não só alguns dos nossos cientistas pioneiros (da geração de brasileiros que estudou em Coimbra após a Reforma Pombalina, foi proporcionalmente grande o número dos que

seguiram cursos de matemática, ciências naturais e medicina⁶), bem como, contraditoriamente – dando o caráter regalista de pombalismo – as principais lideranças dos movimentos insurrecionais de independência política. Entre os primeiros, a figura singular do bispo José Joaquim Cunha de Azeredo Coutinho, parente do reformador de Coimbra, fundador do Seminário de Olinda, unanimemente considerada aquela instituição que, no Brasil, mais claramente expressou os princípios que nortearam a Reforma Pombalina⁷” (Mendonça, (2000, p. 133)

A reforma pombalina demorou 30 anos a ser implementada no Brasil, e as disciplinas oferecidas nos colégios jesuítas foram substituídas pelas aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica. As aulas eram autónomas e isoladas, com professor único e uma não se articulavam entre elas.

O que se diz na literatura, é que se criou institutos isolados, contrariamente à experiência europeia, cuja estrutura eram os colégios. Essa estrutura fragmentada, com vestibular para cursos isolados, traduzia uma certa forma de controlo.

Ribeiro demonstra exatamente isto ao referir que:

“(...) as 'reformas pombalinas' visavam transformar Portugal numa metrópole capitalista, a exemplo do que a Inglaterra já era há mais de um século. Visavam, também, provocar algumas mudanças no Brasil, com o objetivo de adaptá-lo, enquanto colónia, à nova ordem pretendida em Portugal” (1998, p. 35).

Neste cenário, o período pós independência é marcadamente caracterizado pelas diferentes posições ideológicas, com predominância para uma mentalidade conservadora, sempre apoiadas na divisão acentuada de classes, que utilizavam a escola, ainda que de forma precária, para consolidar o modelo escravista que alimentava a sociedade escravocrata. Esta sociedade, principalmente representada pelos detentores do poder, reservava as vagas das instituições superiores, já no período imperial, à burguesia ao passo que para os

⁶ A esse respeito, ver especialmente Mello e Souza (1968).

⁷ Sobre a experiência do Seminário de Olinda e, particularmente, sobre o pensamento do bispo Azeredo Coutinho, ver Lima e Alves (2003).

pobres apenas restava o acesso ao ensino vocacional dirigido aos ofícios. Este modelo de ensino dual que, em certa medida, persiste até aos nossos dias é bem visível na educação brasileira.

Segundo Rodrigues (2001), muito antes do século XX, ainda no século XVI, já existiam no país alguns cursos superiores como os de Filosofia e de Teologia, oferecidos pelas escolas jesuíticas que, no entanto, não chegaram a constituir-se em Universidades, contrariamente ao que aconteceu na América espanhola.

Sobre isto, Rodrigues argumenta:

"O registro da primeira instituição de ensino superior no Brasil data de 1572 com a criação dos cursos de Filosofia e Teologia pela Companhia de Jesus, e duraram até à expulsão dos Jesuítas em 1760. Os jesuítas enviaram à metrópole um pedido para que as escolas da Bahia evoluíssem ao *status* universitário, mas o pedido foi negado. Em 1669, houve nova tentativa e novamente o veto. No final do século XVII, foi a vez da ordem franciscana, que pedia a elevação das escolas do Recife e Olinda à qualidade de universidade, que por fim, também foi negado" (Rodrigues, 2001, p. 69)

Quando a família real chega ao Brasil, no ano de 1808, o ensino superior passa a ser ministrado em instituições isoladas geridas de acordo com o modelo francês de Napoleão. A partir desse momento o Brasil torna-se Império e o ensino superior brasileiro passa a agregar o perfil profissionalizante liberal, onde se destacam os cursos de Direito, de Medicina e de Engenharia, que acaba por fragmentar todo o sistema de ensino superior que, segundo os críticos, já se iniciava de forma capenga.

As críticas que são feitas ao modelo de universidade do governo de D. João apontam o dedo à concepção fragmentada dos cursos e dos currículos que, por seguirem modelos europeus, pouco ou nada tinham que ver com a realidade de um país que estava na etapa inicial do seu processo de desenvolvimento, designadamente num processo de independência, entre aspas, devido à forte dependência de Portugal. As faculdades isoladas predominavam neste período, tendo sido incorporadas às Universidades em período mais tardio.

Darcy Ribeiro tece comentários sobre este período inicial da história das universidades brasileiras quando diz:

"Recorde-se que as dezenas de universidades do mundo hispânico-americano foram criadas a partir de 1550, formando durante os séculos da vida colonial mais de 150 mil doutores. No Brasil, quem tinha dinheiro para educar o filho em nível superior, mandava-o para Coimbra. Como eram poucos os abastados, em todo o período colonial, apenas conseguimos formar uns 2.800 bacharéis e médicos, isto significa que, por ocasião da independência, devia haver, se tanto, uns 2.000 brasileiros com formação superior, aspirando a cargos e mordomias (...). O Brasil cria as suas primeiras escolas depois do desembarque da Corte e as organiza segundo modelo napoleônico, federal e não municipalmente. Elas nascem como criações de governo central, estruturadas em escolas superiores autárquicas que não queriam ser aglutinadas em universidades" (Ribeiro, 1985, p. 52).

No capítulo da construção da Universidade Brasileira destacam-se, pelas suas contradições, avanços e recuos no processo das suas reformas e acontecimentos significativos em cada contexto temporal, as etapas que culminaram nas universidades pensadas e viabilizadas por Darcy Ribeiro, e que têm papel de destaque no ideário do desenvolvimento económico/social/cultural do país, na medida em que contribuíram para consolidar os conceitos de identidade nacional e de autonomia na produção do conhecimento científico.

Barreto (2011) explana sobre as fases pelas quais atravessou o Ensino Superior Brasileiro:

"Sobre a história do ensino superior no Brasil e reforma universitária, há que perspetivar três períodos essenciais: até à reforma de 1931; entre as reformas de 1931 e 1968; pós-1968 à atualidade. Na história da República no Brasil, duas leis gerais sobre educação superior, criadas em períodos autoritários, tiveram longa vigência: a 1ª, em 1931 (Era Vargas) e a 2ª, em 1968 (durante a ditadura militar de 1964-1985)."

Essas fases serão abordadas a seguir.

2.2. O Nascimento das Universidades Brasileiras: O Período da República Velha (de 1889 a 1930)

A primeira república ou “República Velha”, tem início numa sociedade com características provincianas, dividida entre os vícios da monarquia que abrigou as oligarquias agrárias e com um estado fragmentado pela descentralização do poder. Segundo Fávero (2006, p. 19), “(...) os representantes mais proeminentes destas oligarquias agrárias eram os barões do café, no Estado de São Paulo, e os pecuaristas mineiros, no Estado de Minas Gerais, que detinham o controle sobre a produção de leite no país”. Ocorre neste momento, o pacto entre os representantes do estado republicano e as elites oligárquicas, que fez surgir um novo conceito, o conceito da “república café com leite”.

Romanelli refere que:

"A Constituição da República de 1891, que instituiu o sistema federativo de governo, consagrou também a descentralização do ensino, ou melhor, a dualidade de sistemas, já que, pelo seu artigo 3º e 4º, reservou à União o direito de criar instituições de ensino superior e secundários nos Estados. (...) A prática, porém, acabou gerando o seguinte sistema: À União cabia criar e controlar a instituição superior em toda a nação bem como criar e controlar o ensino secundário acadêmico e aos Estados, cabia controlar o ensino primário e profissional" (Romanelli, 2012, p. 42).

Além dessa dualidade gerada pela descentralização, havia um contexto social marcado por desigualdades gritantes que tornavam a educação mais complexa. O povo brasileiro já não correspondia à massa homogênea dos agregados das fazendas e dos pequenos artífices e comerciantes da zona urbana, visto que o que se via era a heterogeneidade da composição social. De um lado, uma pequena burguesia em si mesma heterogênea; uma camada média de intelectuais letrados ou padres; os militares em franco prestígio; uma burguesia industrial ensaiando os seus primeiros passos; e, de outro lado, todo um contingente de imigrantes, que se ocupavam de variadas funções na zona urbana e na zona rural (Romanelli, 2012, p.43).

No que tange ao ensino superior, foram fundadas poucas escolas de ensino superior e sempre em áreas urbanas. Fávero comenta:

“(…) até a promulgação da República, foram fundadas mais 13 escolas de ensino superior, chegando a 14 o número de estabelecimentos de ensino superior. Da Proclamação da República até a Revolução de 1930, quando se dá a queda da República Velha, foram criados mais 72 estabelecimentos desse nível, perfazendo, então, o total de 86. E, finalmente, da Segunda República até 1945, foram criadas mais 95 escolas de nível superior” (Fávero, 2000, p. 111).

A primeira República foi um período de muitas leis, sendo a primeira delas a lei de Benjamin Constant, em 1890, que não chegou a ser completamente posta em prática e que defendia, segundo Fernando Azevedo (1953, p. 52), “um ensino superior, artístico e técnico, em todo o território do país e da criação do 'pedagogium'⁸, o centro de aperfeiçoamento do magistério e impulsor de reformas”.

Se, por um lado, a Reforma Benjamin Constant rompeu com a antiga tradição do ensino humanístico ao incorporar o ensino de ciências, por outro, deixou de pensar a educação com base na realidade contraditória vivida pela população. Outras reformas se seguiram à de Constant, entre elas a lei Orgânica Rivadávia Corrêa, em 1911. Instituída em janeiro de 1911, pelo decreto 3.890, a reforma Rivadávia Corrêa trazia em seu âmago a liberdade como princípio, na medida que tencionava abrir espaços para a liberdade de ensino, a descentralização do processo de fiscalização das instituições particulares além de oferta de maior autonomia para os estabelecimentos federais de ensino, no caso, as universidades que já se encontram em pleno funcionamento e que eram reguladas pelo Governo Federal.

O início dos anos 20 é um período marcado por mudanças significativas no campo educacional brasileiro, fruto das transformações que estavam ocorrendo na sociedade com várias correntes de pensamento borbulhantes no cenário

⁸ O Pedagogium, como repartição cultural, teve existência efêmera. Em dezembro de 1896, passou à jurisdição do Distrito Federal, com natural redução do seu programa. Ainda assim, o “Pedagogium” prestou importantes serviços à difusão de modernos conhecimentos sobre o ensino até julho de 1919, quando foi extinto (Ver. *Bras. Est. Pedagogia*, Brasília, V. 86, p.212).

político. A Reforma Rivadávia Corrêa representa esta necessidade de mudança, não somente na abolição de privilégios, mas sobretudo na busca de autonomia e modernização, bandeira que os republicanos defenderam em sua campanha. A lei avança ainda mais, ao criar o CSE⁹.

Relativamente a esta época de grandes transformações para as universidades brasileiras, Fávero (2006) comenta o seguinte:

"De 1889 a 1930, o ensino superior no país sofreu várias alterações em decorrência da promulgação de diferentes dispositivos legais. A orientação positivista impera e se revela mais acentuada na Reforma Rivadávia Corrêa, que em 1911 instituiu o ensino livre. (...) o regime de desoficialização do ensino acabou por gerar condições para o surgimento das universidades, tendendo o movimento a deslocar-se provisoriamente da órbita do Governo Federal para os Estados. Nesse contexto é que surge em 1909 a Universidade de Manaus, em 1911 a Universidade de São Paulo e, em 1912, a do Paraná, como instituições livres".

Na realidade, a par dos ares transformadores a Reforma Rivadávia Corrêa não conseguiu eliminar alguns dos vários centralizadores, como por exemplo, a manutenção da ordem política acadêmica, e a aprovação de nomeações de professores pelo governo, apesar de ter promovido a desoficialização e a descentralização do ensino. Trata-se de um momento de intensos debates ideológicos, contradições e embates entre conservadores e defensores dos avanços no ensino superior.

Este cenário fez com que uma nova legislação, a Reforma Carlos Maximilian¹⁰, em 1915, tentasse reorganizar o ensino secundário e superior na República. Esta reforma procurou consolidar a equiparação dos estabelecimentos secundários estaduais com os federais, abrindo vagas aos alunos das escolas particulares para o estudo preparatório no Colégio Pedro II e demais unidades de ensino, com currículos equiparados, com objetivos voltados para o vestibular, ou seja, a

⁹ Conselho Superior de Ensino, órgão da Administração Federal para assuntos educacionais das universidades.

¹⁰ A Reforma Carlos Maximiliano, estabelecida pelo Decreto 11.530 de 18 de março de 1915, mantém o Conselho Superior de Ensino, tendo recebido este nome, por ser Ministro da Justiça e Negócios Interiores à época: Carlos Maximiliano.

inserção no Ensino Superior. Cabe destacar que a Reforma Carlos Maximiliano autorizou a criação da Universidade Federal que, por sua vez, instituiu a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e as duas Faculdades Livres de Direito do Rio de Janeiro.

O início do século XX encontra um Brasil ávido de mudanças e vivendo momentos de criação de novas condições históricas, capazes de levar à superação da crise que se abateu no final do governo imperial na economia agro-exportadora (como consequência do fim da escravidão), em busca da industrialização. É neste momento que a sociedade começa a mudar com o surgimento de novos problemas sociais, de novos atores no cenário urbano e a necessidade de aceleração do desenvolvimento nacional. A agravante deste processo está no fato de que o poder permanecia nas mãos do mesmo bloco, no eterno pacto das forças políticas com a burguesia representada pelas oligarquias agrárias.

Contudo, na década de 1920, uma nova legislação educacional ganha corpo, a Lei da Reforma João Luiz Alves, instituída pelo Decreto nº 16.782-A de 13 de janeiro de 1925. Essa nova legislação no domínio do Ensino Superior, curiosamente conhecida como Lei Rocha Vaz, sugeriu a substituição do Conselho Superior de Ensino pelo Conselho Nacional de Ensino, atual Ministério da Educação (Aranha, 2006).

A Lei Rocha Vaz de 1925 cria, pela primeira vez numa só legislação, a figura da Universidade, no caso concreto, a Universidade do Rio de Janeiro, que estará na origem das demais universidades estaduais como as de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Na realidade concreta de um país que dava seus primeiros passos em busca do desenvolvimento, as reformas do período inicial da República no Brasil, conforme analisa Romanelli (2012, p. 44), "não passaram de tentativas frustradas e mesmo quando aplicadas, representaram o pensamento isolado e desordenado dos comandos políticos". Para Fernando Azevedo, "do ponto de vista cultural e pedagógico, a República foi uma revolução que abortou e que, (...) não realizou uma transformação radical no sistema de ensino" (1953, p. 263).

Segundo Anísio Teixeira:

"(...) o controle do poder pelas oligarquias rurais que evidentemente, propunham reformas e legislavam sobre a educação, acabou por projetar no sistema escolar a mesma mentalidade que havia sido plasmada na colônia e tinha vigorado durante a monarquia. As próprias classes médias emergentes que não tinham, como que já se disse antes, nenhuma afinidade ou ligação com as camadas mais pobres da população, não possuíam senão o mesmo modelo de educação a cópias. Para esta sociedade aparentemente renovada, mas realmente estacionária, da educação de elite se faz o molde para um certo tipo moderado de educação para a ascensão social" (Teixeira, 1969, p. 195).

Esta fala revela que a República Velha reproduziu, em grande parte, os problemas do período imperial e que no âmbito das universidades o que se assistiu foi a um academismo presente num ensino literário e livresco, imperando um formalismo e um jurisdicismo nos cursos jurídicos, de propósitos doutrinadores e, portanto, distante da realidade sociocultural de um país, que resistia ao fim da escravidão.

Em 1924 é criada a ABE, a Associação Brasileira de Educação, que promoveu várias conferências e debates sobre o papel da Educação na consolidação do conceito de Nação, na tentativa de oferecer uma identidade nacional do federalismo brasileiro. A ausência de um Ministério da Educação, capaz de traçar os rumos de uma educação de caráter cívico, contribuiu para que muitos dos resultados destes debates se perdessem e não se transformassem em políticas públicas efetivas.

Na verdade, o fim da República Velha, ou seja da Primeira República Brasileira, foi desencadeado pelos movimentos que cresceram em diferentes períodos. O primeiro período, chamado de República da Espada, caracterizou-se pela defesa da República (ou seja, pelo temor do regresso da monarquia) e pela preservação do território nacional. O segundo período, também conhecido por República Oligárquica, caracterizou-se pela alternância de poder das elites regionais do sul e do sudeste (São Paulo e Minas Gerais), em razão da importância do café paulista e do leite mineiro para a economia do país (Fausto, 1997).

Darcy Ribeiro, ao analisar a capacidade da classe dominante em criar condições de permanecer no poder de comando, comenta:

"A outra façanha da velha classe dominante foi a sua extraordinária capacidade de enfrentar e vencer todas as revoluções sociais que se desencadearam no país. Essa eficiência repressiva lhes permitia esmagar todos os que reclamavam o alargamento das bases da sociedade, para que mais gente participasse do produto do trabalho, e assim, reafirmar e consolidar sua hegemonia. Posteriormente coroaram tal feito com outro ainda maior, que foi o de escrever a história dessas lutas sociais como se fossem motins. A verdade verdadeira é que aqui no Brasil, se inventou um modelo de economia altamente próspera, mas de prosperidade pura. Quer dizer, livre de quaisquer comprometimentos sentimentais. A verdade, repito, é que nós, brasileiros inventamos e fundamos um sistema social para os que estão do lado de cima da vida" (Ribeiro, 1986, p. 4).

Nesta crítica que se faz à sociedade brasileira, elitista e desigual, Darcy Ribeiro fala abertamente do espanto diante do que Marilena Chauí (2003) denomina de "discurso competente"¹¹. É diante de um quadro social contraditório, com o afunilamento das classes médias e o alargamento de uma população, fomentada pelos remanescentes da escravidão e pelos brasileiros ignorantes, que o país irá assistir à sua primeira revolução do século XX, a revolução de 30 (Ribeiro, 1986).

Este discurso, que retrata a busca de hegemonia pelos participantes do pacto social entre a burguesia e os setores privados da república recém-criada, encontra-se presente no fato de que os cursos superiores, mesmo quando transformados em faculdades, permanecem como institutos isolados sem que houvesse interesse na formação da Universidade que, efetivamente, só iria surgir no século XX (Aranha, 2006). Por outro lado, a atenção dada ao Ensino Superior, na primeira fase da República, reforçava o caráter elitista e aristocrático da educação brasileira que privilegiava o acesso dos nobres, dos proprietários de terras e de uma camada intermediária, surgida da ampliação dos quadros administrativos e burocráticos (Ribeiro, 1986).

¹¹ A autora denomina o discurso oficial, que ideologicamente se revela como hegemônico, como o discurso competente.

Como já foi referenciado antes, é ainda na chamada República Velha, em 1920, que é criada a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, através de um ato meramente burocrático que reuniu sob a denominação de Universidade as Faculdades de Engenharia, Medicina e de Direito, que já funcionavam na cidade do Rio de Janeiro em edifícios distintos.

Darcy Ribeiro, de forma provocativa e crítica, retrata o momento da criação da universidade brasileira quando diz:

"Nossa primeira universidade se cria por decreto, por uma razão muito importante ainda que extra educacional: o Rei da Bélgica visitava o Brasil e o Itamarati deveria dar a ele o título de "Doutor Honoris Causa". Não podendo honrar ao reizinho como o protocolo recomendava, porque não tínhamos uma Universidade, criou-se então A Universidade do Brasil. Assim o rei se fez doutor aqui também. Assim foi criada a primeira universidade brasileira. Uma universidade que, desde então, vem se estruturando e se desestruturando, como se sabe" (Ribeiro, 1986, p. 9)

No momento em que se conclui a análise das legislações e conquistas da Primeira República, é essencial sinalizar que se trata de um contexto histórico marcado pela descentralização política e pelo poder do Estado fragmentado, que nesta etapa histórica se encontrava nas mãos das oligarquias agrárias.

Sendo assim, no final da década de 20, a tendência se reverte e os diversos setores da sociedade em transformação, passaram a centralizar os debates sociais. A partir desse fenômeno, o Estado se torna um aparelho mais centralizado e o poder se desloca cada vez mais do âmbito regional para o âmbito da esfera federal e do governo central.

Esse processo de centralização, segundo Souza (2012, p. 73), "cria condições que possibilitam uma ação mais coordenada do Estado na condução de políticas públicas e os ideais de construção de um País entendido como totalidade. Embora pela primeira vez se fale sobre a construção de um sistema universitário, tal sistema não foi construído por uma comunidade científica autônoma, que estava em processo de gestação, mas de forma centralizada pelo Estado".

2.3. O Estatuto das Universidades no Brasil: O Período da Nova República (1930 a 1964)

O fim da República Velha dá-se com uma Revolução, por rutura do tradicional “esquema” de sucessão presidencial. Para garantir os interesses financeiros de São Paulo, devido à quebra da bolsa de Nova Iorque ocorrida em outubro de 1929, e frente aos impactos gerados pela Crise, designadamente nas exportações do café, o presidente paulista Washington Luís, contrariando o esquema, indicou um paulista, Júlio Prestes, para sua sucessão. Em reação, os políticos mineiros romperam o “acordo” e aliaram-se a outros Estados. Estes grupos juntos formaram a "Aliança liberal" que fez a Revolução de 30 (Basbaum, 1979, p. 24).

A Revolução quebra a hegemonia e dá início à centralização do Estado, através de um governo provisório, que tem à sua frente a nova liderança nacional que representa a classe dos militares.

É Getúlio Vargas que, segundo Fávero¹², assina o documento oficial:

"O Governo da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do povo brasileiro, determina a institucionalização do Poder Executivo. O Governo Provisório exercerá discricionariamente em toda sua plenitude as funções e as atribuições, não só do Poder Executivo, como também do Legislativo, até que eleita a Assembleia Constituinte e se estabeleça a reorganização institucional e constitucional do país" (Fávero, 2006, p. 40).

O Governo Provisório, com o intuito de desenvolver medidas que visassem as transformações necessárias e urgentes para as áreas sociais centrais, cria o Ministério da Educação e Saúde Pública, ainda nos anos 30, dando titularidade a Francisco Campos, que passa a ser o responsável pela "modernização" da educação do país.

Mas segundo os historiadores, com destaque para Basbaum (1979), a situação pós-revolução não era da mais tranquilas dado que, por volta de 1931, o governo

12 Decreto de 11 de novembro de 1930 que instituiu o Governo Provisório da Aliança Liberal.

já cambaleava e perdia a confiança da população, daí que no ano seguinte desaponta a Revolução Constitucionalista comandada pela elite paulista que desejava voltar ao poder. Havia uma pressão sobre os "tenentes" que compunham o governo provisório, no sentido de constituir um grupo para cuidar da elaboração da Constituição e das eleições, que efetivamente não aconteciam.

A Reforma Francisco Campos (1931) é a primeira a colocar a Universidade como modelo preferencial para o desenvolvimento do ensino superior, estabelecendo a organização, composição, competência e funcionamento da administração universitária em: reitoria, conselho universitário, assembleia geral universitária, institutos, conselho técnico-administrativo, congregação e prevendo a representação estudantil (Ribeiro, 1998).

A Educação Superior no Brasil, com a nova legislação, passa a ter um dos primeiros marcos estruturais de regulação legislativa: o Estatuto das Universidades Brasileiras, de acordo com o Decreto nº 19.851 de abril de 1931. Nesta mesma data mais dois decretos-leis são instituídos, ou seja, o da Criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) e o da Organização da Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Esses três decretos vão formar o Estatuto que fará a Organização da Universidade do Rio de Janeiro, a primeira a aplicar o modelo organizacional previsto nos decretos.

Segundo Ribeiro (1998), o estatuto previa a autonomia das universidades, a busca da comunidade científica, com foco na pesquisa, mas esbarrou no compromisso com "várias correntes, tendências e direções de espírito", como bem definiu o próprio Francisco Campos, na exposição de motivos da lei da Reforma Educacional que recebeu o seu nome.

Apesar das contradições que perpassam a nova legislação para as universidades, torna-se importante ressaltar que, pela primeira vez, o ensino superior privilegia com destaque a investigação científica. Um outro avanço é o reconhecimento legal de que as universidades poderiam ser criadas e mantidas não só pela união mas também pelos Estados ou sob a forma de Fundações ou de associações, por particulares, constituindo-se, assim, em universidades federais, estaduais e livres. Na verdade, o campo universitário, diante dessas

inovações, se transforma em um espaço de disputas e lutas, congregando ideários e orientações múltiplas.

Ao longo desses anos, foram criadas a Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, por iniciativa do grupo constituído pelos intelectuais que lançaram o manifesto ao Povo e ao Governo.

Mendonça argumenta as experiências universitárias:

“Em linhas gerais, essa foi a concepção que informou as duas experiências universitária ao longo desses anos por iniciativa de educadores vinculados ao grupo de renovadores, a saber, a Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934. Pelo grupo de intelectuais que articulava em torno do jornal O Estado de São Paulo, entre os quais Fernando Azevedo e a Universidade do Distrito Federal (UDF), criada por Anísio Teixeira em 1932, no bojo da reforma de ensino por ele empreendida, como secretário de educação do Rio de Janeiro” (Mendonça, 2000, p. 138).

Há que se destacar que a Reforma Francisco Campos não respondeu às expectativas dos intelectuais da Educação e um dos exemplos desta insatisfação foi o "Manifesto dos Pioneiros". Este documento, elaborado por grandes educadores desse momento histórico, como Fernando Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira e tantos outros em 1932, traduz-se num verdadeiro manifesto em prol da Escola Pública gratuita, laica e universal (Aranha, 2006).

Um dos objetivos fundamentais deste Manifesto, inspirado nas ideias do educador baiano Anísio Teixeira (1994), era conseguir a superação do caráter discriminatório e antidemocrático do ensino brasileiro, que destinava a escola profissionalizante para os pobres e o ensino acadêmico para as elites.

O Manifesto apresentou suas próprias teses para o ensino superior, conforme analisa Ribeiro:

"cap. V. Criação de universidades, de tal maneira organizadas e aparelhadas, que possam esclarecer a tríplice função que lhes é essencial, elaborar e criar ciência, transmiti-la, e vulgarizá-la, e sirvam portanto na variedade de seus institutos: a) à pesquisa

científica e à cultura livre e desinteressada; b) à formação do professorado para as escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores; c) (...) à vulgarização ou popularização científica literária e artística por todos os meios de extensão universitária, entre outros" (Ribeiro, 1998, p. 103).

Percebe-se na visão de universidade do Manifesto dos Pioneiros, de 1932, uma preocupação central com a construção de uma universidade verdadeiramente democrática, aberta a todos e ao academicismo, que se perpetua até hoje.

Por iniciativa dos Pioneiros da Educação Nova¹³ que em 1932 apresentaram um programa de reforma universitária através do Manifesto ao Povo e ao Governo, onde propunham um programa de reformas da educação, que incluía a criação de *verdadeiras* universidades, foram criadas as Universidades de São Paulo (USP), em 1934, e do Distrito Federal (UDF), em 1935.

Estas duas universidades, cuja centralidade era a pesquisa, a formação das elites de pensadores, sábios, cientistas, técnicos e educadores (professores para todos os graus de ensino), constituem-se em expressões do ideário do chamado Movimento da Escola Nova.

Mendonça analisa as experiências da USP e da UDF:

“De qualquer forma, as experiências da USP e da UDF, embora diferenciadas, possuem uma base comum, enquanto se constituem em expressões do ideário do chamado Movimento da Escola Nova, consubstanciado no Manifesto de 32, seriam outras, entretanto, as fontes das quais se origina o projeto da UnB” (Mendonça, 2000, p. 138).

Em 1933, com a instalação da Assembleia Constituinte, a liderança do movimento de educadores, organizados na Associação Brasileira de Educação, submete um documento de proposta de construção de um plano nacional de educação estruturado em duas partes, a primeira referente ao capítulo sobre a

¹³ “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbra a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Redigido por Fernando de Azevedo, o texto foi assinado por 26 intelectuais, entre os quais Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho Hermes Lima e Cecília Meireles.

educação e a segunda, uma justificativa focalizando várias questões tais como: as esferas de competência; a liberdade de ensino; o ensino religioso; a educação primária obrigatória; as modificações no Plano Educacional; as dispensas de provas de habilitação; as despesas com educação; a liberdade de cátedra; o acesso às universidades e o ensino normal (formação de professores da 1ª à 4ª série do ensino primário), entre muitas outras. No entanto a ênfase maior fazia referência à própria autonomia universitária.

Segundo Bosi (1986), a Constituição de 1934 é sob vários aspectos inovadora, se comparada às cartas constitucionais do Império e da República Velha. Cada vez mais, a Revolução de 30 e a Carta de 34 aparecem como balizas de um processo de modernização do Estado, pelo qual este se reconhece como uma nação em desenvolvimento, com múltiplas carências e a necessidade de supri-las. É neste ponto que a nova constituição avança, ao instituir um título denominado "Da ordem económica e social", bem como um capítulo especial, intitulado "Educação e Cultura" (Fávero, 1988).

Assim, ao conciliar interesses, a Reforma Francisco Campos teve "vida longa", na medida em que ultrapassava o regime ditatorial e o período democrático que se seguiu à queda de Vargas, somente sendo substituída pela Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional, a lei 4.024/61, cuja vigência se dá a partir de 1º de janeiro de 1962.

Antes da abordagem à lei de Diretrizes e Bases, há que se destacar que em 1937 Getúlio Vargas leva a cabo um Golpe Militar, instaurando uma ditadura que ficou conhecida como "Estado Novo" e uma nova Constituição. Conforme analisa Romanelli (2012, p. 155), a constituição de 1937 não tinha a amplitude da anterior (1934), mas manteve, no entanto, declaradamente a necessidade da União "(...) fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes dessa educação e, mantendo a gratuidade e obrigatoriedade de ensino".

Assim, se por um lado a Constituição de 1934 trazia no seu conteúdo a influência do Manifesto dos Pioneiros da Educação, e suas ideias inovadoras, a de 1937, já se apresentava tímida e comprometida com a discriminação, na medida em

que se afirma textualmente em seu artigo 129º que: "(...) o ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas" (Brasil, 1998, p. 96).

Pela primeira vez há uma relação legal entre educação e indústria, com uma preocupação central em formar uma mão-de-obra, só que estes trabalhadores deveriam engrossar o exercício da mão-de-obra barata, visto esta profissionalização ser de nível técnico.

Ao mesmo tempo que demonstrava um interesse com as causas sociais, Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, criou um estado conservador, pactuando com as elites e com os militares, reproduzindo as relações que historicamente marcaram o período das oligarquias.

Sobre isto Chauí (1978) comenta:

"O social histórico é o social definido pela divisão em classes e pela luta de classes. Isto faz com que a sociedade seja em todas as suas esferas, atravessada por conflitos, por antagonismos e por contradições profundas, que são constitutivas do próprio social e que a figura do Estado tem como função ocultar. A função do Estado moderno consiste em ocultar a natureza do próprio social, na medida em que o poder estatal oferece ao social a representação de uma sociedade homogênea, indivisa, idêntica e si mesma, ainda que de fato esteja toda dividida".

O período da ditadura de Vargas foi marcado pela criação das Leis Orgânicas do Ministro Gustavo Capanema, em 1942, que reestruturava o ensino dentro do modelo conservador que foi comentado e que instalava o sistema dualista na educação brasileira, tendo de um lado o ensino profissional e o Sistema S¹⁴ que atendia aos pobres e do outro o ensino regular para os filhos da elite.

Sobre este dualismo, que até hoje se mantém vivo com a escola pública de um lado e as escolas particulares do outro, bem como com o ensino técnico e a Educação Básica, Romanelli (2012, p. 314) comenta: "o significado da manutenção do sistema paralelo de ensino, está em limitar o acesso das

¹⁴ Sistema S: A criação desses organismos e de suas fontes de receita, remonta a meados da década de 1940 e apenas a quatro delas, (SESCOOP, SENAR, SEST e SENAT) foram instituídas após a Constituição Federal de 1988.

camadas médias e altas nos quadros dirigentes e as camadas populares nas ocupações menores".

A luta entre os educadores da Renovação, que elaboraram o Manifesto dos Pioneiros, e os representantes das camadas conservadoras que dirigiam o país e a Educação, permanece ao longo de toda a ditadura de Vargas refletindo a própria Constituição de 1946 as lutas ideológicas em torno das diretrizes e das bases da Educação Nacional. Esta nova lei magna, marca o período de redemocratização com a eleição de Eurico Gaspar Dutra. Para Ribeiro (1998, p. 214) "o governo de Dutra representou um retrocesso nas conquistas realizadas no governo Vargas", pois que na tentativa de se aproximar das massas, o presidente inicia um período de concessões, decretando amnistia aos presos políticos e a legalização do Partido Comunista Brasileiro.

Segundo a posição de Souza:

"Ao longo do período autoritário de Vargas, permaneceram as discussões acerca da Universidade, sua organização e conteúdo social, e, principalmente diversas críticas quanto ao Estatuto das Universidades. No período seguinte, que compreende o governo Dutra, apesar de ventos supostamente democráticos, pouco se alterou e, somente com o retorno de Getúlio Vargas à presidência (1950-1954) a situação começa a dar sinais de mudanças" (Souza, 2012, p. 86).

Por ser a Constituição de 1946 mais democrática e incorporar muitas das teses dos pioneiros do manifesto, o governo viu-se impulsionado a dar respostas, no tocante às universidades, e uma das medidas foi promover a equivalência entre os graus referentes ao ensino secundário e profissionalizante para efeito de progressão aos cursos superiores, o que aumentou a demanda por este grau de ensino. Cunha (2007) expressa essa ideia ao apontar, em primeiro lugar, a criação de novas faculdades onde estas não existiam ou onde havia instituições privadas de ensino superior, em segundo lugar, a gratuidade de fato dos cursos superiores e, em terceiro lugar, a federalização de faculdades estaduais e privadas. O fato é que, o governo federal passou a custear e a controlar por meio do Ministério da Educação, essas faculdades estaduais e privadas.

2.4. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Novos Rumos e Olhares (Lei n.º 4.024/61)

A partir da Constituição de 1946, de perfil liberal e democrático, a educação ganha novo destaque, com a liberdade de ensino garantida e a garantia de direitos individuais inalienáveis.

Com base na nova constituição, o então ministro da educação, Clemente Mariani, constituiu uma comissão de educadores com a finalidade de estudar e propor um projeto de reforma geral da educação nacional. Segundo Romanelli (2012), em 1948, esse projeto dava entrada na Câmara Federal seguido de mensagem presidencial e do início de um período de fecundos debates da luta iniciada no final da década de 1920.

Segundo Romanelli:

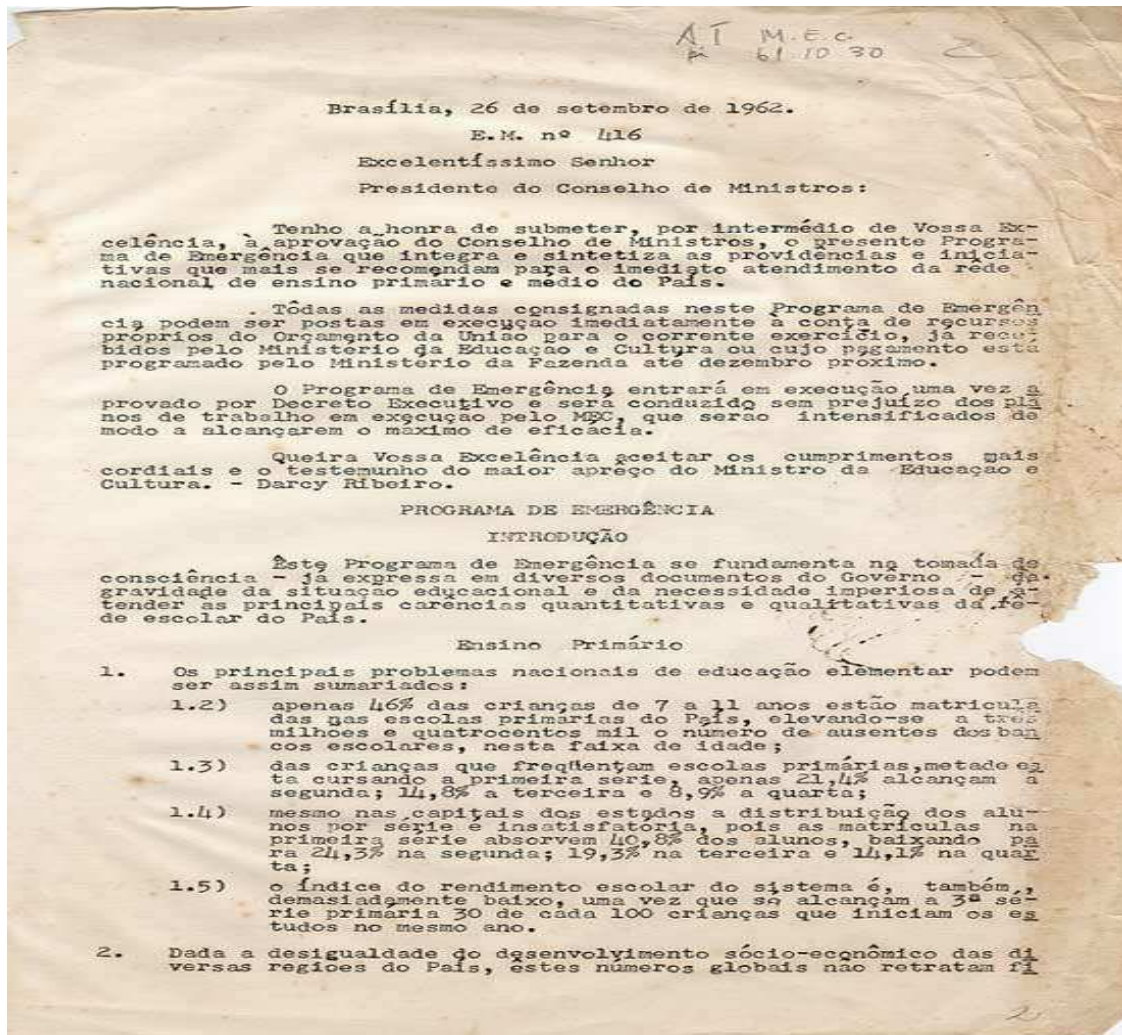
"Os resultados das discussões podem ser classificados em duas ordens: os relacionados com o produto final obtido com a promulgação da lei, os quais ao nosso ver, foram negativos para a evolução do sistema educacional brasileiro e os relacionados com a própria luta, em si mesma, que antecedeu a promulgação da lei. Estes resultados, sim foram altamente positivos, pois revelaram, entre outros aspectos da parte dos educadores da velha geração de 30, agora acompanhados pelas novas gerações, nas lutas iniciadas duas décadas antes mas interrompidas no regime ditatorial" (Romanelli, 2012, p. 177).

Essa comissão era presidida pelo Professor Lourenço Filho, um dos defensores da escola nova e assinante do "Manifesto dos Pioneiros", tendo este organizado três submissões: uma a do Ensino Primário, outra a do Ensino Médio e outra voltada para o Ensino Superior. O anteprojeto foi encaminhado à Câmara Federal em novembro de 1948, iniciando-se, a partir daí, uma longa luta cheia de marchas e contramarchas, que resultaria treze anos depois, finalmente, na lei 4.024 de 1961.

Há que se destacar a participação de Darcy Ribeiro para conclusão e aprovação desta Lei. Darcy Ribeiro, a convite do então Presidente da República João

Goulart, em 1955, participou nos debates que viabilizaram sua aprovação. Começando então aí seu envolvimento direto na política educacional nacional.

Darcy Ribeiro, então Ministro da Educação e da Cultura do Governo de João Goulart, em 1962, encaminha ao Presidente do Conselho de Ministros o Programa de Emergência para o ensino primário e médio conforme carta a seguir:



Documento - 1

Carta de Darcy Ribeiro encaminhada ao Presidente do Conselho de Ministros sobre o Programa de emergência para o ensino primário e médio do país, durante o governo de João Goulart. [26 de setembro de 1962]. Fonte: FUNDAR.

Barreto comenta a atuação de Darcy Ribeiro:

“É atuando intensamente nas questões da educação que Darcy Ribeiro se projeta nacionalmente e ao primeiro escalão do governo, principalmente nos debates públicos em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), elaborando

o documento de sanção presidencial da LDB nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, obrigando o governo federal a gastar 12,4% de seu orçamento em educação. O Congresso aprovou-a, partindo da heterogeneidade existente entre as Instituições de Ensino Superior (IES) do país, que facultava a realização da pesquisa e facilitava a disseminação de escolas isoladas. Desta forma, acabava por regulamentar a expansão do setor (especialmente pela iniciativa privada) sem estimular a investigação científica. Segundo a LDB, as Universidades seriam exceção, devendo caracterizar-se pela universalidade de conhecimento e, também, pela associação ensino e pesquisa” (Barreto, 2012, p. 3).

Na verdade concreta de fatos, a realidade educacional à época em que o anteposto foi discutido, revela que o “Manifesto dos Pioneiros” ganhou novos adeptos na busca de um ensino gratuito, laico e universal. Os debates evoluíram, sobretudo, conforme análise de Carvalho:

“É importante destacar que desde os primeiros anos da era Vargas, na mesma altura que foi criada a lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 e surge um movimento educacional, apareceram duas correntes expressivas ideológicas que disputavam entre si a organização social e política. Uma baseada na vertente autoritária ligada ao governo federal, a outra, de cunho liberal, liderada por dois Estados importantes da nação: o Rio de Janeiro e São Paulo” (Carvalho, 1960, p. 203).

Também em torno das discussões acerca da lei 4.024/61, observa-se o embate entre dois grupos, o dos renovadores, defensores do movimento da Escola Nova que contava com grandes educadores brasileiros, e o dos “educadores católicos”¹⁵, que lutavam pela primazia da educação, principalmente por questões relacionadas com o papel do Estado e da autoridade da família na opção entre o leigo ou religioso.

Na realidade, os educadores católicos compartilhavam a crença de que a sociedade marcada pelo individualismo acabaria por se tornar vulnerável à degradação ao contrário da crença liberal de que uma sociedade se constrói pelo resultado do contrato estabelecido por indivíduos livres e autônomos. O

¹⁵ “A consideração feita através da expressão educadores católicos, não se refere à fé religiosa, mas ao projeto de educação da renovação católica” (Magali e Xavier, 2008, p.112).

interesse da Igreja católica foi pelo segmento que atualmente corresponde ao Ensino Médio, por ser ele importante via de acesso à Universidade, se bem que só em 1940 é que começam a surgir as primeiras universidades católicas.

Darcy Ribeiro lembra que a execução da LDB 4.024/61, se deu quando ele já era Ministro da Educação, mas as discussões vinham desde que ele era Diretor do CBPE:

“Foi um tempo quente de reuniões de intelectuais e cientistas no CBPE para discutir não só a LDB, mas a Universidade de Brasília. (...) A execução da Lei de Diretrizes e Bases se deu quando eu era Ministro da Educação. Melhorei um pouco a lei através de vetos, mas no fundamental continuou conservadora e ruim. Pudemos, entretanto dar um passo à frente, criando o Conselho Nacional de Educação, instituindo os fundos de investimentos – um para o ensino primário, outro para o ensino secundário e o terceiro para o superior – e aprovando o primeiro Programa Nacional de Educação” (Ribeiro, 1997, p. 234).

Souza retrata o cenário dos anos 50 e 60 do século XX, quando afirma:

"Com a intensificação dos processos de industrialização e de monopolização, ao lado da emergência do populismo como instrumento de dominação das massas incorporadas à política, cria-se desta forma os primeiros indicadores da necessidade de mudanças efetivas na esfera social com importantes rebatimentos no campo educacional brasileiro, com as transformações que ocorrem no plano político económico ao longo dos anos 50 e 60" (Souza, 2012, p. 88)

Destaca-se que entre 1955 e 1964 foram criadas as seguintes instituições universitárias: Universidade do Pará, Universidade do Maranhão, Universidade do Ceará, Universidade do Rio Grande do Norte, Universidade da Paraíba, Universidade do Alagoas, Universidade Católica de Salvador, Universidade de Juiz de Fora, Universidade do Espírito Santo, Universidade Rural do Rio de Janeiro, Universidade Católica do Paraná, Universidade de Santa Catarina, Universidade Rural do Sul, Universidade de Pelotas, Universidade Católica de Goiás, Universidade do Sul Rio-grandense, Universidade de Santa Maria, Universidade Federal de Goiás e Universidade de Brasília. No final do período chamado de populista, o país já contava com 30 universidades (MEC, 1973).

Com a institucionalização da Lei 4.024/61, após um longo período de discussões no Congresso, instalou-se de imediato o debate sobre o Ensino Universitário, uma vez que a lei, que acabava de ser promulgada, apresentava um modelo educacional desfasado que não atendia às reivindicações dos representantes do escolanovismo. Em relação à Universidade, a UnB (Universidade de Brasília), apresentava uma proposta totalmente revolucionária em relação às demais universidades, como será visto em capítulo à parte neste estudo.

Ao longo da década de 60, vários seminários foram realizados no Brasil, entre os quais se destacaram; o da Bahia (1961) o do Paraná (1962) e o de Minas Gerais (1963), todos eles com o objetivo de discutir o papel da Universidade na formação de profissionais de nível superior. A demanda por modernização fez com que as diretrizes traçadas evoluíssem para entidades de pesquisadores (de nível nacional) e setores de Estado (de nível estadual), com destaque para a Sociedade Brasileira para o Progresso das Ciências (SBPC), criada em 1948.

Segundo Cunha (2007), há que ser destacado o papel da União Nacional de Estudantes (UNE)¹⁶ que entre 1962 e 1963 tirou apontamentos que resumiram os encontros de estudantes que, mesmo contendo contradições, destacavam pontos importantes como, por exemplo: a prioridade das instituições públicas sobre as privadas; a suspensão de exames vestibulares; a participação dos estudantes no processo de escolha e promoção de docentes e a desistência da autonomia. Esses pontos constituíam, naquele momento, um dos "estrangulamentos" da democratização das instituições universitárias, de acordo com a UNE.

Barreto tece comentário sobre o papel do estudante segundo o livro *A Universidade Necessária* de Darcy Ribeiro:

“O papel do estudante é fundamental e urgente, pois enquanto estudantes ainda podem exprimir, pelo pensamento e pela ação, a luta contra o sistema, pois, uma vez formado, acabarão por se converter, ao trabalho, à família, à competição económica, tornando-os reprodução da ordem desigual e infecunda. Para os estudantes a universidade é sua trincheira de luta e a sociedade

¹⁶

UNE: União Nacional de Estudantes.

é a sua causa, seu ideal é transformar a universidade para que ela deixe de ser guardiã do saber, transformar a sociedade para que ela assegure educação e trabalho, e que tenham o compromisso de colocá-los ao serviço da coletividade” (Barreto, 2012, p. 3)

É de Ribeiro a fala que demonstra que até à década de 60, a universidade não era questionada, na medida em que atendia aos interesses das classes burguesas.

É ele quem diz:

"Até então a universidade formava o profissional "vagabundinho", o engenheiro comum, para fazer casa da gente rica ou ponte; o médico para tratar de gente abastada; advogado para tratar de problemas de quem tem bens. Mas, o povão não tinha nada com a universidade, e a universidade não olhava para ele. A universidade tinha um hospital de clínicas que treinava pessoas que deveriam tratar dos bonitos. Tinha ainda, um setor para treinar futuros dentistas, que tratariam da dor de dente de gente que valia a pena, não do povão brasileiro, que até hoje está com dor de dente e mostra um enorme capacidade de suportá-la" (Ribeiro, 2010, p. 23).

Ao refletir sobre a universidade tradicional Darcy Ribeiro¹⁷ diz da sua concepção ao comentar:

“A universidade é o útero em que as classes dirigentes se reproduzem. Ela é que repõe, a cada geração, os sábios, os técnicos e os profissionais necessários para operar e modernizar o sistema produtiva, perpetuar a ordem social e atualizar seus aparelhos ideológicos. No exercício dessa função, a Universidade é uma Instituição altamente eficaz. Quase todos que passam por ela se convertem em fiéis custódios da ordem constituída, em enérgicos guardiões da prosperidade dos ricos e em convictos consagradores do sistema” (FUNDAR, Reflexão sobre Universidade, Complemento RIBEIRO, Darcy, 0000.00.00/10, folha 2).

Assim, diante de uma legislação conservadora, que sustentava o *status quo* das instituições particulares, a lei 4.024/61, abre espaços significativos para a

Reforma Universitária que naquele instante da sociedade brasileira se fazia urgente e necessária.

2.5. Os Anos de Regime de Exceção: Ensino Superior no Tempo-Espaço da Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985)

Desde a década de 50, o desenvolvimento acelerado do país, provocado pela industrialização e pelo crescimento económico, a que juntou um conjunto de transformações que, de acordo com Cunha, atingiu os campos económico e sociocultural, fez com que surgisse, de forma mais ou menos explícita, uma tomada de consciência, por vários setores da vida profissional, sobre a estagnação em que se encontravam as universidades brasileiras. No entanto, é só a partir dos anos 60 que tais manifestações ganhavam repercussão nacional.

É nesse contexto, em que o Conselho Federal de Educação discute a duração dos currículos mínimos e os estudantes se reúnem para debater suas reivindicações e propor medidas para a reformulação das universidades, que se inicia na Universidade do Brasil, uma discussão sobre a reforma da instituição (Fávero, 2000).

Com o golpe militar de 64, inicia-se uma etapa obscura da sociedade brasileira que coincidirá com as discussões acerca da reforma das Universidades. Essa Reforma virá a ser concretizada em um dos anos de maior repressão aos órgãos públicos, o ano de 1968.

O que fica evidente neste período da ditadura militar é uma luta de poucos por uma nova universidade, que no projeto de Darcy Ribeiro se concretizará com a Universidade de Brasília. No entanto, diante das ameaças concretas à democracia, o novo governo criou novas medidas legais que transmitiram a falsa ideia da concepção de uma universidade autónoma e democrática. Falsa ideia porque, na realidade, as instituições de Ensino Superior estavam sujeitas às regras do sistema sob o risco de não fazendo-o sucumbirem ao ostracismo académico.

É num contexto que será marcado, a partir de 1964, pelo arbítrio dos detentores do poder, com perseguições aos grandes intelectuais brasileiros que adotam posições em defesa do Estado Democrático, que se destaca a Reforma Universitária no meio das contradições, avanços mínimos e recuos, em nome de um projeto social de uma minoria.

Foi durante o governo militar que a Lei 5692 de 1971 foi regulamentada. Trata-se de uma legislação complexa, que cria a nomenclatura de 1º e 2º graus, a que a legislação atual denomina de Escola Básica, e que articula a preparação e a qualificação para o trabalho associado ao currículo comum das disciplinas obrigatórias.

Na verdade, conforme sinaliza Romanelli (2012), a educação proposta na lei da Reforma do Ensino buscava atender aos interesses económicos do governo dos militares que, dentro de uma ótica desenvolvimentista, planeava qualificar jovens trabalhadores em nível médio para atender à demanda das indústrias e demais setores produtivos. Por outro lado, afunilava o acesso à universidade e consequentemente diminuía o número de salários alto, pagos aos profissionais com cursos superior.

Na prática, a Lei 5692/71 criou um sistema dual dentro do 2º grau, trazendo prejuízos ao processo educativo brasileiro a longo prazo. Quanto à Universidade, pouco se acrescentou ao que já previa a Lei 5.540/68 que regulamentava o Ensino Superior.

A Reforma Universitária ganha novos rumos, mas os debates que a impulsionam encontram-se marcados pelos sonhos e utopias de educadores como Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e tanto outros, que pugnam pela melhoria do ensino superior no país, apesar do regime de repressão que lançou um manto de escuridão sobre o país.

2.5.1. Reconstrução do Ensino Universitário: A Reforma de 1968

A Reforma Universitária, sonho dos intelectuais ligados à Educação no Brasil dos anos 60, acabou acontecendo num contexto histórico turbulento pós golpe

militar de 64, que colocou no poder os militares das Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica. Entre tensões políticas, económicas e sociais foi criado, em 1968, um Grupo de Trabalho¹⁸ (GT). A conjuntura internacional também se revelava conturbada, basta sinalizar que foi no ano de 1968 que o calendário mundial registou momentos de tensão, tais como Cunha relata: a greve de estudantes secundaristas e universitários em Paris, movimento este que ganhou adesões de trabalhadores que representavam um terço da força de trabalho; o Partido Comunista Checo, através de seus intelectuais que realizou um movimento conhecido como a Primavera de Praga e, nos Estados Unidos o assassinato o líder negro Martin Luther King, que havia ganho o Prémio Nobel da Paz em 1964 (Fávero, 2000).

No Brasil, numa altura em que a sociedade vivia as privações de liberdade com os militares à frente do governo, foi instaurado o Grupo de Trabalho (GT) que tinha por função estudar as medidas que solucionassem, de forma imediata, a chamada "crise da universidade". O prazo dado ao grupo foi curto, apenas de um mês, atendendo à urgência da tarefa em apresentar um anteprojeto de lei, com relatório justificando as medidas apresentadas pelo grupo responsável.

Cunha comenta sobre o GT:

"Em dois de julho de 1968, o decreto 62.937 mandou instituir no MEC, um grupo de trabalho composto de 11 membros, a serem designados pelo Presidente da República, para sob a Presidência do Ministro da Educação, "estudar a reforma da Universidade Brasileira, visando sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país". O decreto dizia que o poder executivo solicitaria uma das casas do Congresso Nacional a designação de um representante para integrar o grupo de trabalho, que deveria ser em regime de urgência" (Cunha, 2007, pp. 219-220).

A questão que surge entre a classe de educadores, naquele momento crucial, é: por é que o governo optou por promover a Reforma Universitária, que era uma

¹⁸ O Grupo de Trabalho foi composto do Ministro Tarso Dutra, João Paulo dos Reis Velloso, Valnir Chagas, Newton L. Buarque Sucupira, Fernando R. do Val, João Lira Filho, Antonio Moreira Couceiro, Roques Spencer Maciel de Barros, Padre Fernando Bastos de Ávila e Leon Peres. Os dois estudantes designados para fazerem parte do grupo eximiram-se da tarefa (Fernandes, 1975, pp. 205-206)

reivindicação da ala contestada da educação, pelo novo regime? É Florestan Fernandes, que segundo Romanelli, responde ao justificar que após 1964, a atuação do governo em relação à universidade passou por duas fases distintas: no princípio defende os interesses dos estratos conservadores manipuladores das cátedras contra a ofensiva de professores e estudantes que advogam a reforma, de seguida muda de tática quando percebe que "a extinção do antigo padrão de escola superior não afetaria o *"status quo"* das lideranças atuais" (2012, p. 240).

Por outro lado, a historiadora acrescenta um dado relevante para a compreensão das motivações da efetivação da Reforma Universitária naquele momento que foi a conjuntura internacional, uma vez que a pressão das tendências modernizadoras surgiu de todos os cantos do país, dos Estados Unidos e dos organismos internacionais económicos, educacionais e culturais, que estavam vivendo o desafio crescente da revolução estudantil. Em razão deste quadro, a reação conservadora optou por tomar a liderança da reforma das Universidades no Brasil.

Vários autores são unânimes ao afirmarem que a reforma desvirtuou, até mesmo, as indicações do GT. É Florestan Fernandes quem realiza a crítica ao afirmar, em relação ao Relatório do GT, que:

"O relatório contém de longe o melhor diagnóstico que o governo já tentou, no entanto, o avanço abstrato e teórico esgota-se como se ele fosse uma verbalização de circuito fechado ao passar do diagnóstico da situação para o plano da formulação de normas e princípios que deveriam reger o ensino superior, o encanto se desvanece. É parte normal de uma situação histórico-social na qual a conservadora se acha ameaçada e é compelida a assumir o controlo político dos processos de modernização cultural e de inovação institucional" (Fernandes, 1975, p. 87).

Esta fala, do educador e sociólogo, reflete o desanimo que tomou conta de alguns dos grandes intelectuais que lutavam pela reforma universitária, ao perceberem que, ideologicamente, "o documento seria desvirtuado para atender àquelas camadas conservadoras que detinham o poder, cuja intenção maior era preservar o monopólio do ensino superior, sem ouvir os reais interessados na luta por sua melhoria e autonomia" (Fernandes, 1975, p. 87).

Observados os documentos legais referentes à lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, e ao decreto-lei de 11 de fevereiro de 1969, que confirmam as mudanças na organização e direcionamento das universidades brasileiras, vêm comprovar que a estrutura curricular e administrativa se direciona para uma funcionalidade cujos parâmetros estão na racionalização, na eficiência e na produtividade, que se tornam valores absolutos. Segundo Romanelli (2012, p. 141), “a racionalidade técnica procura sobrepor-se a qualquer opção de ordem política, neutralizando o processo de inovação de qualquer ingerência de caráter ideológico”.

Face ao exposto, a tecnologia, a ciência, as decisões de ordem técnica vão sempre acontecer numa situação concreta, pois passam a se constituir em diretrizes do novo modelo universitário.

As diretrizes desse novo modelo universitário, apresentam o diferencial na carreira docente em relação ao regime de trabalho, ou seja, a extinção das cátedras e a indicação do regime de tempo integral ou dedicação exclusiva. Em relação às disciplinas, essas passam a ser oferecidas por sistema de crédito. Embora o GT tenha mantido também o tempo parcial de trabalho, e aconselhado o fim da estabilidade no serviço público, recomenda a reorientação do ensino de segundo grau e a constituição de ciclos básicos e cursos de curta duração.

Foram muitos os acontecimentos que antecederam a reforma universitária, e entre eles encontra-se a criação da Universidade de Brasília no mesmo ano, em 1961 com diferença de dias, em que foi elaborada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esses dois fatos são antagônicos, como atrás já nos referimos, uma vez que por um lado a UnB apresenta características inovadoras no ensino superior, e por outro a LDB, no capítulo que trata de ensino superior, não só não inovou, como foi extremamente conservadora (Bomeny, 1983).

A inclusão da UnB nas discussões sobre a Reforma da Universidade de 1968, como projeto seminal do que viria a ser discutido para o ensino superior reformado, ocorreu porque ela foi concebida a partir da matriz desenvolvimentista da educação.

Carlos Alberto Dias¹⁹ comenta o dilema da Ditadura Militar na Reforma de 68:

“A ditadura militar viveu um dilema: ao mesmo tempo em que eles expulsavam cientistas importantes, até os mais importantes, eles também estavam dando partida na formação de uma base para a criação de uma grande comunidade científica-tecnológica brasileira. O primeiro passo para isso foi a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), para cuja administração foi criada como empresa, em 1968, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Hoje, esse fundo está suplantado por outros projetos, perdendo sua grande relevância original, mas historicamente ele foi o passo inicial e decisivo.”

A experiência inovadora da UnB, cuja prioridade era o desenvolvimento de uma cultura e de uma tecnologia nacional em sintonia com o projeto nacional desenvolvimentista em curso no país (uma vez que nessa concepção de departamento se substituía a cátedra que não existia como cargo, mas como um grau universitário), dá também ênfase à participação dos estudantes pela representação significativa dos discentes nos órgãos colegiados.

A UnB seria também pioneira na ênfase funcional que pretendia imprimir no ensino superior e, como instituição de ensino superior, deveria exercer papel fundamental no desenvolvimento econômico do país e em sua independência científica e cultural, formando em um só tempo cientistas e técnicos, sempre em busca da sonhada autonomia.

A este propósito, Bomeny comenta:

“A vitalidade das cátedras estava prevista na Constituição de 46, artigo 168º. No parecer nº 281/67 a cátedra é eliminada. O modelo das universidades americanas, em sua estrutura flexível e descentralizada, funcionalmente articulado em departamentos estruturados segundo a ótica dos interesses, foi sem dúvida, fator importante que levou a substituição das cátedras pelos departamentos como a menor unidade dentro de nosso sistema universitário” (Bomeny, 1983, p. 7).

A UnB, de matriz desenvolvimentista, foi projetada para atender às críticas e anseios do meio universitário brasileiro. Seu diferencial foi o fato de ser a

¹⁹ Entrevista para esta Tese – Anexo VI.

primeira universidade brasileira a nascer de um plano definido, sem incluir faculdades profissionais pré-existentes. “A sua estrutura integrada, flexível, dinâmica e moderna, que se contrapunha ao modelo de universidade segmentada pela justaposição de vários cursos, é a marca distintiva do ensino superior da época” (Bomeny, 1983, p. 6). Desta forma é frequente encontrar na literatura sobre a reforma de 68 a UnB como referência, do ponto de vista organizacional e pedagógico de ensino superior, uma vez que a universidade era apresentada com um papel fundamental no desenvolvimento económico do país e em sua independência científica e cultural, formando a um só tempo cientistas e técnicos.

Cândido Alberto da Costa Gomes Gomes²⁰ lembra o princípio que fundamentou o conceito de universidade que norteou a base da universidade.

“Pouca gente sabe, e o que aparece para nossos intelectuais é o seguinte: houve um acordo MEC/USAID, e aí o governo militar brasileiro obrigou as universidades a associarem o ensino e a pesquisa, porque este é o modelo americano. Mentira, porque associação ensino e pesquisa já havia na UDF, de Anísio Teixeira, temos dados suficientes de que já havia na UnB, que deveria começar pelo doutorado, segundo a ideia do Anísio que não era do Darcy. Mas o que a nossa intelectualidade vê é a imposição de um modelo americano. Americano coisa nenhuma, os americanos fizeram visitas a muitos países e eles perceberam que além das universidade clássicas alemãs de origem medieval, e da universidade de Von Humboldt, uma camada de institutos, onde a Alemanha em favor do progresso nacional e mundial, associava o ensino e a pesquisa desde a graduação.”

Barreto comenta essas transformações no ensino superior, ocorridas com a Reforma de 1961:

“A Reforma Universitária, por um lado, modernizou e profissionalizou universidades públicas, acoplando-as a sistema de pós-graduação e financiamento da pesquisa, por outro, permitiu que a forte demanda por educação superior se fizesse pela expansão desordenada do setor privado. Essa combinação entre forte expansão do privado sem planejamento e sistema público com universidades de pequeno porte em termos latino-americanos foi questão central com que Darcy Ribeiro se debateu desde 1960” (Barreto, 2012, p. 3).

²⁰ Entrevista para esta Tese – Anexo V.

A reforma universitária de 1968 afastou-se totalmente dos objetivos pensados pelos responsáveis pelas discussões sobre o Ensino Superior no Brasil daquela altura - Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e outros intelectuais, apostando num regime de exceção contra as utopias dos educadores e acadêmicos defensores da democracia e da autonomia universitária.

Um outro dado importante da lei 5.540/68, foi o fato dos departamentos, antes poderosos, passarem a se constituir na menor fração da estrutura universitária para efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, devendo englobar as disciplinas afins. Os cargos e funções do magistério, mesmo os já criados ou providos, deveriam se desvincular de campos específicos do conhecimento. Uma outra inovação da lei foi a matrícula semestral por disciplinas e do sistema de créditos e, por fim um ponto fundamental, que foi a institucionalização da pós-graduação *stricto sensu*, por meio dos cursos de mestrado e doutorado no país (Soares, 2002).

2.5.1.1. Pesquisa e Pós-Graduação

É do conhecimento dos teóricos da Educação Brasileira, que as Universidades Brasileiras não conquistaram a autonomia desejada com a Reforma de 1968, porém alguns avanços foram promovidos como é o caso da pesquisa que adquire uma valorização maior. Afinal, com o reconhecimento das universidades, como instituições de ensino superior, a pesquisa passa a ser um aspecto diferencial.

No entanto, muitas das instituições universitárias no Brasil encontram-se vinculadas às instituições estrangeiras (sobretudo no tocante à pesquisa), sendo esta uma das maiores críticas feitas por Darcy Ribeiro ao considerar que o papel da universidade, com tantas questões necessitando de aprofundamento, dados e estudos acadêmicos, deveria ser a realização de pesquisas capazes de beneficiar as comunidades nas quais estavam inseridas, bem como o povo brasileiro (Ribeiro, 2010).

A este respeito, Darcy comenta:

"(...) outro aspeto terrível da universidade brasileira e, em geral das universidades do mundo subdesenvolvido, é que eram universidades, também ancilares. Cada núcleo de excelência estava vinculado a um núcleo estrangeiro. Você podia ter uma bioquímica muito boa aqui porque estava vinculada a tal núcleo de bioquímica na Alemanha ou na Inglaterra. Então era um encilo, era um escravo que trabalhava aqui com a temática que era mandada de lá. Mas era uma bioquímica louca. Como é que você podia ter uma bioquímica boa num lugar que não tinha Biologia e Química? Numa universidade que não tinha Biologia, nem Química, essa Bioquímica surgia como uma flor solta no espaço, que só se explicava, porque era um transplante de fora. E sendo transparente, era incapaz de ver a problemática interna e se interessar pelo que acontecia, realmente no país. (Ribeiro, 2010. p. 61).

Para Luiz Antônio Cunha (2007), a ênfase dada pelo regime à organização da Pós-Graduação enfatiza o carácter modernizador do Governo Militar. Uma aliança tática de militares com pesquisadores acaba sendo firmada por agência de fomento à Pesquisa como BNDS²¹, FINEP²² e a CAPES²³.

Segundo Almeida Filho (2009), algo positivo resultou do esforço de reestruturação imposto pela polémica Reforma Universitária de 1968, dado que na década de 1970 uma rede institucional de pós-graduação foi gradualmente implementada, viabilizando programas credenciados de treinamento e pesquisa. O Ministério da Educação à época, estabeleceu um comité nacional para credenciamento de programas de pós-graduação vinculados à Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, a partir deste momento, se torna um sistema bastante eficiente para avaliação pública da educação de nível superior.

²¹ O BNDES foi criado pela Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, com o nome de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), como uma autarquia federal, tendo autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, sendo depois repassado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, por força do Decreto nº 60.900, de 26 de junho de 1967.

²² A FINEP foi criada em 24 de julho de 1967, para institucionalizar o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas, criado no ano de 1955 com a finalidade de financiar a implantação de programas de pós-graduação nas universidades.

²³ A CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criada por Anísio Teixeira em 1956, com a finalidade de formar docentes para o sistema universitário público. Atualmente desempenha o importante papel de agência de avaliação e credenciamento de programas de pós-graduação, além de ser a principal concessora de bolsas de estudo para docentes universitários.

Para consolidar os programas de pós-graduação das universidades brasileiras, foram criadas algumas agências de apoio vinculadas ao Governo Federal, no sentido de oferecer apoio à rede dos recém-criados laboratórios de Pesquisa, como foi o caso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)²⁴, que além de bolsas de estudo dava treinamento aos docentes do ensino superior, com um sistema de avaliação que monitorava o desempenho dos professores, como ocorre até hoje.

No final dos anos 70, começa o período da abertura política e a promulgação da lei da Amnistia. Neste instante, o movimento estudantil reorganiza-se e um número significativo de professores, que havia sido exilado em razão das suas posturas políticas, começa a retornar ao país. “São criadas várias associações de docentes, que diante das brechas impostas ao regime de exceção, retornam com força ao debate a respeito da autonomia universitária, bem como a necessidade de ampliação das pesquisas, que priorizem as questões nacionais” (Pinto, 1994, p. 31).

Nos anos 80, a pesquisa assume um protagonismo, em decorrência das críticas e dos debates em torno da visão da educação como “capital humano”, ou seja, em virtude da concepção mercadológica que o ensino superior adquire com as representações oriundas da economia globalizada, que tenta mostrar a busca de qualidade, a partir do conceito de “qualidade total”.

2.5.1.2. Extensão

A extensão universitária no Brasil dá-se no início do século XX, sendo coincidente com a criação do ensino superior. Suas manifestações tiveram início com a organização de cursos e conferências, realizados na antiga Universidade de São Paulo em 1911, e com as prestações de serviços da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, desenvolvidas na década de 20 do século passado (FORPROEX, 2012).

²⁴ O CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, fundado em 1951, (até 1971 Conselho Nacional de Pesquisa, cuja sigla, CNPq, se manteve) é um órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para incentivo à pesquisa no Brasil.

A extensão universitária foi legalizada no estatuto das universidades brasileiras em 11 de abril de 1931, através do Decreto-Lei 19.850, do então ministro Francisco Campos, embora não tenha sido respeitada. Até mesmo após promulgação da nova Lei LDB 4.024 de 1961, a extensão universitária continuou mantendo a distância entre o que é Lei e o que é a prática.

Com a ditadura militar vieram as demandas de reformas de base, antes mesmo da Lei 5.540/68, que dá corpo à extensão universitária, duas iniciativas importantes em relação à extensão universitária ocorreram: a primeira foi a criação do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC); a segunda foi a criação do Projeto Rondon. Estes dois projetos proporcionaram ao universitário experiências junto às comunidades rurais em 1966.

A partir da promulgação da Lei 5.540/68, instituiu-se a extensão universitária que estabeleceu que “(...) as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes” (Artigo 20)’. Os termos dessa institucionalização foram os seguintes: “As instituições de ensino superior: a) por meio de suas atividades de extensão proporcionarão aos seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento; (...)” (Artigo. 40) (Nogueira, 2000).

A partir da Constituição Brasileira de 1988, os movimentos sociais tomaram força, redefinindo o papel da universidade que, através de “extensão redentora”, tornou possível projetos conjuntos com a comunidade. Embora o cunho assistencialista estivesse presente na proposta, a extensão passou a ser um eixo entre o ensino e a pesquisa, em prol da sociedade civil.

2.6. Os Tempos Pós-Ditadura: O Ensino Superior e os Ares da Redemocratização Brasileira

O golpe militar de 1964 foi cruel para a Universidade de Brasília, que teve como seu grande mentor o então acadêmico e antropólogo Darcy Ribeiro, e que em 1961 anunciava um novo modelo de ensino universitário para o país, bastante

diferenciado do que viria a ser a Reforma de 1968 do Ensino Superior (Cunha e Goes, 1985).

Conforme análise de Chauí:

“O maior golpe deixado pelo período de exceção foi o corte na trajetória intelectual dos pensadores brasileiros que faziam parte do grupo pensante das universidades, sobretudo das universidades públicas. Acadêmicos como Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Aluísio Pimenta, à época Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Paulo Freire e outros tantos, que além de serem perseguidos, se viram obrigados a sair do país” (Chauí, 2000, p. 68).

Quando, por volta de 1981, o processo de redemocratização do país começa efetivamente a se configurar, e a lei da anistia faz com que os exilados comecem a voltar ao país, os estragos já tinham sido feitos com projetos abortados, com desânimo por parte daqueles que tiveram suas vidas e sonhos frustrados e com vinte anos de uma história trágica, que está completando meio século, mas permanece presente no imaginário do povo brasileiro.

Destacamos que este novo período, em tempos de globalização, a luta pela modernização, e democratização do ensino, a universidade perde seu sentido maior, assim como analisa Chauí:

“Lê-se numa das propostas de modernização que a universidade não é o templo do saber, “mas uma espécie de supermercado de bens simbólicos ou culturais” procurados pela classe média. (...) Se a universidade for um supermercado, então nela entram felizes consumidores, ignoram todo o trabalho contido numa sala, num seminário, numa dissertação, numa tese, num artigo, num livro. (...) num supermercado nada se produz, nele há circulação e distribuição de mercadorias, apenas. Nossa produtividade seria improdutiva, em si, e produtiva apenas em relação à outra coisa, o capital propriamente dito.” (Chauí, 2001, pp.122-113)

Chauí complementa esta análise: “dessa maneira ao colocar a educação no campo de serviços, deixa de considerá-la um direito dos cidadãos e passa a tratá-la como qualquer outro serviço público, que pode ser terceirizado ou privatizado” (Chauí, 2001, p. 177).

O crescimento das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas continuou a evoluir, e de acordo com o número de cursos e o percentual de matrículas, se pode dizer que o Brasil apresenta o maior índice na América Latina e está entre os cinco países com maior índice no mundo (Sguissardi, 2006, p. 1028).

Nesta época, segundo dados do MEC (2006), o Brasil em 1981 contava com 65 universidades, sete delas com mais de 20.000 alunos. Nesse mesmo ano, o número de estabelecimentos isolados de ensino superior excedia os oitocentos, dos quais duzentos e cinquenta tinham menos de 300 alunos, e as novas faculdades isoladas não eram *locus* de atividades de pesquisa dedicando-se, exclusivamente, ao ensino (Oliven, 2002, p. 40).

Segundo dados do Censo de Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Brasil contava em 2007 com 2.281 Instituições de Educação Superior, sendo 249 do setor público e 2.032 do setor privado (INEP, 2009), e segundo o último censo de 2013, o Brasil conta com 2.391 IES, sendo 2.090 IES privadas e 301 IES públicas (INEP, 2015).

Na realidade o regime de exceção em sua ótica desenvolvimentista prejudicou em grande parte a educação como um todo. Sobre esta questão Martins comenta:

"Para atingir o objetivo de segurança e desenvolvimento, os governos militares viam com bons olhos a expansão do setor privado em nível de graduação. Segundo sua ótica, a pulverização de faculdades isoladas dificultada a mobilização política dos estudantes. Por outro lado, as universidades públicas, consideradas como centros de subversão, sofreram um processo de "limpeza ideológica" por meio das cassações dos professores" (Martins, 1986, p. 21).

Um fato considerado positivo, segundo os teóricos que estudam as universidades como Trigueiro (2002), é a importância dada ao desenvolvimento pelos governos militares que viam com bons olhos a expansão do setor privado ao nível da graduação.

É neste contexto que o setor público passa a ser o grande responsável pelo desenvolvimento da pós-graduação e das atividades de pesquisa, acabando por fazer avançar um importante setor do sistema universitário brasileiro. Os incentivos aos cursos de pós-graduação decorrem da importância que os governos militares passam a dar à formação de recursos humanos de alto nível no sentido de atender às novas demandas decorrentes do processo de modernização da sociedade.

Para Schwartzman (1993), o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil é resultante de alguns fatores, elencados como: valorização de recurso humano de alto nível; liberação de verbas para o desenvolvimento de programas de pós-graduação *stricto sensu no país*; atuação de agências de fomento ao desenvolvimento científico como a CAPES, voltada para o magistério de nível superior e, CNPq, voltado para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, ambos criados em 1951; a escolha de universidades públicas como *locus* principal das atividades de pesquisa, até então incipientes no Brasil; a autonomia administrativa dos programas de mestrado e doutorado; o processo de avaliação sistemática dos cursos de mestrado e doutorado, iniciados pela CAPES, 1972; criação de inúmeras associações nacionais de pesquisa e pós-graduação em vários ramos do conhecimento.

Na etapa de transição entre o término da ditadura militar e o efetivo processo de democratização, com as eleições municipais, a sociedade brasileira viveu momentos difíceis, em busca da sua identidade civil, pois já havia uma legislação universitária sedimentada, que ainda necessitava sedimentar algumas questões e reestruturar suas reais diretrizes. Por outro lado, havia uma euforia no tocante à liberdade recém-conquistada, com debates e um redimensionamento político, com o esboço de uma nova constituinte, que incluía, inclusive, a participação popular.

Sobre este momento histórico fundamental para a compreensão das universidades na contemporaneidade, Leite tece o seguinte comentário:

"Nos debates que antecederam a promulgação da Constituição Brasileira em 1988 várias associações da sociedade civil estiveram presentes. De um lado, estiveram aquelas que se

identificavam com os interesses da educação pública, que se opunham aos grupos privatistas. Sua luta procurava assegurar verbas públicas, exclusivamente para as instituições públicas governamentais. Esse grupo posicionava-se a favor do ensino público laico e gratuito em todos os níveis. De outro lado, os grupos ligados ao setor privado interessados em obter acesso às verbas públicas e diminuir a interferência do Estado nos negócios educacionais" (Leite, 2002, p. 41).

Feita a transcrição e a par das questões políticas, a Constituição Federal²⁵ de 1988 trouxe importantes benefícios para o ensino de modo geral, garantindo a melhoria do acesso, ampliação de recursos e no âmbito do ensino superior a articulação das dimensões desta modalidade e a autonomia das instituições de ensino universitário.

É interessante acentuar que o processo de redemocratização não interferiu na lei da Reforma Universitária, que se encontrava ainda em fase de implementação, de tal forma que os dispositivos mais importantes da lei 5.540/68 continuaram estruturando o Ensino Superior mesmo com aditivos legais, resoluções e pareceres complementares, regulamentando a organização das instituições universitárias.

Segundo Durhan e Sampaio (2001), alguns pontos importantes presentes na lei da reforma Universitária, ocorrida entre o período da ditadura e o início dos anos 90, colaboram para sua organização neste momento de transição. A estruturação das universidades passou a tender às seguintes características: a extinção do antigo sistema de cátedras, a introdução da estrutura fundada em departamentos, bem como a unidade de patrimônio e de administração.

Um outro ponto diz respeito à estrutura orgânica, com base em departamentos reunidos ou não, em unidades mais amplas, que também estabeleceu a unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes que estabelecia a racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos.

²⁵ A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, promulgada em 5 de outubro de 1988, é a Lei Fundamental e Suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico.

O período de redemocratização, com exceção de alguns professores que foram reincorporados às suas universidades e que haviam sido exilados ou afastados de suas cátedras, não foi dos mais felizes para as universidades públicas que pouco avançaram nas questões referentes à autonomia. Na verdade, diante de duas décadas de opressão, repressão, anulação de projetos e vetos às ideias, o processo de recuperação das universidades foi lento e difícil no Brasil.

2.6.1. A Reinvenção da Conceção de Universidade

A Educação Superior Brasileira tem como um dos primeiros marcos estruturais de regulação legislativa, o Estatuto das Universidades Brasileiras promulgado em 11 de abril de 1931, na gestão de Francisco Campos à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública. Na mesma data são baixados mais dois decretos-leis: o da Criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) e o da Organização da Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Os três decretos estão interligados: o Estatuto define o modelo de universidade a ser adotado no Brasil; a Organização da Universidade do Rio de Janeiro foi, por um lado, a primeira aplicação do modelo organizacional previsto no decreto, por outro, a definição dos “moldes” para o ensino nas diversas faculdades; e a “criação do CNE” aponta para a instalação de um “conselho técnico” com a atribuição de um órgão consultivo do Ministério.

A ideia de uma Reforma Universitária está contida em embrião na própria fundação das primeiras universidades no Brasil. Inclusive as discussões do 2º Congresso Nacional dos Estudantes, que criou a União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1938, propunham a reforma do ensino superior. E o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), criado em 1947, é apresentado como um modelo alternativo de universidade, inspirado no modelo americano, com características inovadoras: sem cátedras vitalícias, com organização departamental, cursos de pós-graduação, regime de dedicação exclusiva dos docentes ao ensino e à pesquisa e currículo flexível (Cunha, 2000, p. 173).

O projeto de uma reforma universitária, no sentido de democratização nascida e desenvolvida no âmbito do desenvolvimento estudantil nas décadas de 30 e 40,

passou a fazer parte da bandeira do Estado na primeira década da segunda metade do século XX.

Em 1961, após um período de 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, foi promulgada a Lei nº 4.024, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Mesmo possibilitando alguma flexibilidade na sua implementação, na prática, essa lei reforçou o modelo tradicional de instituições de ensino superior vigente no país. Em termos organizacionais, deixou ilesas a cátedra vitalícia, as faculdades isoladas e a universidade composta por simples justaposição de escolas profissionais; além disso, manteve maior preocupação com o ensino, sem focalizar o desenvolvimento da pesquisa. Ao conceder expressiva autoridade ao Conselho Federal de Educação, com poder para autorizar e fiscalizar novos cursos de graduação e deliberar sobre o currículo mínimo de cada curso superior, a nova Lei fortaleceu a centralização do sistema de educação superior. Como novidade, assegurou a representação estudantil nos colegiados, não especificando, no entanto, a respectiva proporção.

Na perspectiva de superar o transplante cultural, foi criada a Universidade de Brasília para servir de protótipo da Reforma Universitária, a qual deveria apoiar-se em três princípios basilares: “(...) herdar e cultivar, fielmente, os padrões internacionais da ciência e da pesquisa, apropriando-se do patrimônio do saber humano; capacitar-se para aplicar tal saber ao conhecimento da sociedade nacional e à superação de seus problemas; crescer, conforme um plano, para formar seus próprios quadros docentes e de pesquisa e para preparar uma força de trabalho nacional da grandeza e do grau de qualificação indispensável ao progresso autónomo do País; atuar como o motor da transformação que permita à sociedade nacional integrar-se à civilização emergente” (Ribeiro, 1982, pp. 171-172).

Após o Golpe Militar de 1964, a política económica adotada levou ao aparecimento de um “surto nacionalista”. No âmbito deste, questões de ordem política, económica e militar enfatizavam conceitos como “prioridades do país”, “projeto brasileiro” e geraram, nos anos seguintes, o projeto “Brasil: Grande Potência” – uma “projeção” das relações do país para o futuro. O Governo Militar preconizou uma política destinada, entre outros fins, a superar os problemas

tecnológicos da indústria nacional, dando-lhe condições de aumentar sua participação na oferta nacional e global. Foram elaborados planos para o desenvolvimento de Ciência & Tecnologia, nos quais a formação de técnicos e pesquisadores era considerada primordial (Ianni, 1996, pp. 295-296).

Neste contexto, a Universidade tinha o importante papel de produzir as “mentes” e a tecnologia que o país demandava. Modernizá-la significava, portanto, fornecer recursos que lhe possibilitassem exercer as atividades acadêmicas (ensino e pesquisa) que viriam a contribuir para o desenvolvimento econômico e social autônomo do país.

A partir de Germano (1994, p. 196), esclarecemos esta questão: “(...) é a partir do golpe de 1964 que as empresas educacionais vão alcançar notável expansão. Isto ocorreu na medida em que o Estado criou mecanismos de ordem legal, muito expressivos – como a Constituição –, que abriram espaço à iniciativa privada, à educação como negócio lucrativo”. Com efeito, os governos militares tentaram não somente se desincumbir de financiar a educação pública e gratuita, mas também cuidaram de estabelecer as condições legais que permitissem a transferência de recursos públicos para a rede particular.

Barreto (2012, p. 2) comenta:

“Como a pressão pelo aumento de vagas se tornava cada vez mais forte, em 1968 produziu-se uma expansão do setor privado que deu, por sua vez, origem a inúmeras faculdades isoladas em regiões onde havia uma maior procura, ou seja, na periferia das grandes metrópoles e nas cidades de porte médio do interior dos Estados mais desenvolvidos.”

Na Constituição de 1967 (iniciativa do Governo Militar no intuito adaptativo da Constituição de 1946 às exigências do modelo militar-tecnocrático implantado pelo golpe de 1964) sobressai o apoio à iniciativa privada no que diz respeito à educação: “Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à Iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo” (Artº. 168, parágrafo 2º).

A Constituição de 1967 suprime os percentuais mínimos de recursos a serem aplicados em educação pela União, Distrito Federal e Estados; por outro ela mantém a obrigatoriedade com os municípios e incentiva “(...) a proliferação de escolas superiores isoladas de qualidade duvidosa, em sua maioria exploradas pela iniciativa privada” (Germano, 1994, p. 207).

Sobre isto, Soares comenta:

“Após longos anos de “penumbra” - nos quais a reforma universitária era debatida, exclusivamente, nos fechados gabinetes da burocracia estatal - iniciou-se, em 1968, uma nova discussão. O Congresso Nacional aprovava a Lei da Reforma Universitária (Lei nº. 5540/68) que criava departamentos, o sistema de créditos, o vestibular classificatório, cursos de curta duração e o ciclo básico entre outras inovações. A partir daí, os departamentos substituíram as antigas cátedras, passando as respectivas chefias a ter carácter rotativo” (Soares, 2002, p. 33).

A Reforma Universitária fez-se como uma tentativa de levar a universidade brasileira a uma reformulação e atualização dos seus objetivos, da sua estrutura acadêmica, didática e administrativa, numa “busca de autênticos padrões de funcionamento” (Chagas, 1967, p. 17). Representou avanços significativos se considerada a institucionalização da pesquisa, a criação de agências de fomento, a formação de recursos humanos de alto nível e de uma estrutura de pesquisa (laboratórios, equipamentos etc.), a tentativa de construir um sistema de Ciência e Tecnologia (C&T) com condições de responder a futuras demandas por parte do setor produtivo, seus princípios – racionalização, integração e flexibilidade – denotavam a busca de uma universidade mais orgânica (internamente) e mais integrada (externamente).

Segundo seus idealizadores, a Reforma Universitária deveria buscar a homogeneização do conjunto das Instituições de Ensino Superior, estabelecer a Universidade como regra (as escolas isoladas seriam a exceção) segundo os princípios modernos de indissociabilidade do ensino e da pesquisa e da universalidade do conhecimento. Mas, rigidamente controladas pelo Estado, as Instituições de Ensino Superior foram alvo de duas políticas bastante distintas: (a) expansão: houve ampla liberdade de atuação para o setor privado que, nos moldes do capitalismo, fez das escolas superiores um negócio rentável; (b)

modernização: com apoio estatal, promoveu-se a implementação da pesquisa e da pós-graduação em áreas consideradas prioritárias pelos militares que, em pleno projeto “Brasil: Grande Potência” conferiam à Universidade um papel central na produção de conhecimento e capacitação de técnicos para alavancar o desenvolvimento económico autónomo do país.

As Instituições de Ensino Superior (IES), como resultado das políticas de expansão e modernização, a partir da segunda metade da década de 70 já evidenciavam sua heterogeneidade – algumas dedicavam-se à pesquisa (os chamados “centros de excelência”) e outras ao ensino, apesar da obrigatoriedade do modelo “único”. Dado o desprezo dos tecno-burocratas quanto às condições de implementação (insuficiência de recursos materiais e humanos) e às peculiaridades regionais e nacionais (tipo de ensino e pesquisa que convinha desenvolver), diversas tentativas de modernização fracassaram. Estes fatos, aliados a mudanças no contexto político e económico (com a crise mundial do petróleo e a explosão de juros da dívida externa) afetaram os investimentos em pesquisa do Governo Militar que, feitos nos moldes da Big Science dos grandes laboratórios norte-americanos e sem apoio do setor produtivo (desinteressado de investir na produção de C&T) mostravam-se dispendiosos e de retorno “lento”.

Isto fez com que sua expansão atingisse proporções nunca antes atingidas devido à intencionalidade lucrativa, legalizada por um Estado liberal, da iniciativa privada em progredir acentuadamente no território nacional uma vez que a Reforma Universitária legalizou, incondicionalmente, “a transferência de recursos públicos para instituições privadas de ensino superior, beneficiando seu crescimento indiscriminado por todo o país e com controlo governamental praticamente zero” (Shiroma, Moraes e Evangelista, 2007).

No que diz respeito a Reforma Universitária de 1968, Barreto (2012, p. 2), comenta a sua abrangência:

“Como grande parte do setor privado dependia dos subsídios governamentais, a Lei da Reforma Universitária (Lei nº. 5540/68), que se destinava exclusivamente às IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), acabou por se estender para além das fronteiras do sistema público federal, passando a abranger,

também, as instituições privadas que procuraram adaptar-se a algumas das suas regulamentações.”

De acordo com Oliveira e Teixeira (2004, p. 22), a participação da iniciativa privada no processo de expansão do ensino superior se deu em duas frentes principais: “uma composta por empresários do ramo da educação, até então especializadas nos 1ºs e 2ºs graus; outra formada por empreendedores do ramo de prestação de serviços, que viram no ensino superior um mercado em larga ampliação, sustentável e de grande lucratividade”.

Em 1968, as universidades representavam cerca de 12% do número de estabelecimentos de ensino superior; em 1975, esse percentual baixou para 7%. No último Censos do Ensino Superior, em 1999, as universidades representavam 15% e atualmente, pelos dados do Cadastro de Instituições de Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), representam 13%. As universidades têm capacidade para absorver uma quantidade muito maior de matrículas sendo que do total dos alunos matriculados na educação superior somente 39% são de instituições públicas, enquanto 61% são de instituições privadas, isto apesar das universidades públicas (federais e algumas estaduais) serem as maiores Instituições de Ensino Superior do País.

Face a este crescimento desordenado do ensino superior, Darcy Ribeiro apresentou considerações para a elaboração de um plano de Universidade. Destacamos a que refere que as universidades são subestruturas encravadas dentro dos sistemas sociais globais, capacitando-as, assim, a antecipar transformações viáveis dentro do contexto social, que tanto servem como meio de manutenção do sistema vigente como de mecanismo de renovação.

Darcy explana sobre a importância de um plano orientador para o funcionamento de uma universidade e que a ausência de plano condena a universidade a um crescimento deformado e desarticulado, reproduzindo o seu passado.

2.6.2. Uma Nova Reforma Universitária? 1996, o Ano das Reformulações Educacionais

As diretrizes estabelecidas para a Educação pela Constituição Federal de 1988, indicavam que havia necessidade de uma nova legislação que substituísse a lei 5.692/71, uma elaboração tecnicista do período da ditadura militar. As discussões e a formação dos grupos de trabalho iniciaram-se logo após o ano de 1988, ano da regulamentação da Constituição, mas a Nova Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional só foi aprovada em dezembro de 1996, depois de muitos cortes e discussões, pela força de vontade de senador Darcy Ribeiro, que dá o nome à Lei (Linhares, 2005).

Segundo Soares (2002), a Constituição Federal de 1988, estabeleceu um mínimo de 18% da receita anual, resultante de impostos da União, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino. Assegurou, ainda, a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais em todo os níveis e criou o Regime Jurídico Único, estabelecendo o pagamento igual para as mesmas funções e aposentadoria integral para os funcionários federais. Em seu artigo 207, reafirmou a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível universitário, bem como a autonomia das Universidades.

Segundo a nova Lei de Diretrizes de Bases (lei 9394/96), a Educação Superior passa a abranger a graduação, a educação profissional e tecnológica, os cursos sequenciais, a extensão e a pós-graduação, que por sua vez compreende a especialização, a pós *lato sensu*, o mestrado e doutorado como pós *stricto sensu*, cada curso com suas especificidades e exigências para ingresso, com os respectivos pré-requisitos (Brasil, 1988).

O artigo 43º da Lei de Diretrizes de Bases fala em estímulo à criação cultural no Ensino Superior, do espírito científico e do pensamento reflexivo, assim como de formar diplomados nas diversas áreas do conhecimento, da ciência e tecnologia, promovendo a divulgação do conhecimento. Os incisos do artigo 43º abordam todas estas questões que passam a estruturar as instituições de ensino superior.

Segundo Leite:

"A nova lei introduziu o processo regular e sistemático de avaliação dos cursos de graduação e das próprias instituições de ensino superior, condicionando seus respectivos credenciamentos e credenciamentos ao desempenho mensurado por essa avaliação. Em caso de serem apontadas deficiências, ela estabelece um prazo para saná-las: caso isso não ocorra pode haver o descredenciamento da Instituição de Ensino Superior" (Leite, 2002, p. 42).

Nesse sentido, a Lei confirma muito dos direcionamentos da Lei 5.540/68 (Lei da Reforma Universitária), pois as atividades de ensino, pesquisa e extensão permanecem indissociáveis, além de instituir que, para que uma instituição possa ser considerada uma unidade e, portanto, gozar da autonomia para abrir ou fechar cursos, ela precisa estabelecer *a priori*, o número de vagas, planejar atividades e outras medidas, além de ter, no mínimo, um terço do seu corpo docente com titulação de mestre ou doutor e um terço, contratado em tempo integral. Nessa perspectiva houve uma acentuada melhoria, tanto da qualificação dos profissionais ligados ao corpo docente, bem como das condições de trabalho, com os constantes resultados das avaliações institucionais e da institucionalização da pesquisa.

O Ministério da Educação e Cultura, a partir da Lei 9394/96, instituiu o Provão, ou as avaliações do ENADE²⁶, após o SINAES²⁷, que são formas de avaliar a qualidade dos cursos oferecidos, pelas avaliações dos alunos nos períodos finais dos cursos. A instituição é também avaliada quanto à situação das bibliotecas, laboratório e qualificação dos professores.

Segundo Motta (1997) a nova Lei de Diretrizes de Bases faz uma distinção clara entre reconhecimento e credenciamento. O credenciamento é um ato de natureza constitutiva, pelo qual se atribui uma qualidade específica às instituições que, ainda não tenham sido credenciadas, mas que preenchem os

²⁶ ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes é uma prova escrita, aplicada anualmente, usada para avaliação dos cursos de ensino superior brasileiros. A aplicação da prova é de responsabilidade do INEP, uma entidade federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

²⁷ SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sinaes é o novo instrumento de avaliação superior do MEC/Inep.

requisitos necessários para tal. É assim, um aval às instituições que atuam dentro da lei e têm reconhecida, por renovação periódica, sua habilitação institucional.

Neste sentido, a Lei 9394/96 referenda a Lei 5.540/68 e amplia as normas fixadas para o Ensino Superior, abrindo espaços para novas possibilidades de regulação das inovações do ensino universitário no Brasil.

Ao estabelecer as novas dimensões acadêmicas, Darcy Ribeiro é eleito Senador da República em 1991, e uma das suas metas foi trabalhar para promulgar a Lei que acabou por ficar conhecido como a Lei Darcy Ribeiro, a LDBEN – Lei 9.392/96.

Concluimos este capítulo alinhavando a trajetória histórica do ensino superior brasileiro e a participação de Darcy Ribeiro na política educacional, na construção, na reconstrução e nas reformas educacionais.

CAPÍTULO III

DARCY RIBEIRO

Este capítulo apresenta Darcy Ribeiro em sua inteireza, com seus amores, dores, sonhos e “fazimentos”²⁸.

Falar de Darcy Ribeiro significa falar do homem, do profissional, do estudioso da antropologia, da educação, das questões sociais e de seres humanos. O mineiro de Montes Claros que se tornou um dos intelectuais mais festejados do Brasil, por mais vaidoso que fosse, era um homem simples, que viveu dez anos de forma rudimentar entre os índios.

Falar de Darcy Ribeiro é ainda tecer uma trajetória de desafios, descobertas, espantos, ousadia e sonhos que fizeram dele um homem não só de ideias mas, sobretudo, de ações. Mergulhar em sua história de vida e de trabalho, de vida e de produção acadêmica, é descobrir um país múltiplo e rico em diversidades.

Este capítulo é fundamental para o presente trabalho porque nele se apresenta o criador das duas universidades que romperam com os modelos tradicionais e formaram um novo conceito de universidade. O ideal de universidade concretizado através da UnB e da UENF retrata o seu propósito de modernização do ensino no Brasil, na busca por uma identidade própria, que atendesse à diversidade do país. A sua grande utopia foi levar a universidade para o povo, com uma educação de qualidade.

Este capítulo conta a sua trajetória de vida, narra todos os seus momentos históricos, políticos, culturais, como os acontecimentos que influenciaram a sua vocação. Darcy Ribeiro dizia que nasceu em ebulição e que tinha pressa para que o Brasil desse certo. Dizia, ainda, que o Brasil tem tudo para dar certo e tinha pena de já não estar vivo quando isso acontecesse.

²⁸ Fazimento, termo usado por Darcy Ribeiro, para expressar as suas ações.

Percorremos o trajetória de vida de Darcy Ribeiro, desde a sua formação como antropólogo, pesquisador, indianista, educador, escritor, político, até ao seu encontro com Anísio Teixeira que o seduziu para lutar em prol da educação. Darcy Ribeiro dizia que a partir desse encontro as causas defendidas por Anísio Teixeira eram também as suas. Causas essas que eram a favor da educação laica, gratuita e de qualidade.

A formação académica de Darcy Ribeiro foi largamente influenciada pelos professores da Escola Livre de Sociologia Política de São Paulo e foi trabalhando como bolsista de Donald Pierson, uma experiência muito rica, como lembra Darcy Ribeiro, uma vez que lia e elaborava fichas de livros de autores brasileiros, que ele passou a melhor entender o Brasil e as brasilidades.

As suas obras literárias retratam com ironia as posições que julga erradas, equivocadas ou preconceituosas, configura a sua experiência antropológica, fruto da sua convivência durante 10 anos com os índios e também a forma como vê o Brasil, miscigenado, negro, caipira, subjugado pelo patronato rural. Retratam ainda o nacionalismo e o trabalhismo, fruto da herança da influência política de Getúlio Vargas.

O seu livro *A Universidade Necessária*, escrito durante o seu exílio, tornou-se um clássico na América Latina e foi fundamental para que Darcy Ribeiro se tornasse num intelectual reconhecido no mundo académico. Durante este período, Darcy foi convidado a participar ativamente nas reformas universitárias. Essa experiência possibilitou-lhe um conhecimento mais profundo dos dilemas da América Latina e, segundo ele próprio afirma, foi enriquecedora e abriu novos horizontes para a sua trajetória de educador. O exílio foi o período mais profícuo para as suas obras literárias.

Após o seu retorno do exílio, Darcy empenhou-se em defender a educação em todos os níveis de escolaridade, embrenhou-se na política, filiou-se no Partido Democrático Trabalhista (PTD) e, junto com Leonel Brizola, ganhou as eleições para o governo do Estado do Rio de Janeiro em 1983. Enquanto vice-governador acumulou vários cargos como os de Secretário Estadual da Ciência e da Cultura e de Coordenador do Programa Especial de Educação, para a implantação dos

Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Em 1991 foi eleito para o Senado Federal, tendo exercido o mandato como Senador do Estado do Rio de Janeiro até à sua morte em 1997. Durante esse mesmo período foi o principal relator do Projeto de Lei que deu origem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN 9394/96, também conhecida como Lei Darcy Ribeiro.

Falar de Darcy Ribeiro e das Universidades que ele criou, significa dizer do homem, do cidadão, do antropólogo, do político, do educador, do gestor, do ser humano que dedicou toda sua vida às causas que acreditava e pelas quais lutou. O presente capítulo abordará a figura do mentor das Universidades de Brasília (UnB) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

3.1. Recortes de Uma História de Vida, de Estudos e Trabalho

A utopia de poder criar uma universidade que fosse capaz de atender à diversidade de um país que, com quase 500 anos de existência, ainda estava em busca de emancipação intelectual frente ao continente e ao mundo, acompanhou o professor Darcy Ribeiro ao longo de sua vida, ou melhor dizendo, desde que a influência do educador Anísio Teixeira, mostrou ao antropólogo, o chão da escola pública.

Ao abraçar a causa da educação, Darcy Ribeiro começou a conceber o que ele acreditava ser, a universidade que o país precisava, ou seja, um espaço acadêmico que, ao priorizar a pesquisa e a extensão, seria capaz de produzir conhecimento para todos, com qualidade. O sonho de uma universidade para o povo, na qual a população até então excluída dos estudos superiores fosse efetivamente incluída, sempre foi parte do debate do criador da Universidade de Brasília.

São palavras de Darcy Ribeiro ao falar desse desejo de oferecer qualidade ao povo brasileiro:

“(...) Anísio exerceu uma influência muito grande sobre mim. Tanto que eu costumo dizer que tenho dois auto-egos. Um, meu santo herói, Rondon, com quem convivi e trabalhei por tanto tempo aprendendo a ser gente. Outro, meu santo sábio, Anísio...Missionário cruzados, sim, sei que eram. Cada qual de

sua causa, que eram ambas minhas causas. Foram e são: a proteção dos índios e a educação do povo brasileiro" (Ribeiro, 1997, p. 223).

Nesse recorte de sua biografia, o autor mostra a razão de toda uma vida dedicada à sua gente, a gente brasileira, com sua identidade miscigenada, suas desigualdades, suas mazelas, a quem Darcy Ribeiro dedicou uma vida de lutas, de sonhos, fazendo da utopia de criar espaços educativos de qualidade, em todos os níveis da educação do país, uma razão de viver.

Para pensar a universidade e toda a sua evolução há que se perceber a intervenção de Darcy Ribeiro, ao concretizar o seu ideal de universidade.

Barreto (2012) comenta:

“Os dados recolhidos pelo trabalho de investigação contribuirão para uma melhor compreensão do projeto educacional de Darcy Ribeiro (designadamente o conceito de “Universidade Necessária”) na génese da UnB e da UENF e permitirão estabelecer um quadro mais estruturado que determine o grau de intervenção que as Universidades Públicas brasileiras poderão ter na definição de um plano orientador para o setor universitário através da atual reforma universitária em curso, bem como potenciar a reflexão sobre o futuro da Universidade Pública no contexto das atuais políticas educacionais brasileiras.”

Darcy Ribeiro era um homem movido pelas causas que abraçava e em que acreditava, e assim lutava para que fossem concretizadas. Essas causas eram utopias até se tornarem suas convicções. Sua bandeira de luta sempre foi o desenvolvimento de seu país e ele não via outra forma de mudá-lo a não ser através da educação.

3.2. A Vida Movida Pela Paixão do Saber

O ano de 1922 é marcante para a história cultural e política do Brasil, visto ser as duas primeiras décadas do "breve século XX", como denominou Eric Hobsbawm (2000), historiador inglês, que fala em sua obra desse tempo de múltiplas transformações para o mundo.

A segunda década do século XX inaugura um tempo de importantes movimentos políticos e sociais, com o surgimento de novas ideias, muitas delas vindas do velho continente, a Europa, que já avançava em muito pontos nos quais o Brasil, apenas dava seus primeiros passos. Conforme analisa Holanda (1952), o país começa a despertar para a realidade marcada pelas fortes desigualdades que desde o fim da escravidão imperava e que a República Velha não vai conseguir camuflar. O alto índice de analfabetismo, o conservadorismo das elites agrárias em decadência e os anseios por mudanças caracterizam o cenário no qual Darcy Ribeiro nasce.

No dia 26 de outubro de 1922, na pequena cidade de Montes Claros, em Minas Gerais nasce o menino Marcos Darcy Silveira Ribeiro, filho de Dona Josefina Augusta da Silva Ribeiro, conhecida como Dona Fininha Silveira, que criou os seus dois filhos, Darcy e Mário, com o salário de professora da escola pública, com talento de alfabetizadora, reconhecido por toda a comunidade e de Reginaldo Ribeiro dos Santos.

O ano de 1922 teve como um de seus marcos a Semana da Arte Moderna, até hoje considerada como um dos momentos de rutura mais proeminentes da história do país, na medida em que os autores que foram os pioneiros de um novo olhar sobre as artes faziam uma crítica contundente ao servilismo lusitano de expressão, ao defender as falas regionais e as manifestações da rica cultura brasileira²⁹.

A Semana de Arte Moderna, não sendo bem aceita pela elite conservadora, foi alvo de vaias e polémica em torno de uma arte, que desafiava as concepções anacrônicas e fundadas em visões fechadas acerca da literatura, das artes plásticas, da música e das manifestações artísticas em geral.

As transformações políticas também foram marcantes nesse ano de turbulências, como demonstra o episódio que ficou conhecido como "Os dezoito do forte de Copacabana" (Santos, 1993). Foi ainda marcante em 1922, a fundação do Partido Comunista, do qual mais tarde Darcy será membro

²⁹ <http://www.pec.uem.br> acessado em 10/12/2014

importante e defensor de seus ideais, juntamente com outros intelectuais. Há que se destacar que, passados dois anos, um grupo de jovens educadores cria a Associação Brasileira de Educação (ABE), que iria provocar mudanças na educação de todas as regiões brasileiras.

Em 1932, o “Manifesto dos Pioneiros”, documento escrito por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores brasileiros, defendia uma escola renovada, laica, gratuita e rejeitava a presença forte das escolas católicas, muitas delas particulares e que recebiam os filhos das classes abastadas. Os educadores pioneiros, como foram chamados, receberam forte influência da “Escola Nova”, movimento educacional em defesa da não diretividade do professor, investia em métodos livres e fundados na Psicologia, além de promover uma revolução no modelo tradicional de ensino que se buscava no positivismo (Bomeny, 2001b).

Nesse cenário tem início o debate acirrado, que mais tarde influenciaria até mesmo as legislações educacionais, entre o grupo dos “educadores renovados” e os “educadores católicos”. O principal ponto da pauta dessa discussão dizia respeito ao tipo de sistema que o Estado deveria desempenhar na condução da educação privada, em abrir mão de seus privilégios (Bomeny, 2001b, p. 52).

Há que destacar, neste ponto, que o movimento da educação católica tinha forte influência política, facto demonstrado na Constituição de 1934, que consolidava a presença desse modelo de ensino na Educação Pública, ao considerar não ser facultativo constituir-se em matéria nos currículos. Apesar das lutas de poder, a educação do país foi fortemente influenciada pela “Escola Nova” com os pioneiros a terem um papel importante a partir dos anos 30, com suas ideias a influenciarem, pouco a pouco, os educadores daquele tempo.

Darcy Ribeiro, que ainda era criança à época do “Manifesto dos Pioneiros”, será, contudo, fortemente influenciado pelas ideias daqueles educadores que se propuserem transformar a educação em 1934. Quando entra para o Ginásio Diocesano, Darcy já se destaca ao participar na “Maratona Intelectual”, promovida pelo Ministério da Educação, e na qual tira o segundo lugar. O primeiro lugar é dado a Maria Yedda Linhares, que se tornaria grande amiga de

Darcy Ribeiro, ao ponto de colaborar na organização acadêmica das universidades que ele criou (Lôbo, Vogas e Torres, 2008).

No ano de 1939, Darcy Ribeiro vai para Belo Horizonte estudar medicina, mas logo nos primeiros anos sente que não é a profissão que deseja exercer, apesar do desejo de sua família.

Estimulado por sua mãe para estudar medicina, Darcy se prepara para ir para Belo Horizonte estudar e carrega na mala os dias vividos em Montes Claros, sua terra cheia de ícones, personagens, lembranças, que o acompanharão pela vida, sempre movido pela paixão de viver, conhecer, experimentar, fazer descobertas. É ele quem diz em suas *Confissões*: “Há o amor que sempre me tirou das ideias e dos ofícios, como minha devoção maior. Não vivi para o amor, mas o amor encheu a minha vida” (Ribeiro, 1997, p. 54). Assim era Darcy Ribeiro, um apaixonado pela vida e pelas pessoas e em seus percursos e trilhas colocou a paixão ao serviço do conhecimento.

Outra forte influência na formação como educador que Darcy Ribeiro recebeu, foi o de sua Mãe, Mestra Fininha, como reporta Lia Faria³⁰:

“Eu tenho uma hipótese, eu acho que a grande figura que forma Darcy Ribeiro educador, chama-se mestra Fininha, porque ela alfabetizou uma geração e o Darcy contava isso para a gente, que ele muitas vezes pegou na mão dos meninos para ensinar os meninos a escrever e tudo isso ele aprendeu com a mãe dele, na casa dele, na mesa da casa dele, então ele que diz que não domesticou e nem foi domesticado, porque não teve pai, porque ficou órfão criança e também não teve filhos, na verdade talvez ele tenha transferido essa ausência da figura paterna e essa ausência dos filhos, para essa relação que inconscientemente, ele nem tenha percebido, que ele foi desenvolvendo ao longo da vida dele toda, dentro de casa com a mãe, que era uma professora, sempre professora, mestra Fininha, uma grande alfabetizadora.”

Darcy Ribeiro se autodefine em *Confissões*, quando diz:

"Sei bem que não nasci em branco. Sei também que não nasci com destino certo, prescrito. Nasci livre. Quero dizer, meio livre

³⁰ Entrevista para esta Tese – Anexo IV.

porque trazia geneticamente inscrito todo um capital detalhadíssimo, como a forma de meu nariz, de minha boca, a textura de meu cabelo e gestos ancestrais. Biologicamente predeterminado. Duas redes de genes, a dos Silveira e a dos Ribeiro, me descreviam em borrões imprecisos, mas reconhecíveis na fisionomia, nos gostos e pendores. (...) Compus a máscara que carrego comigo, *persona* da pessoa que quero ser e a que quero que os outros creiam que eu seja" (Ribeiro, 1997, p. 51).

Quando dizia que "nasceu em ebulição", Darcy Ribeiro fala de si, como alguém impetuoso, revelado na fala apressada e articulada com o pensamento na rapidez de seus argumentos embasados, na cabeleira vasta e rebelde, nos gestos de passar a mãos nos cabelos a cada segundo demonstrando energia, na sua ironia diante de problemas graves, no seu discurso tenaz contra os poderosos e na sua indignação com as injustiças sociais e a pobreza à exploração das minorias carentes de educação, trabalho e dignidade (Bomeny, 2001b).

O mineiro e tipicamente brasileiro, Darcy Ribeiro, nasce num tempo marcado por contradições e transformações radicais, que conduziram o futuro que estava por vir. Os anos 1920-1940, no qual o debate político e científico, assim como artístico, se revelavam vivos na afirmação dos tempos modernos, as ideias borbulhavam entre os intelectuais com o discurso do novo, do progresso, da rutura, e a sociedade brasileira dava claros sinais de desejar mudanças rápidas. O momento era de busca de uma identidade nacional, pois mesmo valorizando a importação das ideias europeias e norte-americanas, o país buscava suas raízes que se encontravam na formação étnica do povo brasileiro (Heschman e Pereira, 1999, p. 92).

Mas é no campo da Educação, ao qual Darcy Ribeiro se entregaria de corpo e alma em futuro próximo, que as novas ideias afloravam, visto que a situação educacional do país nos anos 30 era de total precariedade. Educadores e intelectuais da época, como Fernando Azevedo e Anísio Teixeira, este último, natural da Bahia e um dos pensadores da educação que mais influenciou Darcy Ribeiro, faziam severas críticas à forma como a educação era tratada pelas classes dirigentes, argumentando com fundamentos concretos, tais como: altas

taxas de analfabetismo, elitismo educacional, confessionalismo na educação e conservadorismo.

3.3. Percursos, Trilhos e Atalhos: A Vida de Darcy Ribeiro

No final da década de 30, mais precisamente no ano de 1939, Darcy Ribeiro sai de sua terra natal para ir viver na capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte. Como ele próprio afirma em sua biografia: "(...) ia incompleto e muito mal acabado, sobretudo ingênuo, sem ter a menor noção disso. Era realmente um "moção" tolo de dezassete anos (Lôbo, Vogas e Torres, 2008, p. 69).

Nesse período, o mundo vivia a segunda grande guerra mundial, com a Europa sendo arrasada pelas tropas alemãs de Hitler, e diante de ditaduras nazistas e fascistas e com o Estado Novo de Vargas no Brasil, também fazendo vítimas da ditadura instalada 1937, Darcy Ribeiro se encanta com as ideias do Partido Comunista e a janela para esse novo mundo é a literatura.

Sobre esse período, Darcy Ribeiro comenta em suas memórias e é citado por outros autores:

“Os comunistas não tinham nenhuma literatura nacional nem ant imperialista. Falavam de tudo em tese, secamente. Por fortuna havia um livro de Jorge Amado sobre Prestes – O Cavaleiro da Esperança. Preso havia dez anos em uma cela triangular, sem falar com ninguém, contando todos os tijolos do chão e fazendo contas de cabeça com eles para não ficar louco. Além desse veio romântico, caiu nas minhas mãos toda uma bibliografia nova, para mim questionadora. Eram leituras de simples divulgação, como da história da filosofia, que alargavam as minhas ideias. (...) Ainda tenho um volumezinho histórico para mim, "A Viagem da Família, da propriedade privada e do Estado, de Friederich Engels, que tentei escrever quarenta anos depois com meu livro O Processo Civilizatório” (Lobo, Vogas, Torres, 2008, p. 71).

A inspiração de Darcy Ribeiro pelas ideias comunistas vinha de um desejo íntimo de lutar pela sua gente, pois desde muito novo, o menino sentia que as diferenças sociais eram muito acentuadas no lugar em que vivia. Dizia ele que "aprendeu com os comunistas a ser responsável pelo destino humano" (Lôbo, Vogas, Torres, 2008, p. 71). Nesse sentido, a influência do partido comunista

atiçou seu fervor utópico, criando nele um sentimento de ver a realidade brasileira como a base de um projeto de criação de uma sociedade solidária.

Mas após três anos em Belo Horizonte a vida de Darcy Ribeiro sofreu uma enorme transformação uma vez que, definitivamente, constatou não ter vocação para a Medicina o que o fez aproximar-se de outros campos, levando-o a optar por uma formação acadêmica na Escola de Sociologia Política de São Paulo. Assim ele abandona o curso de medicina em 1943. Em sua biografia, ele chega a contar que sua vocação era literária, afirmando que os anos em que estudou medicina levou "bomba", porque estava descobrindo novos mundos, realizando cursos na Faculdade de Direito (Ribeiro, 1997, p. 70). Nesse tempo era um apaixonado pelas causas revolucionárias e o seu espírito rebelde diante das injustiças social já se manifestava claramente.

Quando Darcy Ribeiro chega a São Paulo em 1943, a cidade vivia um momento especial, ou seja, a Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934, tinha seus primeiros cientistas sociais com formação universitária³¹.

Sobre este projeto de universidade paulista, até aos dias atuais considerada uma referência de qualidade do ensino superior brasileiro, abrigava nesse tempo um amplo movimento que visava enfrentar os problemas da realidade, visto que a sociedade vivia um processo de industrialização, necessitando de quadros academicamente preparados para pesquisas empíricas, naquele instante fundamentais para traçar o futuro do Brasil (Ribeiro, 1997).

Mattos (2007) sinaliza a respeito dessa época, que foi publicado um manifesto nos jornais da época em que diretores de instituições de ensino superior reivindicavam a criação de um centro de cultura política e social capaz de promover a criação de vínculos entre as pessoas na luta pelo bem comum, bem como estimular a pesquisa sobre as condições de vida e os problemas da realidade brasileira.

³¹ A USP nessa época abrigava as instituições pioneiras na área de Ciências Sociais; a escola Livre de Sociologia (ESSP) e a faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Ciências humanas (FFLCH)

Para um pensador ousado como Darcy e inquieto diante do que se repete e do conservadorismo, as trilhas que se abrem na vida não são fruto do acaso, mas da persistência em buscar o que lhe move, o desejo que nasce da vontade de querer fazer algo pela sua gente. O encontro de Darcy Ribeiro com Donald Pierson, na Escola Livre de Sociologia e Política em 1939, vai de certa forma definir o futuro pesquisador. O sociólogo chega à Escola na mesma época de Darcy, eles que já se haviam encontrado em Belo Horizonte.

Sobre esse tempo, fica clara que a influência de Pierson fez surgir no jovem Darcy a preocupação com o Brasil, sobretudo após ler vários historiadores e escritores que falavam de um Brasil que ele desconhecia. Percebe-se essa influência em livros como *Os Brasileiros* e *O Povo Brasileiro*. Mas, conforme sinalizava o próprio Darcy Ribeiro em suas *Confissões* (Ribeiro, 1997), a maior influência intelectual que ele teve ao longo de sua vida foi a de Herbert Baldus, etnólogo alemão que chega ao Brasil em 1933. Entre os anos de 1948 e 1963, Darcy e Herbert Baldus trocaram extensa correspondência, reveladora do enorme respeito e admiração entre eles.

Sobre isso, Ribeiro (1997, p. 42) comenta:

“O melhor professor que tive foi Herbert Baldus, poeta prussiano e etnólogo apaixonado de nossos índios. Frequentei por três anos seu seminário de pós-graduado de etnologia brasileira. (...) Aprendi muito com Baldus. Aprendi sobretudo a fazer meu, seu ideal científico de estudar a natureza humana pela observação dos modos de ser, de viver e de pensar os índios do Brasil.”

O período de 1943 a 1946 é para Darcy Ribeiro pródigo pelas experiências que viveu na universidade, com o Curso de Ciências Sociais, pois nesse período ele consegue estabelecer relações com figuras do mundo acadêmico e de forma internacional. Ele comenta, a respeito dessa fase de descobertas acadêmicas neste período:

“A guerra tinha exportado o melhor para nós. Lá em São Paulo estava Lévi-Strauss, a maior figura da Antropologia de língua francesa e mesmo mundial, em segundo lugar ao lado dele, estava o Radcliffe-Brown, um nome mais desconhecido, mas tão importante quanto o de Lévi-Strauss. E não é impossível que dentro de dez anos se fale mais de Radcliffe-Brown do que Lévi-Strauss. Radcliffe-Brown passou toda a guerra em São Paulo e

Lévi-Strauss estava lá quando cheguei. Vários outros cientistas também estavam lá. O Donald Pierson, o Roger Bastide, o Arbousse Bastide. Havia um grupo todo de geógrafos franceses e de historiadores. Uma quantidade de gente de alta qualidade estava em São Paulo, quando eu lá estudei” (Schwartzman, 1984, p. 41).

Essa convivência com grandes intelectuais da época foi fundamental para a vida acadêmica do jovem vindo de Minas Gerais, de uma pequena cidade do interior. Mas, quando se fala de trilhas e atalhos, algumas delas se fizeram obstáculos que tiveram que ser superados para que o intelectual Darcy Ribeiro continuasse sua jornada como cientista. Uma das pedras que atravessou seu caminho é dita por ele, como uma grande decepção e esta se deu logo após sua chegada à Escola de Sociologia Política de São Paulo. É ele que conta em depoimento a Schwartzman em entrevista:

“(...) na escola faziam uma espécie de teste psicológico, desses testes que usavam no exército norte-americano e adaptado ao Brasil. Era teste de inteligência do quociente intelectual e a escola fazia isso como uma espécie de vestibular. Eu já era bolsista, tinha vindo de Minas como bolsista. Cheguei lá... Eu podia entrar no segundo ano, mas Pierson sugeriu que eu entrasse no primeiro ano e, então me aplicaram o teste. No teste deu um grau de burrice total. Eu era muito burro porque meu quociente intelectual era baixíssimo. E o Pierson ficou impressionadíssimo, porque ele tinha trazido de Minas um geniozinho, e o gênio era uma besta. E aquele mal-estar era terrível. Se eu não tivesse couro duro, eu me teria suicidado ali” (Schwartzman, 1984, p. 55).

Na verdade, a vida de Darcy Ribeiro foi marcada por tensões, na medida em que ele próprio confessa, viver entre o espírito revolucionário e a militância comunista e o grupo da Escola Livre de Sociologia e Política. Havia nesse tempo em Darcy Ribeiro uma certa pureza trazida de Montes Claros e, por vezes, ele revela em suas memórias, uma certa melancolia dos amigos deixados em Belo Horizonte. Sua vida em São Paulo será de múltiplas descobertas, decepções e busca de uma identidade acadêmica, que lhe será oferecida pela Antropologia e as influências que recebeu de seus mestres (Ribeiro, 1997, p. 21).

Quando, em 1946, Darcy Ribeiro se forma em antropologia pela Escola Livre de Sociologia e Política, espaço de formação que já lhe havia proporcionado tantos

encontros, ele se vê diante de um impasse, pois várias portas se abriram para ele, o mais difícil era tomar uma decisão. É ele quem diz em suas *Confissões*, que até mesmo ser diretor de um jornal Comunista, surgiu como opção. Uma outra alternativa que se apresentou ao recém-formado antropólogo foi o cargo de assessor de Roberto Simonsen, na Federação da Indústrias, por indicação de Alexandre Kafka, que o deixou apavorado diante da possibilidade de ver seu nome vinculado à direita. Enfim, faz a opção por seguir o Marechal Rondon, como etnólogo indianista (Ribeiro, 1997, p. 42).

Marechal Rondon seduziu Darcy Ribeiro, através do seu trabalho, abrindo caminhos, desbravando terras, lançando linhas telegráficas, fazendo mapeamentos de terreno e, principalmente, estabelecendo relações cordiais com os índios, seduziu Darcy a ingressar no Serviço de Proteção dos Índios (SPI), em favor das causas indígenas. Viveram quase 10 anos entre as tribos do Brasil Central e da Amazônia, fizeram contato com muitas tribos, entre elas os bororo, nhambiquara, urupá, jaru, karipuna, ariqueme, boca negra, pacaás novo, macuporé, guaraya, macurape. O lema do Marechal Rondon era: "Morrer se necessário for! Matar nunca!".

A foto a seguir mostra Darcy Ribeiro e Marchal Rondon na foz do Rio Amazonas.



Fotografia 1 – Darcy Ribeiro e o Marechal Rondon na Amazônia

Fonte: FUNDAR

A partir do ano de 1947, Darcy ingressa no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), chegando a conviver com as comunidades indígenas, que o próprio considerava como uma das experiências mais ricas na carreira de um antropólogo.

O próprio Darcy Ribeiro comentou esse tempo:

“[...] viver dez anos estudando índios e sertanejos das regiões mais ermas, me proporcionaram uma imagem particular do Brasil em que se destaca antes a pobreza das fronteiras da civilização ao longo das quais os brasileiros avançam sobre o deserto interior para ocupar o território nacional, do que a riqueza das grandes cidades. É ela, provavelmente, que me faz identificar os brasileiros com as multidões marginalizadas e não com as minorias que vivem na abundância” (Ribeiro, 1991, p. 9).

Sua amizade com Rondon encontra-se bem patente numa fita em que o Marechal dos Índios, como era conhecido, dita em língua bororo uma apresentação de Darcy, quando da morte do último grande chefe bororo. Na fita está gravada a seguinte mensagem, que Darcy Ribeiro (1991, p. 42) lembra em suas *Confissões*:

“Olhem este homem. É o Darcy. Ele está aí no meu lugar. Estou velho, não aguento mais uma viagem longa do Rio até aí. Olhem bem para ele. Seus olhos são meus olhos, olhando tudo para me vir contar. Seus ouvidos são meus ouvidos. Eles ouvem tudo o que vocês disserem para repetir aqui para mim. Prestem atenção na sua boca. Tudo que ele falar sou eu, Rondon, que está falando aos Bororos” (Ribeiro, 1991, p. 151).

Há que se destacar a enorme contribuição de Darcy Ribeiro para a criação do Parque do Xingu, que além da proteção dos índios, buscava proteger o meio ambiente dos depredadores e especuladores da Amazônia, do Pará e seu entorno. Os estudos de Darcy Ribeiro junto dessa região contribuíram para que se instituísse uma Política Nacional do indigenismo, com leis capazes de preservar o que restou dessas comunidades nativas.

Entre muitos atalhos nos quais penetra sem medo, outra forte influência na vida do antropólogo, educador, escritor, político, intelectual Darcy Ribeiro, foi Berta Gleizer, jovem romena que no ano de 1945 vem para o Brasil, sob a tutela do Partido Comunista, fugindo da guerra. Casa-se com ela e vivem juntos 30 anos, mas o casamento não proporcionou filhos ao casal. Segundo os amigos mais

próximos, foi o grande amor de sua vida, permeada de muitos amores, alguns platônicos e outros arrebatadores, conforme ele mesmo confessa. Berta é fundamental na carreira de Darcy como antropólogo, sobretudo no período em que ele atua no Serviço de Proteção ao Índio. É ela quem o ajuda a elaborar a sistematização de suas pesquisas juntos dos índios Kadiwéu de Mato Grosso que lhe granjeia diversos prêmios (Mattos, 2007, p. 16).

Berta acompanha Darcy, de forma discreta, sempre o ajudando na sistematização de suas ideias e pesquisas. Segundo Lôbo, Vogas e Torres (2008), a companheira de Darcy era dona de um impulso produtivo raro e foi presença imprescindível na trajetória profissional de Darcy. No longo período em que estiveram juntos, Berta ajudou a organizar o acervo das obras de Darcy e escreveu vários trabalhos acadêmicos falando da obra que o companheiro havia produzido.

Segundo Lôbo, Vogas e Torres:

“Companheira discreta e dona de um impulso produtivo raro, Berta Ribeiro foi presença indispensável na trajetória profissional de Darcy. Sem Berta, segundo ele mesmo costumava dizer, seus “Estudos de Antropologia da Civilização não seriam escritos”. No longo período em que estiveram casados, Berta se dedicou exaustivamente e com extraordinária competência à organização do já então volumoso arquivo/acervo de Darcy, como também à preparação de numerosos trabalhos de cunho acadêmico. Berta teve assim, uma trajetória profissional talvez obscurecida, mas não menos profícua que a de Darcy” (Lôbo, Vogas e Torres, 2008, p. 40).

Anos mais tarde, em meados da década 90 do século passado, a militante da causa indígena, Berta voltaria a namorar com Darcy Ribeiro, já doentes e acometidos pelo câncer que os vitimariam (Lôbo, Vogas e Torres, 2008, p. 37).

Darcy Ribeiro, influenciado pela sua convivência com os índios, quando volta do SPI, em 1953, cria no Rio de Janeiro o Museu do Índio e o Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural, que mais tarde se tornará precursor dos programas de pós-graduação em Antropologia.

Darcy Ribeiro passa então a dar aulas de antropologia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1961, redigiu o projeto para a criação do Parque Indígena do Xingu, projeto este dos Irmãos Villas Bôas, com o intuito de demarcar as terras indígenas e preservar a zona de transição florística entre o Planalto Central e a Floresta Amazônica.

É a partir de 1955, com a eleição de Juscelino Kubitschek, que Darcy Ribeiro é convidado a participar das reformas educacionais, trabalhando na concretização da LDB de 1961, e é nesse momento que ele encontra Anísio Teixeira e, entre eles, surge desse encontro uma amizade única que se estenderá por toda a vida.

O próprio Darcy relata esse encontro, quando diz textualmente:

“Vocês sabem de mulheres que seduzem homens, não é? Homens que seduzem as mulheres, que são uns sacanas. Mas homem também seduz homem, não no sentido da frescura. Homem seduz homem no sentido do outro intelectual. E eu fui seduzido totalmente por esse cara chamado Anísio Teixeira. Era um pequenininho. O homem mais inteligente que já vi. E o Anísio me detestava. Falavam de mim com ele e ele dizia: “Esse cara mexe com índios”. Como quem diz: “Doutor de merda! Doutor de índio”. O Anísio não me dava a menor bola, e eu também achava o Anísio meio chato. Um dia, fui fazer uma conferência, a pedido de um antropólogo norte-americano. Fui fazer uma conferência para um grupo de que o Anísio era o principal orador. Então, decidi falar de uma tribo, da organização social dessa tribo. E eu comecei a falar da organização social. Então, de repente, o Anísio começou... Ele olhava para mim e dizia: “São uns gregos. Uns gregos”. E eu continuava falando. E ele dizia: “Gregos, gregos”. E eu falava. “Gregos, são uns gregos”. (...) Então, através dos gregos, o Anísio entendeu os índios, e através dos gregos, eu, índio, entendi o Anísio” (Ribeiro, 2010, p. 15).

A partir desse encontro com Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro diz que foi feito vice-diretor do INEP, e transformou-se em educador.

3.3.1. Um Antropólogo com Alma de Educador: O Pensamento Educacional de Darcy Ribeiro

A antropologia chega a Darcy Ribeiro através da enorme influência exercida pelos professores da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, sobretudo a partir de 1939, quando chega ao seu campus, o sociólogo norte-americano Donald Pierson, que exercerá forte influência na vida acadêmica de Darcy Ribeiro. Na realidade, Donald Pierson é o responsável pela saída de Darcy Ribeiro de Belo Horizonte para São Paulo, após o convite do movimento estudantil mineiro, para que ele fizesse uma conferência em Belo Horizonte. Nesse tempo, o diretório central de Minas encontrava-se envolvido na criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro e Darcy Ribeiro, ágil e falante em sua militância, organizava conferências com grandes nomes das ciências humanas.

Sobre isso ele diz:

"(...) Pierson passou vários dias comigo, visitando as velhas cidades mineiras: Ouro Preto, Mariana, Congonhas, Sabará. Espantado de ver riqueza prodigiosa daquelas igrejas, todas de uma cultura barroca que floresceu no período colonial. No seu país nunca houve nada assim. Acabou me oferecendo uma bolsa de estudos para a escola de Sociologia Política de São Paulo" (Ribeiro, 2010, pp. 92-93).

Conforme sinaliza o próprio Darcy Ribeiro, Pierson era um excelente professor de sociologia; sistemático, delicado, convicto de que cultivava uma ciência séria e já tinha uma espécie de experiência com o Brasil, pois havia escrito um livro sobre os negros no Brasil, considerado um bom livro. Doutor em sociologia pela universidade de Chicago, o sociólogo foi chamado para trabalhar na Escola livre pelo então diretor, Cyro Berlink, e sua presença na universidade contribuía para dar uma orientação ao Projeto Político pedagógico da escola, direcionado para os estudos da comunidade (Lôbo, Vogas e Torres, 2008, p. 19).

Foi a partir da influência de Donald Pierson, que as preocupações de Darcy Ribeiro se voltaram para o Brasil. Logo após a chegada de Darcy Ribeiro à Escola Livre, Pierson desenvolvia um projeto junto com o professor Mário Wagner Vieira da Cunha, que consistia na elaboração de uma bibliografia crítica

da literatura e ensaísta sociológica. A tarefa dada ao jovem bolsista Darcy Ribeiro era ler e elaborar fichamentos de dezenas de livros, de autores brasileiros, tais como Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana e outros, além dos romances regionalistas. Essa experiência se revela bastante rica, como o iniciante pesquisador revela: "Enquanto as aulas de Ciência Sociais me arrastavam para fora das esplêndidas construções teóricas, aquela bibliografia me puxava para dentro do Brasil e das brasilidades" (Ribeiro, 1997, p. 121).

Sobre Pierson, Darcy Ribeiro comenta em suas memórias:

"Da sociologia de Pierson, aprendi o discurso acadêmico norte-americano e algumas técnicas operativas da pesquisa de campo. Aprendi muito mais com o seu profissionalismo e seriedade, a fé com que pesquisava, confiante nos inquéritos que fazia e cheio de medo de interpretações teóricas abrangentes. Grandes virtudes de Pierson eram nos dar horas e horas e dias de seu tempo e o seu interesse pela ecologia humana" (Ribeiro, 2010, p. 125).

A marca do antropólogo se fez presente em tudo o que escreveu ao ver o mundo tentando penetrar nos olhos do "outro" e seguindo, assim, na busca incessante das angústias, das alegrias e da lógica dos povos. Nesse percurso, acabou por viver durante dez anos entre os índios brasileiros, procurando neste tempo ser o menos "Darcy" possível e ser assim muito mais os Urubu-Kaapor, os Kadiweu e tantos outros. A partir da essência destas culturas, o mundo assumiu inevitavelmente uma grande parcela do pensamento indígena, do *modus vivendi*, dos povos nativos. Assim, quando ele diz que seu "socialismo é com este talento índio da convivência", para que o mundo compreenda o que isto significa requer seguir o mesmo caminho de Darcy e procurar conhecer, ao menos ligeiramente esta sociedade para descortinar a ideia precisa, do que é o espírito de coletividade, nas analogias com as sociedades indígenas que são uma marca registrada de seus livros.

Por vezes, a posição de se negar a enquadrar suas idéias em esquemas pré-concebidos causava desconforto, gerando a eterna discussão sobre sua natureza ideológica. Marxista, ele jamais o foi, aos olhos dos outros "comunista". Para si próprio "um herdeiro de Marx, um seguidor, contudo sem nunca ser

comunista, nem ao menos marxista". Apesar disto, ele sempre se utilizou de conceitos marxistas na construção de suas teorias, mesmo fazendo o que chamava de "calibragem" – empregava a dialética no entendimento da construção da nação brasileira e também da América Latina, assim como as idéias acerca da "revolução", pois para ele as contradições se apresentavam como parte da realidade brasileira.

No Brasil as categorias de classes sociais não deveriam ser aplicadas como até então, pois, ao contrário da Europa, dizia que jamais tivemos aristocracia feudal, burguesia progressista ou operariado revolucionário. A estratificação social do país seria bastante diversa. Estas afirmações, sem dúvida, se remetem em grande parte a Florestan Fernandes, seu companheiro da USP. A revolução, tão esperada como modificadora e estopim da evolução social, para ele só serviria se "fosse pacífica e democrática", um contra-senso para os marxistas.

Sobre isto, Lôbo, Vogas e Torres comentam:

“Mesmo sua trajetória como antropólogo se deu de forma pouco usual: enquanto seus parceiros se debruçavam sobre indígenas apenas dois ou três meses por ano e passavam o resto de suas vidas em escritórios, ele fez questão de seguir contrariamente a esta corrente. Se alinhou às idéias dos "neo-evolucionistas", intelectuais variados como Gordon Childe, Leslie White, J. Steward e R. Redfield, cientistas que se dedicaram ao novo entendimento da formação da humanidade, das culturas, dos povos e, sobretudo, dos novos Povos-Nações, nascidos do processo de expansão colonizadora desencadeado entre os séculos XV e XVI pelos europeus e em contínuo movimento, ao menos até o presente momento. Seus Estudos da Antropologia das Civilizações nascem desta influência e filiação, e vale lembrar que o último volume destes estudos e sua obra de maturidade é nada menos do que O Povo Brasileiro: Formação e o Sentido do Brasil, obra inspiradora deste trabalho presente” (2008, p. 19-24).

Quando escreve esta obra, Darcy se sente muito à vontade, não só pela longa existência sempre metido nos assuntos nacionais e senhor de vários "fazimentos" mas também pelo profundo conhecimento que tinha da historiografia nacional, desde seus tempos de bolsista na Escola de Sociologia e Política quando teve de se familiarizar com os grandes autores nacionais, até

a convivência com muitos deles. Estudou as obras de Von Martius, Capistrano de Abreu, Paulo Prado, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sylvio Romero, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Monteiro Lobato, Mário de Andrade e tantos outros que fariam desta lista um capítulo. Portanto, quando escreve e/ou questiona estes autores, o faz com propriedade.

Os Estudos de Antropologia da Civilização, iniciados com *O Processo Civilizatório*, de 1968, prosseguem em *Os Índios e a Civilização*, de 1970, além dos que já foram acima citados, e terminam em *O Povo Brasileiro*, de 1995, obra-síntese dos estudos que enfim aplicam ao Brasil toda a rede teórica criada ou assimilada por Darcy. Esta produção, talvez a mais longa do autor (só *O Povo Brasileiro* foi reescrito três vezes), começa em 1964, no Uruguai, e só vai receber seu último volume em 1995, com a publicação do referido livro. Durante todo este período, Darcy também produziu um número bastante grande de ensaios e críticas em jornais e revistas, os quais reuniram não só em *Ensaio Insólito*, de 1979, como também em *O Brasil como Problema*, de 1995, *Sobre o Óbvio*, e *Mestiço é que é bom*, (publicado em forma de entrevista), de 1997. Nestes, faz ressaltar seu lado político, sem maiores preocupações com o rigor teórico e conceitual. No entanto, mais uma vez, não se faz irresponsável ou contraditório.

A experiência antropológica de Darcy Ribeiro está presente em *O Povo Brasileiro*. Darcy diz "*que o socialismo em que acredita é com este talento indígena da convivência*", e também não é casual a referência sobre a revolução em liberdade - tema sobre o qual irá dizer anos depois acreditar e esperar de forma "pacífica e democrática". Escreveu ainda *O Mulo*, de 1981, onde trata sobre as questões do negro e do caipira subjugados pelo patronato rural. Ele retomará o tema de forma científica em *O Povo Brasileiro; Utopia Selvagem*, de 1982, que é uma fábula delirante sobre o futuro do Brasil e da América Latina; *Migo*, de 1988; e *Noções das coisas*, obra dedicada ao ensino de princípios de antropologia para crianças e ilustrada por Ziraldo, de 1995.

Acrescentamos aqui uma explicação do próprio Darcy sobre *Utopia Selvagem* que dá a exata dimensão da loucura que por vezes se embrenhava em seus escritos, diz ele:

"Minha terceira novela, *Utopia Selvagem*, é uma espécie de fábula brincalhona, em que, parodiando textos clássicos e caricaturando posturas ideológicas, retrato o Brasil e a América Latina. (...) O melhor da minha Utopia é um capítulo orwelliano, que desenha o mundo do futuro regido pelas multinacionais. Impagável. Gosto também do último capítulo, escrito para ser filmado por Glauber, sobre a alucinação coletiva de um povo indígena pela força da ayahuasca, que se chama também santo daime. Nas últimas páginas, a aldeia é uma ilha que sobrevoa o mundo e trava uma guerra contra o exército, a marinha e a aeronáutica, que atiram com seus canhões sobre ela. A aldeia inteira revida cagando na mão e jogando bosta nos milicos" (Ribeiro, 1997, pp. 514-515).

Como antropólogo, Darcy Ribeiro contribuiu para que os próprios brasileiros compreendessem o valor de suas origens mestiças e delas se orgulhassem.

A esse respeito Carlos Alberto Dias³² comentou em entrevista a este trabalho:

"Eu li muitos livros do Darcy e fui muito atraído também pelas posições dele em defesa do povo indígena brasileiro. O meu fio de ligação com o Darcy é por aí. (...) Eu diria que ele me influenciou muito a forma de ver o Brasil, de me sentir brasileiro, de descobrir a minha própria identidade brasileira. Então em um desses encontros, em São Paulo, na Universidade Católica de São Paulo, ele deu uma conferência sobre os povos indígenas e eu mandei uma pergunta escrita para ele, e ele gostou tanto da minha pergunta que ele leu para a platéia e depois de elogiar a pergunta, sem saber de quem era, ele passou a responder. E eu me senti à vontade para quando terminasse a conferência me apresentar a ele como um indígena brasileiro".

A formação de educador de Darcy foi adquirida com a prática, com seu grande mestre, como ele o chamava, Anísio Teixeira, ambos comungando o mesmo sonho da Escola Nova, sobre isso lembra Cândido Alberto da Costa Gomes³³:

"A formação de educador, ele adquiriu na prática e foi com um grande mestre da educação brasileira, sempre lembrado por ele nas nossas conversas que foi o Anísio Teixeira. Então ele trabalhou com o Anísio Teixeira, claro que eram pessoas de formação e temperamentos diferentes, de vez em quando se alfinetavam. Ele publicou um artigo na revista do seu gabinete, o título era "Dr. Anísio", em que ele reproduz uma fala do então

³² Entrevista para esta Tese – Anexo VI.

³³ Entrevista para esta Tese – Anexo V.

Diretor Geral do INEP em que dizia que o Darcy tinha a facilidade para a incidência de tomar decisões. O Anísio demorava a decidir e se colocava diante de uma encruzilhada, refletia e demorava a se decidir. O Darcy que já tinha experiência política, o Anísio também, mas o Darcy já desde antes tinha uma grande experiência política como ativista e depois como membro do Partido Comunista Brasileiro quando estava em São Paulo, pensava mas logo depois sabia que havia um tempo para tomar a decisão, e então eles de certa forma se ironizavam, cada um no seu ponto de vista.”

Lia Faria³⁴ acrescenta que a Professora Maria Yeda Leite Linhares teve grande influência na formação de educador de Darcy Ribeiro:

“Outra pessoa que influenciou muito Darcy, embora a literatura fale pouco, é a Maria Yedda Leite Linhares, que é viva até hoje e está com quase 90 anos. A Maria Yedda foi amiga de Darcy, mais de 50 anos, uma vida inteira, de certa forma eles sempre competiram, eram duas pessoas muito inteligentes, brilhantes.”

Darcy foi um crítico feroz da mídia que, segundo ele, "emburrece sem nenhuma responsabilidade". Em sua obra antropológica está a presença do nacionalismo e do trabalhismo, herança de Getúlio Vargas. Todo o patriotismo que demonstra, a paixão pelos temas nacionais e a compulsão pela brasilidade são frutos desta marca, que provocou muitas desavenças sobretudo com os intelectuais filiados à USP, que tinham uma verdadeira ojeriza ao nacionalismo varguista. Em contrapartida, Darcy afirmava constantemente que faltava nacionalismo à USP. O outro elemento, que era motivo de diferenças, foi justamente a sua atração pelos já mencionados "neo-evolucionistas".

Sobre a influência política de Vargas, Darcy Ribeiro comenta o fato de se tornar socialista no sentido trabalhista:

“Entrei para política militante quando vi, assombrado o Presidente Getúlio Vargas, com mais de 70 anos, matar-se. (...) Vi ali o que causava revolta na minoria que vive à tripa forra, era a identidade com os trabalhadores e sua política de industrialização e produção autônoma de petróleo e de eletricidade. Desde então me defino como socialista. Socialista trabalhista, de quem luta para forçar o capital a remunerar o trabalho, de lutar para que o Estado cumpra seus deveres na área da educação e da assistência às camadas mais carentes da população” (Ribeiro, 1992, p. 20).

Na verdade Darcy nunca foi muito bem aceite pelos acadêmicos da USP. Darcy se configurou como um intelectual atípico, complexo e cheio de características próprias e mesmo com toda a polêmica Darcy sempre fez questão de se manter no papel de protagonista, pois como um intelectual que falava na primeira pessoa, partia diretamente para os confrontos com sua genialidade.

Mesmo que suas posições incomodassem os acadêmicos mais conservadores, ele foi muitas vezes convidado para participar de eventos de variadas universidades. Em discurso proferido no I Congresso Interno da Universidade estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Darcy Ribeiro proferiu a palestra de abertura da qual faz parte o seguinte fragmento:

“Eu vos saúdo, com grande contentamento, pelo fato que está se dando nesta hora. Uma Universidade brasileira toma a si mesma como seu tema, para se repensar, se discutir, para se redescobrir e assumir compromissos. Era a hora de fazê-lo, e não poderia ter sido antes. Antes vivemos os resultados da redemocratização, pela abertura democrática, não havia ambiente e nem meios para que, seriamente, todos os corpos constituintes de uma Universidade tivessem a liberdade e a responsabilidade de chamar a si a discussão de si mesmo. De fato, nossas Universidades eram academicamente irresponsáveis. As decisões eram tomadas pela constante recondução nos melhores cargos, mas muito mais preferentemente, pelos tecnocratas do Ministério da Educação. Eram cargos, eram decisões, eram ordens que vinham de cima, e desciam sobre uma Universidade humilhada e oprimida. A redemocratização, que apenas começa a dar luzes como a madrugada de um amanhecer, já é suficiente para que nos olhemos uns a cara dos outros, para esse ato de tomada de consciência crítica, de repensar a UERJ que deve ser, a UERJ que queremos ser, a UERJ que precisa ser para que exerça sua missão com fidelidade ao povo do Rio de Janeiro que a mantém e nutre” (FUNDAR – Arquivo DR/1982.08.01, pasta II).

Darcy Ribeiro fez esse discurso no período que retorna ao Brasil após o exílio, momento de redemocratização, passados os anos de escuridão da ditadura militar que expulsou seus intelectuais e pesquisadores do seu chão. O ponto mais interessante a ser destacado na fala aos professores e demais profissionais da UERJ é o tom crítico que Darcy Ribeiro dá as suas palavras. Ao abordar a necessidade da universidade realizar a auto-avaliação de forma crítica e transparente, já revela um traço de pensador e de certa forma, atrai desafetos

que preferem não sair do comodismo e da “zona de conforto” na qual permanecem, sem causar quaisquer inquietações.

Carlos Alberto Dias³⁵ fala de sua descoberta de Darcy Ribeiro nos EUA:

“Houve um episódio interessante, também digno de nota, na minha descoberta de Darcy Ribeiro, ocorrido nos Estados Unidos. No campus de Berkeley da Universidade da Califórnia, eu estava fazendo doutorado, quando um dia tive a curiosidade de examinar a biblioteca central, que é enorme, mas eu sempre gostei muito de livro e então fui em todas as partes da biblioteca e descobri uma sala exclusiva sobre o Brasil. Lá eu vi muitos livros de Darcy Ribeiro que nunca tinha visto no Brasil, e muitos livros sobre temas da nossa formação e identidade como povo, que eu nunca tinha visto antes. Fiquei muito envergonhado, como brasileiro, em verificar que no Brasil isso não existe, ou se existe não se acha ao alcance de um jovem curioso. E lá está exposto para o aluno americano dispor dessas informações. Então, eu decidi, nesse dia, construir uma biblioteca brasileira na minha casa quando eu voltasse e assim eu fiz quando voltei. Eu tenho uma biblioteca brasileira que o Darcy valorizava muito, que marcou mais um traço de identificação com Darcy.”

Esse cidadão brasileiro, mineiro, falante e de temperamento forte e tempestuoso criou não só duas universidades no Brasil, como também influenciou tantas outras em todo o mundo. Não é sem razão, que era recebido com reverência em todos os países latino-americanos, europeu e asiáticos e recebeu dezenas de títulos pelo mundo afora.

Existe em Darcy Ribeiro uma visão educativa e social bem mais larga do que a da universidade. À partida, as instituições que criou nada têm a ver umas com as outras, como o Museu Índio, a UnB, a UENF ou o papel dele como antropólogo e o de reformador do sistema educativo, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Não existe distância entre “utopia e realidade” pois ambos os lados fazem parte de uma mesma história, uma mesma montagem do dispositivo social.

³⁵ Entrevista para esta Tese – Anexo VI.

É explícita a vontade de vencer o tempo e o esquecimento, permanecendo na memória das gerações futuras. O desejo de ser lembrado se realizaria pelas obras que edificou e que permaneceriam como testemunho, contrastando com as “tantíssimas” aulas que deu, condenadas ao esquecimento. Darcy seria lembrado por suas obras – ou “fazimentos”, como gostava de chamá-las – e não por sua atuação acadêmica. Isso, porém, não o deixava confortável.

Neste trecho, escrito em 1996, quando a proximidade da morte o motivara a escrever suas *Confissões* – última oportunidade de se definir –, evidencia-se a preocupação com a forma como seria lembrado. Mais do que isso, Darcy expressava o sentimento de impotência quanto à memória que seu nome evocaria quando não mais. Neste pudesse assumir o protagonismo da interpretação de si.

A despeito de definir-se como um homem de ação, lamentava não ser reconhecido como um intelectual e um homem de ideias: “Temo muito ser recordado no futuro mais por meus empreendimentos que por minhas ideias, o que será uma injustiça” (Ribeiro, 1997, p.521).

3.4. Exílio e Estudo: O Aprofundamento Sobre os Temas Educacionais

Quando se dá o Golpe Militar de 1964, Darcy Ribeiro é o chefe da casa civil do então presidente João Goulart e como representante de um governo democrático, que é retirado à força através de um golpe que colocaria o país na “escuridão”, seu destino é o exílio. Por outro lado ele era um dos intelectuais que lutava pela Reforma Universitária que viu morrer, perante o atributo dos tecnocratas que tomaram o poder.

No exílio, Darcy Ribeiro consegue fazer uma reflexão profunda sobre a universidade, não só brasileira, como também das universidades latino-americanas, enquanto assiste à mudança total do perfil modernizador da

Universidade de Brasília³⁶, por ele concebida, para servir os interesses do grupo que a partir de abril de 1964 se instaura no poder.

É, portanto no exílio que ele, Darcy, fará história com a obra fundamental do modelo de universidade, inovadora e capaz de criar profissionais críticos e conhecedores do espírito científico que deve embasar o saber acadêmico autônomo. Essa obra é *A Universidade Necessária*, que se tornou um clássico em toda a América Latina, influenciando várias universidades e fazendo de Darcy Ribeiro, um intelectual reconhecido no mundo acadêmico.

3.4.1. As Experiências de Darcy Ribeiro no Exílio: Ideias, Influências, Contribuições

O exílio foi para Darcy Ribeiro uma experiência enriquecedora, pois sendo um homem de ideias e ações, em lugar de vivenciar a tristeza do distanciamento da pátria, ele foi em busca de trabalho, sempre procurando contribuir para a melhoria do Ensino Superior na América Latina.

Concretizado o Golpe Militar de 1964, e com seus direitos políticos cassados pelos militares, após a promulgação do AI-1³⁷, Darcy Ribeiro vai para o Uruguai, cumprir o exílio. Assim que chegou, foi procurado pelo reitor da Universidade da República, que de pronto fez proposta de que ele fosse trabalhar na universidade como professor de Antropologia na Faculdade de Humanidades e Ciências em regime de dedicação exclusiva (Ribeiro, 1997, p. 51).

Darcy participou ativamente da reforma de universidade e o exílio foi, para ele, uma experiência que possibilitou um conhecimento mais profundo sobre os dilemas da América Latina, tanto que ele próprio comenta:

“Entrei logo em convivência com intelectuais uruguaios, sobretudo o grupo da revista *Marcha* e os amigos de Angel

³⁶ A Universidade de Brasília, com a estrutura curricular e acadêmica pensada por Darcy Ribeiro e seus pares, foi criada em 1961, três anos antes do Golpe Militar de 1964.

³⁷ AI-1- Ato Institucional Número Um ou AI-1 foi assinado em 9 de abril de 1964 pela junta militar, composta pelo general do exército Artur da Costa e Silva, tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald. Seu objetivo era afastar qualquer forma de oposição e legitimar o golpe.

Rama³⁸ e Eduardo Galeano³⁹, um menino já jornalista profissional. Junto com eles planejei e produzimos uma bela e lúcida Enciclopédia da cultura uruguaia, que me permitiu tomar o pulso da intelectualidade do país” (Ribeiro, 1997, p. 51)

Nesse tempo do exílio uruguaio, Darcy viajou por toda a Europa, com um passaporte uruguaio, só não podendo vir ao Brasil, porque assim que chegasse seria preso. Por outro lado, esteve em Cuba, quando estabeleceu diálogos com Che Guevara e Fidel Castro.

É ele quem diz em suas memórias:

“A conversa com Che, cordialíssima, na cobertura do edifício onde ficava seu ministério, cheia de livros e de objetivos pessoais, foi também duríssima. Ele não se arredava da ideia de que só a guerrilha levaria à revolução. Trata-se apenas de ter peito para as primeiras semanas. Depois, a coisa fluiria, como se fosse um canal, da serra ao poder. Eu insistia na ideia contrária, de que havia ao menos para países como o Brasil, outros caminhos mais eficazes. (...) A segunda conversação importante foi com Fidel Castro, numa praia próxima de Havana. (...) E ali começamos a conversar. Repetiu-se o mesmo diálogo que tive com Che Guevara, cordial e mais firme ainda, com Fidel expondo suas convicções e ponderando que um certo componente político era indispensável, mesmo para viabilizar a guerrilha. (...) Vi então que não podia convencê-lo nem ele convencer-me” (Ribeiro, 1997, 336).

Essas peregrinações de Darcy Ribeiro pelos países socialistas, tendo ele também estado na União Soviética enquanto se encontrava em Montevideú, fizeram com que a ditadura brasileira pressionasse o governo uruguaio para que diminuísse o seu número de viagens (Ribeiro, 1997, p. 369). Com isso ele passou a escrever mais e ele próprio dizia ter sido um período dos mais produtivos de sua vida, com muitas publicações. Seu passaporte foi carimbado com a advertência de que, se deixasse o país, não poderia retornar, o que fez dele, segundo sua autodenominação, um apátrida.

³⁸ Angel Rama, escritor uruguaio, crítico literário, conhecido por seu trabalho acadêmico sobre modernismo e transculturalismo.

³⁹ Eduardo Galeano, escritor e jornalista uruguaio que escreveu mais de 40 livros traduzidos em vários idiomas.

Sobre esse período de sua vida no exílio, Darcy Ribeiro comenta:

“O Uruguai foi para mim um exílio fecundo. Lá nas longas horas que o exílio nos dava, estudei e escrevi muito. De fato, não tendo família que cuidar, sem velhos amigos que receber e visitar e, nem obrigações sociais, (...), nem mesmo ativismo político, a sobra de tempo era enorme, para espreguiçar ou para trabalhar. O ambiente intelectual do Uruguai e da Universidade era muito estimulante e eu tinha gente, que ouvia pacientemente a leitura de meus textos. Foi também muito útil, a biblioteca pública, onde encontrei toda a bibliografia que podia desejar sobre a América Latina” (Ribeiro, 1997, p. 372).

Biógrafos e mesmo Darcy Ribeiro consideram que os melhores trabalhos como antropólogo foram escritos no exílio do Uruguai. De 1964 a 1968, ele pôde produzir a sistematização de suas pesquisas sobre os índios e realizar trabalhos acadêmicos, que jamais teriam sido escritos, se não fosse a impossibilidade de deixar o Uruguai. Lá ele esboçou o que viria a ser o livro que falava do Brasil e de sua gente, que sairia mais tarde com o título de “O Povo Brasileiro”.

Sobre essa fase no exílio, Mércio Pereira Gomes diz que:

“Ele queria escrever um grande livro sobre o Brasil, que explicasse a formação cultural e o desenvolvimento social do país para os próprios brasileiros, que expressasse as razões pelas quais o país não se consolidava em um desenvolvimento político e econômico permanente, que deixasse claro quais teriam sido as razões do recente Golpe de Estado em abril de 1964, e que esse era a razão do atraso a que o Brasil ficara relegado em contraposição com Estados Unidos e Canadá, países também de origem colonial. Darcy escreveu duas versões desse primeiro livro, fê-lo ser traduzido para o espanhol e levou-o ao prelo, desistindo na última hora, ainda com dúvidas sobre a validade do seu conteúdo. Essa obra O Povo Brasileiro, só foi publicada em 1995, depois de reescrito diversas vezes” (Gomes, 2000, p. 33).

Segundo Darcy, os uruguaios o ensinaram a compreender a sua latinidade e a reconhecer que como cidadão brasileiro, ele não podia deixar de lado o fato de pertencer a uma dimensão continental, de ser integrante da América Latina. Dizia que antes do exílio, ele não passava de “um provinciano brasileiro” e que essa vivência fora do país, abriu outros horizontes para sua trajetória de educador que precisava ser domesticado (Ribeiro, 1997, p. 65)

Em suas *Confissões* Darcy afirma:

“Ao fim de quatro anos de confinamento em Montevideú, eu não aguentava mais. Queria fugir de qualquer jeito. Cheguei até a negociar minha ida para a China por dois anos. (...) ia receber um *laisser-passer* e voar quando mudei de ideia. Lendo as notícias dos jornais brasileiros sobre a Marcha dos Cem Mil⁴⁰, no Rio de Janeiro, eu me perguntava o que é que eu estava fazendo no Uruguai, se os meninos estavam oferecendo os corações à bala. Contra a opinião de Jango e Brizola, que achavam aquilo uma temeridade, voltei” (Ribeiro, 1997, p. 34).

A “passeata” dos 100 mil nas ruas do centro do Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968, foi organizada pelo movimento de estudantes e contou com a participação de diversos setores da sociedade civil. O movimento estudantil era a principal forma de oposição ao regime militar na altura, o protesto era contra a ditadura militar, e a política educacional adotada pelo governo, que tendia à privatização.

Foto do movimento estudantil em prol do ensino público contra a ditadura militar.



Fotografia 2 – Marcha dos 100 mil

Fonte: FUNDAR

⁴⁰ Marcha dos Cem Mil foi uma manifestação popular contra a Ditadura Militar no Brasil. Organizada pelo movimento estudantil, ocorreu em 26 de junho de 1968, na cidade do Rio de Janeiro, e contou com a participação de artistas, intelectuais e outros setores da sociedade brasileira.

A ousadia de Darcy Ribeiro está presente nesse retorno do Uruguai para o Brasil, pois quando decide sair de Montevideu para o Brasil, Darcy manda avisar a ditadura. E assim diz: “passei pelo aeroporto só com a advertência de que deveria procurar a Ordem Política e Social, após responder um questionário todo, de sins e não” (Ribeiro, 1997, p. 376).

“Após instalar-me com Berta em um apartamento emprestado, porque o nosso estava alugado, vivi quase três meses feliz”, diz Darcy (Ribeiro, 1997, p. 373). Conforme analisa Guilherme Azevedo (2002, p. 682) ele “(...) começou então, a fazer ataques públicos ao novo regime, através da imprensa. Uma provocação. Conforme o próprio Darcy: “(...) a reação militar que tinha sido tranquila ao meu retorno, envia um oficial por ordem do General do Primeiro Exército para me prender. Nesse momento acabava de ser viabilizado o Ato Institucional, nº 5⁴¹.”

Esse período da prisão, conforme ele próprio afirma em seu Diário de Prisão, foi muito difícil uma vez que tanto ele como Berta estavam sem trabalhar e o dinheiro se tornava curto. Ele soube, bem mais tarde, que Berta teve que vender a própria máquina de escrever.

Enquanto esteve preso, Darcy continuou negociando sua liberdade, primeiro na Fortaleza Santa Cruz e, depois, na Ilha das Cobras para onde foi transferido e que era o quartel-general dos fuzileiros navais, onde ficou preso até que, por orientação do advogado, escreveu uma carta ao “ditador do dia”, como ele chamava ao General Arthur da Costa e Silva, a quem solicitava novo passaporte.

Darcy acaba por ir a julgamento no Tribunal da Marinha onde é absolvido e recebe o passaporte assinado por Costa e Silva. Após ter passado a noite escondido no apartamento do advogado, depois da sua libertação, procura a embaixada dos Estados Unidos para obter um visto de entrada, uma vez que havia sido convidado para ser professor visitante na Universidade de Columbia.

⁴¹ O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do General Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985).

Um fato interessante é que ao buscar alternativas para sair do Brasil, Darcy Ribeiro tem, uma vez mais, sua prisão decretada pela ditadura, mesmo após ter recebido novo passaporte assinado por Costa e Silva. Ao receber a notícia de que iria ser preso uma vez mais, Darcy, que teve conhecimento de que o seu antigo amigo o sociólogo José Augustin Silva Michelena⁴² se encontrava no Rio de Janeiro, manda chamá-lo para conversar com ele.

É ele quem diz em suas memórias:

“Chamei-o à casa de Mirza do meu advogado, e consegui através dele um visto consular para entrar em Caracas. Ia trabalhar como professor visitante na Universidade Central da Venezuela. Na mesma noite fui para o aeroporto com Berta e Zé do Catão, que ficou na fila por mim até o último momento. Aí entrei na fila e no avião. Voei para Caracas. Era meu segundo exílio” (Ribeiro, 1997, p. 401).

Quando chegou à Venezuela, em setembro de 1969, Darcy Ribeiro foi logo contratado pelo então reitor da Universidade Central da Venezuela (UCV) como professor de antropologia. Lá ele pôde trabalhar em Programas de Pós-Graduação e participar em seminários sobre a renovação da própria UCV. Darcy chegou também a trabalhar na Universidade de Mérida, plantada em uma encosta dos Andes. Na Venezuela, Darcy viajou por várias regiões dando palestras e participando em conferências e seminários acadêmicos.

Quando em 1970 Salvador Allende ganha as eleições no Chile, ninguém mais consegue segurar Darcy Ribeiro em Caracas. Em suas memórias (Ribeiro, 1997, p. 412), Darcy fala como conheceu Allende e da sua relação com o Presidente chileno democrático:

“Conheci Allende como senador socialista no Chile, que foi visitar o Jango logo que nos exilamos no Uruguai. Convivi com ele uma semana em Montevideu, encantado com sua simpatia, seu pensamento claro, seu socialismo libertário, seu sentimento de latino-americanidade. Nessas conversas, Allende me deu sua visão da nossa queda e da importância dela. Vi, em suas palavras, mais do que alcançara antes, a compreensão da extraordinária importância do governo de João Goulart.

⁴² José Augustin Silva Michelena sociólogo e antropólogo, cientista político, pesquisador e professor universitário, nasceu em Caracas a 9 de junho de 1934.

Estávamos travando uma batalha mundial. (...) Allende me disse textualmente: “A queda de Goulart foi para nós como uma montanha que mergulhasse no mar. Nele teríamos o aliado para a libertação da América Latina. Sem ele, tudo seria mais difícil.”

Darcy Ribeiro torna-se assessor de Allende, numa etapa que ele chama de transição para o socialismo libertário. Darcy chama a atenção para uma questão central, que era um tema em que ele discordava do presidente Allende, ou seja, a nacionalização do Cobre. Contudo, tanto Allende quanto seus seguidores, foram em frente com o processo de nacionalização, que levou a um resultado, que traria problemas no futuro próximo do Chile, uma vez que a direita votou com a esquerda, e a primeira se fortaleceu.

Sobre esta questão Darcy Ribeiro comenta:

“A partir da nacionalização imediata das minas de cobre chilenas, a classe dominante fortalecida e seus corpos políticos, apoiados pela ditadura brasileira e pelo governo norte-americano, não só conspiravam, mas atuavam concretamente, criando situações críticas. Apesar disso Allende continuou tendo forte apoio popular por três anos. Mas a subversão ia ganhando força, pois a própria esquerda passou a conspirar contra o governo” (Ribeiro, 1997, p. 73).

O sentimento que tomava conta de Darcy naquele momento era o de estar vendo se repetir o que vivera com Jango no Brasil. Nesse interim, Darcy Ribeiro foi procurado por um dos intelectuais da América Latina, o peruano Carlos Delgado, com um convite para que ele ajudasse na Revolução Peruana. Ao saber do convite, Allende abre espaço para que Darcy fale ao seu grupo sobre suas ideias, mas nessa altura era já tarde demais (Ribeiro, 1997, p. 75).

Mesmo que fosse difícil para Darcy sair do Chile, pelo apreço que tinha ao presidente Allende⁴³, Darcy tentado que ficou em participar da Revolução Peruana vai para o Perú. Nesse período Darcy ainda teve convite para trabalhar em projeto sob a tutela da Organização Internacional do Trabalho (OIT), voltado

⁴³ Darcy Ribeiro não poderia imaginar que após três meses de sua saída de Chile, seu amigo e chefe seria morto pelo Golpe Militar que destruiu o sonho de liberdade chileno, que ocorreu em 11 de Setembro de 1973. Darcy lembrou das palavras do amigo: “Só sairei de la Moneda coberto de balas”.

para a criação de um Instituto de estudos sobre as formas de participação social na propriedade e nas empresas peruanas (Ribeiro, 1997).

Darcy Ribeiro permaneceu em Lima durante três anos, de 1973 a 1976, período em que realizou um banco de dados para a OIT, mas que também acabou por angariar desafetos e antagonismos. Ele diz que percebia uma certa animosidade e recusa à sua presença e, como se dizia ingênuo, não percebia que os representantes do governo peruano sonegavam informações e impediam o seu acesso a determinados dados.

Relativamente a esta questão, ele diz sobre esse período que:

“Percebi posição antagônica com o general Leônidas, autoridade superior do Sistema de Apoio Nacional de Mobilização Social (SINAMOS)⁴⁴, órgão de condução ideológica da revolução peruana. Eu dizia a ele tão-somente que o verdadeiro povo peruano era o povo incaico do altiplano, com sua língua e costumes próprios, que tinha sobrevivido a quinhentos anos de opressão e não seria erradicado nunca. Dizia ainda para ele, que Lima era uma praça de ocupação espanhola que continuava exercendo o triste papel de opressão europeizadora sobre os remanescentes da civilização incaica. Era demais para ele, calou-se e levantou-se, interrompendo o diálogo” (Ribeiro, 1997, p. 420).

Os amigos peruanos de Darcy, inclusive Carlos Delgado, juntamente com Pancho Guerra e Carlos Franco sinalizaram para ele, que havia forçado portas trancadas. Sobre isso diz:

“Efetivamente, para mim a revolução peruana se justificava principalmente como o primeiro gesto de restauração do incário, a grande civilização sul-americana, o que é pouco assimilável para a maioria da intelectualidade peruana. Os cientistas sociais acham que seu caminho é uma modernização que force os índios a deixar da maneira de ser dos índios para compor, com os peruanos europeizados, uma espécie de Uruguai altiplano” (Ribeiro, 1997, p. 419).

⁴⁴ O Sistema de Apoio Nacional de Mobilização Social, mais conhecido por seu acrônimo SINAMOS era uma entidade estatal criada em junho de 1971 pelo governo de Juan Velasco Alvarado (primeira fase do Governo Revolucionário das Forças Armadas do Peru).

Enquanto essas disputas aconteciam, e já sabendo que ele era um dos alvos de discordância entre as lideranças locais, Darcy tira férias e vai para Portugal. Em Portugal Darcy realiza conferências em Lisboa, Coimbra e vai para a cidade de Porto, onde daria uma conferência na Universidade que tem o nome do lugar. O então reitor, Prof. Rui Luís Gomes (1974), o apresenta como: "É um grande homem, dos maiores saberes que conheci até hoje. É uma grande honra para Portugal libertado tê-lo entre nós. Acarinhemo-lo e saibamos recolher os seus conhecimentos a sua vitalidade, os seus conceitos de uma universidade nova".

Após a conferência, Darcy se sente mal e pede ajuda ao reitor que logo o hospitaliza, sendo-lhe diagnosticado câncer no pulmão. Lá mesmo, o reitor o leva a Paris para que fosse atendido no hospital *Créteil*, à época o mais importante no tratamento de câncer (Ribeiro, 1997, p. 420).

Diante de sua negativa em se fazer operar em França e nos Estados Unidos, já que queria ser operado no Brasil, Darcy envolve a diplomacia brasileira e, após muitas negociações, consegue chegar ao Brasil para ser operado no Hospital da Beneficência Portuguesa. Foi vigiado todo tempo em que esteve hospitalizado e não podia fazer qualquer declaração. Sobre este episódio Darcy comenta em *Confissões*:

"O velho e amplo leque dos possíveis modos de mim, que se vinha estreitando desde o princípio, agora quase fechou. Sou o que nos anos fizeram de mim, em mim e nos olhos dos outros. Dessa fantasia não posso mais me libertar. No passado me desfiz e me refiz muitas vezes, tomando novos caminhos e vivendo novas sinas. Assim o quê? De revolucionário militante – que foi meu primeiro ofício como jovem comunista – saltei à carreira de antropólogo e vivi quase dez anos nas aldeias indígenas, dormindo nas redes e me exercendo como instrumento de pesquisa. Depois me fiz sociólogo da educação, educador, planejador de universidades. O fiz com tal ímpeto e jeito que cheguei a reitor, a ministro e administrador do governo (...) Hoje já não me é dado repetir nenhum desses saltos. O tempo que resta é o de exercer-me ao que me reduziu: aquele que volta apenas consentido e sob ameaça de ser mandado, de volta para outra vez, da pátria e da vida" (Ribeiro, 1997, p. 445).

Após a cirurgia, bem-sucedida, Darcy retorna ao Peru, para o que ele mesmo chama de terceiro exílio, sendo que permanece muito pouco no país, uma vez

que a OIT fechou o centro que ele gerenciava. Passou a viajar muito para o México, Costa Rica e Argélia, sendo que nesses dois últimos países colaborou diretamente para a criação e reformulação de Universidades.

Darcy Ribeiro, em suas andanças pelo mundo, trabalhou com Oscar Niemeyer, arquiteto de várias obras no exterior, na criação da Universidade de Argel, tendo ido várias vezes à Argélia conversar com seus pares.

O Plano Geral de Reestruturação dessa universidade não seguia o modelo francês. Lá em Argel, Darcy teve um embate com Benaya, que naquela época era o homem chave da Revolução Argelina. Sobre isto, o próprio Ribeiro comenta:

“Eu dizia que a universidade tinha necessariamente que criar um departamento de árabe clássico – língua e literatura – e outro de letras árabes modernas, em que se trabalhasse o árabe que se fala hoje na Argélia e em outros países. (...) Benaya dizia que não. O árabe para ele era um só e tinha que ser ensinado em sua alta forma clássica” (Ribeiro, 1997, p. 447).

Mesmo que nesse jogo de forças o currículo tradicional tenha vencido, “fiz questão de dizer que a língua do colonizador continua presente...” (Ribeiro, 1997, p. 447).

Lôbo (2013), em artigo, diz que as universidades argelinas são modernas e integradas como Darcy sonhou as universidades brasileiras. Nelas, em vez de prever um edifício para cada faculdade, foram projetados apenas dois grandes blocos: o de classes e o de ciências. Conjuntamente com Oscar Niemeyer, Darcy Ribeiro deixou sua marca na Argélia e até hoje o seu trabalho é reconhecido nas Instituições de Ensino Superior.

Sobre o trabalho em conjunto com Darcy Ribeiro, Niemeyer faz um depoimento:

“(...) E para evitar as críticas tão comuns e apressadas sirvo-me, como exemplo, do projeto que elaborei (e foi construído) para a universidade de Constantine na Argélia. O programa que nos apresentaram para essa Universidade previa mais de 20 edifícios. E construímos apenas seis edifícios de grande porte - o de Classes e o de Ciências, com 300 metros de comprimento (pilotis e dois pavimentos). No primeiro localizamos salas de aula

e auditórios. No segundo, todos os laboratórios que uma universidade requer. Desses prédios do grande auditório e da biblioteca servem-se as faculdades, completando-se o conjunto com o Edifício da Administração e o restaurante. Com essa solução evitamos a construção dos edifícios destinados às faculdades. E com isso o terreno - belíssimo - não foi dividido em pequenas áreas. A obra ficou muito mais econômica, e a idéia da universidade aberta que Darcy Ribeiro defendia tornou-se realidade com a nossa arquitetura. Os alunos das diversas faculdades a se servirem dos mesmos edifícios - dos de Classes e de Ciências -, e com isso, o diálogo, a troca de experiências, que a universidade aberta do nosso amigo reclamava” (Niemeyer, 2005, p. 320).

A figura a seguir apresenta uma vista geral do projeto de Niemeyer para a Universidade de Constantine na Argélia.



Figura – 1

Projeto Niemeyer da Universidade de Constantine – Argélia

Fonte: Fundação Oscar Niemeyer

Ao retornar ao Brasil, Darcy Ribeiro vai trabalhar pela retomada democrática, só que dessa vez na Educação Básica e na elaboração de leis, agora já como senador, que evidenciassem a função social das escolas públicas.

3.4.2. Retorno do Exílio

O exílio de Darcy Ribeiro foi dividido em três períodos de retorno ao Brasil. O primeiro em 1964, Darcy foi para o Uruguai, passou lá três anos, Volta ao Brasil em outubro de 1968, passa apenas dois meses livre, sendo preso durante nove meses sob a acusação de infringir a Lei de Segurança Nacional. Foi julgado e absolvido pela Auditoria da Marinha do Rio de Janeiro, mas temendo uma nova represália, em dezembro de 1969 ele parte para seu segundo exílio, desta vez vai para a Venezuela, onde organiza o projeto de reforma da Universidade Central da República.

Em 1971, muda-se para o Chile para assessorar o então Presidente Salvador Allende, trabalhado também como professor pesquisador do Instituto de Estudos Internacionais da Universidade do Chile. Em 1972, foi para o Peru, onde colaborou com o governo do general Juan Velasco Alvarado, trabalhando também no programa de integração das universidades peruanas. No Uruguai, Darcy retoma seus estudos sobre os índios, escreve “Maíra”, escreve cartas e sob o pseudônimo de “Marcos”, escreve a Anísio Teixeira, que estava nos Estados Unidos, na Universidade de Colúmbia. Produz livros com destaque para “O Processo Civilizatório”, publicado em 1968.

Segundo Souza:

“Nesta obra Darcy Ribeiro busca uma revisão das teorias de evolução sociocultural da humanidade, ousando propor um novo esquema para o processo de desenvolvimento humano, partindo da teoria marxista. Assim reformulada a história da civilização humana com novas etapas de rutura e adaptação dos grupos humanos em relação às formas de produção dos meios de sobrevivência e organização sociocultural” (Souza, 2012, p. 52).

As reflexões feitas por Darcy Ribeiro no exílio foram essenciais para que ele se consolidasse como intelectual robusto no quadro da intelectualidade latino-americana, além de ter contribuído para as reformas universitárias de vários países. Em dezembro de 1974, Darcy foi autorizado pelo governo brasileiro a voltar ao Brasil para a extração de um dos pulmões. Ficou apenas seis meses, tempo necessário para se restabelecer. Partindo depois para o seu terceiro exílio, em maio de 1975, retornou ao Peru.

Em 1976 retornou definitivamente ao Brasil, fixando-se no Rio de Janeiro. Analisando o sistema educacional brasileiro, Darcy criticou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), movimento que surgiu em 1967 para a alfabetização de adultos, declarando-o um desperdício, as verbas deveriam ser empregues na raiz do problema de alfabetização brasileira, que era a alfabetização de crianças, onde milhares continuavam privadas de acesso à escola primária, produzindo assim uma nova geração de adultos analfabetos.

Lia Faria⁴⁵ recorda as críticas que Darcy fazia ao Mobral:

“Darcy, a respeito da alfabetização nas séries iniciais. Ele tinha uma grande preocupação de como seríamos capazes de criar escolas públicas competentes, para alfabetizar as crianças, para parar de fabricar analfabetos, porque ele dizia que o Brasil e a escola brasileira, é uma fábrica de analfabetos e nós continuamos fabricando analfabetos. Inclusive ele teve até problemas quando falava da alfabetização de jovens e adultos, ele se irritava, dizia que não queria falar de alfabetização de jovens e adultos, ele chegou um dia a dizer uma frase bem dura - a solução para analfabeto velho era a morte-, ele dizia que “queria parar de fabricar analfabetos que queria alfabetizar as crianças””.

A foto a seguir é da recepção a Darcy no aeroporto do Rio de Janeiro, no retorno do exílio, de braços abertos, como o “Cristo Redentor” abraçando o seu povo!



Fotografia 3 – Retorno do exílio

Fonte: FUNDAR

⁴⁵ Entrevista para esta Tese – Anexo IV.

Até ao momento da publicação da Lei da Amnistia, o único rendimento que Darcy Ribeiro obtinha para se poder manter era através de palestras que dava e dos direitos autorais de seus livros.

Só a partir de agosto de 1979 é que ele foi reintegrado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde assumiu o cargo de diretor-adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Sobre isso Carlos Alberto Dias⁴⁶ relata:

“Durante o jantar, perguntei-lhe como se alimentava. No primeiro momento, ele não entendeu a pergunta, e eu explicitiei: “Como você paga sua alimentação?”, porque eu sabia que a ditadura proibia que todas as entidades de governo, ou que simplesmente recebessem dinheiro de governo, pudessem pagar um exilado político. Ele não respondeu logo, desconversou, falou, falou, me olhou nos olhos e disse: “Nunca me fizeram essa pergunta. Essas pessoas me ouvem e aplaudem, mas ninguém pensa nisso; você é a primeira pessoa.”. E então ele respondeu a pergunta que eu tinha feito: “Os meus direitos autorais dos livros que publiquei são insuficientes para cobrir minhas despesas”.

Lembra ainda Carlos Alberto Dias⁴⁷, que o primeiro salário de Darcy, após seu retorno do exílio, foi através de um projeto com a FADESP, em 1976, desse projeto resultou a elaboração e publicação da “Suma Etnológica Brasileira”.

Carlos Alberto Dias⁴⁸ conta parte de sua conversa com Darcy:

“Você, Darcy, não quer fazer um projeto para a FADESP?”. Então nos acertamos e ele ficou de pensar. No ano seguinte, a reunião anual da SBPC foi em Fortaleza, e aí nós fechamos esse acordo que resultou no primeiro pagamento realizado ao Darcy, desde que ele voltou para o Brasil. Esse projeto resultou na elaboração e publicação da “Suma Etnológica Brasileira”, em três volumes, feito por ele e sua esposa, Berta Ribeiro”.

⁴⁶ Entrevista para esta Tese – Anexo VI.

⁴⁷ Entrevista para esta Tese – Anexo VI.

⁴⁸ Entrevista para esta Tese – Anexo VI.

Depois de sua reintegração na UFRJ, Darcy solicitou também sua reintegração nos quadros da Fundação Nacional dos Índios (FUNAI), que havia sucedido ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI), mas devido a uma declaração sua feita durante a participação numa conferência sobre crimes cometidos contra os índios na América Latina, promovida pelo Tribunal Bertrand Russel, na Holanda, em que Darcy se referiu a “um grupo de coronéis sem qualquer formação filosófica ou científica”, viu então seu pedido indeferido pelo então ministro do Interior, Mário Andreazza.

Darcy Ribeiro entendia que todo o pensamento só passaria à ação se estivesse respaldado pela política, através da intervenção política, sendo essa a única forma de promover a ação. E é por isso que em 1979 ele, ao lado de Leonel Brizola, trabalha na reorganização do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), onde houve, inclusive, disputa pela sigla por um grupo político liderado pela ex-deputada paulista Ivete Vargas, que pretendia colar a legenda trabalhista.

Brizola então adotou o nome de Partido Democrático Trabalhista (PDT), onde Darcy Ribeiro se filiou e permaneceu até aos seus últimos dias, dedicando-se à educação e à democratização do ensino.

Sua intervenção após o exílio na política, e mais precisamente na política educacional, foi a partir da eleição para vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, juntamente com Leonel Brizola.

Ambos foram eleitos em 1983, Darcy além vice-governador, acumulou o cargo de Secretário Estadual de Ciência e Cultura, de Coordenar do Programa Especial de Educação, cuja principal meta era a implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), ou seja sua grande preocupação com a educação desde a base. Também trabalhou para a criação da Biblioteca Pública Estadual e da Casa de Cultura Laura Alvim; o apoio à implantação da Casa França-Brasil; a demarcação da preservação da floresta da Tijuca; a construção do Sambódromo, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e destinado à realização do desfile oficial das escolas de samba, sendo ainda aproveitado no resto do ano para abrigar escolas de primeiro e segundo graus.

Lia Faria⁴⁹ comenta o trabalho que realizou junto com Darcy Ribeiro na implantação dos CIEPs:

“Nos CIEPs, os Centros Integrados de Educação Pública, que ele criou de uma instância que cuidava de todo o treinamento de pessoal, o CPTP da qual eu era a coordenadora e onde eu cuidava mais proximamente da questão dos professores, mas envolvia, é claro, todos os outros profissionais, também tinha o grupo da saúde e da cultura porque era um projeto inspirado nessas três políticas públicas, educação, cultura e saúde, era uma visão interdisciplinar, multidisciplinar que Darcy já tinha naquela época, até uma visão multicultural, que hoje nos sistemas está muito em voga, e no então, naquele início dos anos 80, eu diria que a proposta político pedagógica, era interdisciplinar, ela era multidisciplinar, ela era multicultural, quando nada disso estava em moda.”

Wanderley de Souza⁵⁰ conta-nos o ideal de ensino que Darcy Ribeiro preconizava para o Brasil dar certo:

“No ensino geral, a ideia que Darcy perseguiu muito, que vem antes dele do Anísio Teixeira, é a questão do tempo integral da escola, isso para o ensino básico. Era uma luta muito grande de Darcy, que dizia que o ensino não deveria ter apenas as matérias curriculares, mas que para as crianças deveria ter também a parte literária, a parte musical, a parte lúdica, que isso era extremamente importante para poder dar uma solidez à formação da criança, isso no ensino básico. E no campo do ensino superior foi a questão da pesquisa e da pós-graduação, como algo absolutamente necessário para se ter uma universidade comprometida com a atividade de pesquisa.”

Darcy ainda tentou continuar na política no Rio de Janeiro, quando foi candidato a governador, apoiado por Brizola para a sua sucessão, mas acabou por não ser eleito. Em 1991, ganha as eleições para o Senado, tendo exercido seu mandato como Senador do Rio de Janeiro até à data da sua morte em 1997. Foi responsável pelo projeto de lei que deu origem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a Lei 9394/96, que leva o seu nome. Durante esse período, com a reeleição do governador Leonel Brizola em 1992, foi convidado a conceber, coordenar e implantar uma nova universidade no interior do Rio de Janeiro, a UENF.

⁴⁹ Entrevista para esta Tese – Anexo IV.

⁵⁰ Entrevista para esta Tese – Anexo III.

A fotografia abaixo mostra a vitória nas eleições do Estado do Rio de Janeiro de 1983, de Leonel Brizola governador, tendo Darcy como seu vice-governador.



Fotografia 4 – Eleição 1982

Fonte: Arquivos da Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR)

Cândido Alberto da Costa Gomes Alberto Gomes⁵¹ lembra o tempo de Darcy no Senado:

“Então, em fevereiro de 91 ele assumiu o mandato e foi então que meus colegas e eu fomos chamados a trabalhar com ele no projeto da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, que era um dos alvos que ele tinha em relação ao seu trabalho como Senador.”

Encerramos este capítulo falando que Darcy era um intelectual de ação, muito pragmático, pois lutava para concretizar seu ideal de Brasil, defendeu a modernização e democratização do ensino.

⁵¹ Entrevista para esta Tese – Anexo V.

CAPÍTULO IV

A UNIVERSIDADE NECESSÁRIA

Neste capítulo será contextualizada a “universidade necessária” de Darcy Ribeiro, pensada não só para o Brasil como para toda a América Latina, que apesar da diversidade o seu modelo de universidade é igual e a crise que as universidades enfrentam é estrutural.

A universidade necessária, um livro clássico escrito no exílio por Darcy Ribeiro, faz uma reflexão e trouxe uma proposta inovadora para as universidades latino-americanas. O paradigma foi a Universidade de Brasília, com um novo modelo de estruturação universitária.

A obra *A universidade necessária* foi editada pela primeira vez 1967 com 312 páginas, pela editora Galerna, de Buenos Aires, Argentina e, mais tarde, em 1969 em Lima, Peru. Foi traduzida em vários idiomas e ainda é hoje referência nos estudos da universidade. Sobre isso, Anísio Teixeira, comenta: "este livro é a resposta ao desafio dos tempos presentes e a chave para a grande transformação: da universidade-reflexo para a universidade-necessária" (Teixeira, 1988, p. 89).

No prefácio da edição portuguesa do livro de Darcy Ribeiro, *A universidade necessária*, Alfredo Pereira Gomes, apresenta Darcy Ribeiro como “pertencente a uma geração de cientistas brasileiros preocupada em levar o desenvolvimento do seu país ao nível dos padrões científicos e sociais internacionalmente mais elevados”, o livro concebe a universidade adequada à sociedade que vive em transformação, de “passar a universidade atual à universidade necessária (do provir) ”.

Em entrevista ao Jornal português *A Capital* (1974), Darcy fala sobre a transformação da universidade:

“Não se concebe uma civilização sem uma Universidade, ou seja, não se concebe uma forma de vida social urbana, em sociedades estratificadas em classes, independentemente de

um saber erudito e sem um órgão de cultivo de transmissão desse saber erudito. Com a transformação das civilizações, as Universidades também se transformaram. Estamos neste momento a ver morrer uma Universidade, a universidade burguesa, a chamada universidade napoleónica, a Universidade anti-Universidade, que nasceu depois da Revolução Francesa.”

Darcy Ribeiro considera que a universitária tem caráter ambíguo: ao mesmo tempo que é agente de transformação social e progresso, também é fator de estratificação social e conservadorismo, surgindo da sociedade e transformando a própria universidade. Ao elaborar um modelo de universidade autônoma, pondera na introdução chilena desse mesmo livro, colocando em epígrafe a seguinte citação de K. Marx: “A doutrina materialista de que os homens são produtos das circunstâncias e da educação e, portanto, homens novos serão produtos de novas condições e de educação nova, esquece que são os homens, precisamente, quem altera as circunstâncias e que também os educadores têm de ser educados”.

Em entrevista ao Jornal português *A Capital*, Darcy Ribeiro comenta:

“Essa Universidade burguesa era formada apenas por um profissionalismo preocupado em formar especialistas em campos diferentes. Tanto assim era que se dispersou em escolas e estas, por sua vez, segmentaram-se. Era, como a nossa Universidade atual, uma Universidade compartimentada, formada por faculdades que se desconheciam. Um estudante podia, e ainda pode, entrar para uma faculdade de direito e formar-se sem nunca ver o estudante de medicina. Não há, de fato, uma Universidade: o que há são escolas profissionais, que formam pessoas privilegiadas por certo tipo de saber e privilegiadas especialmente por um diploma que dá regalias para o exercício de determinada profissão.”

No prólogo da edição do mesmo livro, Darcy Ribeiro desenvolve o tema com propósito de contribuir para o debate sobre o papel da universidade e seu lugar na luta contra o subdesenvolvimento, condenando tanto a estrutura interna da universidade como o caráter da sociedade em que ela se insere, questionando essa engrenagem que cumpre o papel de reproduzir o mundo desigual em que vivemos, representando a insatisfação mundial que contesta a universidade e a sociedade, intimam a reforma universitária e a revolução social.

Darcy esclarece que se trata de formas comuns de um mesmo descontentamento. Trata-se de posições políticas contra a estrutura de poder que tanto a universidade como o regime político servem. O papel do estudante é fundamental e urgente porque, enquanto estudantes, podem ainda exprimir, pelo pensamento e pela ação, a luta contra o sistema. Uma vez formados, estes acabarão por se converter ao trabalho, à família e à competição económica, tornando-os reprodução da ordem desigual e infecunda. Para os estudantes, a universidade é a sua trincheira de luta e a sociedade a sua causa, o seu ideal é transformar a universidade para que ela deixe de ser a guardiã do saber, transformar a sociedade para que ela assegure educação e o trabalho, e que tenham o compromisso de colocá-los ao serviço da coletividade.

Darcy Ribeiro argumenta em entrevista ao Jornal português *A Capital* (1974):

“A Universidade forma pessoas privilegiadas na sociedade, forma um dentista com a oportunidade de tratar da boca de muita gente e também com a possibilidade de enriquecer com isso. Mas também forma dentista sem nenhuma responsabilidade social pelo problema da odontologia no País, dentistas que não perguntam nunca quantas horas de dores de dente sofrem os trabalhadores de Portugal, e quanto custa a esse trabalhador cuidar da dor de dentes da sua avó, ou da sua filha, ou dele mesmo. Essa deontologia responsável, que não é responsável socialmente pelo problema da dor de dentes, é a deontologia típica da Universidade. E vamos dizer que a Universidade procura formar um homem novo, um homem melhor? Não. Podemos dizer que a Universidade forma aquele dentista meio bandido, forma o contador também, vendido a uma empresa e cujo objetivo é sonegar impostos, é manipular capitais. A Universidade também os forma e promove!”

Darcy Ribeiro (1982), caracteriza a crise das universidades latino-americanas como conjuntural, política, estrutural, intelectual e ideológica: É conjuntural, com a transição de uma civilização de base industrial a uma nova civilização, uma nova revolução científica e tecnocrata; é política pois está a universidade inserida em estruturas sociais conflituosas, por um lado conservador e disciplinador e por outro renovador; é estrutural porque exige reformas na estrutura da universidade que foram concebidas por múltiplos interesses que impedem sua transformação; é intelectual pelo desafio de perceber melhor a própria universidade, seus condicionantes e seus requisitos para a transformação; é ideológica porque há

uma ambiguidade de pensamento, dividindo assim os universitários, pois as transformações tanto podem contribuir para manter a ordem instituída como servir de alavanca para a transformação da sociedade global.

A respeito das instituições educativas, Magalhães diz: “a história das instituições educativas cumpre o triplo registo: o do conhecimento do passado, o da problematização do presente e o da perspetivação do futuro” (Magalhães, 2004, p. 71).

Entre os caminhos apontados por Darcy Ribeiro para a discussão desde a conceção da universidade até à superação de seus problemas, está a modernização reflexa, ou seja, através do seu aperfeiçoamento, tornam-se eficazes à medida que se aproximam de suas congêneres mais adiantadas; Outro caminho é o crescimento autónomo representando um papel ativo de superação das suas formas de existência e de ação com a estrutura social global.

Para Darcy, a política de modernização reflexa reporta-se a programas de assistência e financiamento internacional para os setores que preconizam a pesquisa de interesse dessas agências de fomento, fazendo assim com que uns sectores cresçam e outros fiquem atrasados. Já a política de desenvolvimento autónomo é rigorosa, só podendo ser executada através de um diagnóstico dos problemas da universidade, uma planificação de seu crescimento e escolha de seus objetivos, todos aptos a transformar a sociedade, evoluindo à condição de um povo, a senhor de seu destino, disposto a integrar-se na civilização emergente como uma nação autónoma.

Ao discutir a transição do estado de atraso histórico ao subdesenvolvimento, Darcy Ribeiro (1991) diz que tanto alarga a visão como coloca novas questões. Prevenindo para o risco da modernização reflexa que nos torna cada vez mais exigentes, estamos mais rebelados à ignorância e à penúria, atenuadas, e sem panorama de serem erradicadas. Essa nova consciência leva a população a perceber os interesses da classe dominante em detrimento do todo da sociedade. É a consciência crítica que exige a formulação de um projeto próprio

de autossuperação, permitindo às sociedades, o ingresso na civilização emergente, sendo a universidade a alavanca de aceleração evolutiva.

Outras questões correlatas seguem a esta consciência crítica, assim: podem as nações subdesenvolvidas ter universidade desenvolvidas? Pode-se financiar com os poucos recursos do subdesenvolvimento a implantação de melhores universidades? Que tipo de organização deve corresponder as universidades? Será possível, com base na instituição da autogestão e explorando as contradições da própria frequência universitária, reestruturá-la para servir antes à mudança que à preservação da estrutura social vigente?

O fato das universidades terem formado a maior parte da classe dominante que conduziu a América Latina para o desvio da atualização histórica, demonstra que a classe dominante conseguiu assim desfrutar de alto nível de vida e o povo foi excluído do processo e foi destinado a manter os privilégios da classe dominante. Os universitários latino-americanos contribuíram menos para o auto conhecimento da realidade nacional do que os cientistas e pensadores estrangeiros. Os estudantes, uma vez formados, convertem-se em cidadãos na defesa da ordem vigente. Darcy Ribeiro afirma ainda que a militância estudantil passa por um treino nessa etapa de formação, para melhor adestrá-los no exercício de suas futuras funções de guardião do regime, os donos do poder usam a prerrogativa de planejar o país em conformidade com os interesses da classe dirigente.

O que cabe fazer como intelectuais e universitários é, em primeiro lugar, explorar a consciência que se tornou possível para o diagnóstico da sociedade e da universidade e para a formulação de estratégia para luta contra os fatores que conduzem ao presente histórico. Em segundo lugar, conduzir a luta universitária como sector de combate, antecipando todas as transformações estruturais realizáveis e que contribuam para a renovação da sociedade global. A luta universitária feita através da ação dos docentes e do movimento estudantil, lutando contra a universidade obsoleta e os que assim a querem, bem como contra as sociedades atrasadas e os conformados com seu atraso, torna a universidade numa alavanca de aceleração evolutiva da sociedade e da nação.

Na sua crítica às universidades, Darcy Ribeiro fala sobre a crise das universidades latino-americanas que divide internamente a sociedade, referindo, por um lado, os que querem induzi-las à atualização histórica e, por outro lado, os que querem elevá-las à aceleração evolutiva. Essas pressões exercidas sobre as universidades dividem seus corpos acadêmicos em grupos opostos e desencadeiam o terrorismo cultural sobre as mais autênticas e eficazes universidades. Há dois grupos de professores: o velho magister, que tudo faz para perpetuar a forma atual da universidade, mas desaparecerá no fluxo geracional; e o acadêmico modernizador que por obter recursos financeiros internacionais, não atenta ao preço que terá que pagar por eles. Estes últimos deverão ser despertados para uma consciência crítica em relação à nação e à universidade. A luta pelo desenvolvimento autônomo da sociedade nacional e da universidade advém da posição autônoma dos professores e dos estudantes portadores de uma consciência crítica que os advertem para os riscos da modernização reflexa.

Darcy Ribeiro questiona a generosidade com que os organismos estrangeiros patrocinam a investigação e promovem a integração interuniversitária, parecendo dar a entender que aqueles colocam a Universidade no mesmo grau de importância que os problemas do mercado comum ou da defesa continental. Darcy refere que a única forma de responder à política internacional de colonização cultural é dar a perceber a fachada generosa que camufla seus propósitos ocultos e realizar um estudo objetivo e realista dos problemas do ensino superior, da investigação científica e tecnológica e, dessa forma, criar uma universidade que convém aos nossos países.

Em entrevista a Guilherme Zargos, Darcy Ribeiro diz:

“Em lugar de nos organizarmos, de nos estruturarmos e crescermos como um povo para nós mesmos, fomos estruturados como um povo para o outro. Veja só como o Brasil nasceu – foi com intenção de criar um país, uma nação, uma sociedade? A intenção foi de produzir açúcar, ou arrancar ouro, e surgiu como subproduto o Brasil. O primeiro projeto não foi um povo para si, era de gente, índios, brancos, negros, gastados como carvão humano, e surgiu uma sociedade. Um dia essa sociedade tornou-se autônoma, mas saiu do domínio de Portugal e caiu no domínio da Inglaterra. A questão agora é

deixarmos de ser um povo para o outro e sermos um povo para nós mesmos. (...) Isto aplicado à universidade importa em uma universidade de outro tipo. Uma universidade com alto sentido de responsabilidade social” (Ribeiro, 1982, p. 83).

Enquanto produtos histórico-residuais, as estruturas universitárias não têm que se reinventar como também não devem ser copiadas de modelos alheios mas sim procurar soluções próprias, correspondentes às condições históricas do país e dos fracassos na integração à civilização industrial moderna.

Relativamente a este aspeto, Darcy Ribeiro afirma que:

“A estrutura universitária que temos hoje é fruto da revolução industrial junto com o capitalismo, rompeu com as tradições e se tecnificou na produção, substituindo a escolástica pelo saber científico e tecnológico, remodelando para servir novos sectores de interesses requeridos pela burguesia, transmitindo novo saber, novos valores e dignificar novas tradições” (Ribeiro, 1982, p. 86).

Ao comentar como a nova visão de universidade surgiu, Darcy Ribeiro comenta que:

“Após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, bem como da reforma napoleônica, nos 40 anos seguintes, implantou-se a nova universidade, o humanismo do passado foi substituído pelo humanismo fundamentado na ciência, comprometido com a nação e a defesa dos direitos humanos e em absorver e difundir o novo saber científico e tecnológico. A constituição do corpo científico-intelectual se faz através de concurso público que prestam para selecionar intelectuais humanísticos e não para selecionar cientistas. As estruturas Universitárias da América Latina foram formadas a partir da matriz francesa do século XIX.”

Ao comentar que as universidades da América Latina atuam como agentes da modernização reflexa, transformando seu povo em consumidores de produtos da civilização industrial, Darcy Ribeiro elabora um conjunto de críticas ao modelo em vigor nas universidades Latino Americanas na época em que redige *A Universidade Necessária*.

Para Darcy Ribeiro, as universidades Latino Americanas não herdaram do padrão francês o seu conteúdo político de instituição centralizadora, de

monopolizador da educação geral, que era destinada a unificar culturalmente, integrando-se na civilização industrial emergente. O marco estrutural em que cresceu a universidade foi através de um complexo de faculdades e escolas profissionais, independentes entre si e fechadas nos campos do saber em cátedras autárquicas.

Nesse sentido, a preparação de quadros docentes depende de grupos que devem fidelidade prioritariamente aos grupos internos e secundariamente às associações e, por último, às exigências da sociedade nacional. Para a demanda de uma nova linha de formação profissional é necessário ter recursos, de forma a dar ao estudante uma preparação integral, formando assim um novo grupo e uma nova clientela profissional. As universidades, aspirando a alcançar os altos níveis de pesquisa e de ensino dos Estados Unidos, e em nome do alto nível acadêmico, restringem o número de vagas para ingresso nos cursos, esquecendo a sua função social.

Uma das funções primordiais da universidade é o cultivo do saber e o exercício da pesquisa científica e tecnológica. A atual estrutura universitária, em que cada campo do saber científico é específico para cada curso (com a rigidez estrutural que existe por exemplo na disciplina da biologia para os médicos e para os agrônomos), faz com que a universidade multiplique unidades para atender a cada carreira específica, embora dentro de uma mesma base de disciplina, levando à duplicação de equipamentos, de laboratórios e de bibliotecas, dispersando os recursos, e não oferecendo o mínimo de formação necessária a cada tipo de treinamento profissional. Esses mesmos recursos, se fossem aplicados em uma única entidade integradora, criariam um órgão bem dotado. Paralelamente, para os efeitos da multiplicação custosa, vem a ideia do equipamento ultra moderno, preterindo as bibliotecas e as bolsas de estudo.

O atraso histórico é um fenómeno global gerando uma atitude de resignação com a pobreza. A evolução das universidades latino-americanas será muito distinta umas das outras, de acordo com o grau de desenvolvimento socioeconómico e educacional já alcançado.

As universidades latino-americanas experimentaram múltiplas transformações, as primeiras transformações pelo esforço de renovação institucional por parte dos professores e de alunos bem como por influências inovadoras como novas disciplinas básicas e aplicadas.

Entre as tentativas de modernização, Darcy Ribeiro cita a experiência da Universidade de Córdoba, na Argentina, de 1918. O movimento reformista iniciado em Córdoba foi a principal força renovadora da América Latina, transformando as bases da vida acadêmica e superando as disciplinas mais obsoletas. O Manifesto de Córdoba correspondia ao momento histórico e ao contexto social, em que a sociedade reclama as responsabilidades sociais da universidade, reivindicando uma modernização que a tornasse mais democrática.

O programa de Córdoba caracterizava-se pela participação discente com direito a voz e voto nos órgãos deliberativos da universidade. Os objetivos da reforma eram: autonomia política, docente e administrativa; eleição de todos os mandatários por assembleia com representação dos professores, dos estudantes e dos egressos; um concurso público para seleção do corpo docente; a fixação de mandatos para exercício da docência (normalmente cinco anos), renováveis pela análise da competência e eficiência do professor; gratuidade do ensino superior; o cumprimento da universidade em suas responsabilidades frente à Nação e à defesa da democracia; a liberdade docente; a implantação de cátedras livres e cursos paralelos aos da cátedra, dando opções aos estudantes; além de recomendações relativas ao nível dos professores e às condições de ensino.

A cogestão, ou seja, a participação dos discentes no corpo administrativo da universidade, trouxe muitas controvérsias. Por um lado é motivo de orgulho e por outro acusa de degradar a universidade, de politizá-la e de impedir o exercício das suas funções essenciais.

Terminamos concluindo que o livro *A universidade necessária* é a síntese dos questionamentos que permearam o pensamento de Darcy Ribeiro, na criação da

primeira das universidades sonhadas por ele e objeto também deste estudo: A Universidade de Brasília.

4.1. A Criação da Universidade de Brasília (UnB – 1961)

Neste número vamos abordar o projeto da Universidade de Brasília, no tempo e no espaço político e social do Brasil, de que forma foi pensada, quais foram seus colaboradores, qual o plano estrutural até ao Golpe Militar e o que alterou o rumo da história e do projeto da UnB, que foi projetada para ser a universidade da capital do Brasil.

Ao falar da experiência da UnB, Darcy Ribeiro comenta que a Universidade de Brasília foi um projeto inspirado no insucesso da Universidade do Distrito Federal, no fracasso da tentativa de criar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e da Universidade do Rio de Janeiro, e do esforço de uma centena de cientistas e intelectuais reunidos para repensar o próprio plano estrutural da universidade.

Carlos Alberto Dias⁵² nos conta qual foi a originalidade do pensamento de Darcy Ribeiro e de Anísio Teixeira para a UnB:

“Acho que esta Universidade foi uma tentativa, desses dois ilustres personagens, de pensar o Brasil em seus próprios termos, isto é, não ser uma cópia servil de experiências vividas por outros povos, embora aproveitando o resultado das experiências dos países mais avançados que usaram o conhecimento e a universidade como força motriz de desenvolvimento. Mas, ao mesmo tempo, eles deram uma contribuição original no sentido da identificação do momento histórico da vida da nação. Então, a UnB é uma reformulação importante da incipiente universidade brasileira, que começou muito tarde. (...) Dizer que a Universidade de Brasília foi uma reformulação da Universidade é pouco. A UnB é a própria tentativa de criar a universidade brasileira, tendo-se uma consciência nacional em tudo: na conceituação de universidade, nos níveis de graduação, pós-graduação, pesquisas, corpo docente, institutos e departamentos. A UnB é o despertar do povo brasileiro para a relevância da universidade, esse é o traço

⁵²

Entrevista para esta Tese – Anexo VI.

principal da contribuição de Darcy Ribeiro e de Anísio Teixeira. A partir daí, se organizam as outras universidades seguindo esse modelo, num processo que não teve mais interrupção.”

O plano estrutural da universidade de Brasília era formado por três corpos de órgão: um de ensino, um de pesquisa e um de extensão, integrados numa estrutura funcional. Por sua vez, a estrutura funcional era formada por institutos centrais de ciências, de letras e de artes, e pelas faculdades profissionais e as unidades complementares. A experiência durou pouco mais de dois anos porque a 1 de Abril de 1964 deu-se o golpe militar que submeteu o Brasil a uma ditadura militar. A preocupação do governo militar em controlar a universidade que não compreendiam determinou a demissão de todos os professores capacitados para implantá-la.

A Universidade de Brasília foi durante algum tempo para Darcy Ribeiro, a utopia que o impeliu a buscar meios de concretizar o seu sonho de realizar a reforma universitária no Brasil. Aquando da época da mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, no então inóspito centro-oeste, ele foi contra esse deslocamento, considerando nesse caso a ausência de tradição cultural daquele espaço distante dos grandes centros.

Sobre isto mesmo, o próprio Darcy destacando a forma desastrosa como se referiu ao evento, comenta em discurso que:

“(…) Argumentei, polemicamente, que uma cidade moderna plantada nos descampados de Goiás só interiorizava a si mesma. Acrescentava que Brasília não iria desbravar nada, uma vez que a região que se pensava implantá-la, fora ocupada há séculos ainda que raramente. Primeiro, por bandeirantes que exploravam os escassos ouros de Goiás, e depois por criadores de gado pé duro em imensos latifúndios que lá estavam no atraso. Para dinamizar, aquela região e chamá-la a integrar-se no Brasil Moderno seria preciso orientar para lá outros povoadores estruturados em novas bases agrárias” (Ribeiro, 2001).

Passado um tempo de reflexão, Darcy Ribeiro concordou com a criação da nova capital em Brasília, pois entendeu que o povo apoiava a decisão do Presidente da República. Ele percebe que este era um projeto que não tinha retorno e que apoiá-lo significava investir em um novo Brasil.

Adriano Moreira⁵³ recorda-nos o momento em que foi a Brasília, no início das obras da UnB, e o empenho de Agostinho da Silva para a construção do Centro de Estudos Português:

“Bom, a primeira vez que eu fui a Brasília havia ainda só um hotel, e muitas obras, estava o Niemeyer a desenvolver o projeto, e apareceu uma assistente do Agostinho da Silva e disse-me “o Sr. Prof. Agostinho da Silva pediu-me para vir cá dizer-lhe que o convidava para jantar hoje” e eu disse “com certeza”. Então venho buscar o Sr. Professor à hora combinada. E levou-me então a um terreno onde o Agostinho da Silva tinha feito uma barraca que tinha assim um letreiro na porta que dizia “capacidade para 1000 kg ou 10 pessoas” e a mesa era fora da barraca, tinha duas pedras com uma tábua e comia-se ali e tinha um pinheirinho, que tinha levado aqui da Serra do Marão, para ver se dava bem para crescer em Brasília, e eu perguntei ao Agostinho da Silva “porque é que você vive aqui”, e ele disse, sabe que esse terreno é relativamente bem localizado e é aqui que eu quero que seja construído um Centro de Estudos Português, e enquanto o governo Português não faz isso eu instalei-me que é para não me tirarem o terreno.”

Como um intelectual em pleno exercício de suas atividades intelectuais, com ampla penetração nos setores académicos e com farta publicação em periódicos do mundo inteiro, com destaque para a América Latina, Darcy Ribeiro é convidado pelo Professor Vitor Nunes Leal⁵⁴ a fomentar os diálogos necessários à criação de uma universidade a ser implantada na nova capital do país.

Adriano Moreira⁵⁵ recorda a sua amizade com Juscelino Kubitschek e de o ter acompanhado durante o seu exílio em Portugal e refere que ele era muito apreciado pelos portugueses, de tal maneira que quando foi eleito Presidente, e como era da praxe, visitou Portugal e esteve com o Dr. Oliveira Salazar:

“Bom, contou-me ele próprio que foi visitar o Dr. Oliveira Salazar, que nesse tempo era o Presidente do Conselho, que lhe perguntou sobre o programa de governo e que ele, entre outras coisas, lhe disse que ia passar a capital para o Planalto. E o Dr. Oliveira Salazar ter-lhe-á dito assim: “Um grande projeto, isso é um projeto para uma geração”. E o Kubitschek disse “isso é para

⁵³ Entrevista para esta Tese – Anexo VII.

⁵⁴ Vitor Nunes Leal foi chefe de Gabinete Civil de novembro de 1956 a 1959 e Consultor Geral da República de fevereiro a outubro de 1960.

⁵⁵ Entrevista para esta Tese – Anexo VII.

Vossa Excelência, para mim é para cinco anos”. E era verdade. Mas portanto ele tinha a ideia de um grande futuro para o Brasil. Eu lembro-me sempre do Correia da Serra, que era um observador independente, digamos assim, e a urgência, porque os mandatos da democracia são limitados.”

A trajetória enfrentada por Darcy Ribeiro da inauguração de Brasília até a concretização da Universidade, foi difícil e cheia de percalços. Juscelino Kubitschek encaminhou ao Congresso, no mesmo dia da inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, a proposta de criação de uma universidade. A partir daí, foi uma luta imensa que também teve o episódio da renúncia de Jânio Quadros que, segundo Darcy Ribeiro, foi providencial à aprovação pela Câmara dos Deputados da criação da UnB.

A história mostra que a queda de Jânio Quadros coincidiu com o fato de Darcy Ribeiro se encontrar em Brasília, e dele estar indo para o Congresso, quando se deparou com a instabilidade reinante no Legislativo, com seus representantes inseguros, diante de uma invasão dos militares.

Sitiados no Congresso, esses deputados temiam sair estando já consolidada a renúncia. Nesse ponto, Darcy Ribeiro confessa, textualmente, ter-se aproveitado do momento para colocar a ideia da votação da criação da Universidade de Brasília. É ele quem diz, no depoimento compilado pela Fundação Getúlio Vargas, que:

“Foi o dia mais agitado que o Congresso viveu. Eles consideraram a renúncia um ato unilateral e aceitaram. E a tensão era muito grande. Cheguei atrás do Sérgio⁵⁶, e disse: "Olha põe em discussão o projeto da Universidade de Brasília, para dar ordem à casa". Ele disse: "você é louco, tarado. O que é isso? Que história é essa de Universidade de Brasília? Numa hora dessas, num dia desses?" Eu disse: "Sérgio juízo! É hoje! Vocês precisam provar que esse Congresso existe e funciona, porra! Põe aí". Ele percebeu, então ele disse: "Vai lá, procura um líder qualquer e pede". Aí foi outra briga” (Ribeiro, 2010, p. 61).

⁵⁶ Sérgio Magalhães era deputado pelo Estado do Rio de Janeiro e estava presidindo a Câmara no dia da renúncia de Jânio Quadros.

Esse depoimento revela a determinação de Darcy Ribeiro na luta pela criação da UnB, uma luta que não dependia apenas do processo burocrático e da formatação de um novo modelo de instituição superior mas, sobretudo, de uma busca atenta aos trâmites das casas legislativas, assim como um conhecimento do contexto sócio-histórico do país. Darcy Ribeiro, nesse dia fatídico em que o Congresso tem que se mostrar firme, procura Josué de Castro⁵⁷ e o convence a colocar na pauta de votação a criação da Universidade de Brasília. É Darcy Ribeiro quem diz em depoimento:

“(...) Quando o Josué disse: "Sr. Presidente, peço a palavra..." Quando ele começou, o Sérgio já anunciou: "Senhores deputados está em discussão o projeto da Universidade de Brasília. Passou para o número um da ordem do dia. Senhor secretário leia o projeto". E começou. E os deputados todos olhando assim. Está louco. Discutindo a Universidade nessa hora". Mas, todos perceberam – o político percebe – que era o que tinha que fazer para mostrar que a Câmara estava funcionando. Então começou o debate. Cem deputados falaram. Não falaram da crise de Jânio Quadros, falaram da Universidade de Brasília. Falaram, falaram, e ganhamos por 150 votos a 30 ou 40” (Ribeiro, 1978, p. 32).

Aprovado o projeto pela Câmara Federal, Darcy Ribeiro tem ainda que lutar no Senado para que o Congresso crie as condições legais para a efetivação da Universidade de Brasília. Ele então procura Filinto Müller⁵⁸, representante da direita, mas que se mostrou confortável e até satisfeito em ser procurado por um intelectual comunista como Darcy Ribeiro sempre foi visto. Um certo dia, pouco tempo após uma conversa na casa do próprio Filinto Müller, Darcy Ribeiro recebe um aviso para comparecer à sessão do Senado, no dia seguinte ao apazado para a aprovação do projeto da UnB.

Sobre essa aprovação pelo Senado, Darcy Ribeiro diz em entrevista à *Folha de São Paulo*, que:

“Um senador do Rio Grande do Sul, chamado Mem de Sá, fez um discurso extremamente eloquente, dizendo que eu era um homem muito inteligente, muito coerente e comunista. E se era assim a Universidade de Brasília seria comunista. O Filinto Müller

⁵⁷ Josué de Castro era deputado pelo Estado de Pernambuco.

⁵⁸ Filinto Müller era Vice-Presidente do Senado Federal.

nem olhou para mim. Botou em votação e a Lei foi aprovada por grande maioria” (Ribeiro, 2001, p. 12).

Assim, após reveladas as oportunidades e ao perceber as portas que se abriam diante de um contexto político como o que foi então patente, Darcy Ribeiro vê o seu projeto sancionado em 15 de Dezembro de 1961, quando o Presidente João Goulart sanciona a lei nº 3.998 que autoriza o Executivo a criar a Fundação Universidade de Brasília (FUB) que será uma instituição mantenedora da Universidade.

Muitos foram os adversários políticos que Darcy Ribeiro enfrentou para dar continuidade ao seu projeto da UnB, por um lado tinha o grupo católico, que queria implantar uma Universidade Católica na Capital do país, e por outro lado o grupo trabalhista, que vem desde Getúlio Vargas. O Grupo católico, representado por Dom Helder comunicou ao presidente Juscelino Kubitschek, o desejo da Companhia de Jesus criar uma universidade em Brasília, alegando que a principal universidade deveria ser, assim como em Washington, católica.

Darcy nos conta em suas *Confissões* o episódio que teve que enfrentar para não ver seu projeto abortado:

“Juscelino me chamou, contou o caso e comentou que entre os dois projetos lavava as mãos (...) Vivi uma semana de desespero, até que tive, como ocorre às vezes, o tal estalo dos desenganados. Lembrei-me dos “cães de Deus”, os dominicanos, tradicionais opositores dos jesuítas. (...) Visitei a sede em São Paulo e conversei longamente com o geral, frei Mateus Rocha. Propus a ele uma concordata que seria a primeira de uma universidade pública, depois da Revolução Francesa, para admitir em seu seio um instituto de teologia católica (...) argumentava que o Brasil tinha oito universidades católicas, quatro delas pontifícias, que só formavam farmacêuticos, dentistas, advogados e outros. Nenhum dava doutorado em teologia, o que eu propunha ministrar. O frei, encantado com a ideia, pediu uns dias para pensar. Depois disse que concordava e achava a ideia boa. Nosso acordo foi que a ordem dominicana criaria o Instituto de Teologia Católica” (Ribeiro, 1997, p. 239).

A foto abaixo, datada de 15/12/1961, refere-se ao dia em que o Presidente João Goulart assinou a Lei n.º 3.998 instituindo a Fundação da Universidade de

Brasília (UnB). Para o evento solene foram convidados, pelo então Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Victor Nunes Leal (responsável por elaborar o anteprojeto da Universidade de Brasília), os professores Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira que mantinham comunicação constante com cientistas, pensadores e cúmplices nesta grande aventura de um novo modelo universitário brasileiro: Afrânio Coutinho, Almir de Castro, Álvaro Vieira Pinto, Amílcar Vianna Martins, Anísio Spínola Teixeira, Antônio Houaiss, Celso Cunha, Eduardo Galvão, Eremildo Luiz Vianna, Euryalo Cannabrava, Florestan Fernandes, Jacques Danon, João Cristovão Cardoso, José Cândido Alberto da Costa Gomes M. Carvalho, Gabriel Fialho, Gilberto Freyre, Haiti Moussatché, Jayme Abreu, José Leite Lopes e José Vargas.



Fotografia 5 – Instituição da Fundação da Universidade de Brasília.

Fonte: Arquivo Cedoc/Universidade de Brasília. (Darcy Ribeiro é o segundo da esquerda para a direita, ao centro de braços cruzados o Presidente João Goulart)

A UnB nasce como uma instituição autônoma, não-governamental, cuja administração cabe a um Conselho Diretor, composto por seis membros efetivos e dois suplentes, nomeados originalmente pelo Presidente da República, cujos

mandatos deverão ser renovados por escolha deste, sobre uma lista tríplice organizada, para cada vaga, pelo próprio Conselho Diretor. Sendo assim, o Presidente da Fundação, eleito pelo Conselho Diretor, será o Reitor da Universidade de Brasília (Senado Federal, 1992).

O Plano Diretor da nova Universidade estabelece ainda que, até à Constituição dos Órgãos Deliberativos da Universidade, o Conselho Diretor será assistido por um corpo de coordenadores e consultores de sua livre escolha, responsáveis pelo planejamento e implementação de cada uma das unidades da Universidade de Brasília.

A fotografia a seguir mostra um plano aéreo da construção do Instituto Central de Ciências da UnB.



Fotografia 6 – Construção do Instituto Central de Ciências/UnB

Fonte: Acervo da Universidade de Brasília (UnB)

Polêmico e determinado, Darcy Ribeiro lutou em várias frentes pela consolidação do seu projeto de universidade, negociando desde a sua criação legal, a estrutura física, o currículo e até o local onde seria erguida a própria universidade.

Na primeira reunião do Conselho Universitário, e depois das discussões dos membros, chegou-se ao consenso que elegeu como primeiro reitor Darcy Ribeiro. Os recursos utilizados para a fundação da Universidade de Brasília,

vieram do INEP⁵⁹, e em 1962 foi inaugurada a universidade mais democrática, moderna e voltada para o desenvolvimento do país⁶⁰.

Em depoimento à Série Encontros da FGV⁶¹, Darcy Ribeiro diz que nesse período, nem tudo foram flores, pois em algumas situações, ele e Anísio se confrontaram por divergirem sobre questões menores, como ele próprio sinaliza ao demonstrar remorso pela forma como se dirigiu ao seu parceiro de sonhos e lutas pela democratização das escolas superiores e pela concretização de uma universidade que ambos consideravam necessária e urgente. É ele quem confessa quando diz:

“Eu tive um enfrentamento sério com Anísio. Enfrentamento sério e honesto, mas penoso até de recordar. Eu me lembro como um dos episódios mais difíceis e doidos da minha vida. Ele dizia muito de meu caráter de meu jeito – mau jeito – talvez e do caráter e jeito bom do Anísio. Voltando de Brasília com a lei aprovada, pedi que ele fosse a minha casa, onde discutimos o assunto.”

Darcy, nesse evento com seu aliado na fundação da UnB, Anísio Teixeira, ainda comenta a fala que teve com o educador baiano quando deixou o cargo de Reitor e assumiu o vice-reitor:

“- Olha, Dr. Anísio, está criada a Universidade de Brasília e o reitor é o Senhor. Mas, só o será, com a condição de que vá morar em Brasília. Esclareci, “não concordo que o Senhor fique aqui dirigindo o INEP, a CAPES, o CBPE, mais, a Universidade de Brasília”. (Ribeiro, 1997, p. 22).

O próprio Darcy Ribeiro em vários outros textos em que aborda o episódio diz, da elegância do professor Anísio Teixeira, que aceita de forma consensual, a indicação para ser sub-reitor da recente criada universidade na nova capital do país. Afinal ambos haviam pensado como concluiu Darcy, uma instituição diferente de ensino superior, diferenciada e capaz de fugir dos velhos modelos acadêmicos, subjugados às cátedras que se perpetuam de forma ortodoxa. Na realidade dos fatos da época, o professor Darcy Ribeiro fez questão de dividir a

⁵⁹ INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais.

⁶⁰ FUNDAR. Fundação Darcy Ribeiro – Arquivo e acervo da Fundação 1990.

⁶¹ FGV – Fundação Getúlio Vargas.

paternidade da UnB, com seus pares – Juscelino, Anísio, João Goulart, Jânio, entre outros – que participaram na sua configuração desde a sua origem.

Concretamente, a implantação da UnB envolveu vários processos no sentido de defender a sua estrutura em faculdades e institutos. Isso porque os modelos tradicionais, como a Universidade de São Paulo (USP), manteriam a velha estrutura de cátedras. Por outro lado havia uma forte necessidade de mudança, bem como a urgência de uma reforma universitária, visto que a demanda da sociedade, perante as novas tecnologias, se apresentava real, com os jovens clamando por especialização e a indústria em plena transformação.

A figura a seguir mostra a planta do Campus da UnB.



Figura 2 – Planta da UnB

Fonte: Semana Universitária UnB 2012

Os confrontos, neste período de pós-criação da UnB, eram frequentes no tocante ao modelo de universidade a ser implantado. O próprio Anísio Teixeira foi inicialmente contra o currículo dos cursos, na medida em que considerava que os investimentos maiores deveriam estar voltados para a Pós-Graduação, visto que a Capital da República deveria ser apenas a sede do Governo.

Prevaleceu, no final dos confrontos, a posição de Darcy Ribeiro que considerava a criação da UnB como uma estrutura diferenciada, com Faculdades e Institutos. Já para Anísio, as universidades deveriam ter dois objetivos: a formação geral comum de todos os cidadãos e a formação de quadros de intelectuais, em todos os níveis, de forma a capacitar dirigentes e especialistas. Nessa perspectiva, a UnB surge com várias funções.

Sobre isso Darcy Ribeiro afirma:

“A Universidade que será construída em Brasília terá múltiplas funções. Assessorará os poderes públicos em todos os ramos do saber; contribuirá para que a nova capital exerça efetivamente a função integradora a que se propõe assumir através de um núcleo de ensino superior aberto aos jovens de todo o país e a uma parcela da juventude latino-americana; garantirá a Brasília a capacidade de interagir com os principais centros culturais do país; dará à população local uma perspectiva cultural que a libertará do grave risco de fazer-se medíocre e provinciana no cenário urbanístico e arquitetônico mais moderno do mundo” (Ribeiro, 2007, p. 21).

Na realidade Anísio Teixeira comungava com as ideias democráticas de Darcy Ribeiro, eternamente preocupado que era, com a intelectualidade brasileira dos anos 50, vazia de intenções e soluções para uma educação centrada no social e no acesso das camadas populares.

Darcy critica abertamente as elites, preocupada somente com seu próprio bem-estar e poder econômico. Chega a dizer textualmente que: “o patriciado⁶² brasileiro, formado pelos que mandam através do desempenho de cargos como

⁶² A expressão patriciado denota o que são os detentores do poder e aqueles que formam a opinião pública.

os políticos, os juizes, os generais, os tecnocratas, os administradores, os bispos, os jornalistas e outros” (Ribeiro, 1994)⁶³.

A fotografia abaixo é do Auditório Dois Candangos, durante a cerimónia de inauguração da UnB, foi finalizada 20 minutos antes do evento, marcado para às 10h. O Nome do espaço homenageia os pedreiros que morreram soterrados num acidente durante a obra.



Fotografia 7 – Inauguração do *campus* da UnB

Fonte: Arquivo Cedoc/Universidade de Brasília

Adriano Moreira⁶⁴ conta-nos o pedido que o Professor Agostinho da Silva fez, por intermédio de um amigo em comum o Dr. Almerindo Lessa, para uma biblioteca portuguesa para a UnB:

“Mas o Agostinho Silva dedicou-se muito a Brasília, eu nesse tempo era Ministro do Ultramar e tínhamos um amigo em comum, o Dr. Lessa, que era médico mas era um apaixonado pelo Brasil. Ele hoje tem o nome numa avenida no Instituto de Ciências Sociais e Políticas porque ele foi lá pelo professor, Almerindo Lessa, que era muito amigo do Agostinho e eu nunca tinha visto o Agostinho, nessa data, conhecia a obra dele, mas ele vivia no Brasil, eu não o conhecia. E pediu ao Almerindo

⁶³ Para o autor, a elite é aquele corpo de pessoas mais influentes na organização e condução da sociedade.

⁶⁴ Entrevista para esta Tese – Anexo VII.

Lessa que servisse de intermediário junto de mim, porque ele também lia o que eu escrevia, a ver se eu arranjava uma biblioteca portuguesa para Brasília. E eu arranjei e fizeram uma grande festa, puseram painéis com discursos meus e etc.”

O que se destacava no modo passional como Darcy expõe suas ideias é a sua indignação perante o que é exploração, desumanidade, arbítrio, diante do que é posto como verdade para poucos.

Isto fica evidente na carta que envia a Anísio Teixeira em 1964, quando o golpe militar de 1964 já havia ocorrido, e a que se refere da seguinte maneira:

“O seu otimismo e a sua mocidade me fazem bem. Numa época de transição como a nossa, tenho mais a aprender do que você de mim. Possa você estar certo em suas esperanças. Tenho impressão que vamos entrar num período de consolidação entre os países desenvolvidos e num período de contenção nos países subdesenvolvidos. Não lhe queria escrever carta tão niilista e tão desacordo com seu espírito.” (FUNDAR. Carta escrita a Anísio Teixeira em 14/12/1964)

Foto a seguir mostra o momento em que a UnB foi invadida por tropas militares, tendo a primeira invasão ocorrido no dia 9 de abril de 1964. Os militares chegaram em 14 ônibus, com três ambulâncias já preparados para possíveis confrontos. Invadiram as salas de aula, revistaram estudantes, procuravam 12 professores que deveriam ser presos e interrogados.



Fotografia 8 – Ocupação pelos Militares da UnB
Fonte: Arquivo Cedoc/Universidade de Brasília

Após entregar o projeto da Universidade de Brasília a Jânio, o apaixonado pelo Brasil, Darcy vê seu país entregue aos militares e aos tecnistas que apoiaram a Revolução. Logo após o Golpe, Darcy se exila no Uruguai e a desolação de condição de exilado, o atormenta.

Para Darcy Ribeiro, o Brasil não tinha dado certo e ele vê tristemente as diversas medidas de exceção se multiplicarem atenuando o caráter autoritário do novo sistema político: a Lei de Segurança Nacional, o Serviço Nacional de Informação, as prisões políticas, a cassação dos direitos políticos de intelectuais e políticos, seus amigos, o exílio.

Diante desse cenário, só lhe restou o exílio e sua peregrinação por vários países da América Latina tem início no Uruguai. É ele próprio quem afirma: “(...) para mim, o exílio foi extremamente fecundo. Nele me refiz como intelectual, escrevendo uma vasta obra que jamais seria escrita no Brasil” (Ribeiro, 1997, p. 312).

A fotografia abaixo mostra a cerimonia de outorga do título Doutor *Honoris Causa* ao fundador da UnB, Darcy Ribeiro, ocorrida em 1975, no teatro de arena que estava lotado.



Fotografia 9 – Discurso referente ao título de Doutor *Honoris Causa*

Fonte: Andrea Bochi/Arquivo Cedoc/Universidade de Brasília.

Fechamos este número constatando que havia um grande trabalho da intelectualidade brasileira em torno de uma ideia de universalização do

conhecimento, em prol do desenvolvimento de uma nação, ideias novas, e como tudo o que é novo, assusta, foi o que aconteceu ao Brasil, com o Golpe Militar, que alterou o rumo da UnB, e seu papel no desenvolvimento da nação e na democratização do ensino superior.

4.2. A Criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro (UENF – 1993)

Vamos abordar neste número todo o processo e o envolvimento político social de uma cidade do interior, pobre de recursos e de conhecimentos, que sonhava ter uma universidade pública.

A Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) localiza-se na cidade de Campos dos Goytacazes (Campos), a maior da Região do Norte Fluminense, situada a 279 km da capital estadual do Rio de Janeiro, com uma população de cerca de 483.970 (IBGE - 2015). É a maior cidade do interior do Estado e do município com a maior extensão territorial do Estado, ocupando uma área de cerca de 4.826,696. Até aos anos 70 do século passado, Campos caracterizava-se pela monocultura da cana-de-açúcar ao serviço das usinas de açúcar.

A história de Campos demonstra que foi uma cidade de grande importância no período colonial, servindo de referência económica e política para o Brasil. Foi a primeira a receber energia elétrica no Brasil e na América Latina. Viveu seu auge quando a cana-de-açúcar era uma cultura valorizada, e tinha uma agroindústria açucareira expressiva, mas que com o tempo se foi esfacelando, tornando o município um dos mais pobres do Brasil, até chegar ao século XXI com a produção de petróleo da Bacia de Campos⁶⁵ e seus royalties⁶⁶, que acabam por dar novo impulso à cidade. Segundo o IBGE, em 2013, Campos apresentou o 7º maior PIB do Brasil, sendo a cidade não capital com o maior PIB nacional.

⁶⁵ Bacia de Petróleo de Campos dos Goytacazes é responsável pela produção de 80% do petróleo nacional.

⁶⁶ Royalties é um percentual da produção, dado aos municípios que compõe a bacia petrolífera, pela extração do petróleo.

O desenvolvimento da cidade de Campos teve como base económica a produção de açúcar, principalmente em três períodos marcantes, conforme comenta Carlos Smiderle (2004) sobre as etapas históricas dos ciclos produtivos e evolutivos de Campos dos Goytacazes, quando diz:

“A história do açúcar de Campos se divide em três períodos: 1750-1830 período dos engenhos de tração animal, 1830-1880 período dos engenhos a vapor. E início de 1880, período caracterizado pelas usinas. A dinâmica da produção açucareira impulsionava a mecanização e a entrada de novos capitais, sendo que a valorização do açúcar no mercado internacional trouxe a Campos uma fase de euforia que se refletiu num processo destacado de urbanização causado pela intensificação das atividades comerciais, instalação de companhias de seguro e bancos, entre outros. Com a ampliação dos negócios, Campos passava a dispor de um amplo leque de serviços, como o abastecimento de água potável, instalação de esgotos subterrâneos, correios e telégrafos. No final do século XIX, a cidade já dispunha de serviços de iluminação e gás. Em 1883 de iluminação pública de eletricidade, sendo a primeira cidade da América Latina a desfrutar deste benefício, além de difundir forte apelo aos símbolos do progresso e da civilização, tais como higiene e saneamento.” (Smiderle, 2004, pp. 41-43).

Como atrás se referiu, grande parte do desenvolvimento económico e social da cidade estava pautado no áureo período açucareiro, quando a partir do auge desse ciclo ocorre uma integração entre modernidade e tradição na hierárquica sociedade campista. É importante destacar que o desenvolvimento da indústria açucareira teve como base a mão-de-obra escrava negra, conforme estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Junto com o crescimento dos engenhos, e a demanda por mão-de-obra para atender as lavouras de cana-de-açúcar, houve uma intensificação do tráfico de escravos africanos para a região, fazendo de Campos dos Goytacazes a cidade de maior concentração de escravos, em termos quantitativos, de toda a província e também a maior consumidora de mão-de-obra negra do Brasil (Lima, 1981; Lôbo, Vogas e Torres, 2008).

Muito embora a cidade de Campos registrasse a maior concentração de escravos da região, ela também foi palco de um intenso movimento abolicionista, conforme Lana Lima (1981, p. 87): “Campos foi considerada um dos grandes

focos da rebeldia negra no Império”. Mesmo após a longa trajetória de sua formação, podemos notar que Campos ainda trás uma forte presença do conservadorismo e do tradicionalismo herdados da burguesia ligada ao período açucareiro, que embora não sejam tão importantes, ainda carregam ideais de nobreza.

Foi a partir dos anos 30, que a atividade açucareira, começa a desmoronar como analisado por Lana Lima e Heloísa Alves:

“A conjuntura de crise mundial que marcou os anos 30 do século XX afetou a agroindústria açucareira, acarretando inclusive a intervenção estatal no setor, através da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933. Na década de 40, São Paulo passaria a superar a produção açucareira do Rio de Janeiro que, daí em diante, iria perder gradualmente sua posição para outras regiões.” (Lima e Alves, 2003, p. 15).

Desta forma, a crise na agroindústria açucareira durante décadas afetou diretamente todos os setores económicos do município (comércio em geral, oficinas, lojas de autopeças, fundições etc.). Nos anos de 1990, com a eleição do Presidente Fernando Collor, houve uma grande desvalorização do açúcar no mercado brasileiro, houve um desestímulo ao programa pró álcool, que era um programa de incentivo para a produção de um combustível renovável, produzidas a partir da cana-de-açúcar, levando assim à falência muitas usinas de açúcar da região.

A precariedade económica do município só foi “superada” com a “conquista” dos *Royalties* do petróleo quando, então, no âmbito cultural e científico um grupo de professores, alertado por uma brecha na Constituição do Estado do Rio de Janeiro de 1989, conseguiu incluir uma emenda popular, solicitando a criação de uma instituição de ensino superior público na região.

A universidade pública era um sonho antigo da população de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, quando uma mobilização da sociedade organizada conseguiu incluir na Constituição Estadual de 1989 uma emenda popular prevendo a criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense.

Entrevistado sobre o ambiente vivido no momento da constituição da Universidade de Campos, Mário Lopes⁶⁷, que naquela altura era o Presidente da Associação dos Docentes da Faculdade de Filosofia de Campos, recorda da seguinte forma aqueles primeiros momentos:

“No final dos anos 80, o Brasil estava eufórico com a promulgação da Constituição cidadã de 88 de Ulysses Guimarães e começaram a aparecer às demandas para as constituições estaduais. A mesma aflição que levou o povo brasileiro a constituir uma constituição com tantas aflições, com tantos desejos, com tantas demandas também aconteceu nas constituições estaduais. A do Rio de Janeiro não foi diferente, e a de Abril do ano de 1989 havia já instalado a Constituinte Estadual. Eu lembro que dentro do regimento interno da Constituinte havia possibilidades de receber emendas populares com pelo menos três mil assinaturas. Havia uma emenda popular originada na UERJ com cinquenta mil assinaturas pedindo um monopólio do ensino universitário para a UERJ, que foi rejeitada. Isso alertou a gente da possibilidade de criar uma emenda alternativa propondo a criação da Universidade aqui no Norte Fluminense, porque já que o Estado não se contentava, afirmava que não queria o monopólio com a UERJ, abria essa possibilidade de ter uma universidade.”

Este movimento em prol da universidade envolveu toda sociedade campista, que contaram com 4.141 assinaturas qualificadas, mais de três mil, que é o mínimo determinado para uma emenda popular.

A este respeito, refere ainda Mário Lopes⁶⁸ que:

“Após uma peregrinação de toda noite a contar quantas assinaturas tínhamos conseguido, antes de um mês conseguimos atingir as três mil e agendamos uma ida ao Rio de Janeiro para entregar as emendas ao deputado Presidente da Comissão de Justiça, que tinha o sobrenome D’Avilla. (...) aí, já com quatro mil trezentas e uma assinaturas e mais algumas milhares de assinaturas que não tinham identificação completa, porque nós fizemos questão de levar as assinaturas com nome completo, endereço, número da identidade, CPF e título de eleitor.(...) E para surpresa nossa, fomos acolhidos na constituinte, tivemos quinze minutos para fazer uma defesa

⁶⁷ Entrevista para esta Tese – Anexo II.

⁶⁸ Entrevista para esta Tese – Anexo II.

prévia e após esses quinze minutos foi protocolado, e para surpresa nossa quando a matéria foi ao Plenário foi acolhida.”

A emenda popular pela Universidade Estadual do Norte Fluminense. Tinha em seu cabeçalho as seguintes solicitações, conforme a página inicial do documentos original abaixo:

EMENDA POPULAR PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE

Emenda n.º 547

Prefeitura Municipal de Campos (P.M.C.), Associação dos Docentes da Faculdade de Filosofia de Campos (ADOFIC), Sindicato dos Professores / res de Campos e Macaê (SINPROCAM), União dos Diretórios Acadêmicos / de Campos (UDAC) e Centro Norte Fluminense para Conservação da Natu- raleza (CNFCN),

Considerando:

- A Necessidade de democratizar as oportunidades de acesso ao Ensino Superior;
- O fato de que o Estado do Rio de Janeiro é o único grande Estado / sem uma Universidade Pública no interior;
- A importância político-econômica da região Norte-Fluminense no con- texto estadual;
- A necessidade da busca de uma tecnologia adequada ao desenvolvimen- to regional; e
- A urgência de resgatar dívidas acumuladas por governos passados / com a região Norte-Fluminense,

Resolvem apresentar a seguinte Emenda Popular à Assembléia Constitu- inte Estadual:

Dos Atos das Disposições Transitórias:

(inclua onde couber)

Art...: " O Estado criará a Universidade Estadual do Norte-Fluminense, com sede em Campos dos Goytacazes, no prazo máximo de 3 (três) anos / da promulgação desta Constituição."

Nome: MARIA DA CONCEIÇÃO DACRUZ

Título Eleitoral nº 63087703/40 Zona: 019 Seção: 0055

Endereço: VISCONDE DO ITABORAI 545

Assinatura: Maria da Conceição da Cruz

Nome: NEUSA VIEIRA DE CASTRO

Título Eleitoral nº 63076103/45 Zona: 019 Seção: 0059

Endereço: MESTRE LOURIVALDO SOARES 84

Assinatura: Neusa Vieira de Castro

Nome: JOSÉ MARIA RIBEIRO

Título Eleitoral nº 628888703/02 Zona: 019 Seção: 0030

Endereço: Rua dos Goytacazes 552

Assinatura: José Maria Ribeiro

“Recolha de Assinaturas para a Emenda 547”

Documento - 2

Fonte: Acervo da UENF

O documento em encaminhamento da Emenda Popular em causa, referenciado como Emenda 547, deu entrada na Comissão Constitucional da ALERJ a 16 de maio de 1989, conforme documento a seguir:

Emenda 547

Campos dos Goytacazes, em 16 de maio de 1989

Of. s/nº/89

Da : Comissão Pró Emenda Popular pela Universidade Estadual do Norte-Fluminense

Ao: Ilmo Sr. Dep. Josias Ávila

MD. Presidente da Comissão Constitucional da ALERJ

Assunto : Entrega da Emenda Popular

Sr. Presidente:

Através deste estamos encaminhando a V. Exª, Emenda Popular liderada pela Prefeitura Municipal de Campos, Associação de / Docente da Faculdade de Filosofia de Campos, Sindicato dos professores de Cam- / pos e Macaë, UDAC- União dos Diretórios Acadêmicos de Campos, CNFCN - Centro / Norte Fluminense para Conservação da Natureza, contendo 4141 assinaturas de / eleitores devidamente identificados, na qual o povo do Norte-Fluminense solici- / ta desta Casa Parlamentar aprovação e inclusão na carta magna do Estado, do / dispositivo legal que garanta a criação da Universidade do Norte- Fluminense / com sede em Campos dos Goytacazes, prazo máximo de 3 anos da promulgação da re- / ferida carta.

Aproveitamos o ensejo para manifestar a V. Exª votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Atenciosamente,

 Pela PNC

 Pela ADOFIC

 Pela UDAC

 Pela SIMPROCAM

 Pela CNFCN

*reli em 16-05-89
 200735*

Documento de encaminhamento da Emenda 547

Documento - 3

Fonte: Acervo da UENF

Documento abaixo referente ao Diário Oficial do Rio de Janeiro, de 17 de maio de 1989, dando entrada da Emenda 547, na Comissão Constitucional da ALERJ:

Diário Oficial do Estado
RIO DE JANEIRO

Assembléia Constituinte

RIO DE JANEIRO • QUARTA-FEIRA
47 DE MAIO DE 1989
ANO I • Nº 85 • PARTE II **9**

Deputado Sérgio Diniz

O SR. SÉRGIO DINIZ - Sr. Presidente, colegas Deputados, funcionários desta Casa, ouvintes das galerias: hoje, ao final da reunião da Comissão, apreciando o relatório e algumas ponderações da Sub-Comissão da Ordem Social, tivemos a honra de receber a visita de vários ilustres conterrâneos de Campos, liderados pelo Professor Mário Lopes, os quais, com aquiescência do Sr. Presidente da Comissão, Deputado Josias Avila, nos trouxeram uma Emenda popular com aproximadamente 4.500 assinaturas, propondo ao nosso trabalho constituinte a análise da criação de uma universidade do Estado no Norte Fluminense, da sicamente com a sede no Município de Campos. É uma outra Emenda, também popular, com aproximadamente 3 mil assinaturas, pedindo a nossa análise, igualmente constituinte, para a dinâmica indispensável e necessária ao Colégio Estadual "Antônio Sarlo", localizado também no Município de Campos, que, como alguns outros poucos colégios agrícolas do Estado, está completamente desativado.

No que concerne ao 1º item, por nós pressionado aqui no ano passado, exatamente no dia 26 de fevereiro, em decorrência de uma solicitação por mim feita, fomos recebidos pelo Governador do Estado, lideranças políticas e empresariais e os Diretores da Faculdade de Campos, quando expusemos ao Governador do Estado da importância de um engrajamento, de uma união entre essas Faculdades de Campos com a Universidade do Estado, procurando, através deste convênio ou qualquer coisa análoga, uma infra-estrutura de pesquisa de ciência, propiciando através disto, ou a partir daí, perspectivas de desenvolvimento para o Município de Campos, inquestionavelmente para a região Norte Fluminense.

Não obstante, até hoje não recebemos qualquer "feedback", qualquer retorno, qualquer informação por parte do Governador do Estado.

Hoje, à tarde, quando terminávamos a nossa reunião, fiz um apelo aos colegas Deputados presentes, e o renovo neste momento, para que nós, Constituintes Estaduais, avaliemos, com toda a isenção, porque o assunto requer, a extensão da universidade do Estado ao Norte Fluminense, através de campos avançados

dos ou através da criação de uma universidade nor-te-fluminense, porque não poderemos dimensionar qual quer perspectiva de progresso, com as suas nítidas consequências econômicas e sociais, se não fizermos o compromisso da estrutura desse desenvolvimento que inexoravelmente e inquestionavelmente, sempre patiu e sempre partirá da sedimentação da pesquisa.

A SRA. YARA VARGAS - V. Exa. concede-me um aparte?

O SR. SÉRGIO DINIZ - Concedo, com imenso prazer, aparte à Sra. Deputada Yara Vargas.

A SRA. YARA VARGAS - Inteiramente solidária com V. Exa. na tese que vem defendendo. Quero deixar registrado, Deputado Sérgio Diniz, que apresentei uma Emenda, no Capítulo da Educação, justamente pedindo a interiorização do ensino superior do Estado do Rio de Janeiro, sendo público o de 3º grau. Falava na minha Emenda dos núcleos avançados da UERJ.

Quando ouvi hoje o representante de Campos dos Goytacazes fiquei muito satisfeita de ver que o meu pensamento e a minha intenção coincidem com o que vem sendo reivindicado através de emenda popular. É importante que se saiba: trata-se de uma Emenda de mais de três mil ou quatro mil eleitores, confor-me disse o Professor que representava Campos dos Goytacazes.

A minha Emenda, infelizmente, não foi aprovada na íntegra. Não tenho idéia de como ficou redigida.

Disse ao professor que solicitam uma universidade autônoma, mas não rejeitam a interiorização do ensino superior. Na minha emenda não ficou determinado onde deveriam ser localizados esses núcleos. Falei na interiorização de uma maneira geral, achando até que pode haver mais de um núcleo estadual.

Estimulada por essa reivindicação do grande Município de Campos, terra de V. Exa. e que tão bem representa nesta Casa, vou reapresentar a minha Emenda para ver se teremos mais sucesso, já que ficou patenteado, diante da Comissão Constitucional, a necessidade dessa interiorização.

O SR. SÉRGIO DINIZ - Agradeço, nobre Deputada Yara Vargas, o importante aparte de V. Exa., pela sua experiência profunda, total e inquestionável na área de educação e pela sua atuação nesta Casa.

Quero dizer que também apresentei uma Emenda, inexplicavelmente rejeitada. Vou reapresentá-la e acredito, Deputada Yara Vargas, que possamos somar os nossos esforços: V. Exa., através de sua Bancada nesta Casa, eu, integrante do PSDB, do Bloco Socialista, para trazermos esta avaliação para o Plenário desta Casa porque, inquestionavelmente, se faz muito importante. Temos hoje uma população marginalizada, econômica e socialmente, no Grande Rio e há dados insofismáveis, estatísticos, comprovando que quase 50 ou 60% dessa população marginalizada no Rio e no Grande Rio, econômica e socialmente, de correm do Norte do Estado.

Na medida em que fomos capazes de levarmos, de entendermos essa infra-estrutura intelectual do saber ao Norte do Estado, começaremos a casar os interesses da área do desenvolvimento econômico e do progresso econômico e, conseqüentemente, da reestruturação social da nossa região.

Os grandes países têm no binômio universidade-emprego o segredo do seu desenvolvimento. Infelizmente, nós temos isso profundamente desassociado no país.

É importante que nós, Constituintes, avaliemos essa Emenda popular trazida hoje à Comissão Constitucional, motivo também de uma Emenda da Deputada Yara Vargas, e de emenda da minha parte.

Encerrando, Sr. Presidente, desejo reportar-me à outra Emenda popular trazida a nós, que diz respeito ao Colégio Agrícola Antônio Sarlo, em Campos.

Tive oportunidade hoje de ler a Emenda que apresentei para o aproveitamento dos colégios agrícolas do Estado do Rio. E, lamentavelmente, as autoridades competentes do Estado não tiveram a mínima sensibilidade para entender o que podem fazer de plano piloto dos colégios agrícolas do nosso Estado.

O Colégio Agrícola Antônio Sarlo, em Campos, dispõe de uma área ociosa de aproximadamente 31 alqueires de terra, que podem, sem dúvida alguma, ser aproveitados para servir de plano piloto para os alunos que lá estudam - se queixaram a mim, dizendo que estão aprendendo agricultura no quadro negro - e que poderiam servir de laboratório não só para os alunos de Campos, como de outros municípios, num convênio até com as prefeituras da região. E ainda, produzir-se nesses 31 alqueires muita alimentação, não só para os colégios estaduais, mas para os presídios estaduais, para os quartéis estaduais, para os hospitais estaduais e alimentar de sobra toda a população do Norte do Estado.

Acho, prezados colegas Deputados, que neste nosso trabalho constituinte faz-se muito importante que avaliemos com toda a isenção essas duas Emendas populares, oriundas de Campos, que nos foram trazidas hoje de manhã, no que concerne à criação da Universidade Norte Fluminense, ou a projeção do campus avançado da Universidade do Estado para aquela região, e a dinamização exata, qualitativa, do Colégio Agrícola Antônio Sarlo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Diário Oficial sobre a Emenda 547

Documento - 4

Fonte: Acervo da UENF

O Jornal da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, destacou a presença de uma delegação do Norte Fluminense, nos debates constitucionais de 17/05/1989.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Abono de professor, na pauta

Mensagem do Governador Moreira Franco, concedendo abono de NCZ\$ 100,00 ao magistério e demais servidores da Secretaria de Educação, entrará em pauta na sessão extraordinária de hoje à noite, segundo anunciou ontem o presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Gilberto Rodriguez, depois de aprovado o regime de urgência para a matéria.

O aumento geral de 17% para o funcionalismo estadual, a partir de primeiro de maio corrente, ainda não tem definição quanto à forma de sua concessão, se através de projeto de lei do Executivo ao Legislativo ou se de decreto do primeiro deles, de acordo com a lei aprovada no ano passado, vinculando o pagamento do funcionalismo à receita do Estado.

As outras

Além da mensagem do Chefe do Executivo sobre o abono para os profissionais da Educação, a vigorar a primeiro do corrente, outras duas chegaram ontem ao Palácio Tiradentes: em uma é criada a gratificação de experiência penitenciária, igual a 100%, a ser concedida em razão da execução específica de funções no âmbito do Desipe; e, na segunda, é concedido aumento de vencimentos aos servidores do DER, da ordem de 54%, percentual dividido em duas parcelas de 27% a serem pagas a contar de primeiro de abril e de primeiro de março, sobre os salários de março último.

Menor

A Comissão Constitucional

aceitou, por consenso, a manutenção do dispositivo do anteprojeto da futura Constituição Estadual que permite aos menores de 18 anos e maiores de 16 dirigir veículos automotores em solo fluminense.

O questionamento de injuridicidade formulado por alguns parlamentares foi refutado pelo autor da proposta, Deputado Átila Nunes (PMDB) dizendo que a ideia coube ao antigo Juiz de Direito do Rio, Alírio Cavalieri, que já concedia essa autorização em caráter precário. Em apoio da tese falou o Deputado Leôncio Vasconcellos (PDT) lembrando que, como Promotor de Justiça, também ele dera autorizações similares no interior do Estado.

Educação

O Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte entregou ontem à Comissão Constitucional reprodução de emenda popular sobre Educação, apoiada por cerca de 10 entidades civis e 3.649 assinaturas, deixando para a fase decisiva a entrega do original, já que outras assinaturas estão sendo coletadas, principalmente pela Asduerj e Sepe, segundo informou a professora Deise Mancebo. Os três pontos principais daquela proposta são a aplicação de recursos públicos apenas no ensino público, a gestão democrática das escolas públicas (através da eleição de seus dirigentes) e a manutenção da UERJ como universidade pública, gratuita e de ensino de qualidade.

Norte flu

Delegação do Norte Fluminense também esteve presente aos debates constitucionais de ontem e entregou duas emendas populares: uma, com 4.141 assinaturas, propõe a criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense, com sede em Campos; e outra, com 3.139 adesões de eleitores, torna obrigatória a destinação de verbas orçamentárias para as escolas agrícolas estaduais. O professor Mário Lopes, diretor do Sindicato dos Professores de Campos, falou aos parlamentares, defendendo ambas as proposições, que contam com o apoio de várias entidades civis da região.

Aposentadoria

O Deputado Luiz Paes Selles (PT) apresentou emenda ao anteprojeto de Constituição em exame, vedando a criação ou manutenção de carteiras de Previdência Social especiais, com recursos públicos estaduais, federais ou municipais, destinadas a ocupantes de mandatos legislativos. Garante que a iniciativa visa a impedir a aposentadoria de parlamentares, quando não conseguem a reeleição. Também ontem foi iniciado "lobby" da ABP, AP e Sindicato dos Publicitários para eliminar do texto o dispositivo que proíbe propaganda de remédios e cigarros em todo o RJ. Já conta com a simpatia da Deputada Iara Vargas (PDT), quanto ao segundo aspecto e subordinado a horários disciplinares. Para ela, a publicidade é assunto de exclusiva competência da União para ser regulado por lei ordinária.

OS SENHORES DEPUTADOS

• Heloneida Studart (PSDB) sofreu uma queda, ao participar de almoço de grupos feministas em Brasília, e perdeu vários dentes.

• Iara Vargas (PDT) solicitou ontem a constituição de comissão especial de parlamentares para verificar todas as consequências econômicas e sociais do acidente no alto-forno da CSN.

• Leôncio Vasconcellos (PDT), vítima de edema pulmonar agudo há dez dias, retornou ontem às atividades na Comissão Constitucional. Foi recebido de pé e com aplausos.

• Átila Nunes (PMDB) assume hoje, às 15 horas, no Palácio Guanabara, o cargo de Secretário de Estado de Trabalho. Em sua vaga, chega à Assembleia Legislativa o suplente Nielsen Louzada.

• Antônio Lopes Filho, Líder do PDS na ALERJ, recebeu telegrama do presidente Paulo Maluf para ir a São Paulo, cuidar da campanha no RJ. Ainda não se entusiasmou.

• Fernando Miguel (PMDB) acompanha o Secretário de Agricultura, Ronaldo Guilherme de Faria, em visita hoje a Vassouras, onde assistirá a colheita da primeira safra de arroz do sul fluminense, resultado da ação estadual no apoio aos agricultores locais.

• Josias Ávila (PFL) associou-se à luta do Centro de Educação e Integração dos Surdos contra a demissão de 51 deficientes auditivos que prestam serviços ao INPI.

• Luiz Henrique Lima (PDT) esclarece: não é sua a emenda que obriga o prosseguimento das grandes obras públicas estaduais, combatida por outros pares. Ele também discorreu da proposta.

Debates Constitucionais

Documento - 5

Fonte: Acervo da UENF

Ficou determinado um período de até 18 meses após a promulgação da constituição para que este artigo 49 da constituição fosse regulamentado, isto é até abril de 1991, e nas Disposições Transitórias deste mesmo artigo, exigia que a UENF estivesse presente também nos municípios de Itaocara (RJ), Itaperuna (RJ) e Santo Antônio de Pádua (RJ). Caso contrário, a UERJ teria que se desdobrar para instalar no Norte Fluminense algumas faculdades, conforme com o teor do recorte do Jornal da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro:



Recorte de Jornal da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, determinando o período para a implantação da UENF, caso contrário a UERJ deveria instalar em Campos algumas Faculdades.

Documento - 6

Fonte: Acervo da UENF

Mário Lopes⁶⁹ ainda se recorda da luta para que fosse regulamentado o artigo 49, é ele que refere o seguinte:

“Aí o tempo estava passando, 17 meses se passaram e esse artigo não foi regulamentado, acontecia então a campanha para a eleição do novo governador, e eu saía de uma sala de aula, de uma aula na Faculdade de Filosofia com as mãos sujas de giz e acontecia um debate entre os candidatos a deputados estaduais, (...) Aí eu pedi uma questão de ordem e disse que já havia, se era do conhecimento daqueles futuros deputados uma emenda na Constituição Estadual, no capítulo das disposições transitórias, no artigo 49, que assegurava o direito dessa universidade mas que precisava ser regulamentado, que faltava um mês para regulamentar. Aí eu perguntei qual daqueles candidatos tinha maior proximidade com o governador Moreira Franco, que era o governador da época. O ex-Prefeito de Campos, José Carlos Vieira Barbosa, que era candidato a deputado da época falou que tinha proximidade, que era do mesmo partido dele, PMDB. Falei “Então o senhor prestará um grande serviço à nossa juventude, à nossa gente, se o senhor pedir ao senhor Moreira Franco que regularmente encaminhe em caráter de urgência uma lei de um artigo. Fica criada a Universidade Estadual do Norte Fluminense nos termos do artigo 49 das disposições transitórias, revogando as disposições encontradas. (...) E ele no dia seguinte reuniu-se com a professora Zuleima Faria da Faculdade de Filosofia, comigo e com mais algumas pessoas e saiu dali com essa proposta. E honra seja feita, em menos de quinze dias essa lei de criação da Universidade do Norte Fluminense estava sendo sancionada em um auditório da Auxiliadora, na presença de muitos políticos, em uma fotografia que consta no livro dos dez anos da UENF.”

Começou então uma nova etapa no processo de criação da UENF, a partir da regulamentação da lei de criação, passou a contar novamente, 18 meses, para a implantação da universidade.

Mário Lopes⁷⁰ lembra esta nova batalha pela universidade:

“Houve então um movimento em Campos, Força do Interior, liderado pelo ex-Governador Anthony Garotinho, que na época era Prefeito de Campos, fomos à Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, e dentro das reivindicações do povo do Rio de Janeiro estava à consolidação da UENF, o Brizola escalou o Darcy

⁶⁹ Entrevista para esta Tese – Anexo II.

⁷⁰ Entrevista para esta Tese – Anexo II.

Ribeiro que estava como Senador para conduzir o processo da implantação.”

Começa então uma nova batalha que foi a implantação física da UENF, que até então se acreditava iria ser formada pelas fundações universitárias que existiam em Campos e estariam propensas a fundir seu patrimônio, alterar seu estatutos, mas a proposta de Darcy Ribeiro não contemplava essa ideia, pois a primeira exigência que ele fez ao Governador Brizola foi que seria uma universidade nova, sem vícios e com o corpo docente formado por 100% de doutores, com dedicação exclusiva.

Mário Lopes⁷¹ comenta esse período:

“As faculdades não quiseram mais modificar seus estatutos para poder servir de berço à universidade, principalmente porque no modelo de universidade proposto pelo Darcy Ribeiro, uma universidade do terceiro milênio, uma universidade ecológica, uma universidade que iria fazer a redenção dessa região, que iria atrair investimentos, que iria trazer a personalidade do mundo científico, precisava que cada professor tivesse titulação, no mínimo, de Doutorado, e nossa região infelizmente não tinha nenhum doutor.”

A este respeito Wanderley de Souza⁷² refere que:

“Então era muito complicado fazer essa fusão, porque a UENF exigia professores com doutorado e naquele momento não tinha nenhum doutor, professor da Faculdade de Medicina em tempo integral. A Faculdade de Medicina era cheia de médicos, que tinham seu sucesso profissional, não iam deixar de exercer atividade particular em suas clínicas para se dedicar a tempo integral à universidade.”

Diante desta exigência de Darcy Ribeiro, os professores das faculdades que esperavam fazer parte da UENF, fizeram uma movimentação contra a implantação da universidade em Campos, houve inclusive uma “passeata” dizendo “Fora Universidade”.

⁷¹ Entrevista para esta Tese – Anexo II.

⁷² Entrevista para esta Tese – Anexo III.

Mário Lopes⁷³ relembra esse período:

“As pessoas confundiam o rótulo, porque eram médicos e achavam que eram doutores, eram advogados, juízes e também achavam que eram doutores e queriam ser professores da universidade sem se submeter a concursos, mantendo seus consultórios médicos, mantendo seus escritórios jurídicos. E foi uma luta terrível para se conseguir um espaço, para conseguir construir essa universidade.”

Houve então um acordo, uma espécie de pacto, entre a UENF e as faculdades privadas, para que não fossem oferecidos cursos já existentes em Campos.

Mário Lopes⁷⁴ lembra-se bem deste período:

“Para você ter uma ideia, tamanha era a resistência da comunidade universitária local, não foi aceito que se implantasse nenhum curso dos existentes em Campos. A universidade não começou com cursos da área de magistério, nenhum curso jurídico, nenhum curso na área da medicina, todos os cursos que existiam em Campos na área privada não foram implantados.”

No primeiro momento, o pensamento de Darcy Ribeiro era criar a UENF como um Centro Universitário de Pesquisa, oferecendo apenas cursos de pós-graduação. Wanderley de Souza⁷⁵ lembra-se das primeiras discussões sobre esse projeto:

“Darcy, inclusive no primeiro momento, pensava numa universidade de pós-graduação. Nas primeiras discussões, era uma universidade que não contemplava o ensino de graduação, era um modelo tipo universidade de Rockefeller em Nova Iorque. Entravam lá pessoas formadas que iam trabalhar nas áreas da saúde, área biológica, na área da agricultura, na área das engenharias, do petróleo etc., mas tudo para fazer já pesquisa, eram centros universitários de pesquisa, oferecendo cursos de pós-graduação. Durante as discussões, sobretudo ao longo de 1992, ficou claro que isso não teria uma sustentação política, isso pode funcionar muito bem em outros países, mas aqui no Brasil, se a universidade não tiver aluno de graduação ela pode ficar frágil do ponto de vista de sua continuidade. E hoje eu tenho a certeza que se nós não tivéssemos alunos de graduação, e só professores e alunos de pós-graduação, ela poderia ter-se encerrado durante o governo de Marcelo Alencar.”

⁷³ Entrevista para esta Tese – Anexo II.

⁷⁴ Entrevista para esta Tese – Anexo II.

⁷⁵ Entrevista para esta Tese – Anexo III.

Cândido Alberto da Costa Gomes Gomes⁷⁶ lembra a importância que Darcy Ribeiro dava à pós-graduação e a ideia que tinha para a UENF:

“Ele queria, pelo mestrado e pelo doutorado, seguir o caminho da pesquisa, quer dizer, ele compreendia que só poderia la chegar se não afastasse os jovens, muito pelo contrário tinha que os incluir, como a UENF realmente incluiu, mas o fato é que ele pretendia acumular a pesquisa na pós-graduação, acumular apenas. A ideia era começar com o doutorado, depois implantar o mestrado e por fim, com esses professores, a graduação, mas a pressão social, inclusive dos políticos que vinham, foi muito intensa e com isso a universidade teve que abrir um vestibular.”

Do início da UENF com programas de pós-graduação, Sônia Martins de Almeida Nogueira ⁷⁷ diz:

“Darcy entendia que na pós-graduação você efetivamente formava um cientista, tanto que alguns de nossos cursos já começaram quando a UENF começou a desenvolver suas atividades como universidade, e essas áreas do conhecimento já começaram com programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, então ele dava uma importância muito grande aos programas de pós-graduação”.

A UENF começou suas atividades em instalações improvisadas, de forma a não perder o prazo determinado pela Constituição. Começou com seminários dados em auditórios do CEFET, e após a conclusão do primeiro prédio, o Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias (CCTA), a UENF promove o seu primeiro vestibular, e as aulas de graduação têm início em agosto de 1993.

Ana Lucia Sanguêdo Boynard Mendonça⁷⁸ faz referência a esse tempo:

“Olha a UENF! De dezembro de 1992, lembra? Dos seminários aplicados no auditório da época, CEFET, que foi a solução encontrada para configurar o início das atividades da UENF porque não podia perder a data limite de início de suas atividades senão a Assembleia Legislativa declarava o fim do prazo para início das atividades e cancelava o projeto da UENF.”

⁷⁶ Entrevista para esta Tese – Anexo V.

⁷⁷ Entrevista para esta Tese – Anexo VIII.

⁷⁸ Entrevista para esta Tese – Anexo I.

O terreno desapropriado para a construção da UENF foi numa área desgastada, que tinha o seu subsolo escavado pelas indústrias ceramistas de Campos, para extração de argila, e que em época de grande chuva e enchente essa área era inundada pelo Rio Paraíba. Foram muitos caminhões a trazer terra para nivelar este terreno, que era uma verdadeira cratera.

Mário Lopes⁷⁹ relembra esse período:

“Foi onde o Sergio Mendes desapropriou a área onde foi construído o campus da universidade, num terreno conhecido como “campus Lionel Brizola”, um terreno desvalorizado porque tinha sido usado para a construção de olarias e todo o seu subsolo já tinha sido escavado, então não seria aproveitado para a indústria imobiliária nem para outra finalidade e ele desapropriou aquela área. (...) E aí, em uma operação mutirão essa cidade se transformou em um canteiro de obra, morros foram desaparecidos para poder ser conduzidos por caminhões de Campos, do Espírito Santo, da Região dos Lagos, e rapidamente toda aquela área foi aterrada com terra vermelha.”

Em baixo temos uma fotografia aérea da UENF, na construção de seu primeiro prédio, onde está até hoje o Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias.



Início das obras de construção da UENF

Fotografia - 10

Fonte: Acervo da UENF

A lei de criação da UENF foi aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo então governador Moreira Franco em 08/11/90. A Lei 1.740 autorizava o

⁷⁹ Entrevista para esta Tese – Anexo II.

Poder Executivo a criar a Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, com sede em Campos dos Goytacazes. Em 27/02/91, o Decreto 16.357 criava a UENF e aprovava o seu estatuto.

Os documentos a seguir, são do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Decreto 16.357 de 27 de fevereiro de 1991, criando a Universidade Estadual do Norte Fluminense.

D.O.	DIÁRIO OFICIAL Estado do Rio de Janeiro	AVISO	PORTE PAGO
		O Diário Oficial Parte I - Poder Executivo e Parte IV Municipais - des circulam hoje em um só caderno	DR/RJ ISR - 52 - 3040/86
ANO XVII • N.º 39 • QUINTA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 1991 • Cr\$ 80,00		Parte I	

Poder Executivo

Govorno do Estado	Sumário																								
<p>GOVERNADOR W. Moreira Franco</p> <p>VICE-GOVERNADOR Francisco de Assis Martins Amaral</p> <p>SECRETÁRIOS DE ESTADO</p> <table border="0"> <tr> <td>PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO Dário Michel Gadelha</td> <td>SAÚDE Maria Manuela Pinto Carneiro Aivás dos Santos</td> </tr> <tr> <td>PROCURADORIA GERAL DO ESTADO José Eduardo Barbosa Santos Neves</td> <td>INDÚSTRIA E COMÉRCIO Nelson Teixeira de Silva</td> </tr> <tr> <td>PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA Carlos Antônio da Silva Navega</td> <td>AGRICULTURA Ronaldo Guimarães de Faria</td> </tr> <tr> <td>PROCURADORIA GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA João Simões Vagos Filho</td> <td>TRANSPORTES Denisar de Almeida Azeiteiro</td> </tr> <tr> <td>JUSTIÇA João Marcelo de Araújo Júnior</td> <td>MEIO AMBIENTE Carlos Henrique Abreu Mendes</td> </tr> <tr> <td>ADMINISTRAÇÃO Marcus Machado de Alencar</td> <td>POLÍCIA CIVIL Heraldo Gomes</td> </tr> <tr> <td>ECONOMIA E FINANÇAS Herbert Cesar Pimentel Barbosa</td> <td>POLÍCIA MILITAR Cel. FM Manoel Elycio dos Santos Filho</td> </tr> <tr> <td>CIÊNCIA E TECNOLOGIA José Pálcio Ferreira</td> <td>DEFESA CIVIL Cel. EM José Albuquerque Manso da Castro</td> </tr> <tr> <td>DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL Haroldo Mattos de Lemos</td> <td>TRABALHO E AÇÃO SOCIAL Solange Amaral</td> </tr> <tr> <td>EDUCAÇÃO Fátima Cunha Ferreira Pinto</td> <td>ESPORTE E LAZER Antônio Carlos Nunes Carneiro</td> </tr> <tr> <td>CULTURA Aspásia Brasileira Alcântara de Camargo</td> <td>ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS Vicente de Paula Loureiro</td> </tr> <tr> <td>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO Cons. Reynaldo Sant'Anna - PRESIDENTE</td> <td>CONSELHO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS Cons. Cláudio Moacyr de Azevedo - PRESIDENTE</td> </tr> </table>	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO Dário Michel Gadelha	SAÚDE Maria Manuela Pinto Carneiro Aivás dos Santos	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO José Eduardo Barbosa Santos Neves	INDÚSTRIA E COMÉRCIO Nelson Teixeira de Silva	PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA Carlos Antônio da Silva Navega	AGRICULTURA Ronaldo Guimarães de Faria	PROCURADORIA GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA João Simões Vagos Filho	TRANSPORTES Denisar de Almeida Azeiteiro	JUSTIÇA João Marcelo de Araújo Júnior	MEIO AMBIENTE Carlos Henrique Abreu Mendes	ADMINISTRAÇÃO Marcus Machado de Alencar	POLÍCIA CIVIL Heraldo Gomes	ECONOMIA E FINANÇAS Herbert Cesar Pimentel Barbosa	POLÍCIA MILITAR Cel. FM Manoel Elycio dos Santos Filho	CIÊNCIA E TECNOLOGIA José Pálcio Ferreira	DEFESA CIVIL Cel. EM José Albuquerque Manso da Castro	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL Haroldo Mattos de Lemos	TRABALHO E AÇÃO SOCIAL Solange Amaral	EDUCAÇÃO Fátima Cunha Ferreira Pinto	ESPORTE E LAZER Antônio Carlos Nunes Carneiro	CULTURA Aspásia Brasileira Alcântara de Camargo	ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS Vicente de Paula Loureiro	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO Cons. Reynaldo Sant'Anna - PRESIDENTE	CONSELHO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS Cons. Cláudio Moacyr de Azevedo - PRESIDENTE	<p>Atos do Poder Legislativo..... 1</p> <p>Atos do Poder Executivo..... 6</p> <p>Despachos do Governador..... 7</p> <p>Gabinete do Vice-Governador..... 7</p> <p>CHEFIA DO PODER EXECUTIVO</p> <p>Gabinete Civil..... 7</p> <p>Gabinete Militar..... 7</p> <p>Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação..... 7</p> <p>Procuradoria Geral do Estado..... 8</p> <p>Procuradoria Geral da Justiça..... 8</p> <p>Procuradoria Geral da Defensoria Pública..... 9</p> <p>Ministério Público Especial..... 9</p> <p>ORÇÃOS SETORIAIS DO PODER EXECUTIVO</p> <p>Secretaria de Estado de Justiça..... 10</p> <p>Secretaria de Estado de Administração..... 12</p> <p>Secretaria de Estado de Economia e Finanças..... 16</p> <p>Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia..... 16</p> <p>Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional..... 18</p> <p>Secretaria de Estado de Educação..... 19</p> <p>Secretaria de Estado de Cultura..... 37</p> <p>Secretaria de Estado de Saúde..... 38</p> <p>Secretaria de Estado de Indústria e Comércio..... 46</p> <p>Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento..... 46</p> <p>Secretaria de Estado de Transportes..... 47</p> <p>Secretaria de Estado de Meio Ambiente..... 48</p> <p>Secretaria de Estado da Polícia Civil..... 50</p> <p>Secretaria de Estado da Polícia Militar..... 50</p> <p>Secretaria de Estado da Defesa Civil..... 50</p> <p>Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social..... 50</p> <p>Secretaria de Estado de Esporte e Lazer..... 50</p> <p>Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos..... 50</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS</p> <p>CONSELHO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS..... 52</p> <p>AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO..... 52</p> <p>REPARTIÇÕES FEDERAIS</p> <p>Art. 2º - Fica aprovado o Estatuto da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, na forma do anexo que acompanha o presente decreto.</p> <p>Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.</p> <p>Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1991</p> <p>W. MOREIRA FRANCO</p> <p>ANEXO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 16.357/91</p> <p>ESTATUTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE-FLUMINENSE - UENF</p> <p>CAPÍTULO I</p> <p>CONSTITUIÇÃO E FINS</p> <p>Art. 1º - A Universidade Estadual do Norte-Fluminense - UENF, organizada como fundação, com base no disposto na Constituição do Estado e nos termos da legislação federal e estadual, é uma pessoa jurídica de direito público de duração in-</p>
PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO Dário Michel Gadelha	SAÚDE Maria Manuela Pinto Carneiro Aivás dos Santos																								
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO José Eduardo Barbosa Santos Neves	INDÚSTRIA E COMÉRCIO Nelson Teixeira de Silva																								
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA Carlos Antônio da Silva Navega	AGRICULTURA Ronaldo Guimarães de Faria																								
PROCURADORIA GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA João Simões Vagos Filho	TRANSPORTES Denisar de Almeida Azeiteiro																								
JUSTIÇA João Marcelo de Araújo Júnior	MEIO AMBIENTE Carlos Henrique Abreu Mendes																								
ADMINISTRAÇÃO Marcus Machado de Alencar	POLÍCIA CIVIL Heraldo Gomes																								
ECONOMIA E FINANÇAS Herbert Cesar Pimentel Barbosa	POLÍCIA MILITAR Cel. FM Manoel Elycio dos Santos Filho																								
CIÊNCIA E TECNOLOGIA José Pálcio Ferreira	DEFESA CIVIL Cel. EM José Albuquerque Manso da Castro																								
DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL Haroldo Mattos de Lemos	TRABALHO E AÇÃO SOCIAL Solange Amaral																								
EDUCAÇÃO Fátima Cunha Ferreira Pinto	ESPORTE E LAZER Antônio Carlos Nunes Carneiro																								
CULTURA Aspásia Brasileira Alcântara de Camargo	ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS Vicente de Paula Loureiro																								
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO Cons. Reynaldo Sant'Anna - PRESIDENTE	CONSELHO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS Cons. Cláudio Moacyr de Azevedo - PRESIDENTE																								
<p>Atos do Poder Executivo</p> <p>Decreto nº 16.357 de 27 de fevereiro de 1991</p> <p>CRIA a Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF e aprova o seu Estatuto.</p> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei nº 1.740, de 8.11.90,</p> <p>D E C R E T A:</p> <p>Art. 1º - Fica criada a Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF.</p>																									

Aprovação do Estatuto da UENF

Documento - 7

Fonte: DO/RJ

determinada, com sede e foro na cidade de Campos dos Goytacazes, gozando de autonomia administrativa, técnico-científica, financeira, pedagógica e disciplinar.

Parágrafo Único - A UENF, criada na forma da Lei nº 1.740, de 8 de novembro de 1990, é constituída, inicialmente, pela incorporação das instituições de ensino superior vinculadas à Fundação Cultural de Campos e à Fundação Benedito Pereira Nunes.

Art. 2º - A UENF, integrante do Sistema Estadual de Ensino, mantida pelo Estado do Rio de Janeiro, desenvolverá suas atividades em consonância com as diretrizes e bases da educação nacional e segundo o sistema constante deste Estatuto e do Regimento Geral.

Parágrafo Único - A UENF, constituindo uma unidade de patrimônio e administração, compreende em sua estrutura:

- a) órgãos superiores de administração, supervisão, coordenação e controle;
- b) unidades universitárias dedicadas ao ensino e à pesquisa;
- c) órgãos de administração geral e órgãos especiais.

Art. 3º - São fins próprios da UENF a execução do ensino superior, da pesquisa e da extensão, a formação de profissionais de nível superior, a prestação de serviços à comunidade e a contribuição à solução de problemas sociais, econômicos e políticos nacionais e, prioritariamente, regionais.

Parágrafo Único - A UENF realizará seus fins por meio dos órgãos e serviços que integram sua estrutura e com a colaboração de instituições públicas ou privadas.

CAPÍTULO III

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

Art. 4º - O patrimônio da UENF será constituído de direitos e bens móveis e imóveis, transferíveis após lavratura de escritura pública e inventário, respectivamente.

§ 1º - As alterações do patrimônio da UENF obedecerão às normas legais e às disposições deste Estatuto e do Regimento Geral.

§ 2º - Em caso de extinção, os bens e direitos da UENF terão a seguinte destinação:

- a) os bens recebidos, a qualquer título, das Fundações Cultural de Campos e Benedito Pereira Nunes, retornarão às respectivas origens;
- b) os bens adquiridos pela UENF serão incorporados ao patrimônio do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 5º - As despesas correntes e de capital da UENF serão atendidas com dotação constante do orçamento do Estado, o produto de rendas patrimoniais e recursos realizáveis ou concedidos sob qualquer modalidade e integrarão o orçamento, cuja execução ficará sujeita à fiscalização.

§ 1º - Cada orçamento compreenderá um exercício financeiro, coincidente com o ano calendário.

§ 2º - A proposta de orçamento para o exercício financeiro seguinte será submetida ao Conselho Universitário, ouvido o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, no âmbito de sua competência.

§ 3º - Não haverá aumento de despesa sem correspondente acréscimo na receita.

CAPÍTULO III

DO CHANCELER E DO VICE-CHANCELER

Art. 6º - O Governador e o Secretário de Estado de Educação são, respectivamente, o Chanceler e o Vice-Chanceler, da UENF.

§ 1º - São da competência privativa do Governador:

- a) nomeação e posse do Reitor e do Vice-Reitor;
- b) a designação do representante do Estado no Conselho de Curadores;
- c) a destituição do Reitor ou Vice-Reitor, mediante proposta dos Conselhos Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão e Universitário, em conformidade com o disposto no art. 15º;
- d) decidir os recursos interpostos na forma do § 5º do art. 20º.

§ 2º - Ao Governador, no exercício da função de Chanceler, compete:

- a) presidir à Assembléia Universitária e aos atos ou solenidades da UENF, a que comparecer;
- b) propor aos órgãos superiores da UENF, por intermédio do Reitor, iniciativas que contribuam para a expansão e o desenvolvimento da Universidade.

§ 3º - Ao Vice-Chanceler compete substituir o Chanceler, em caso de ausência ou impedimento, no exercício da competência prevista no parágrafo anterior.

§ 4º - No impedimento ou ausência do Chanceler e do Vice-Chanceler, incumbe ao Reitor o exercício da competência prevista no § 2º, alínea a, deste artigo.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS SUPERIORES

Seção I

Da Enumeração

Art. 7º - São órgãos superiores da UENF:

- a) Assembléia Universitária;
- b) Conselho Universitário;
- c) Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- d) Reitoria;
- e) Conselho de Curadores.

Seção II

Da Assembléia Universitária

Art. 8º - A Assembléia Universitária é o órgão de representação comum dos poderes públicos do Estado e dos órgãos da UENF.

§ 1º - São membros natos da Assembléia Universitária o Chanceler e o Vice-Chanceler, os Presidentes da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Tribunal Regional Eleitoral e do Tribunal de Contas do Estado, o Reitor, o Vice-Reitor, os Pró-Reitores, os Prefeitos, Presidentes de Câmaras de Vereadores e Juizes Diretores de Foros dos Municípios em que se situem Unidades de Ensino da UENF, os Diretores das Unidades de Ensino, os membros do Conselho Universitário, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Conselho de Curadores.

IMPRESA OFICIAL
do Estado do Rio de Janeiro

Empresa Pública

Luiz Otávio Ferreira da Silva
DIRETOR-PRESIDENTE

Alberto José Gonçalves Costa
DIRETOR-ADMINISTRATIVO

Jair de Azevedo Marinho **Jorge Narciso Peres**
DIRETOR-FINANCEIRO DIRETOR-INDUSTRIAL

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO - PARTE I

PUBLICAÇÕES:

ENTREGA DE TEXTOS:

Os textos para publicação deverão ser entregues nas Agências Rio ou Niterói, categorizados em gêneros, nos especificos, e vencia nessas Agências, respeitadas as instruções nelas contidas.

AGÊNCIAS:

Rio - R. São José, 35, s. 222/4 - Ed. Garagem Meneses Correa - Tel. 231.004/

Niterói - Praça Aracá nº 6 - Centro - Niterói - Tel. 719-1122 R. 24

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO

Conteúdo de Conteúdo

Conteúdo de Colunas para Municípios

R\$ 2.861,00

R\$ 2.003,00

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATERIA:

Deverão ser dirigidas ao Excmo. ao Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 dias após a data de sua publicação.

ASSINATURAS

PREÇOS DAS ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL - PARA CADA PARTE

SEM DESCONTO R\$ 22.710,00

COM DESCONTO R\$ 23.980,00

(*) As assinaturas com descontos somente serão concedidas para o funcionalismo público estadual e empregados das Prefeituras Municipais do Estado do Rio de Janeiro mediante a apresentação do último comprovante.

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de pessoas autorizadas para vender assinaturas. Essas somente poderão ser efetuadas em nossas Agências e nas Agências credenciadas no Estado do Rio de Janeiro - BANCO.

Exemplares avulsos e atrasados, emitidos dentro do período de 1 ano (atualizado mês a mês) com exceção de cópias esgotadas, poderão ser adquiridos diretamente na Agência Niterói.

ATENÇÃO:

É vedada a devolução de valores pelas assinaturas de DC.

res, dos corpos docentes das Unidades Universitárias e os representantes estudantis no exercício de mandato.

§ 29 - A Assembléia Universitária ouvirá, em sessão solene, no início de cada ano letivo, uma exposição do Reitor, sobre os fatos marcantes da vida universitária e a Aula Magna da Universidade.

§ 30 - A outorga de títulos e dignidades acadêmicas far-se-á em sessão da Assembléia Universitária.

Seção III

Do Conselho Universitário

Art. 9º - Ressalvada a competência própria do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Conselho Universitário é o órgão normativo, deliberativo e consultivo da UENF.

§ 1º - Compete privativamente ao Conselho Universitário:

a) aprovar o orçamento da UENF e os acordos ou convênios que importarem em ônus financeiro para a Universidade;

b) outorgar mandato universitário;

c) aprovar normas gerais sobre a organização administrativa da UENF, respeitadas as disposições deste Estatuto e do Regimento Geral;

d) aprovar os planos administrativos da UENF, encaminhados pela Reitoria;

e) decidir os recursos de atos do Reitor ou de dirigentes das Unidades Universitárias, nos casos previstos neste Estatuto e na forma do Regimento Geral;

f) rever, exclusivamente no tocante à legalidade, atos de competência do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão;

g) exercer as demais atribuições específicas das no Regimento Geral;

§ 2º - Compete ao Conselho Universitário, em conjunto com o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão:

a) deliberar sobre proposta de destituição do Reitor ou do Vice-Reitor, nos termos do art. 19;

b) decidir sobre a incorporação à UENF de entidades de ensino, assim como a implantação de novas Unidades de Ensino;

c) reformar o Estatuto e o Regimento Geral.

§ 3º - As decisões normativas do Conselho Universitário serão formalizadas em Resoluções, promulgadas pelo Reitor.

Art. 10 - O Conselho Universitário é constituído:

a) pelo Reitor, que o presidirá e pelo Vice-Reitor;

b) pelos ex-Reitores, salvo se destituídos do cargo ou renunciantes;

c) pelos Pró-Reitores;

d) pelos Diretores das Unidades de Ensino;

e) por dois representantes docentes de cada Unidade de Ensino;

f) por um representante de cada categoria na carreira do magistério;

g) pelo Presidente da Associação de Docentes da Universidade;

h) pelo Prefeito e pelo Presidente da Câmara de Vereadores do Município sede da UENF, podendo tal representação ser estendida, a critério do Conselho Universitário, aos Municípios que venham sediar outras instituições de ensino vinculadas à UENF;

i) pelo presidente de uma das Entidades da Classe Patronal e pelo Presidente de uma das Entidades da Classe Trabalhadora, ambos eleitos pelo Conselho Universitário;

j) pela representação discente na proporção de 1/5 da totalidade dos membros do Conselho;

k) pelo Presidente do Diretório Central de Estudantes;

l) por quatro representantes dos servidores não docentes.

§ 1º - Os mandatos dos membros previstos nas alíneas "a", "f" e "l" deste artigo serão de dois anos, os dos representantes estudantis, dos representantes das classes patronal e dos trabalhadores, de um ano.

§ 2º - Os representantes docentes, discentes e dos servidores serão eleitos na forma do Regimento Geral.

§ 3º - Os membros do Conselho Universitário referidos nas alíneas "e", "f", "j" e "l" terão suplentes escolhidos pela mesma forma dos titulares.

Seção IV

Do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

Art. 11 - O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão normativo, consultivo e deliberativo em matéria referente a essas atividades, tem a seguinte competência, além de outras especificadas neste Estatuto e no Regimento Geral:

a) estabelecer normas, atender a consultas e deliberar sobre as atividades acadêmico-científicas da UENF, visando, especialmente, à integração do ensino e da pesquisa e à fixação de princípios e critérios de ministração das várias modalidades de cursos;

b) deliberar, em conjunto com o Conselho Universitário, sobre o disposto no § 2º do art. 9º.

Art. 12 - As decisões normativas do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão serão formalizadas em Deliberações, promulgadas pelo Reitor.

Art. 13 - O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão é constituído:

a) pelo Reitor que o presidirá e pelo Vice-Reitor;

b) pelos Pró-Reitores;

c) por três professores de cada unidade de ensino;

d) por um representante de cada uma das categorias da carreira do magistério;

e) pela representação discente na proporção de 1/5 da totalidade dos membros do Conselho.

§ 1º - Os mandatos dos membros previstos nas alíneas "d" e "e" deste artigo serão de dois anos e o dos representantes estudantis de um ano.

§ 2º - Os representantes docentes e discentes serão eleitos pela forma prevista no Regimento Geral.

§ 3º - Na ausência do Reitor e do Vice-Reitor, as reuniões serão presididas pelo Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 14 - Os membros do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, salvo os membros natos, terão suplentes escolhidos pela mesma forma dos titulares.

Seção V

Da Reitoria

Art. 15 - O Reitor representa, coordena, supervisiona e administra o patrimônio e os interesses da UENF nos termos do presente Estatuto.

§ 1º - Incumbe especialmente ao Reitor, com a aprovação do Conselho Universitário e do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão nas áreas de respectivas competências, o planejamento das atividades da UENF, visando ao desenvolvimento e à plena consecução de seus fins.

§ 2º - O Reitor e o Vice-Reitor serão nomeados pelo Governador do Estado, para um período de quatro anos, dentre professores integrantes de carreira de magistério, eleitos pelo sistema de voto universal ponderado.

§ 3º - É vedado o exercício de dois mandatos consecutivos de Reitor ou de Vice-Reitor.

§ 4º - O mandato do Reitor terá início no primeiro dia útil de janeiro e o do Vice-Reitor no primeiro dia útil de março do primeiro ano do quadriênio.

§ 59 - A eleição para escolha do Reitor e do Vice-Reitor será realizada na 1ª. quinzena do mês de novembro do último ano do mandato em curso.

§ 60 - Vagando o cargo de Reitor, antes do término do mandato, e não havendo transcorrido mais de metade do mesmo, proceder-se-á, dentro de 30 dias, a nova eleição.

§ 70 - Havendo transcorrido mais da metade do mandato, o Vice-Reitor o completa.

§ 89 - Ocorrendo a vacância do cargo de Vice-Reitor, antes do término do mandato e não havendo transcorrido mais de metade do mesmo, proceder-se-á, dentro de 30 dias, a nova eleição.

§ 90 - Havendo transcorrido mais de metade do mandato, o cargo de Vice-Reitor será ocupado por um docente integrante do Conselho Universitário, eleito por este mesmo Conselho, para completar o mandato.

§ 10 - As escolhas do Reitor e do Vice-Reitor não poderão recair em professores de uma mesma Unidade de Ensino.

§ 11 - O Reitor não poderá exercer outro cargo na UENF.

Art. 16 - Nos primeiros cinco anos de implantação, a UENF será dirigida por um Reitor e um Vice-Reitor Pro-Tempore, nomeados pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, escolhidos entre os membros da Comissão Especial instituída pelo Decreto nº 15.590, de 28.9.90.

Parágrafo único - Em caso de vacâncias do cargo de Reitor Pro-Tempore, o Vice-Reitor nomeado lhe completará o mandato restante.

Art. 17 - São atribuições do Reitor:

I - representar a UENF, judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente, podendo constituir procuradores, com poderes especiais e para fim determinado;

II - convocar e presidir o Conselho Universitário, Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho de Curadores, cabendo-lhe o direito de voto, inclusive o de qualidade, não podendo votar em decisões do Conselho de Curadores;

III - convocar a Assembleia Universitária e presidir a ela, na ausência do Chanceler e do Vice-Chanceler;

IV - cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal e a Estadual, assim como as leis e as diretrizes universitárias;

V - baixar Atos Executivos de teor normativo, respeitadas, no que couber, as normas mencionadas no item anterior;

VI - administrar a UENF, praticando todos os atos necessários ao seu funcionamento e à execução das normas legais e universitárias;

VII - manter a ordem e a disciplina no âmbito de suas atribuições, respondendo por abuso ou omissão;

VIII - praticar, por proposta fundamentada pelos órgãos competentes, os atos relativos à admissão, vida funcional e exoneração ou demissão do pessoal docente, técnico e administrativo da UENF;

IX - submeter ao Conselho Universitário, ouvido o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, a proposta orçamentária para o exercício financeiro seguinte, nos termos do § 2º do art. 5º;

X - exercer a gestão econômica e financeira da UENF, e especialmente, autorizar despesas, ordenar pagamentos, dar quitações, movimentar depósitos bancários ou fundos financeiros, transgír ou desistir, assinar documentos e celebrar contratos, acordos ou convênios, aceitar doações e praticar, em geral, os demais atos de administração para a boa ordem da economia e das finanças da UENF, nos termos definidos no Regimento Geral;

XI - contratar empréstimos internos e externos, podendo oferecer em garantia bens ou receitas futuras da UENF, ouvido o Conselho de Curadores, com aprovação do Conselho Universitário;

XII - expedir títulos honoríficos e dignidades, na forma do Regimento Geral;

XIII - apresentar ao Conselho de Curadores, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias do encerramento de cada exercício financeiro da UENF, as respectivas contas, instruídas com os documentos discriminados no Regimento Geral;

XIV - apresentar ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, até 31 de março de cada ano, a prestação de contas a que alude o item anterior, com o parecer do Conselho de Curadores;

XV - resolver os casos inadmissíveis de administração ou em defesa de interesses da UENF, não abrangidos em sua atribuição específica, submetendo os respectivos atos à homologação do órgão próprio.

§ 10 - O Regimento Geral complementará as atribuições do Reitor, sem prejuízo da competência privativa dos demais órgãos superiores da UENF.

§ 20 - O Reitor poderá fazer delegações de competência, expressas e específicas, ao Vice-Reitor, aos Pró-Reitores, aos Diretores de Unidades Universitárias, a dirigentes de órgãos ou serviços especiais e aos chefes de órgãos da administração geral da UENF.

Art. 18 - O Reitor será substituído, em suas faltas, afastamentos ou impedimentos, pelo Vice-Reitor.

Art. 19 - O Reitor e o Vice-Reitor poderão ser destituídos dos respectivos cargos, nos casos previstos em lei e, especificamente, se praticarem ato que atente contra a disposição legal aplicável à UENF, viole o Estatuto, o Regimento Geral, Resolução do Conselho Universitário ou deliberação do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão ou Provimento do Conselho de Curadores.

§ 19 - A iniciativa da destituição será formalizada em proposta fundamentada, subscrita por mais de metade dos membros do Conselho Universitário e do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.

§ 20 - A proposta de destituição será apreciada pelo Conselho Universitário e Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, em sessão conjunta, assegurado o direito de ampla defesa, e, se aprovada por dois terços da totalidade dos seus membros, será encaminhada ao Governador do Estado.

Seção VI

Do Conselho de Curadores

Art. 20 - O Conselho de Curadores, órgão de fiscalização financeira e patrimonial da UENF, compor-se-á do Reitor, que a ele presidirá, sem direito a voto, e de mais cinco membros, a saber, 1 (um) representante do Estado, indicado pelo Governador, 1 (um) representante do Município sede da UENF, indicado pelo prefeito, 2 (dois) representantes docentes indicados pelo Conselho Universitário, não pertencentes a ele nem ao de Ensino, Pesquisa e Extensão, 1 (um) representante discente, indicado na forma da legislação em vigor.

§ 10 - Os membros do Conselho de Curadores terão seus respectivos suplentes, indicados no mesmo ato e seus mandatos serão coincidentes com o do Reitor, com exceção da representação discente, cujo mandato é de 1 (um) ano.

§ 20 - As instituições públicas ou privadas que contribuam substancialmente, de forma sistemática, para o aumento dos recursos da UENF poderão ter representação no Conselho de Curadores, a juízo do Conselho Universitário, nos termos do Regimento Geral.

§ 30 - O número total de membros do Conselho de Curadores poderá ser elevado ao máximo de sete, pela inclusão dos representantes previstos no parágrafo anterior, não computada a participação do Reitor.

§ 40 - Ao Conselho de Curadores compete acompanhar a execução orçamentária, fiscalizar a administração financeira, apreciar os atos que interessem à posição patrimonial da UENF e dar parecer sobre as contas do Reitor.

§ 50 - O Reitor, qualquer membro do Conselho de Curadores, do Conselho Universitário, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, poderão recorrer ao Governador, como instância máxima, das decisões do Conselho de Curadores, nos termos do Regimento Geral.

Aprovação Estatuto da UENF (cont.3)

Documento - 10

Fonte: DO/RJ

CAPÍTULO V
DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA
Seção I
Da Estrutura do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

Art. 21 - A UENF atenderá aos fins de ensino, pesquisa e extensão, mediante sistema que compreende, como Unidades Universitárias, as Faculdades, os Institutos e os Núcleos.

§ 1º - Integram, também, a estrutura da UENF, os órgãos e os serviços especiais, destinados a suplementar as atividades referidas neste artigo.

§ 2º - O Conselho Universitário, em conjunto com o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, poderá criar, extinguir ou modificar Unidades de Ensino, inclusive de 1º e 2º graus, visando ao pleno atendimento das finalidades da UENF.

§ 3º - O Regimento Geral definirá a estrutura de ensino, pesquisa e extensão da UENF.

Art. 22 - A UENF ministrará cursos de graduação, pós-graduação, extensão e outros, em conformidade com a legislação do ensino e as normas dos Conselhos Federal e Estadual de Educação, nos termos do Regimento Geral.

§ 1º - A UENF atenderá à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados de pesquisas.

§ 2º - O Regimento Geral estabelecerá a forma de execução dos programas de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 23 - As Faculdades, Institutos e Núcleos serão administrados por um Diretor e um Vice-Diretor, na forma estabelecida no Regimento Geral.

§ 1º - O Diretor e o Vice-Diretor serão nomeados pelo Reitor dentre professores pertencentes à Unidade Universitária, eleitos pelo voto universal ponderado.

§ 2º - Vagando o cargo de Diretor, antes do término do mandato, e não havendo transcorrido mais de metade do mesmo, proceder-se-á dentro de 30 dias, a nova eleição.

§ 3º - Havendo transcorrido mais de metade do mandato, o Vice-Diretor o completará.

§ 4º - Ocorrendo a vacância do cargo de Vice-Diretor, antes do término do mandato e não havendo transcorrido mais de metade do mesmo, proceder-se-á, dentro de 30 dias, a nova eleição.

§ 5º - Havendo transcorrido mais de metade do mandato, o cargo de Vice-Diretor será ocupado por um docente integrante do colegiado superior da Faculdade, eleito por este mesmo colegiado, para completar o mandato.

Art. 24 - Nas Faculdades, os colegiados superiores serão constituídos nos termos do Regimento Geral, assegurada a participação das várias categorias do corpo docente, da representação estudantil e da comunidade.

Seção II
Do Corpo Docente

Art. 25 - O magistério na UENF é organizado em carreira, observada a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, administração e serviços técnicos.

§ 1º - A carreira do magistério compreende as seguintes categorias:

- a) Professor Titular;
- b) Professor Adjunto;
- c) Professor Assistente;
- d) Professor Auxiliar.

§ 2º - O Regimento Geral estabelecerá as normas sobre admissão, promoção, lotação, remoção, transferência, deveres, direitos e vantagens do respectivo pessoal.

§ 3º - Aos membros do magistério da UENF aplicar-se-á a legislação que rege o ensino superior, bem como os mandamentos universitários.

§ 4º - Na medida do interesse e das possibilidades da UENF, estender-se-á, progressivamente, ao pessoal docente o regime de tempo integral e de dedicação exclusiva, observados os critérios fixados no Regimento Geral.

§ 5º - A UENF estimulará, de forma sistemática, o aperfeiçoamento do pessoal docente.

§ 6º - Para atender as necessidades especiais do ensino, da pesquisa e da extensão, poderão ser contratados professores visitantes, por prazo limitado, segundo o disposto no Regimento Geral.

§ 7º - Os cargos iniciais e finais da carreira do magistério serão providos mediante concurso público de títulos e provas, em conformidade com o disposto no Regimento Geral.

§ 8º - Para atendimento a situações emergenciais ocorridas durante períodos letivos, poderão ser admitidos Professores Auxiliares, por prazo nunca superior a um período letivo, após o qual, persistindo a situação, será obrigatoriamente realizado o concurso previsto no parágrafo anterior.

Seção III
Do Corpo Discente

Art. 26 - O corpo discente da UENF, constituído de alunos matriculados nas várias modalidades de cursos, terá os deveres e os direitos previstos na legislação de ensino, no presente Estatuto, no Regimento Geral e nos demais mandamentos universitários.

Parágrafo único - O regime disciplinar do corpo discente obedecerá às normas da lei federal e ao disposto nos mandamentos universitários próprios, bem como no Regimento Geral e nos Regimentos das Unidades Universitárias.

Art. 27 - O corpo discente terá representação, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados da UENF.

§ 1º - São órgãos de representação estudantil:

- a) o Diretório Central dos Estudantes (DCE);
- b) os Diretórios Acadêmicos das Unidades Universitárias.

§ 2º - Os membros do DCE e dos Diretórios Acadêmicos serão eleitos com mandato de um ano, na forma estabelecida em legislação específica.

§ 3º - Os representantes estudantis no Conselho Universitário, no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, no Conselho de Curadores e nos Colegiados das Unidades Universitárias serão indicados em conformidade com o disposto na legislação específica, no Regimento Geral e nos mandamentos universitários, vedada a participação do mesmo representante em mais de um órgão.

Art. 28 - As normas de funcionamento no DCE e dos Diretórios Acadêmicos serão estabelecidas com observância no disposto em legislação pertinente.

Parágrafo único - A representação estudantil terá por objetivo promover a cooperação no âmbito da comunidade acadêmica e o aprimoramento da instituição, vedadas atividades de natureza político-partidárias.

Art. 29 - A UENF proporcionará ao corpo discente:

- a) programas específicos de assistência;
- b) oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento;
- c) meios para a realização de programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos;
- d) atividades de educação física e de desportos, mediante orientação adequada e instalações especiais;
- e) incentivos que visem à formação e à consciência de deveres e direitos do cidadão e do profissional.

Parágrafo único - A UENF, segundo suas possibilidades financeiras, destinará recursos para o atendimento dos objetivos previstos neste artigo.

Art. 30 - A criação de funções de monitor será feita na forma disciplinada pelo Regimento Geral.

Parágrafo único - A função de monitor será desempenhada por aluno de curso de graduação e seu exercício regular e eficiente será considerado como título em caso de ingresso na carreira do magistério.

Art. 31 - A UENF manterá intercâmbio com os órgãos do Ministério da Educação e Cultura, das Secretarias de Estado de Educação e de Cultura, além de outras entidades, incumbidas de programas de assistência ao estudante.

Aprovação Estatuto da UENF (cont.4)

Documento - 11

Fonte: DO/RJ

Seção IV

Do Regime Escolar

Art. 32 - O ensino, a pesquisa e a extensão na UENF atenderão as normas legais, as disposições deste Estatuto, do Regimento Geral e dos mandamentos universitários.

Art. 33 - A UENF observará as normas fixadas pelo Conselho Federal de Educação sobre os mínimos de conteúdo e os prazos de duração dos cursos.

Art. 34 - É obrigatória a frequência dos alunos, considerando-se reprovado aquele que deixar de comparecer ao mínimo de aulas e demais atividades escolares, estabelecido em legislação específica.

Art. 35 - Será recusada a matrícula do aluno que não atender às condições fixadas no Regimento Geral e demais mandamentos universitários ou a requisitos determinados em normas da legislação de ensino.

Art. 36 - O ano letivo poderá ser prorrogado nos casos previstos em lei ou, excepcionalmente, a critério do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, por outras causas, de forma a garantir a duração mínima obrigatória.

Art. 37 - A transferência de alunos será admitida na forma da legislação do ensino e nos termos do Regimento Geral.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38 - As relações entre a UENF e os seus servidores serão regidas pela legislação pertinente, cabendo ao Conselho Universitário, mediante proposta do Reitor, fixar níveis de salários e vantagens.

§ 1º - Será da competência do Reitor e dos Diretores de Unidades, no âmbito das respectivas atribuições, o exercício do poder disciplinar.

§ 2º - O poder de demitir ou dispensar servidores docentes e não docentes é exclusivo do Reitor.

Art. 39 - A UENF poderá conceder, na forma do Regimento Geral, os seguintes títulos honoríficos:

- a) Doutor "Honoris Causa";
- b) Professor Honorário;
- c) Professor Emérito;
- d) Benemérito.

Art. 40 - Nenhum colegiado ou comissão poderá se liberar em reunião a que não comparecer a maioria absoluta de seus membros.

§ 1º - O disposto neste artigo também se aplica a eleições, reuniões ou assembleias docentes e discentes.

§ 2º - Não será permitido voto por procuração.

§ 3º - É vedada a participação de um mesmo representante nos Conselho Universitário, Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão e de Curadores, salvo a dos membros natos.

Art. 41 - A UENF é vedado qualquer pronunciamento de caráter político-partidário.

Art. 42 - O Conselho Universitário poderá conceder relativa autonomia administrativa e financeira a qualquer órgão da UENF, estabelecendo a forma e os limites do exercício de tal concessão.

Parágrafo Único - A proposta de concessão de relativa autonomia será encaminhada ao Conselho Universitário pelo Reitor, por sua iniciativa ou de, pelo menos, um terço de membros desse colegiado.

Art. 43 - A UENF adotará os critérios e princípios de licitação fixados na legislação estadual para obras, compras e serviços, respeitadas as peculiaridades da instituição, nos termos da lei própria.

Art. 44 - A reforma do presente Estatuto e do Regimento Geral compete ao Conselho Universitário em conjunto com o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 45 - São asseguradas as situações jurídicas definitivamente constituídas do pessoal docente e administrativo das unidades que ora integram os quadros das Faculdades de Direito, Filosofia, Medicina e Odontologia de Campos, em exercício na data da Lei nº 1.740, de 8.11.90, que autoriza a criação da UENF.

§ 1º - Os integrantes dos quadros docente e administrativo referidos neste artigo serão substituídos, quando ocorrer vacância, por servidores admitidos na forma do Regimento Geral.

§ 2º - Fica assegurado à UENF o direito de remanejar os mencionados servidores, respeitada a sua categoria funcional.

Art. 46 - Os servidores da UENF que sejam detentores dos empregos de Auxiliar de Ensino, Instrutor de Ensino e Professor Responsável, em decorrência de sucessão trabalhista, passarão a desempenhar as funções de Professor Auxiliar os integrantes das duas primeiras categorias funcionais e de Professor Titular, os integrantes da última, desde que concordados expressamente com a alteração contratual.

Art. 47 - O aluno que, na data da instituição da UENF, estiver matriculado ou com a matrícula lançada numa das Faculdades mencionadas no artigo 45 terá seus direitos assegurados na forma da lei.

Art. 48 - As Unidades Universitárias ainda não instaladas serão implantadas progressivamente, por decisão conjunta dos Conselhos Universitário e Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, mediante autorização do Conselho Estadual de Educação.

Art. 49 - O Regimento Geral será elaborado conforme as disposições deste Estatuto e submetido à aprovação do Conselho Estadual de Educação.

Art. 50 - Enqueto não forem elaborados e aprovados os respectivos Regimentos, as Unidades Universitárias existentes reger-se-ão, no que couber, pelos atuais Regimentos.

Art. 51 - A partir da data da publicação deste Estatuto, iniciar-se-á a implantação progressiva da estrutura organizacional e do sistema de administração aqui estabelecidos.

Art. 52 - Para a implantação progressiva referida no artigo anterior será nomeada uma Comissão de Implantação, garantida a representação de cada uma das Unidades de Ensino existentes.

Art. 53 - Até a efetiva implantação da UENF, a Comissão de Implantação poderá praticar todos os atos necessários à consecução dos fins para os quais foi criada.

Atos do Governador

DECRETOS DE 27 DE FEVEREIRO DE 1991

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear, pro tempore, nos termos do art. 16 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 16.357, de 27.2.91, o Professor ROBERTO DE BIASE para, com mandato de 5 (cinco) anos, exercer o cargo de Reitor da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF.

Nomear, pro tempore, nos termos do art. 16 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 16.357, de 27.2.91, o Professor LEVI AZEVEDO QUARESMIA para, com mandato de 5 (cinco) anos, exercer o cargo de Vice-Reitor da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF.

Aprovação Estatuto da UENF (cont.5)

Documento - 12

Fonte: DO/RJ

Em março de 1991 toma posse o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, ele que havia prometido durante a campanha, na cidade de Campos dos Goytacazes, que se ganhasse as eleições, implantaria na cidade uma Universidade. Incumbiu então Darcy Ribeiro, seu companheiro de partido, de gerir projetos de políticas educacionais e assumir a Secretaria de Projetos Especiais de Educação do governo. Darcy então se licencia de seu mandato de Senador, e assume a secretaria tendo, entre outros projetos, concebido e coordenado a implantação da UENF.

Darcy lembra em suas confissões:

“Convidado pelo governador Leonel Brizola para dar forma à universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, criada pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro, me vi, uma vez mais, diante do desafio de repensar criticamente a universidade para as circunstâncias do Brasil de hoje. Criar uma nova universidade é um privilégio extraordinário, provavelmente o mais honroso e o mais gratificante para um trabalhador da educação. Mas é também o mais desafiante, tanto pela complexidade do tema, como pela tentação de, criando sobre o vazio, sair a propor utopias desvairadas. Nada se compara porém a essa extraordinária aventura. Ela envolve, por um lado, um balanço crítico rigoroso de experiência universitária mundial e local. Por outro, uma avaliação das tendências presentes de desenvolvimento da civilização, porque é no âmbito desta que a universidade opera, como seu instrumento superior de domínio e transmissão dos corpos do saber nos quais ela se funda” (Ribeiro, 1997, p. 213).

Ao receber a missão de fundar a UENF, Darcy Ribeiro se impôs o desafio de fazer da nova universidade o seu melhor projeto. Concebeu um modelo inovador, onde os departamentos – que, na UnB, já tinham representado um avanço ao substituir as cátedras – dariam lugar a laboratórios temáticos e multidisciplinares como célula da vida acadêmica. Cercou-se de pensadores e pesquisadores renomados para elaborar o projeto da UENF e apresentou-a como a “Universidade do Terceiro Milênio”. Previu a presença da UENF em Macaé (RJ), onde viria a ser implantado o Laboratório de Engenharia e Exploração do Petróleo (Lenep).

Carlos Alberto Dias⁸⁰ relata a discussão desse projeto:

“Ele queria que eu fizesse parte da equipe de planejamento da UENF (...) Tanto fiz parte da comissão de planejamento da UENF como um todo, como coube a mim a responsabilidade de organizar o ensino e a pesquisa na área do petróleo”.

Mário Lopes⁸¹ argumenta também sobre a criação do curso de Engenharia de Petróleo:

“Foi pioneira nos cursos de petróleo e gás, os novos materiais, pesquisas avançadas da universidade hoje estão contribuindo com a indústria da biomedicina, das cirurgias de precisão, cardiológicas, são coisas que, eu até falava em uma outra entrevista, que se fossem aproveitados pela administração local o município teria avançado muito mais, e infelizmente o poder público ao longo desses anos não se aproximou da universidade, é como se a universidade fosse um intruso aqui dentro, fosse um gueto.”

Darcy Ribeiro convidou seu amigo Oscar Niemeyer, parceiro na Universidade de Brasília e da Argélia, para fazer a planta da UENF. Devido a escassez de verba e a urgência na construção da estrutura física da universidade, Niemeyer utilizou o mesmo sistema de construção dos CIEPs, estruturas pré-moldadas, otimizando o tempo e o custo da obra. A marca de Niemeyer ficou na disposição dos prédios, ou seja, em forma de “cocar” em homenagem aos primeiros habitantes de Campos dos Goytacazes, os índios Goytacá.

Mário Lopes⁸² lembra como foram construídos os prédios da UENF:

“Usou-se o modelo dos CIEPs, os módulos prontos para poder ser mais rápido, e dentro do prazo legal a universidade foi instalada. Ela teve até uma fase para poder não dizer que ela deixou de cumprir com a legislação, que funcionou no FUNDENOR, e a verdadeira inauguração da UENF se deu no campus onde hoje funciona o prédio do Centro de Ciências Agropecuária”

⁸⁰ Entrevista para esta Tese – Anexo VII.

⁸¹ Entrevista para esta Tese – Anexo II.

⁸² Entrevista para esta Tese – Anexo II.

A fotografia a seguir mostra Darcy Ribeiro com seus principais colaboradores, Gilka Alves Wainstein, Wanderley de Souza e Oscar Niemeyer, apreciando no terreno o projeto da UENF.



Fotografia – 11 Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer, apreciando projeto da UENF

Fonte: Acervo da UENF

Destes momentos iniciais Sônia Martins recorda-se bem, especialmente de quando Darcy Ribeiro a convidou para criar o Centro de Humanidades, o último módulo a ser implantado na UENF.

Sônia Martins⁸³ relata-nos a conversa que teve naquela ocasião:

“Pois bem, a minha reação inicial foi dizer “Senador, eu queria dizer ao senhor que eu não voto no senhor, não voto em Leonel Brizola, não comungo de toda a ação política do PDT, dos pressupostos da ideologia acima e queria que isso ficasse muito claro”. E ele disse: “E eu não sei? Você pensa que eu estou fazendo isso sem ter estudado seu currículo, procurado saber quem você é?! E eu não estou aqui para você dizer sim ou não, estou dizendo que você a partir desse momento assume a responsabilidade da área de educação da UENF””

83

Entrevista para esta Tese – Anexo VIII.

A fotografia aérea seguinte mostra a disposição dos módulos para compor a estrutura física da UENF.



Fotografia 12 – Imagem aérea da UENF

Fonte: Acervo da UENF

A partir do decreto nº 17.206 de 23/12/91, foi instituída a Comissão Acadêmica de Implantação da UENF. Em 10/12/1992, foi aprovada a lei nº. 2.043, de autoria do deputado Fernando Leite, criando a Fundação Estadual Norte Fluminense (FENORTE), com a missão de manter e desenvolver a UENF e implantar e incrementar o Parque de Alta Tecnologia do Norte Fluminense (TECNORTE) que seria responsável por patentear as pesquisas acadêmicas.

Ana Lúcia Sanguedo Boynard Mendonça⁸⁴ participou do processo de implantação, e lembra a publicação no DO/RJ:

“Eu representava os interesses de Campos dos Goytacazes na equipe que concebeu o conjunto tanto de estratégias, quanto de metodologias para a viabilização da UENF, de conteúdos de disciplinas, a construção física da universidade, bem como da filosofia desta que segundo Darcy, revolucionaria a educação”.

Os documentos seguintes são dos Diários Oficiais do Estado do Rio de Janeiro, Decreto 17.206, de 23 de dezembro de 1991, que atribuiu à secretaria extraordinária de programas especiais a missão de instituir e implantar a Universidade Estadual do Norte Fluminense.

Atos do Poder Executivo

* Decreto n. 17.205 de 20 de DEZEMBRO de 1991

Abre crédito suplementar no valor de Cr\$ 53.468.803,00 à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER-Rio, para reforço de dotações consignadas no Orçamento em vigor e de outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 6º, da Lei nº 1.761, de 10 de dezembro de 1990, Decreto nº 16.538, de 04 de abril de 1991, e o que consta do Processo nº E-02/02611/91,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de Cr\$ 53.468.803,00 (cinquenta e três milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e três cruzeiros), destinado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER-Rio, para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º - O crédito de que trata o artigo anterior será compensado na forma do § 2º, item 6, do art. 120, da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, na forma do Anexo.

Art. 3º - As datas limite a que se referem os arts. 2º e 9º, do Decreto nº 16.937/91, ficam prorrogadas para 28 de dezembro de 1991 quanto aos recursos de que trata o art. 1º do presente decreto.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1991
LEONEL BRIZOLA
FERNANDO LOPES DE ALMEIDA
CIBELIS DA ROCHA VIANA
TITO BRUNO BANDEIRA RYFF

A N E X O

Do Programa de Trabalho	CÓDIGOS				VALOR EM Cr\$	
	Esf	De Despesa	Fonte	DV	Inclusão	Anulação
1353.04181116.001	F	3111.02	16	01	5.209.471,00	-
		3120	16	21	31.787.577,00	-
		3132	16	01	16.471.755,00	-
Recursos provenientes de Convênio firmado entre a EMATER-RIO e a EMBRAPA, EMBRATER, Ministério da Agricultura, CIDERJ, Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Pesca, e BANERJ.						
			16			53.468.803,00
T O T A L					53.468.803,00	53.468.803,00

* Omitido no D.O. de 23.12.91

Decreto nº 17.206 de 23 de DEZEMBRO de 1991

ATRIBUI à Secretaria Extraordinária de Programas Especiais a missão de instituir e implantar a Universidade Estadual do Norte Fluminense.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o imperativo de dar cumprimento à norma constante do art. 4º e parágrafos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do

Rio de Janeiro, que cria a Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF;

CONSIDERANDO a necessidade de responder ao desafio de integrar o Brasil na civilização emergente, que se funda nas novas ciências e nas tecnologias avançadas, que só uma universidade moderna pode dominar, cultivar e transmitir, conjunta e integradamente;

CONSIDERANDO a oportunidade que se oferece ao Estado do Rio de Janeiro de instituir uma Universidade com pleno domínio do saber científico e plena capacidade de experimentação tecnológica;

CONSIDERANDO o dever de garantir à Região Norte Fluminense os instrumentos técnicos, científicos e pessoal qualificado indispensáveis ao aprimoramento e expansão de suas atividades produtivas, notadamente no tocante à exploração de petróleo e gás, e na modernização da agricultura e da pecuária,

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam instituídas, sem aumento de despesa, junto à Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, a Comissão Acadêmica de Implantação e a Comissão Técnica de Planejamento e Implantação da Universidade Estadual do Norte Fluminense e de sua respectiva Fundação Mantenedora.

Art. 2º - Compete à Comissão Acadêmica de Implantação elaborar o plano estrutural e a programação didática, científica e tecnológica da Universidade e propor convênios com institutos científicos e técnicos nacionais e internacionais de estudos avançados, e de pesquisa de ponta.

Parágrafo Único - A Comissão Acadêmica de Implantação é integrada pelos professores:

- I - ELON LAGES LIMA - da área de Ciências Básicas;
- II - ANTONIO CORDEIRO - da área de Ciências Biológicas;
- III - NELTON ROCHA LEAL - da área de Ciências Agrárias;
- IV - ANA DE ALENCAR - da área de Letras;
- V - DARCY RIBEIRO - da área de Ciências Humanas;
- VI - CARLOS SCLiar - da área de Artes;
- VII - JOSÉ CARLOS SUSSEKIND - da área de Tecnologia;
- VIII - WANDERLEY DE SOUZA - da área de Ciências Médicas;
- IX - LUIS FERNANDO VITOR - da área de Ciências Administrativas;
- X - MARIA YEDDA LEITE LINHARES - da área de Ciência de Educação;
- XI - OSCAR NIEMEYER - da área de Arquitetura e Design.

Art. 3º - Compete à Comissão Técnica de Planejamento e Implantação propor a estrutura da Fundação Mantenedora da Universidade, bem como sua configuração física e arquitetônica, e as diretrizes que nortearão seu funcionamento administrativo.

Aprovação Estatuto da UENF

Documento - 13

Fonte: DO/RJ

Parágrafo Único - A Comissão Técnica de Planejamento e Implantação é composta dos seguintes membros:

- I - GILCA ALVES WAINSTEIN - responsável pela implantação dos núcleos científicos e tecnológicos, que coordenarão a Comissão Acadêmica de Implantação;
- II - JOÃO PAULO DUTRA DE ANDRADE - responsável pela articulação com a Secretaria Estadual de Planejamento e Controle, que coordenará a Comissão Técnica de Planejamento e Implantação;
- III - SÉRGIO PEREIRA DA SILVA - responsável pela implantação da estrutura organizacional docente e pela articulação com a comunidade acadêmica;
- IV - ANA LÚCIA BOYNARD SONGUEDA - responsável pela viabilização das medidas necessárias à implantação da Universidade;
- V - DINA LERNER - responsável pela definição dos espaços físicos e históricos a serem utilizados pela Universidade;
- VI - ROSÂNCELA BARROS ASSÉD MATEUS DE OLIVEIRA - responsável pela articulação com as Prefeituras Municipais;
- VII - EVERALDO PAIVA DE ANDRADE - responsável pela articulação com o alunado e com a Comunidade Acadêmica local;
- VIII - ZULEIMA DE OLIVEIRA FARIA - responsável pela articulação com as Associações Cívicas da região;
- IX - ALDANO SELLOS DE BARROS - responsável pela articulação com as Fundações Educacionais.

Art. 4º - As Comissões criadas pelos artigos 1º, 2º e 3º deste decreto serão presididas pelo Secretário Extraordinário de Programas Especiais e terão prazo de 30 (trinta) dias para submeter ao Governador o projeto de organização administrativa da Fundação Mantenedora e de 60 (sessenta) dias para o Plano de Estruturação Acadêmica da Universidade, ambos a contar da data da publicação do presente decreto.

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os Decretos nºs. 15.590, de 28.9.80 e 16.357, de 27.02.91.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1991
LEONEL BRIZOLA

Decreto n. 17.207 de 23 de DEZEMBRO de 1991

Atribui incumbência à Secretaria Extraordinária de Programas Especiais e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais incumbida de dar o suporte técnico, administrativo, orçamentário e financeiro, necessário à implantação da Universidade Estadual do Norte Fluminense.

Art. 2º - Para dar cumprimento ao que dispõe o artigo anterior, fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de Cr\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros), destinado à Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, na forma do Anexo I.

Art. 3º - O crédito de que trata o artigo anterior será compensado na forma do § 2º, item 3, do art. 120, da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, com anulação de igual valor nos saldos de dotações orçamentárias, na forma do Anexo I.

Art. 4º - Ficam as despesas à conta das dotações orçamentárias, objeto do presente crédito, liberadas das restrições de que trata o Decreto nº 16.937/91.

Art. 5º - Fica autorizada a aplicação de recursos até o valor de Cr\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros), à conta de dotações orçamentárias constantes do Anexo I, destinado à implantação da Universidade Estadual do Norte Fluminense, de acordo com o cronograma físico-financeiro indicado no Anexo II.

Art. 6º - A liberação para efeito de empenho da dotação orçamentária, objeto do presente crédito, será efetuado de acordo com o art. 3º, do Decreto nº 16.565, de 03 de maio de 1991.

Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1991

LEONEL BRIZOLA
FERNANDO LOPES DE ALMEIDA
CIBILIS DA ROCHA VIANA
DARCY RIBEIRO

A N E X O I

Do Programa de Trabalho	ESF.	De Despesa	FONTE	DV	Reforço	Anulação
3401.06442051.431	F	3120	00	71	25.000.000,00	-
Implantação da Universidade Norte Fluminense		3131	00	11	55.000.000,00	-
		3132	00	41	220.000.000,00	-
		4110	00	21	130.000.000,00	-
		4120	00	41	20.000.000,00	-
3702.08442051.431	F	3211	00	01	-	300.000.000,00
		4311	00	51	-	150.000.000,00
T O T A L					450.000.000,00	450.000.000,00

A N E X O II

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO	
MÊS	VALOR EM Cr\$
Dezembro/91	450.000.000,00

Aprovação Estatuto da UENF (cont.)

Documento - 14

Fonte: DO/RJ

Ana Lúcia Sanguedo Boynard Mendonça⁸⁵ lembra, a este respeito:

“O Professor Darcy Ribeiro dizia constantemente que a Universidade precisava de doutores para treinar “os meninos e as meninas” com o que houvesse de mais novo em conhecimento, porque o Brasil já tinha perdido muito tempo, que a educação de 22, 23, 25 anos das primeiras séries até ao doutorado eram muito tempo e muito caro para o país, principalmente se os conteúdos formativos não fossem no mínimo, aquilo que de mais novo estivesse disponível no planeta. Então, a exigência de doutorado para ser professor da UENF é compreensível, coerente e positivo.”

No que respeita à originalidade e, especialmente, à ousadia de Darcy Ribeiro, a Ana Lucia Sanguêdo Boynard Mendonça⁸⁶, confessa em entrevista que:

“O Professor Darcy Ribeiro era ousado e irreverente e um amante entusiasmado do Brasil. Tendo acompanhado o país ao longo de sua vida dizia que tínhamos muitos defeitos como nação, como país, que ainda éramos um Estado horroroso e que pela qualidade de nosso povo, mesmo que demorasse um bom tempo, ainda iríamos ser um exemplo para o resto do mundo. E eu, na minha insignificância, achava - sempre achei – isso, uma contradição.”

No que toca ao processo de implantação da UENF, entrevistou-se Ana Lucia Sanguêdo Boynard Mendonça⁸⁷, que fez parte da equipa que concebeu a estratégia e a metodologia para a viabilização da UENF, e que teceu as seguintes considerações sobre aqueles primeiros momentos:

“Conheci o Professor Darcy Ribeiro quando, ao retornar do exílio, foi convidado pelo DCE-UERJ para dar uma palestra no nono andar – onde funcionavam cursos como História, Ciências Sociais e Serviço Social. Depois, voltei a encontrá-lo na campanha para Governador e, finalmente, nos encontros para efetivação da UENF. Eu estive no processo desde a primeira hora. A primeira reunião foi com Darcy Ribeiro, Anthony Garotinho, Fernando Leite, Tatiana Memória e eu. Eu representava os interesses de Campos dos Goytacazes na equipe que concebeu o conjunto tanto de estratégias, quanto de metodologias para a viabilização da UENF, de conteúdos de disciplinas à construção física da universidade, bem como da filosofia desta que segundo Darcy, revolucionaria a educação.”

⁸⁵ Entrevista para esta Tese – Anexo I.

⁸⁶ Entrevista para esta Tese – Anexo I.

⁸⁷ Entrevista para esta Tese – Anexo I.

A foto abaixo, datada de 16/08/1993, dia da primeira aula da graduação da UENF, mostra Darcy Ribeiro em uma reunião com diretores, professores e alunos de graduação e pós-graduação da UENF. Estiveram presentes: Darcy Ribeiro, Wanderley de Souza (reitor da UENF), Nilton Rocha Leal, Diretor de Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias (CCTA), Gilson Brand Baptista Diretor do Centro de Ciências e Tecnologias (CCT). A data de 16 de agosto de 1993, em que foi realizada a primeira aula ficou definida como a data de implantação da Universidade.



Reunião de Darcy na UENF

Fotografia - 13

Fonte: Acervo da UENF

Antes mesmo da UENF existir, já havia uma sede destinada para servir a primeira universidade de Campos. Um palacete de 1918, de estilo eclético, doado em testamento, em 1970, pela D. Finazinha Queiroz, para ser a sede de uma futura universidade. A Casa de Cultura Villa Maria, foi inaugurada em 8 de dezembro de 1993, para servir de elo de ligação entre a comunidade e a universidade.

Mário Lopes⁸⁸ recorda sobre Villa Maria o seguinte:

“A única coisa concreta que a universidade tinha era a Villa Maria, que sua antiga proprietária tinha doado em testamento para quando a universidade viesse a se instalar em Campos, era o único lugar que a universidade tinha ao certo que era seu.”

A foto abaixo mostra o edifício da Casa de Cultura Villa Maria.



Casa de Cultura Villa Maria

Fotografia - 14

Fonte: Acervo da UENF

Carlos Alberto Dias⁸⁹ comenta a importância que Villa Maria tinha para Darcy Ribeiro:

“E é tão importante que você vai entender porque no projeto da UENF Darcy, mais tarde, atribuiu tanta importância à “Villa Maria” como instituição. É uma espécie de fundação dentro da Universidade, que estabelece uma relação direta com o dia-a-dia da vida da comunidade. Aprendi isso com ele.”

⁸⁸ Entrevista para esta Tese – Anexo II.

⁸⁹ Entrevista para esta Tese – Anexo VII.

Foi através de uma grande mobilização da comunidade universitária, que cobrava do então governador Anthony Garotinho o cumprimento de sua promessa de campanha que previa a autonomia administrativa da UENF, que a 23 de outubro de 2001, através da Lei Complementar n.º. 99, a Universidade conquista sua autonomia administrativa, ou seja da gestão administrativa, separando-se da FENORTE, sua mantenedora até então. Ao conquistar a autonomia, a instituição incorpora, na prática, o nome do seu fundador, passando a se chamar Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, conforme já previsto pela Lei n.º 2.786, de 15 de setembro de 1997.

Sobre o que pretendia que fosse a FENORTE e no que ela se transformou, Darcy Ribeiro diz o seguinte:

“Querendo dar maior independência e vigor às autoridades acadêmicas da universidade, liberei o reitor das tarefas burocráticas, criando uma fundação que cuidasse delas. Desgraçadamente, ocorreu lá a sempre temida ditadura dos órgão-meio sobre os órgãos-fim. A pessoa que deixei encarregada da fundação, valendo-se da mudança de governo, impôs-se ditatorialmente sobre a universidade, dobrando ilegalmente o seu mandato e fazendo-se pagar salário maior do que o do reitor. São porém males passageiros, que a universidade feita para viver nas décadas e nos séculos deles se lavará com um banho de lixívia” (Ribeiro, 1997, pp. 478-479).

Wanderley de Souza⁹⁰ relata o fato da UENF não ter cumprido as Disposições Transitórias do artigo 49 da Constituição, que exigia que a UENF estivesse presente também nos municípios de Itaocara (RJ), Itaperuna (RJ) e Santo Antônio de Pádua (RJ), e que quando ele foi Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, ampliou as vagas para a realização deste projeto:

“Do projeto da UENF, o que existia na constituição, que apontava que a UENF não deveria ser só em Campos, tinha que estar também em Itaperuna, Pádua, Itaocara e pela questão do petróleo, embora não estivesse na constituição, verificou que o petróleo, ainda que se fale da bacia de Campos, mas toda a infraestrutura mais pesada da Petrobrás, estava em Macaé, daí a decisão de se fazer a engenharia de exploração de petróleo em Macaé, e esse ponto da expansão da universidade pela região norte e noroeste não aconteceu. A UENF até hoje não

⁹⁰ Entrevista para esta Tese – Anexo III.

tem nada firme em termos de oferecimento de cursos, nem Itaperuna, nem em Pádua, quer dizer, não ultrapassa Campos e Macaé. Uma das últimas tentativas, quando eu estava na Secretaria de Ciência e Tecnologia, ainda no governo da Rosinha, foi oferecer um conjunto de vagas para novos cursos que permitisse a abertura do campus de Itaperuna. As vagas foram alocadas, mas isso não aconteceu até ao momento”.

A UENF hoje perdeu a identidade de seu criador, Sônia Martins de Almeida Nogueira⁹¹ lembra, com pesar, o retrocesso ao modelo de departamento, perdendo a característica de laboratório que seria tão rica para uma universidade, e que é caracterizada por diversas áreas do conhecimento:

“Da UENF, acho que ele ficaria muito triste de ver como nós estamos tendendo a uma universidade mais conservadora, mais reprodutora do modelo das grandes universidades federais do Brasil que estão aí, eu estou vendo a UENF hoje muito mais próxima do que eu vivenciei como modelo estrutural da UFRJ do que o modelo estrutural que foi implantado por Darcy Ribeiro. A começar pelo que hoje se entende como laboratório, a nossa estrutura de laboratório. Hoje, a meu ver, o laboratório é mais visto como um departamento e aquela presença de várias áreas de conhecimento dentro de um mesmo laboratório, o interagir dessas áreas que é tão rico, tão necessário, isso de certa forma está desaparecendo, os laboratórios estão se caracterizando por uma presença mais de acordo com sua denominação no sentido de que, se aqui for um laboratório de física eu só posso ter física, enquanto a gente sabe que não faria mal nenhum ter alguém de filosofia lá, alguém que pensasse na sociedade, na história da humanidade, na construção do saber humano, muitos físicos faziam isso.”

Por proposta de Carlos Alberto Dias, a UENF em reunião do Conselho Universitário de 17 de dezembro de 1996, aprovou por unanimidade a concessão do título de Doutor *Honoris Causa* a Darcy Ribeiro, que em decorrência de seu falecimento em fevereiro de 1997, não foi possível receber o Título na Universidade que ele criou.

⁹¹ Entrevista para esta Tese – Anexo VIII.

Cópia do documento propondo a concessão do título de Doutor *Honoris Causa* ao Prof. Darcy Ribeiro:

**PROPOSIÇÃO DA CONCESSÃO DO TÍTULO DE
DOUTOR HONORIS CAUSA AO PROF. DARCY RIBEIRO**

Proponho que o Conselho Universitário da UENF conceda o título de *Doutor Honoris Causa* ao Prof. Darcy Ribeiro, cidadão brasileiro, figura singular deste século, intelectos completos que o Brasil já produziu, antropólogo eminente que mais contribuiu para a identidade do Brasil e dos Brasileiros, lídimo defensor dos povos oprimidos, participante nativos originais de seu País, educador competente, idealizador e realizador, cobater em pról da educação, criador dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pedagógica) do Rio de Janeiro, instituições dedicadas ao ensino primário e secundário de tempo integral de Universidades modelo, a Fundação Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade do Norte Fluminense (UENF), força intelectual renovadora da Educação Superior em Países da América Latina (Uruguai, Venezuela, Costa Rica), autor de numerosos e valiosos trabalhos sobre a gênese e a formação do povo brasileiro, autor de romances cheios de encantamento que lhe conferiram o ingresso na Academia Brasileira de Letras, político defensor de causas, voltadas sempre para a construção de um futuro melhor para os seus concidadãos.

Sala de Reuniões do Conselho Universitário da UENF, 17.12.96


Carlos Alberto Dias
Membro do Conselho Universitário

Proposta de concessão do título de Doutor *Honoris Causa* ao Prof. Darcy Ribeiro

Documento – 15

Fonte: Acervo da UENF

Concluimos este capítulo com toda uma história de luta, principalmente de jogos políticos, que Darcy Ribeiro teve que enfrentar para concretização de um sonho, em dois tempos e em duas realidades diferentes, mas com um único objetivo, a modernização do ensino público, de qualidade, universal, que buscasse o desenvolvimento da nação.

CAPÍTULO V

ENTRE A UTOPIA E A REALIDADE

Este capítulo contextualiza o pensamento e a ação de Darcy Ribeiro no processo de criação das universidades por ele idealizadas. Este ideal de ensino superior traduz em si próprio, além da ousadia curricular e do compromisso político-social de levar a educação a todos os jovens, indiscriminadamente, os anseios da comunidade onde estas instituições estão instaladas em levar o progresso à região, considerando os aspectos económicos, sociais e políticos.

O propósito deste capítulo é demonstrar que as utopias de Darcy Ribeiro passaram da teoria à prática especialmente a partir do momento em que ele acreditou no projeto de modernização da universidade, na criação de uma universidade sem os vícios do academicismo, com foco na pesquisa e onde devem ser discutidas não só as questões acadêmicas como também as questões nacionais, de contexto político-económico-cultural, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do país.

Darcy Ribeiro criou a UnB e, como ele afirma que foi um privilégio dado a poucos, conquistou a oportunidade de criar mais uma universidade quando foi convidado a criar a UENF. Seu projeto para UENF foi alavancar uma região rica em recursos, mas culturalmente atrasada. A questão da inclusão social e o acesso à educação para todas as classes sociais sempre estiveram presentes em todos os seus projetos.

A ousadia dos seus projetos é marcada pela independência do seu pensamento, com um único compromisso, o ético-social e sua grande preocupação com a educação. Darcy tinha um espírito empreendedor com todo o seu potencial criador e vestia-se com várias peles: de indigenista, na luta pelos índios, de educador, criando e reformando universidades, de romancista, de teórico da antropologia, tendo a sua última pele sido a de Senador.

A concretização do seu ideal de universidade foi marcado pelo compromisso ético-social em que a universidade surge sem o revestimento elitista que

historicamente a definiu, aparecendo, ao invés, como uma instituição capaz de congrega a divergência cultural, tão características dos países sul-americanos como o Brasil. As universidades sonhadas por Darcy Ribeiro apresentavam características plurais e multidimensionais, com ênfase na tecnologia, na pesquisa, na humanidade, na demanda das comunidades, e na qualidade acadêmica, dando aos seus alunos a capacidade de pensar com autonomia e criatividade.

Darcy enfrentou muitas críticas e resistências tanto na criação da UnB como da UENF, uma vez que o aparecimento destas duas instituições obrigavam a uma concepção nova, numa sociedade conservadora. Mesmo contra toda essa resistência as duas universidades foram criadas, mas o projeto foi abortado dois anos depois quando ainda estava se consolidando. Na UnB aconteceu com o Golpe Militar de 1964, na UENF com a troca de governo do Estado do Rio de Janeiro. A verdade é que na política brasileira nenhum governante dá continuidade à obra do seu antecessor se este pertencer a um outro partido, independente do mérito da obra em si.

O grande sonho que Darcy Ribeiro não realizou foi a Universidade Aberta, com ensino a distância para que a educação fosse oferecida não só através de cursos presenciais mas também a distância. Darcy vislumbrou essa possibilidade através dum programa conjunto entre a UENF e a UnB e num dispositivo da lei em vigor que tratava de projetos experimentais que poderiam ser autorizados pelo Conselho de Educação. No entanto, este projeto foi abortado por questões políticas.

Seu último trabalho como Senador foi a aprovação da LDBEN 9394/96, que estabeleceu uma série de diretrizes, entre as quais se destaca o conceito de universidade com ensino, pesquisa e extensão. Esta Lei, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino superior privado que se tornaram grandes colégios de ensino de terceiro grau, exigia que pelo menos um terço do corpo docente da universidade deveria ter mestrado ou doutoramento, em tempo integral e com dedicação exclusiva.

5.1. A Marca de Darcy Ribeiro na Gênese da UnB e da UENF

Ao iniciar este capítulo que fala das universidades saídas da mente criadora de Darcy Ribeiro: a Universidade de Brasília e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, que o escolheu como patrono, escolhemos um fragmento de seu discurso de retorno à UnB, para receber o título doutor *honoris causa*, após trinta anos da criação da Universidade.

“Meu sentimento é de reencontro com minha filha querida, já passada dos trinta anos. (...) Poucas coisas me doeram mais, talvez nenhuma me doeu mais, como saber que um dia, a imensa maioria dos sábios que trouxera pra cá, em defesa da dignidade dessa universidade, por não aceitarem seu avassalamento, saíram em diáspora mundo afora. (...) Cada um deles levaria no peito, pela vida afora, um fundo sentimento de Orfandade, pela Universidade sonhada e perdida. Ainda hoje, onde estiverem, recordam aqueles poucos anos alegres e criativos de convivência amiga” (Ribeiro, 2001).

Como um sonhador que perseguia as utopias que buscava até o fim, Darcy Ribeiro lutava por fazer valer suas ideias na prática, como um intelectual proactivo, mas sempre surpreendido pelos fatos da realidade, que não se intimidava, seguindo em frente.

Em entrevista para esta tese, Adriano Moreira define bem o perfil de Darcy Ribeiro, quando diz:⁹²

“A universidade tem três funções tradicionalmente, tem que investigar, tem que ensinar e tem que coordenar a interdisciplina. É muito difícil que (Deus) ponha as três capacidades na mesma cabeça e quando aparece uma pessoa que tem as três capacidades, como era o caso de (Darcy), o (Darcy) tinha as três capacidades, o investigar, o ensinar e o coordenar e isso tem que ser relacionado com essa ideia que não basta conceber, é preciso saber fazer e, portanto o saber tem que ser transmitido de maneira que a sociedade mude.”

Quando se faz referência às marcas de Darcy Ribeiro, na gênese das universidades que concebeu e que as considerava como “filhas diletas”, fala-se de um ideal de ensino superior que, além da revolução curricular, tivesse,

⁹² Entrevista para esta Tese – Anexo VII.

também, um compromisso político-social com os jovens, as comunidades que acolhem essas instituições e, sobretudo, as demandas da região em seus anseios econômicos, culturais, sociais e políticos.

Assim, as marcas deixadas por ele na UnB estão centradas não só na sua estrutura como no currículo e na tese da preparação das futuras gerações de doutores e pesquisadores, que a UnB deveria formar.

Na realidade, até o momento da criação da universidade de Brasília, as instituições de ensino superior eram formadas por faculdades isoladas (Ribeiro, 2007). É Darcy que cria essa estrutura inovadora, que derruba o sistema de cátedras, na medida em que havia uma série de privilégios para os chefes de departamentos catedráticos, sendo que muitos deles nem sequer tinham efetivamente pós-graduação *stricto sensu*.

O foco dado por Darcy Ribeiro à pesquisa vai criar um novo tipo de situação funcional que representa um significativo avanço no que diz respeito à estrutura universitária. Ele queria uma instituição que fosse uma espécie de “casa da consciência crítica”, onde todos os professores buscassem discutir e problematizar questões acadêmicas e questões nacionais, do contexto político-econômico-cultural-social do país.

Darcy dizia, que havia “muito cacique para pouco índio” se referindo ao excesso de cátedras e aos “phdeuses”⁹³, professores, muitos com idade avançada, tidos como verdadeiros senhores, donos de cátedras que só colocava para estudar quem eles desejavam. A UnB acaba com esses vícios e sugere um sistema de concursos, com trabalhos de pesquisa e títulos, enfatizando a importância do professor pesquisador.

⁹³ Phdeuses. Expressão popularmente usada para fazer referência aos professores de universidade que se consideravam deuses em sua área de especialização.

Quando aborda as reações às inovações propostas pela UnB, Darcy Ribeiro comenta:

“(...) ao ser proposta a Universidade de Brasília, provocou irritação, ciúme, raiva, em quantos catedráticos imbecis e ruins havia nesse país, porque nós afirmamos que íamos acabar com a cátedra vitalícia e, em nome da liberdade da docência, eles queriam continuar com a cátedra. Esses ficaram muito contentes quando os professores que estavam em Brasília foram demitidos. Não queriam segurança para professor nenhum, queriam mesmo é continuarem desservindo a educação brasileira. Então Brasília foi um passar a limpo que mexeu a fundo com a universidade brasileira” (Ribeiro, 2010, p. 44).

Falas como essa acabaram por conferir a Darcy muitos desafetos, pois a sua sinceridade e as suas críticas bem argumentadas faziam dele um obstáculo às falácias do sistema de Ensino Superior vigente.

Já no caso da UENF, a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, as marcas de Darcy Ribeiro estão no seu nascedouro, ou seja, efetivamente na sua gênese, na ideia inicial de criar no norte fluminense uma instituição de nível superior capaz de atender às especificidades da região e às demandas locais por profissionais qualificados.

Preocupado com a situação da região do norte do Estado do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro quis lutar contra o atraso imperante nos municípios locais, que tinham toda uma tradição na agropecuária e usinas de cana-de-açúcar que com o tempo perderam a importância devido à queda do açúcar no mercado internacional, planejando uma universidade para esta região cujas pesquisas priorizassem o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, o desenvolvimento do país.

É ele próprio, Darcy Ribeiro, quem diz textualmente:

“É nesse quadro que nasce a UENF, para fazer-se herdeira das tradições regionais do saber popular e erudito, mas comprometida a conquistar o que lá precisa florescer para que toda a região se integre na Civilização Emergente, fundada na ciência e na técnica. Sua missão é adornar-se, cultivar e ensinar as ciências e as tecnologias de ponta, que constituem o patrimônio cultural da humanidade para colocá-los a serviço da

modernização e do progresso económico e social da região e do Brasil” (Ribeiro, 1993)

Assim, o nascimento da UENF estava ligado em primeiro plano à preocupação de Darcy em alavancar o progresso de uma região rica de recursos, mas culturalmente atrasada, até mesmo em razão da defasagem com os novos produtos das ciências e das tecnologias

Sobre essa questão, Miglievich-Ribeiro e Sales (2011, p. 26) referem que “havia uma missão histórica de acelerar as potencialidades económicas do norte do Estado do Rio de Janeiro e sendo Campos dos Goytacazes a maior cidade em extensão e população”, a sede da universidade foi confirmada nesse município de aproximadamente 500 mil habitantes.

Por outro lado, a concepção curricular de Darcy Ribeiro, que acabara de vivenciar as experiências da Secretaria Extraordinária⁹⁴ ligada à Educação do Governo Brizola trazia em seu bojo uma vertente cultural, pois até mesmo uma escola de cinema foi pensada pra a UENF.

Uma outra questão, que revela a marca darcyniana de pensar a universidade, refere-se à questão social uma vez que Darcy Ribeiro sempre esteve preocupado com as pessoas mais humildes que, por falta de condições materiais, não conseguem aceder à universidade. Muitas famílias pobres acalentam o sonho dos filhos estudarem numa universidade pública e Darcy Ribeiro sempre defendeu para todos e não somente para os filhos das elites.

É Darcy Ribeiro quem diz que na UENF seria diferente o acesso:

“A primeira consequência de noção é que, num país de recursos escassos como o nosso, é criminoso todo o gasto supérfluo de bens. A devoção primeira que a UENF espera de seus corpos é o zelo por suas instalações, por seu património, inclusive pela utilização que se dá às disponibilidades de uso comum. Nada mais imoral existe do que a tendência, tantas vezes revelada no Brasil, de encarar o bem público como coisa sem dono, de ninguém, que se possa mal gastar. O mau uso de materiais, ou

⁹⁴ Secretaria Extraordinária foi um sector criado no Governo do estado, no período em que Leonel Brizola governou o Estado do Rio de Janeiro (1991-1994). Era uma Secretaria que só atendia aos Centros.

seu gasto abusivo, é um fruto que deve ser punido severamente, a começar pela expulsão da Universidade, seguida de processo criminal” (Ribeiro, 1993, s.p.)

Essa abordagem demonstra a tese de Darcy de que é o brasileiro pobre que, em sua penúria, sustenta a universidade. Nessa perspectiva havia na gênese da UENF o compromisso social de seu criar, com uma região marcada pela monocultura, o atraso, o obsolescimento das máquinas ultrapassa as das usinas que produziam açúcar.

Wanderley de Souza⁹⁵ comenta seu envolvimento no projeto da UENF:

“A UENF (...) primeiro, a Universidade toda integral com dedicação exclusiva, a exigência que seja toda de doutores que se dedicassem à atividade do ensino e pesquisa. Então essa foi uma característica marcante para as universidades naquela época, uma vez que nenhuma tinha 100% de doutores. Então um ponto importante do projeto foi ter 100% de doutores, o que vem se mantendo até hoje!”

Conforme sinaliza Cruz

“O caso do Norte Fluminense permite relativizar e complexificar os nexos entre crescimento, desenvolvimento, trabalho, emprego e renda. Ele é representativo dos espaços do território nacional, herdeiros de práticas produtivas e políticas tradicionais, sob domínio de oligarquias rurais, quase sempre representantes de uma economia monoculturosa, com estruturas de poder e relações sociais preservadas pela modernização conservadora do país” (Cruz, 2004, pp. 22-23).

Essa realidade do Norte Fluminense foi um dos motivos que levou Darcy a investir na UENF, muito antes do petróleo se tornar a economia forte da região.

A marca de Darcy Ribeiro está impressa na origem da UnB e da UENF, embora por circunstâncias intrínsecas e extrínsecas tenham-se perdido com o tempo. Ana Lucia Sanguedo Boynard Mendonça⁹⁶ fala sobre suas impressões sobre a UENF:

“Penso que ele tentou estabelecer este marco com a UnB e não conseguiu. Ele dizia que a UnB era “a filha que caiu na vida”.

⁹⁵ Entrevista para esta Tese – Anexo III.

⁹⁶ Entrevista para esta Tese – Anexo I.

Acredito que tentou novamente na UENF. Acho que ele esqueceu que é muito difícil fazer coisas novas com gente de mentalidade cristalizada. Olha a UENF, tem grupos que se retroalimentam dentro dos centros e laboratórios, enquanto disputam tudo entre si, cuidam muito pouco do progresso acadêmico, inclusive por conta do número de quadros que já chegaram na UENF, aposentados. Assim, Viçosa e UFRRJ no CCTA, PUC no CCT, UFRJ no CBB, acabaram por trazer desses lugares, antigos procedimentos, não ruins em si, mas também nada inovadores. E o CCH, que não existia na concepção original, sempre me pareceu sem rosto por conta das dificuldades de seu ingresso tardio no projeto.”

5.2. A Originalidade do Pensamento de Darcy Ribeiro: Paixão, Ousadia e Compromisso Ético-Social.

Apesar das críticas que recebeu ao longo da sua vida pelo seu jeito passional de ser e de defender suas ideias, há unanimidade quando se trata de associar seu nome às transformações do ensino superior no Brasil e na América Latina. O nome de Darcy Ribeiro (Miglievich-Ribeiro, 2011) tem indiscutível estatuto nos círculos universitários e a difusão deve-se mais diretamente aos tempos em que, exilado, viveu e trabalhou em diferentes países latino-americanos. No Brasil, contudo, o conhecimento da obra de Darcy Ribeiro ainda parece superficial e mesmo eivado de preconceitos como diz Helena Bomeny:

“Eleger Darcy Ribeiro fonte de interesse e investigação acadêmica é um desafio. Se há um razoável consenso a respeito de Darcy é a dificuldade de tratar essa figura intelectual e pública sem controlar passo a passo, as muitas impressões apaixonadas, nada imparciais, que sempre provocou quer de seus fiéis admiradores, quer dos que sobre ele mantinham as maiores restrições” (Bomeny, 2001a, p.25).

Um outro traço da personalidade darcyniana era sua independência intelectual, o que significa dizer que ele não tinha vínculo com qualquer uma das instituições universitárias, em uma etapa da vida acadêmica que os considerados intelectuais já não eram autodidatas e geralmente se encontravam vinculados a algum centro de pesquisa das universidades (Bomeny, 2001a).

Para Miglievich-Ribeiro (2011), as suas ideias, um tanto ou quanto revolucionárias para a época, demonstravam seu temperamento impetuoso e

apaixonado, polémico que acabou criando desafetos e quem o desejasse silenciar em sua franca aposta na nação como campo de luta e de possibilidades transformativas, não apenas no âmbito propriamente da nação, mas das relações com outras nações do mundo.

Ousado, Darcy chega a desafiar as autoridades e os intelectuais da época ao propor (...) “nada menos que a escrita de uma teoria global explicativa do processo histórico, a fim de dar conta das especificidades de doze processos históricos com dezoito formações socioculturais distintas, dentre as quais passam a compor o processo civilizatório, também os povos americanos. A sua ousadia está sobretudo, no fato visualizar categorias como “escravismo”, “feudalismo”, “capitalismo”, “socialismo”, como explicativos da civilização europeia e como elementos para a compreensão do mundo social não- europeu (Bomeny, 2001a, p. 28).

Em entrevista ao Jornal português, *A Capital*, Darcy (1974) fala da universidade do futuro:

"O que estamos vendo é uma transformação da Universidade, na mesma dimensão da transformação da escola primária nos países que alcançaram primeiro um campo de desenvolvimento capitalista pleno. Em vários países a expansão do ensino superior aponta nada mais, nada menos que para o facto de toda a juventude, dentro dos próximos anos, vai passar pela Universidade. Isto tem grandes consequências. A primeira é a liquidação real das experiências do trabalho manual e do trabalho espiritual ou intelectual. Se todos passam pela Universidade, se todos se fazem herdeiros de um património humano do saber, depois haverá apenas um trabalho de opção. Outra consequência é liquidar a diferença tão penosa que começou a existir desde há seis mil anos atrás, que era a diferença entre o saber da população vulgar, e o saber erudito. Desde que a sociedade está estratificada em classes, o saber bipartiu-se num saber erudito e num saber vulgar das massas. A possibilidade é que para o futuro não exista essa diferença, exista sim um saber único que todos unifiquem."

Darcy Ribeiro em *O Processo Civilizatório*, obra que o levará além-fronteiras, revela sua independência de pensamentos, mas se mostra influenciado pela obra de Marx e, mesmo que em muitos instantes, como comenta Lopez (2003),

se revele contraditório em relação às ideias marxistas, sua narrativa se revela marxista no seu construir-se como obra singular.

Sobre essa questão Vargas (2003) e Lopes (2006) citados por Miglievich-Ribeiro (2011) afirmam:

"Pode-se afirmar, que o materialismo histórico e dialético orienta e dá unidade à narrativa de Darcy Ribeiro, com a finalidade, porém de marcar a pluridade, a interdependência e a simultaneidade dos processos de constituição das sociedades humanas. Em oposição à representação dicotômica das representações modernas" (Miglievich-Ribeiro, 2011, p. 33).

O processo civilizatório, conforme sinaliza Miglievich-Ribeiro (2011) comentando essa citação, explica a sincronicidade de uma gama de formações socioculturais concretas, que questionam as hierarquizações espúrias do colonizador.

Na realidade, conforme analisa Schwartzman (1984), havia em Darcy Ribeiro uma grande preocupação com a escola pública básica, e com o ensino das crianças e adolescentes. Esse compromisso ético e social, se revela no momento em que ele se une a Brizola para lutar pela escola pública.

Segundo Lôbo, Vogas e Torres (2008, p. 71), "seu fazimento⁹⁷ principal foi criar os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs)⁹⁸, que se desdobravam em ginásios públicos (GPS), e se coroavam com a Universidade Estadual do Norte Fluminense". Mas foi a escola de tempo integral a grande defesa de Darcy Ribeiro, que mais uma vez lutou pela utopia da escola de qualidade para todos. O seu sonho era expandir os CIEPs além do Estado do Rio de Janeiro, como fez Anísio Teixeira na defesa de uma escola de educação integral.

É o próprio Darcy Ribeiro quem fala dos CIEPs ao afirmar que foram mais de 500 que funcionam em tempo integral, cada um deles com cerca de 1000 alunos. Conforme sinaliza Darcy (1997, p. 478): (...) "eles preenchem as condições

⁹⁷ Fazimento, neologismo criado por Darcy Ribeiro para falar de suas criações.

⁹⁸ CIEPs, Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), popularmente apelidados de Brizolões, foram um projeto educacional de autoria de Darcy Ribeiro que os consideravam "uma revolução na educação pública do País".

necessárias indispensáveis para as crianças oriundas de famílias pobres, que não tinham escolaridade prévia”.

Preocupado com a educação civilizatória das crianças e adolescentes da periferia do Rio de Janeiro, Darcy queria que todos eles tivessem a chance de dar um salto qualitativo na vida pessoal e de suas famílias, fugindo da violência e dos descasos das autoridades como dizia, com esses alunos e com os professores.

Apesar de falante, Darcy Ribeiro era um visionário e talvez esteja em seu espírito empreendedor todo o seu potencial criador. Um exemplo está na criação da UENF, visto que nos anos 90, o Norte Fluminense era uma região com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), usinas falindo, alto índice de desemprego e um conjunto de faculdades isoladas que pouco ou nada apresentavam em termos de pesquisa.

Prevendo que o petróleo seria a economia do futuro da Região, visto que desde 1980 se sabia que a bacia de Campos era rica em petróleo, Darcy com a criação da UENF pensou em criar cursos específicos para as áreas de engenharia e produção de petróleo. Afinal, um dos pontos-chaves de inovação na proposta da UENF, era o uso das tecnologias de última geração nas pesquisas nos laboratórios (Ribeiro, 1993).

Carlos Alberto Dias⁹⁹ nos lembra que Darcy Ribeiro era favorável às chamadas parcerias da UENF com o setor industrial, pois a demanda na área de engenharia principalmente a do petróleo seria, segundo ele, a economia do futuro da região:

“No atual contexto, ocorrido na criação da UENF, Darcy foi muito favorável às chamadas parcerias da Universidade com o Setor Industrial, notadamente na área das engenharias. A autonomia universitária não sofre restrição por isso. Mesmo porque, continuam a existir os projetos financiados pelas Agências de fomento governamentais, que não restringem a escolha do tema. Essa era a visão do Darcy.”

⁹⁹ Entrevista para esta Tese – Anexo VI.

Para alcançar esse objetivo, Darcy Ribeiro chegou mesmo a se colocar contra os representantes do município das faculdades locais, pois a universidade nos moldes que foi criada, de certa forma atingiu os “interesses” da comunidade intelectual e política campista empenhada na implantação da UENF. Com sua capacidade de persuasão, Darcy contornou o conflito, falando dos benefícios que a instituição traria no futuro.

Essa fala, por mais profética que fosse, contradizia totalmente o presente, porque com a exigência de contratação de professores com título de doutores, eliminavam-se aqueles professores que atuavam nas faculdades isoladas (Smiderle, 2004).

Na realidade, só mesmo a ousadia de Darcy Ribeiro para criar um centro de pesquisa como a UENF, em uma região pobre e sem tradição acadêmica. Mesmo que no início a relação dos doutores da UENF com a comunidade local tenha sido difícil, com o tempo, os laços foram-se estreitando, sendo a UENF hoje vista como um patrimônio de Campos dos Goytacazes.

Sua criatividade fez com que ele enveredasse por vários campos acadêmicos e variadas funções. Foi escritor, pesquisador, antropólogo, etnólogo, vice-governador, professor universitário, reitor de universidade, criador de universidades, Senador. É ele quem diz em suas *Confissões*:

"Eu sou como cobra, eu mudo de pele. Eu tive uma pele de etnólogo, outra de indigenista a vida inteira lutando pelos índios, de educador com Anísio Teixeira, de criador de universidades, depois de romancista, de teórico da antropologia. Enfim, fui mudando a minha pele inteira. Agora estou começando uma pele nova – gosto muito dela – pele de Senador" (Ribeiro, 1997, p. 476).

Essas palavras vindas dele revelam sua inquietude e inconclusão, uma vez que, como mineiro, penetrava aos poucos em vários lugares, tomando a palavra e gerenciando mudanças, com o fôlego de criador, que ao colocar a mão e o cérebro cria asas e voa por lugares inimagináveis.

Wanderley de Souza¹⁰⁰ tece comentário sobre a importância do pensamento de Darcy Ribeiro para o ensino superior no Brasil:

“Darcy Ribeiro representou um marco divisório no Ensino Superior no Brasil, aliás, tem poucas pessoas que participaram muito ativamente no sistema universitário brasileiro, de entre essas pessoas está o Zeferino Vaz, que foi quem criou a UNICAMP e teve uma influência muito grande na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, e o Darcy numa fase subsequente, com a criação da UnB, da UENF e com a montagem de bases para surgir a Universidade à Distância, ou seja, o Ensino à distância superior no Brasil, de modo que o nome dele está associado à história do Ensino superior brasileiro, na fase de 1960 até aos nossos dias.”

Conforme palavras de Pedro Simon, gaúcho e amigo, que conviveu com ele no Senado Federal, ambos lutando no Congresso Nacional por um Brasil melhor e mais justo. São de Pedro Simon as palavras abaixo:

“(...) Ele, Darcy, era de todos, em todos os lugares. Era índio, era negro, era mulato, o menino de rua, o povo brasileiro, o Brasil. Era um símbolo da mineiridade, nascido entre pequis, carnes-de-sol e serestas, na bela Montes Claros. Ao mesmo, um cosmopolita. Sabia, como ninguém, unir educação e folia, como num sambódromo. Seu tempo era integral como num CIEP...”
(Simon, 1997, s.p.)

5.3. A Concretização do Ideal Darciniano de Universidade: Um Sonho na Realidade da UnB e da UENF

A ênfase na pesquisa e na pós-graduação preconizadas no projeto de universidade de Darcy Ribeiro, mostra a sua preocupação com um novo modelo de universidade, que atenda a demanda de uma sociedade plurifacetada, numa economia de tempo real e efémera.

Quando Marilena Chauí (2003a) fala em compromisso ético-social, comentando que a universidade brasileira nasceu como instituição para só depois se transformar em uma organização social, ela remete para Darcy Ribeiro que defendia uma universidade pública e laica, cuja legitimidade estivesse concentrada no autonomizado saber científico, em relação à Igreja e ao Estado.

Contudo, o próprio Darcy, sempre preocupado com a inserção das classes subalternas da sociedade nos projetos educativos de caráter público, defendia uma universidade, que sabia ser utópica no momento em que viveu os sonhos da “universidade necessária”. Com sua enorme capacidade de perceber a realidade e suas contradições, mesmo sendo um sonhador, sabia dos conflitos existentes entre as classes dominantes e o idealismo dos que acreditavam como ele, na universidade para todos.

Para Darcy Ribeiro essa universidade para ter um compromisso que fosse ao mesmo tempo ético e social, deveria deixar de lado, o revestimento elitista que historicamente a definiu como instituição para se projetar como uma organização capaz de absorver a diversidade cultural característica dos países sub-americanos, como o Brasil.

Essas ideias ficam claras quando Darcy comenta:

"Cumpra perguntar: pode a Universidade converter-se em um instrumento de mudança intencional de nossas sociedades? A rigor, devemos responder que não, já que as classes dominantes farão todo o possível para impedi-lo. Entretanto, as estruturas de poder não são nunca tão homogêneas e coerentes que consigam impor a vontade das classes dirigentes, a menos que a própria universidade se faça cúmplice delas. Nos dois casos, a universidade voltada à renovação necessária e no da universidade a reboque, a situação será sempre conflituante" (Ribeiro, 1991, p. 22).

Nessa abordagem, Darcy deixa em destaque as dificuldades de pensar eticamente uma universidade verdadeiramente democrática, que permitisse ao filho do trabalhador mais humilde cursar um ensino de qualidade e tornar-se, quem sabe, um pesquisador, um cientista, um antropólogo de sucesso como ele, mas a decepção que viveu com o golpe militar de 1964 derrubaria seus sonhos e o desviou para outros olhares como a educação básica.

Para quem sonhou com uma universidade democrática e aberta às inovações, sem perder as características de ensino e de pesquisa, mas respeitando a realidade brasileira, a forma como assistiu à UnB a ser invadida, foi um golpe no

coração de Darcy Ribeiro, cujo orgulho pela criação da universidade de Brasília era indiscutível.

Luiz Antonio Cunha relata esse momento em que a universidade foi violentada pelos arautos dos tempos de escuridão da ditadura militar:

"O Campus da Universidade de Brasília foi tomado como se fosse um reduto armado de tropas inimigas. Só isso explica porque 400 homens da polícia militar do Estado de Minas Gerais ocuparam a universidade no dia 09 de abril de 1964, secundado por tropas do exército oriundas de Mato Grosso. Os soldados procederam a ampla revista das pessoas e das instalações, interditando departamentos e bibliotecas, apreendendo livros considerados subversivos" (Cunha, 2007, p. 40).

Essa invasão trouxe momentos de apreensão, revolta e indignação, que foram acompanhados de espanto e incredulidade. A Universidade recém-criada, como diria Darcy (Ribeiro, 1997, p. 46) em suas memórias, era uma menina, que se mostrava mutilada antes de chegar à mocidade. Esse foi um golpe à ética, à busca por um ensino democrático, ao sonho da "universidade necessária".

Tanto no projeto da Universidade de Brasília, quanto da Universidade Estadual do Norte Fluminense, a ideia da inovação fazia parte do ideal de universidade projetado por Darcy Ribeiro.

Lia Faria¹⁰¹ tece o seguinte comentário:

"Criar uma universidade em Campos, criar uma universidade no norte e noroeste que sempre foi abandonado, isso tem um simbolismo importante, que rompe também com esse quadro de muito privilégio, porque a universidade pública é uma certa caixa preta, ainda é um lugar de privilégio, para muito poucos ainda, e o norte noroeste, quer dizer quanto mais longe, quanto mais pobre, mais abandonado, mas desassistido, neste sentido, acho que a UENF é talvez mais um marco, mas marcadamente no avanço do que a própria UnB, por toda essa questão da região, do abandono daquelas populações, porque na verdade a UnB era capital do país, era no Distrito Federal, era todo movimento, era muito dinheiro, era muito recurso, era também um momento de muita euforia dos anos 50 depois da morte do Getúlio, com Juscelino Kubitschek, tanto que ele dizia que ia fazer de cinco

101

Entrevista para esta Tese – Anexo IV.

anos, cinquenta anos, que era o slogan de Juscelino Kubitschek, mostra isso, o mandato era de cinco anos e ele quer avançar 50 anos.”

Wanderley de Souza¹⁰² comenta os desafios enfrentados por Darcy Ribeiro no momento da criação da UnB e da UENF:

“Então uma diferença entre a UnB e a UENF, é que a UnB nasceu, foi criada, como uma universidade de pesquisa em seu sentido amplo, enquanto para a UENF ele já pensou numa pesquisa voltada para o desenvolvimento regional, até porque uma estava na capital da República, então tem que pensar em tudo, todos os conhecimentos, e a outra estava numa região rica do ponto de vista das reserva de minerais e de petróleo, mas pobre do ponto de vista económico, era uma das regiões mais pobres do Estado do Rio de Janeiro.”

Também em relação a este momento, Cândido Alberto da Costa Gomes Gomes¹⁰³ diz:

“Foram desafios, antes de tudo de ordem política e partidária no caso da UnB, foi a mudança de regime, vamos dizer assim, aí teríamos coisas para conversar, e no caso da UENF, foi o Brasil e o Estado do Rio de Janeiro em particular, viver uma situação financeira nada invejável, uma situação de contração, de ordenamento das finanças públicas e logo depois a descontinuidade político partidária.”

O projeto original da Universidade de Brasília, teve como uma de suas fontes de inspiração a experiência da Universidade do Distrito Federal (UDF)¹⁰⁴. A UDF não se efetivou e Anísio como foi um de seus mentores, ficou inicialmente renitente à ideia da criação da UnB. Diante da necessidade de consolidar a nova capital surgiu a demanda por uma universidade, a UnB fica vinculada ao ideário nacional-desenvolvimentista, e na formulação de seus objetivos, tendo como primeira finalidade, conforme analisa Cunha:

¹⁰² Entrevista para esta Tese – Anexo III.

¹⁰³ Entrevista para esta Tese – Anexo V.

¹⁰⁴ A Universidade do Distrito Federal (UDF) foi criada pelo Decreto Municipal nº 5.513, de 4 de abril de 1935. Constituída por cinco escolas, além de instituições complementares: a Escola de Ciências, o Instituto de Educação, a Escola de Economia e Direito, a Escola de Filosofia e Letras e o Instituto de Artes. Surge sob uma definição precisa e original do papel e das funções de universidade, o que está expresso no dispositivo que a criou e no discurso de Anísio, seu idealizador, por ocasião da inauguração de seus cursos (julho de 1935).

"Formar cidadãos empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas com que se defronta o povo brasileiro na luta pelo seu desenvolvimento econômico e social" (Cunha, 1983, p. 171).

A organização pedagógico-administrativa seguia a linha das mudanças que já vinham sendo ensaiadas em experiências anteriores, mas eram aprofundadas por uma organização inovadora. A estrutura era composta por institutos centrais e faculdades, organizados por sua vez em departamentos, esses institutos forneciam ensino introdutório de dois ou três anos completado pelo ensino especializado das faculdades (Mendonça, 2000).

Em síntese, os professores eram todos contratados pela legislação trabalhista e a cátedra transformava-se de cargo em grau universitário, conforme os avanços da pós-graduação. Havia estudantes regulares e os *especiais*, que apenas assistiam aos cursos sem pretensão de obtenção de graus ou certificados e para os quais se reservavam 10% das vagas disponíveis. Instituiu-se uma Fundação mantenedora, com sólido patrimônio como garantia da sua autonomia em todas as dimensões, cujo governo seria exercido pelos órgãos colegiados, nos seus diversos níveis, e nos quais a participação dos estudantes era sensivelmente maior do que nas demais instituições de ensino superior.

Há que destacar que havia intelectuais que faziam algumas restrições a esse projeto como é o caso, por exemplo, de Florestan Fernandes. O intelectual defendeu a retomada do modelo paulista da faculdade de Filosofia, foi crítico da utilização política que se fazia da iniciativa e reconhecia o caráter inovador da proposta, bem como o mérito da associação que se estabelecia entre a universidade e as exigências dinâmicas do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. O próprio Florestan afirmou:

"Os homens cultos e de boa vontade não poderão negar-lhe (à Universidade de Brasília) sua simpatia e colaboração, pois estão em jogo interesses e valores fundamentais, seja para o bom funcionamento de Brasília como capital do país, seja para revisão e aperfeiçoamento dos padrões de trabalho intelectual, que temos explorado ao longo de nossa curta experiência universitária" (Fernandes, 1966, p. 342).

Estas características da universidade de Brasília demonstram que, apesar das contradições presentes no cenário político da época, ela representava o ideal de uma universidade democrática e pensada como base nas transformações que o mundo vivia nos anos 60 do século XX.

Nesse sentido, a universidade sonhada por Darcy Ribeiro apresentava características plurais e multidimensionais, tais como a ênfase nas tecnologias e pesquisa, na humanidade das relações entre professores doutores e seus alunos, na preocupação com as demandas da comunidade e, principalmente, no investimento na qualidade acadêmica para que, cada aluno que saísse da universidade, fosse capaz de pensar com autonomia e criatividade.

Essa preocupação com a formação do aluno em todos os níveis escolares, através da compreensão dos processos construtivos com autonomia e criatividade é, para Ramos do Ó, a forma de se chegar ao conhecimento:

"Temos que valorizar menos aquilo que o aluno consegue reproduzir e mais aquilo que ele consegue construir. E a compreensão aguda dos processos construtivos é para mim o mais importante. O que interessa produzir conhecimentos que nós sabemos que estarão desatualizados daqui a dez anos? Importa sim dominar técnicas e os processos que permitem construir as várias formas de conhecimento" (Ó, 2007)

Dias Sobrinho, ao falar da universidade brasileira, afirma em um artigo:

"O sentido essencial da responsabilidade social da educação superior consiste em produzir e socializar conhecimentos que tenham não só o mérito científico, mas também valor social e formativo. Portanto, que sejam importantes para o desenvolvimento econômico, que tenham sentido de cidadania pública (...) que a universidade não dê razão ao mercado se e quando ele se impõe como razão da sociedade. Que a universidade não seja um motor de globalização da economia de mercado, mas sim da globalização da dignidade humana" (Dias Sobrinho, 2005, p. 166).

Mas a visão de Darcy quanto à universidade e sua função social também dizia respeito à formação de quadros que preparassem as futuras gerações, assim a qualidade de ensino público poderia ser melhor com professores preparados e capazes de compreender e valorizar as bases da educação.

Quando criticava a escola básica, ou seja, a que era responsável pelas séries iniciais, ele falava do fracasso dos brasileiros em oferecer uma educação de qualidade. É dele a seguinte afirmação:

“O fracasso brasileiro na educação – nossa incapacidade de criar uma boa escola pública generalizável a todos, funcionando com o mínimo de eficácia – é paralelo à nossa incapacidade de organizar a economia para que todos trabalhem e comam. Só falta acrescentar ou concluir que esta incapacidade é, também, uma capacidade. E o talento espantosamente coerente de uma classe dominante deformada, que condena seu povo ao atraso e à penúria para manter intocada, por séculos, a continuidade de sua dominação hegemônica” (Ribeiro, 1986, p. 98).

Quando comenta esta questão, Darcy Ribeiro diz que a criança brasileira das comunidades pobres é estigmatizada e colocada num único patamar, pois a visão do professor, que muitas vezes passou pela universidade, é a de que todos têm que aprender de forma igual em nome da homogeneidade.

Em Portugal, Jorge Ramos do Ó (2007) se refere a esta questão dizendo que:

“O modelo escolar que começa no final do século XIX, é um modelo muito baseado no princípio da homogeneidade. Embora se fale muito na diferença da criança, que cada criança é uma criança, você tem todo um currículo escolar que está desenhado para a construção de alunos muito idênticos. Portanto, você tem, por um lado, uma forte pressão sobre as crianças para se “normatizarem” e, por outro, princípios de forte estigmatização.”

Assim, o modelo de universidade de Darcy Ribeiro só se concretiza quando educadores formados pelas universidades levarem seus saberes a dialogar com a cultura em benefício da Escola Básica.

A influência das ideias de Darcy Ribeiro nas universidades latino-americanas, entre as muitas contribuições de Darcy Ribeiro à antropologia, estão patentes nos seus estudos antropológicos resultantes dos anos de exílio em que viveu em vários países da América do Sul e de constantes visitas aos demais países que formaram a América Latina.

Em seu livro *As Américas e a civilização* (1983) Darcy já afirmava o propósito de reconstruir o processo de formação dos povos americanos com vista a

diagnosticar seus problemas de desenvolvimento, pois considerava que qualquer mudança teria que primeiro levar em conta a vida política e sua dinâmica, assim como as potencialidades desses povos, cuja trajetória histórica esteve marcada por opressão, processos de colonização fundados em submissão e violência dos fortes sobre os fracos.

Por essa postura de analisar, como cientista político, as realidades dos povos vizinhos e irmãos continentais, Darcy Ribeiro recebeu muitas críticas, inclusive do meio acadêmico, pois muitos dos seus colegas consideravam que ele não tinha que se interessar por problemas que diziam respeito a questões que nada tinham a ver com o Brasil.

Ele responde às críticas com a seguinte fala:

"Muitos de meus colegas, pesquisadores sociais, me desejariam tão isento quanto possível ser na realização de estudos sem relevância social, em que se exercia o virtuosismo metodológico e o objetivismo cientificista. Muitos companheiros políticos gostariam de um livro ainda mais militantemente engajado que fosse um testemunho de minhas experiências, uma denúncia e um programa normativo. Fiel a algumas verdades professadas por uns e por outros, procurei utilizar tanto o quanto permitia a minha formação científica, o acesso dos conhecimentos antropológicos e sociológicos no debate dos problemas dos povos americanos" (Ribeiro, 1983, p. 9-10).

O que Darcy faz é criar para as ciências sociais a ideia do engajamento de todos os latino-americanos na perspectiva do conceito de continente cujas características se assemelham, assim como as diferenças. Esta ideia está bem patente na sua obra *As Américas e a Civilização* (1983).

Assim, quando aborda essa visão do continente ele diz textualmente:

"Em nossas sociedades subdesenvolvidas e, por isso, descontentes consigo mesmas, tudo deve estar em causa. Cumpre a todos indagar dos fundamentos de tudo, perguntando a cada instituição, a cada forma de luta e até a cada pessoa, se contribui para manter e perpetuar a ordem vigente ou se atua no sentido de transformá-la e instituir uma ordem social melhor (...) Alcançados os níveis de fartura de salubridade e de educação viabilizados pela tecnologia moderna mas vetados pela estrutura social vigente, poderemos entrar no diálogo dos ricos sobre os

dissabores de abundância que tornam tão “infelizes”, os povos prósperos e talvez tenhamos, então o que dizer dos debates acadêmicos da ciência conformista.”

Assim como Pablo Neruda, poeta do *Canto General*, Darcy Ribeiro ao exilar-se em vários países sul-americanos conhece de perto as desigualdades sociais dessa gente, que era também, a sua gente, pois como cientista social, pensava a América em termos continentais, ao observar o que o colonialismo fez, com os povos nativos a exemplo do Brasil.

A preocupação social está presente, principalmente, na visão de educação que Darcy Ribeiro defendeu ao longo de sua vida, bem como no modelo de universidade que considerava necessária, para os povos latino-americanos.

Lia Faria¹⁰⁵ também comenta estes desafios:

“Assim, a universidade já não é tão pública quanto ela já o foi, no sentido de gratuidade, ao mesmo tempo que tem a questão das cotas, das políticas de discriminação positiva, quer dizer, é toda essa contradição do processo democrático, de um país com poucos períodos democráticos. Nós vivemos duas ditaduras muito longas, uma de Getúlio e a outra dos militares. Os períodos de democracia que o Brasil teve foram muito pequenos e nossa universidade é muito recente. Enquanto as universidades na Europa e na própria América Latina têm muitos mais anos que as nossas, elas têm séculos, a do Brasil é praticamente do século XX. A UERJ está fazendo 60 anos, a UnB e a UENF são muito jovens, qual é então o *know-how*, qual é a tradição histórica que essas universidades têm? Nenhuma! A UnB que nasce na véspera do Golpe Militar, que ficou mais de 20 anos, foi destruída, a UENF nasce com uma outra lógica, a lógica do neoliberalismo, da globalização, da privatização, a meio dos oito anos do Governo de Fernando Henrique Cardoso, aquando de uma onda de privatizações, de um crescimento absurdo do ensino superior privado.”

Apresentamos a seguir três quadros comparativos do modelo de universidades: i) antes e depois da UnB; ii) da UnB e da UENF e iii) da variação entre o projeto original e a realidade de hoje da UENF, pretendendo, dessa forma, apresentar o ideal darciniano de universidade.

O quadro abaixo aponta as diferenças entre o modelo de universidade que vigorava até então e a Universidade de Brasília (Souza, 2012, p. 177).

Quadro 1

Diferenças entre o modelo da Universidade Tradicional e a UnB

Universidade Brasileira Tradicional	Universidade de Brasília (UnB)
Caráter de federação de escolas profissionais autárquicas e estanques, desprovidas de qualquer integrativo que lhes permitisse comunicar, interagir e cooperar.	Integração mais completa entre os órgãos da Instituição: Institutos, Faculdades e Unidades Complementares e, também, com os setores produtivos do país que deverão empregar os profissionais que ela formar.
Esbanjamento de recursos, tanto pela subutilização das disponibilidades materiais e humanas, como pelas suntuosas edificações e equipamentos/instalações vistosos, mas dispensáveis.	Evitar a multiplicação desnecessária e onerosa de instalações e equipamentos, permitindo a concentração e o melhor aproveitamento de recursos materiais e humanos.
Estrutura profissionalista e unitarista que, fazendo corresponder a cada carreira uma escola, restringia a mobilidade do estudante, impedindo a troca de carreiras.	Proporcionar modalidades novas de formação científica e especialização profissional e dar ao estudante após seu ingresso uma oportunidade de optar, quando mais amadurecido e melhor informado, uma nova orientação profissional.
Por um lado era uma Universidade colonizada e propensa ao mimetismo cultural, por outro lado, era inautêntica por sua infidelidade aos padrões científicos internacionais, além de irresponsável na concessão de títulos e graus acadêmicos.	Preocupação na seleção dos futuros quadros científicos e culturais do país porque, ao invés de fazer-se a seleção dentre os poucos alunos que, concluindo o nível médio, se decidem por determinada orientação profissional, far-se-á entre todos os alunos que frequentem os Institutos Centrais e aí revelem aptidão para desenvolver pesquisas.
Sujeição à hegemonia catedrática, na qual o professor vitalício tem a predisposição de escolher seu sucessor dificultando a formação de pessoal mais qualificado. Carência de programa de pós-graduação para formar e expandir as atividades de pesquisa e aprofundar o conhecimento da realidade brasileira.	Estabelecer a distinção entre atividades de preparação científica e as de treinamento profissional. Para isso, fará com que as faculdades cuidem melhor do seu campo específico de ensino e pesquisa aplicada, deixando aos Institutos Centrais as pesquisas básicas.
Incapacidade de dominar o saber científico e humanístico moderno, de cultivá-los por meio de pesquisas e estudos, de difundi-los por meio de um ensino de padrão razoável, visando as soluções dos graves problemas nacionais	Desenvolver programas tanto científicos quanto humanísticos, a fim de proporcionar ao futuro cientista ou profissional a oportunidade de fazer-se, também, herdeiro do património cultural e artístico da humanidade, além de ensejar uma integração mais completa da Universidade com o país pela atenção aos problemas nacionais como tema de estudos e de assessoramento público.

FONTE: Silvio Cláudio Souza, 2012

O quadro abaixo aponta as diferenças entre o modelo da Universidade de Brasília e o da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Quadro 2
Diferenças entre o modelo da UnB e da UENF

Universidade de Brasília (UnB)	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
Integração mais completa entre os órgãos da Instituição: Institutos, Faculdades e Unidades Complementares e, também, com os setores produtivos do país que deverão empregar os profissionais que ela formar.	Organização por Centros que congregam vários laboratórios, voltados para a pesquisa e orientados por doutores que promovem a articulação entre a teoria e as linhas acadêmicas e a prática vivenciada nas pesquisas
Evitar a multiplicação desnecessária e onerosa de instalações e equipamentos, permitindo a concentração e o melhor aproveitamento de recursos materiais e humanos.	Monitoramento das despesas a partir dos orçamentos por Centro, sempre com responsabilidade do Coordenador, que deve estar atento à Lei de Licitações do ordenamento jurídico no Brasil, evitando desperdício e mau uso do dinheiro público
Proporcionar modalidades novas de formação científica e especialização profissional e dar ao estudante após seu ingresso uma oportunidade de optar, quando mais amadurecido e melhor informado, uma nova orientação profissional.	Dar oportunidade aos alunos de graduação a chance de participar nas pesquisas dos laboratórios, com bolsas de Iniciação Científica a partir do 3º período de curso, com chance de seguir carreira acadêmica com mestrado e doutorado.
Preocupação na seleção dos futuros quadros científicos e culturais do país porque, ao invés de fazer-se a seleção dentre os poucos alunos que, concluindo o nível médio, se decidem por determinada orientação profissional, far-se-á entre todos os alunos que frequentem os Institutos Centrais e aí revelem aptidão para desenvolver pesquisas.	Formação inicial com um ciclo básico comum CBC, para todos, de forma a permitir a interação, a interdisciplinaridade e mobilidade dos estudantes, que podiam fazer escolhas após esse ciclo obrigatório, sem ter que prestar no exame de vestibular.
Estabelecer a distinção entre atividades de preparação científica e as de treinamento profissional. Para isso, fará com que as faculdades cuidem melhor do seu campo específico de ensino e pesquisa aplicada, deixando aos Institutos Centrais as pesquisas básicas.	As pesquisas que envolvem atividades do interesse da comunidade serão aplicadas junto aos campos de interesse da região, de forma que a relação do custo-benefício seja positiva com <i>feed-back</i> para o aprofundamento das pesquisas.
Desenvolver programas tanto científicos quanto humanísticos, a fim de proporcionar ao futuro cientista ou profissional a oportunidade de fazer-se, também, herdeiro do patrimônio cultural e artístico da humanidade, além de ensejar uma integração mais completa da Universidade com o país pela atenção aos problemas nacionais como tema de estudos e de assessoramento público.	Realizar trabalhos de parceria com outras instituições, que privilegiem a cultura local, os direitos humanos, de forma que a universidade cumpra o seu papel de extensão, valorizando o local para poder interferir no nacional e no global.

FONTE: A autora, 2016

O quadro abaixo apresenta o projeto da UENF e a realidade da UENF hoje.

Quadro 3

Diferenças entre o projeto da UENF e a realidade da UENF

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)	UENF HOJE
Organização por Centros que congregam vários laboratórios, voltados para a pesquisa e orientados por doutores que promovem a articulação entre a teoria e as linhas acadêmicas e a prática vivenciada nas pesquisas.	Organização por Centros que congregam vários laboratórios, voltados para a pesquisa e orientados por doutores que promovem a articulação entre a teoria e as linhas acadêmicas e a prática vivenciada nas pesquisas.
Monitoramento das despesas a partir dos orçamentos por Centro, sempre com responsabilidade do Coordenador, que deve estar atento à Lei de Licitações do ordenamento jurídico no Brasil, evitando desperdício e mau uso do dinheiro público	Até o ano de 2015, os equipamentos eram comprados sem a exigência da agência de fomento de um “nada consta” autorizando assim a compra de um ou mais equipamento, para o mesmo fim. Logo houve muito desperdício de dinheiro público
Dar oportunidade aos alunos de graduação a chance de participar nas pesquisas dos laboratórios, com bolsas de Iniciação Científica a partir do 3º período de curso, com chance de seguir carreira acadêmica com mestrado e doutorado.	Dar oportunidade aos alunos de graduação a chance de participar nas pesquisas dos laboratórios, com bolsas de Iniciação Científica a partir do 3º período de curso, com chance de seguir carreira acadêmica com mestrado e doutorado.
Formação inicial com um ciclo básico comum CBC, para todos, de forma a permitir a interação, a interdisciplinaridade e mobilidade dos estudantes, que podiam fazer escolhas após esse ciclo obrigatório, sem ter que prestar no exame de vestibular.	Formação inicial com um ciclo básico comum CBC, acabou a partir da segunda turma da UENF. Imperou o pensamento conservador.
As pesquisas que envolvem atividades do interesse da comunidade serão aplicadas junto aos campos de interesse da região, de forma que a relação do custo-benefício seja positiva com <i>feedback</i> para o aprofundamento das pesquisas.	As pesquisas que envolvem atividades do interesse da comunidade serão aplicadas junto aos campos de interesse da região, de forma que a relação do custo-benefício seja positiva com <i>feedback</i> para o aprofundamento das pesquisas.
Realizar trabalhos de parceria com outras instituições, que privilegiem a cultura local, os direitos humanos, de forma que a universidade cumpra o seu papel de extensão, valorizando o local para poder interferir no nacional e no global.	A Villa Maria, que era o vínculo da UENF com a comunidade, funcionou nos dois primeiros anos, depois não houve mais iniciativas da UENF para participação da comunidade com a universidade

Fonte: A autora, 2016

5.4. O Impacto das Ideias de Darcy Ribeiro e os Efeitos que se Fizeram Sentir no Campo Político Educacional

O impacto da criação de uma universidade em determinado lugar, é sempre determinante para que ocorram mudanças em seu entorno e até mesmo nas referências locais, visto que uma instituição de ensino superior é sempre um ganho para qualquer cidade.

Quando a universidade de Brasília foi inaugurada, a cidade de Brasília, capital do país, dava seus primeiros passos na busca da sua consolidação como lugar cosmopolita, criado para ser uma referência de cidade planejada moderna, com qualidade de vida, enfim, para ser o centro do poder.

A respeito da criação de UnB, Darcy Ribeiro comenta o seguinte:

“Da origem de Brasília para a criação de uma nova universidade na nova capital foi um caminho extremamente tortuoso. A proposta para criação da universidade foi encaminhada por Juscelino Kubitschek ao Congresso no dia da inauguração da cidade em 21/04/1960. Desde então, e até fins de 1961, uma intensa atividade foi desenvolvida para a concretização dessa nova instituição. (...) Todo esse processo merece destaque tendo em vista que a UnB, antes da sua concretude física, passou por um Congresso Nacional, em meio do tiroteio causado com a renúncia de Jânio Quadros” (Ribeiro, in Schwartzman, 1984).

A partir deste ponto Darcy lutou muito, juntamente com Anísio Teixeira que foi seu vice-reitor quando Darcy Ribeiro foi eleito como primeiro reitor da UnB, no dia-a-dia da universidade até à invasão pelas tropas militares. Neste período, Darcy e seus companheiros viveram muitos enfrentamentos, dado que havia contra a universidade muitos inimigos declarados.

Cunha (2007) cita Abel Rafael, deputado integralista, como um dos que trabalharam contra a linha acadêmica da UnB, que interpelou Darcy Ribeiro em sessão da Câmara dizendo:

“O ensino da UnB orientado pelo marxismo, ministrado por professores muito jovens, não amadurecidos em suas ideias, selecionados mais em função de suas posições ideológicas do

que de sua competência. Para mim, a filosofia se divide em dois grandes campos: materialismo e espiritualismo. Então, quando vejo a UnB orientada exclusivamente pelo materialismo, eu me rebelo” (Cunha, 2007, p. 160).

Darcy teve que enfrentar muitas críticas, entre elas a matéria de uma semana inteira no jornal *Folha de São Paulo*, datada de 6 e 13 de fevereiro de 1966. O jornal fez um verdadeiro dossier sobre a UnB, instigado pelos adversários de Darcy, ao qual deu o nome de *Radiografia da UnB*, com reportagens bastante duras nas críticas ao modelo de universidade.

É Cunha que, uma vez mais, cita uma dessas críticas:

“A Radiografia da UnB criticava não apenas o conteúdo “comunista” dos cursos, os interesses “janguistas e juelinistas” de dirigentes e professores, mas também a própria estrutura da instituição, bem como o desperdício de recursos. A maioria dos cursos, justamente os que teriam utilidade duvidosa ou, pelo menos, que davam prioridade ao capital nascente de um país subdesenvolvido, eram os mais populosos” (Cunha, 2007, p. 161).

Assim, o jornal afirmava ao longo da reportagem que, em 1965, dos 1.085 alunos regulares, 264 estudavam Direito, 146 estudavam Letras Brasileiras, 45 estudavam Biblioteconomia, 51 estudavam Jornalismo, 121 estudavam Artes, 35 estudavam Psicologia e 17 Cinema. O número de alunos seria, também, muito baixo em relação ao de professores, em torno de 3.8. Em cursos de alto custo havia um número injustificadamente pequeno de estudantes, como o do Química (seis estudantes). Além do mais, era muito criticado o fato da Universidade de Brasília ter organizado uma orquestra de Câmara, com músicos profissionais, apenas justificável numa instituição já mais antiga e estruturada (Cunha, 2007).

Com uma concepção totalmente nova, numa sociedade conservadora que sobreviveu através de pactos entre a burguesia e a classe dirigente, a Universidade de Brasília constituiu-se em um marco que, à revelia de seu criador, foi totalmente transformada a partir do Golpe militar de 1964, que instaurou a ditadura militar no país.

Estes comentários mostram que tanto Anísio como Darcy enfrentaram polémicas, oposições e críticas severas, bem compreensíveis tendo em vista os ideais pelos quais lutavam. Mas, conforme analisa Cunha (2007), um dos efeitos mais graves do golpe civil-militar, como o autor o define, foi a barreira criada ao processo de construção acadêmica e cultural da Universidade de Brasília, em busca de armas, com uma lista de professores que deveriam ser presos por atos subversivos, sem sequer terem o direito de resposta.

Sobre estas questões, a Revista da UnB (2010, p. 46) refere, quando conta os rumos dessa história, que:

“De todas as invasões militares ocorridas na Universidade de Brasília, as mais truculentas foram no ano de 1968. Em 1 de abril, o Campus amanhece totalmente cercado de militares. Quatro meses depois, em 29 de agosto, o regime militar comparece novamente à UnB com todo o seu arsenal: Polícia Militar, Civil, Política (DOPS¹⁰⁶) e do exército. O único acesso à universidade é fechado e todos os alunos e professores foram detidos na quadra de basquete.”

O ambiente hostil deixou acuado professores e alunos e, diante da forte repressão e total impossibilidade de exercício do seu trabalho, 223 professores fazem o pedido de demissão coletiva. Essa saída deixou um enorme vazio na universidade que nasceu para inovar e formar quadros dirigentes, tendo esses cérebros deixado para sempre a proposta original da UnB que passa a ser totalmente descaracterizada.

A resistência que Darcy encontrou para criar a UENF foi a própria sociedade campista, que esperava que a UENF encampasse as faculdades existentes, assim como seus respectivos professores, o que não veio a acontecer. Darcy quis criar uma universidade nova, sem vícios de conservadorismo, onde o ensino, a pesquisa e a extensão andassem juntos, e para isso seria exigido o grau de doutor para todos os professores. A UENF foi a única universidade brasileira que começou suas atividades com cursos de mestrado e doutorado.

Ana Lucia Sanguedo Boynard Mendonça¹⁰⁷ relembra:

“Sobre a UENF posso dizer que a maior resistência foi aqui em Campos mesmo, das faculdades locais que tiveram suas expectativas ignoradas, em seguida, toda a área possível de ser utilizada, se negava ou criava inúmeras dificuldades e é claro que o município queria a UENF sem criar atrito com ninguém, um caso assim de fazer uma omelete sem quebrar nenhum ovo, tipo mágica. Em seguida, e muito pouco conhecido era, quer dizer, foi, foi o fato de que os cientistas pesquisadores quando eram convidados, tinham enorme dificuldade com as “características” da região e em particular das limitações em atratividade da cidade para trazerem as famílias.”

Mario Lopes¹⁰⁸ recorda este período:

“As faculdades não quiseram mais modificar seus estatutos para poder servir de berço à universidade, principalmente porque no modelo de universidade proposto pelo Darcy Ribeiro, uma universidade do terceiro milênio, uma universidade ecológica, uma universidade que iria fazer a redenção dessa região, que iria atrair investimentos, que iria trazer a personalidade do mundo científico precisava que cada professor tivesse titulação, no mínimo, de Doutorado, e nossa região infelizmente não tinha nenhum doutor. As pessoas confundiam o rótulo, porque eram médicos e achavam que eram doutores, eram advogados, juízes e também achavam que eram doutores e queriam ser professores da universidade sem se submeter a concursos, mantendo seus consultórios médicos, mantendo seus escritórios jurídicos”.

Houve uma espécie de pacto entre a UENF e as faculdades existentes, para que não fossem oferecidos cursos que já existiam no município, desta forma a UENF foi implantada em Campos, conforme Mario Lopes¹⁰⁹ lembra:

“Para você ter uma ideia tamanha era a resistência da comunidade universitária local, não foi aceito que se implantasse nenhum curso dos existentes em Campos. A universidade não começou com cursos da área de magistério, nenhum curso jurídico, nenhum curso na área de medicina, todos os cursos que existiam em Campos na área privada não foram implantados.”

¹⁰⁷ Entrevista para esta Tese – Anexo I.

¹⁰⁸ Entrevista para esta Tese – Anexo II.

¹⁰⁹ Entrevista para esta Tese – Anexo II.

Sônia Martins de Almeida Nogueira ¹¹⁰ lembra a importância que Darcy Ribeiro atribuía aos programas de pós-graduação na UENF:

“No plano diretor da Universidade, quando ele pensa a Universidade, ele fala de duas fidelidades essenciais e “a primeira é a seriedade da própria pesquisa que não devem nunca ser convertidas a uma simulação como se todo docente devesse estar sempre pesquisando, a pesquisa científica e humanística exigem cuidados de preparação científica bem como recursos de materiais de experimentação, a segunda fidelidade obrigatória da universidade são os padrões internacionais do saber que como um empreendimento coletivo de toda a comunidade científica mundial em níveis claramente mensuráveis, que precisam ser alcançáveis e mantidos”, neste momento Darcy está nos falando de uma universidade formadora de cientistas.”

Este sonho também durou pouco, a UENF como todas as universidades públicas brasileiras dependia da verba do Estado, por ironia do destino, dois anos após a criação, assim como a UnB, ainda estava em processo de consolidação de sua estrutura física e intelectual quando terminou o governo de Brizola, entrando um governador da oposição, que tinha interesse em continuar o projeto de Darcy que se iniciara com o governo de Brizola.

Wanderley de Souza¹¹¹ lembra esse período ao referir:

“A universidade entrou em uma fase de paralisia bastante grande durante todo o governo de Marcelo Alencar. Então sempre nos modelos brasileiros de universidade o Darcy não deu sorte, obviamente, se a universidade tivesse uma influência direta do Darcy, todo o poder que ele tinha, a capacidade de convencimento por quatro, cinco anos, ela teria tido um desempenho muito melhor que teve.”

Darcy quando planejou a UENF pensou numa forma para que ela se gerisse, sem precisar depender tanto da verba do Estado, criou a Fundação Estadual do Norte Fluminense – FERNORTE para administrar a UENF, porque ele dizia que os professores deveriam estar pesquisando e não tratando de questões burocráticas, criou o Parque de Alta Tecnologia – TECNORTE, que seria

¹¹⁰ Entrevista para esta Tese – Anexo VIII.

¹¹¹ Entrevista para esta Tese – Anexo III.

responsável por captar verbas e patentear os trabalhos criados na UENF, mas não houve tempo suficiente para a UENF caminhar por suas próprias pernas.

Mário Lopes¹¹² lembra que depois da Lei que regulamentava o art. 49 das disposições transitórias, era necessário criar um modelo de universidade. Foi então criada a Fundação Estadual do Norte Fluminense - FERNORTE e o Parque de Alta Tecnologia – TECNORTE. Essa Lei, criada dentro do gabinete, mas que precisava de sair do Legislativo, coube ao Vereador de Campos Fernando Leite Fernandes, apresentar no plenário a primeira estrutura da UENF.

Mário Lopes¹¹³ refere a este propósito o seguinte:

“E aí o gabinete do governo produziu uma legislação que criava um tripé, a universidade, a fundação mantenedora da universidade, que era a FENORTE e o Parque de alta tecnologia, o TECNORTE, que seria o órgão que iria aglutinar a pesquisa acadêmica, as patentes, que iriam transformar em benefício os produtos da pesquisa acadêmica. E essa lei, já com a assembleia legislativa eleita pós-constituente, ela foi apresentada ao plenário pelo então Vereador Fernando Leite Fernandes, Vereador daqui de Campos que apresentou essa lei, uma lei que foi produzida no gabinete, mas precisava ter um padrinho no legislativo, porque quem faz é o legislativo. Então o Fernando Leite, por uma questão de justiça apresentou esse projeto e a primeira estrutura da universidade funcionou assim.”

Ana Lúcia Sanguedo Boynard Mendonça¹¹⁴ lembra o papel que Darcy atribuía à FENORTE:

“Ele dizia que a universidade para fazer bem suas tarefas transformadoras, aperfeiçoadoras e, óbvio, mantenedoras, não poderia se preocupar com o papel higiênico, o toner, a gasolina, o reagente, a cobaia, etc., etc., deveria ser cuidada por uma mantenedora enquanto, academicamente autônoma, cuidando de seus compromissos com a sociedade”.

Houve um contrassenso, a academia da UENF não aceitava a administração da FENORTE, aconteceu um movimento “fora FENORTE” achando que com isso a UENF seria autônoma e aí a UENF se desvinculou da FENORTE em outubro de

¹¹² Entrevista para esta Tese – Anexo II.

¹¹³ Entrevista para esta Tese – Anexo II.

¹¹⁴ Entrevista para esta Tese – Anexo I.

2001, passando a ter autonomia patrimonial, financeira, administrativa e disciplinar.

5.5. O Legado de Darcy Ribeiro Para Além do Seu Tempo

Darcy Ribeiro quando pensou no projeto da Faculdade de Educação e Cinema, da UENF quis retomar as ambições que tinha para a Faculdade de Educação e Comunicação da UnB, com as adaptações do novo tempo. Neste novo projeto agregaria a educação com a comunicação, e a escola com a televisão. Darcy Ribeiro comenta: “Inicialmente, se pensava que, com o advento do uso massivo do rádio e da televisão, seria possível usar esses instrumentos prodigiosos para revolucionar a educação” (1994, p. 17).

Darcy Ribeiro constituiu um grupo de trabalho para viabilizar o ensino a distância na UENF, uma vez que a LDB em vigor não contemplava essa modalidade de ensino. Assim, a única forma que Darcy Ribeiro encontrou para seguir com seu projeto foi através de um dispositivo na Lei para projetos experimentais que poderiam ser autorizados pelo Conselho de Educação do Estado. É ele quem diz:

“A Universidade Estadual do Norte Fluminense, na qualidade de instituição experimental, aspira obter do Conselho Estadual de Educação a necessária autorização para ministrar um amplo programa de educação à distância, sediado na cidade de Campos e do Rio de Janeiro” (Ribeiro, 1994, p. 20).

Cândido Alberto da Costa Gomes Gomes¹¹⁵ lembra que trabalhou neste projeto de Darcy Ribeiro:

“E a questão começou porque o Darcy era um grande admirador da educação a distância, e ele queria que a universidade não apenas oferecesse cursos presenciais mas que ingressasse de uma maneira mais intensa na educação a distância. Então ele me pediu, primeira questão: Como resolver isso? Já que naquela época a LDB não estava em vigência. Aí ele me perguntou isso e a alternativa que havia na época era considerar como um projeto experimental nos termos da primeira Lei de Diretrizes e Bases, a Lei 4024, de 20 de dezembro de 61. Havia um dispositivo sobre projetos experimentais que poderiam ser

autorizados e no caso, cabia ao Conselho de Educação do Estado do Rio de Janeiro dar essa permissão. Então, ele a partir daí foi-me consultando várias vezes a respeito do projeto e me pediu, inclusive, que fizesse um estudo comparativo de três experiências de educação à distância, isso foi em 1993 que foram a Universidade Nacional de Educação à Distância de Espanha, a Universidade Aberta de Portugal e a Universidade Aberta do Reino Unido.”

No que respeita ao futuro da educação em Portugal, o Reitor da Universidade Aberta (UAb), Paulo Maria Bastos da Silva Dias¹¹⁶, refere que:

“Mais do que uma mudança construída na velocidade dos ciclos de inovação tecnológica, enfrentamos uma mudança social e cognitiva, uma mudança no pensamento e no modo de vivermos o presente e nos prepararmos para o futuro. O grande desafio consiste em sabermos antecipar o futuro. E, para isso, entendo que o papel da universidade será decisivo. Mas, para o conseguirmos a universidade terá de renovar-se, como o afirmou Darcy Ribeiro.”

A proposta de Darcy Ribeiro para a educação superior à distância na UENF seria através de um programa conjunto com a UnB, com oferecimento de cursos de graduação e também de pós-graduação. Este projeto ficou apenas no papel, ou melhor, no livro *A Universidade do Terceiro Milênio*, e foi abortado quando ainda era um embrião, por razões políticas. A UENF teve que adaptar o seu projeto original.

A UENF rendeu homenagem a seu criador, pois foi uma das instituições pioneiras na oferta de cursos de graduação a distância, este foi sonho de Darcy Ribeiro e um dos últimos trabalhos que ele se dedicou até a sua morte. Wanderley de Souza, à frente da Secretaria de Ciência e Tecnologia do governo do Estado do Rio de Janeiro, promoveu o Consórcio Cederj em que a UENF que seria a responsável, no início de 2002, pelo primeiro curso de graduação (licenciatura) em Ciências Biológicas a distância implantado no país.

Wanderley de Souza¹¹⁷ lembra que participou no projeto de ensino a Distância com Darcy Ribeiro em 1996. A ideia era começar pelo ensino de Biologia e Darcy contava, novamente, com sua ajuda para a criação desse curso:

“O terceiro sistema universitário do Darcy, no qual eu participei, foi o do Ensino à Distância. (...) Ele estava querendo montar a Universidade Aberta do Brasil, baseada em ensino à distância, começamos a discutir isso e ele me pediu para coordenar a implantação da área biológica e da saúde. (...) Então foi mais um embrião e algo extremamente importante que ele não conseguiu implantar. (...) Ai saiu o CEDERJ que posteriormente permitiu criar a Universidade Aberta do Brasil, retornando a ideia que edificou, mas muitos anos depois.”

Cândido Alberto da Costa Gomes Gomes¹¹⁸ trabalhou nos últimos tempos com Darcy Ribeiro e recorda esse período, em que ele tinha pressa em realizar seu trabalho, porque sabia que seu tempo era curto:

“Ele tinha sede de fazer as coisas, uma grande sede, porque ele sabia que a duração de sua vida era curta e ele queria aproveitar até ao último momento. Era algo que o tirava de sintonia com a doença, com o sofrimento físico e que o fazia aproveitar ao máximo a vida, que aliás ele sempre procurou aproveitar da melhor maneira possível, tanto que se diz na imprensa, e está certa, os depoimentos conferem, ele estava se preparando para ir ao Senado. Ele pensava em ir ao Senado quando entrou em coma, claro que era inviável, mas era pretensão mesmo, então essa tentativa da Universidade Aberta, que acabou concretizando em outras linhas.”

Paulo Maria Bastos da Silva Dias¹¹⁹ comenta o papel de Darcy Ribeiro no Senado Federal:

“Darcy Ribeiro desenvolveu um pensamento sobre a universidade como meio para a mudança e a renovação social e, como Senador, teve um papel fundamental na criação da Universidade Aberta do Brasil.”

¹¹⁷ Entrevista para esta Tese – Anexo III.

¹¹⁸ Entrevista para esta Tese – Anexo V.

¹¹⁹ Entrevista para esta Tese – Anexo IX.

Outro grande projeto em que Darcy Ribeiro trabalhou quando era Senador, de 1991 até 1996, e que imprimiu a sua ousadia, foi a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional LDB 9394/96. Wanderley de Souza¹²⁰ diz:

“Darcy fez uma outra coisa importante que foi a LDB, onde foram estabelecidas uma série de diretrizes, muitas das quais não foram cumpridas em relação ao ensino privado. O Darcy sempre foi um defensor da participação do Estado na formação das pessoas, desde a creche até à pós-graduação, e houve um crescimento do ensino superior privado com uma qualificação do corpo docente muito baixa, está melhorando gradativamente, mas não está como ele pensava. Ele queria que para ser universidade tinha que se ter pesquisa, tinha que se ter tempo integral, tinha que ter muitos doutores e isso não é o que ocorre. Infelizmente o que vemos até hoje é que as universidades privadas é que são os grandes colégios de ensino de terceiro grau.”

Fechamos este capítulo dizendo que pouco ou nada resta do que Darcy Ribeiro planejou para suas universidades, suas ideias perderam-se no tempo e no espaço, vemos que o conservadorismo se perpétua, afastando todo o ideal de universidade de Darcy Ribeiro. O legado que Darcy Ribeiro nos deixa foi o direito a uma educação gratuita, de qualidade e de acesso a todos, que passou à letra de forma na Lei 9394/96.

CAPÍTULO VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa sobre a vida e obra de Darcy Ribeiro, tivemos a oportunidade de conhecer o homem e apenas uma face de sua imensa obra e de seus interesses, como escritor, como pesquisador, como cientista social, como antropólogo, como educador, como político e o que mais ficou neste estudo a sua face como criador de universidades.

Ao refletir sobre a universidade tradicional, Darcy Ribeiro apresenta-nos a sua concepção desta ao comentar:

“A universidade é o útero em que as classes dirigentes se reproduzem. Ela é que repõe, a cada geração, os sábios, os técnicos e os profissionais necessários para operar e modernizar o sistema produtivo, perpetuar a ordem social e atualizar seus aparelhos ideológicos. No exercício dessa função, a Universidade é uma Instituição altamente eficaz. Quase todos que passam por ela se convertem em fiéis custódios da ordem constituída, em enérgicos guardiões da prosperidade dos ricos e em convictos consagradores do sistema.” (FUNDAR, Reflexão sobre Universidade, Complemento, RIBEIRO, Darcy, 0000.00.00/10, folha 2.)

Estudioso do povo brasileiro, Darcy Ribeiro tinha orgulho de pertencer a esse país de sangue índio, negro, branco, cuja mestiçagem era, para ele, sinonimo de riqueza. Conhecia a realidade desse país como ninguém, porque viveu entre os índios e lutou por seus direitos, sabendo que num país marcado pelas dificuldades, os oprimidos historicamente são os deserdados do presente.

As universidades que criou tinham a marca de sua ousadia e genialidade, porque propunham mudanças radicais, que não aceitavam a “mesmice”, ou mesmo as ideias obsoletas e o conservadorismo dos defensores da hierarquia e da burocracia, que acompanharam ao longo dos tempos as universidades brasileiras.

A história recente das universidades brasileiras traz em seu bojo as ideias de Darcy Ribeiro e de suas contribuições às instituições de ensino superior no Brasil

e no continente americano. Ao longo do presente trabalho, mergulhamos e aprofundamos as nossas pesquisas em torno da Universidade de Brasília e da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, projetos estes idealizados com base nas suas ideias.

Darcy Ribeiro era um ideólogo que se dizia ingênuo, mas que a cada derrota empunhava uma nova bandeira, quase sempre em nome dos objetivos sociais, e que ao longo de sua trajetória ocupou grande parte de seu trabalho e das lutas que travou até ao fim, com garra de quem defende verdades amadurecidas pelo conhecimento das causas.

Reconhecer que o primeiro desses projetos – a UnB – já promovia uma rutura com o modelo tradicional de universidade aponta, de certa forma, para um problema vivido pelo seu criador, ou seja, para as críticas severas dos segmentos conservadores da sociedade brasileira, acostumados ao modelo de ensino universitário elitista, burocrático e tendencioso.

A UnB, sua filha concebida com “engenho e arte”, fez brilhar os olhos do educador que nunca se acostumou com “prisões”. Sonhou uma universidade autônoma, que com seu currículo de qualidade e fundado na pesquisa e no trabalho acadêmico coletivo, seria capaz de formar uma “nata acadêmica” que, além dos saberes específicos, conhecia o valor da cultura e das artes para o conhecimento científico.

No momento da criação da UnB, o Brasil vivia os instantes da política nacional desenvolvimentista, e a educação superior era vista como caminho para a transformação e superação do atraso social e económico do país. A UnB foi um projeto moderno e arrojado, como é referido no seu Plano Orientador: “Só uma universidade nova inteiramente planificada, estruturada em bases mais flexíveis, poderá abrir perspectiva de uma pronta renovação no nosso ensino superior”.

Outro grande avanço neste projeto foi a preocupação com a autonomia. A UnB foi organizada como uma Fundação, como um serviço público com autonomia financeira e administrativa, como descreve Darcy Ribeiro: “A UnB foi organizada como uma Fundação, a fim de libertá-la da opressão que o burocratismo

ministerial exerce sobre as universidades federais. Ela deveria reger-se a si própria, livre e responsabilmente, não como uma empresa, mas como um serviço público e autônomo”. (RIBEIRO, 1978, p. 52)

A Universidade de Brasília nasce como uma totalidade, e não como um conjunto agregado de faculdades, como ocorreu com a Universidade de São Paulo, além da inovação do ciclo básico que oferecia a todos, uma base comum de formação, de caráter propedêutico que preparava o estudante para os anos seguintes aprofundando sua área específica de conhecimento.

A UnB contribuiu de forma decisiva para uma nova concepção de universidade, na qual o debate acadêmico, não mais se concentrava em pequenos grupos fechados, mas sim no processo de socialização dos resultados das produções acadêmicas, contando com as maiores cabeças pensantes para atuar na nova universidade, trabalhando nas pesquisas sobre temas emergentes no âmbito das ciências. Esta mesma universidade lançou revistas que difundiam e registavam as ideias dos grandes pensadores da intelectualidade brasileira.

Quando Carlos Alberto Dias¹²¹ aborda o tema da originalidade do projeto educacional de Darcy Ribeiro, ele diz que “(...) a UnB é o despertar do povo brasileiro para a relevância da universidade, esse é o traço principal da contribuição de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira”. Esta referência demonstra porque é que desde a sua criação a UnB tem servido de modelo para as demais universidades brasileiras.

Além das contribuições acadêmicas, a UnB desempenha um importante papel de relevo na nova capital do país, Brasília, que passa a receber uma “nata” de intelectuais, pesquisadores, cientistas vindos de vários lugares e países, criando um currículo pensante na capital e na região central do país. A UnB, ainda no pós-golpe militar de 1964, situa-se como um foco de resistência, através do papel de alguns de seus professores, que continuaram pesquisando e realizando artigos que defendiam a autonomia do pensar a realidade, no caso, o

¹²¹ Entrevista para esta Tese – Anexo VI.

autoritarismo e a repressão que tomam o país pelo arbítrio do poder da força dos militares.

Terminando o período de recessão e com a abertura política, Darcy Ribeiro volta ao país após peregrinar por várias universidades latino-americanas, trazendo em sua bagagem inúmeras obras escritas no exílio. Com a anistia, ele retorna às suas atividades acadêmicas, foi vice-governador do Estado do Rio de Janeiro e depois Senador, onde se licenciou para montar a UENF à época em que Leonel Brizola, seu amigo pessoal, é eleito governador do Estado do Rio de Janeiro.

A UENF traduz o sonho de Darcy Ribeiro em criar uma universidade para o terceiro milênio que tivesse o foco na pesquisa, não na pesquisa geral, mas que cumprisse o importante papel de promover investigação com respaldo científico sobre temas locais voltados para os interesses do Norte Fluminense. Assim foi que a UENF se tornou pioneira nos cursos de petróleo na região, bem como na ideia de que a universidade deveria ser formada por doutores, em tempo integral e dedicação exclusiva.

Concebia a universidade como um espaço de criação e produção, que não podia ser alvo de pressões políticas ou mesmo de setores econômicos da sociedade. Para que essa universidade pudesse contribuir para o desenvolvimento, ela deveria ter um compromisso social com a região e seu entorno, priorizando os setores econômicos e culturais locais.

Na prática, Darcy Ribeiro pensou uma universidade que tivesse uma qualidade extrema, que fosse reconhecida pela comunidade científica e acadêmica, como um polo de produção de conhecimentos de pesquisa e extensão, daí a valorização da pós-graduação, *stricto sensu*, com mestrado e doutorado. Porém, a diferença entre o projeto inicial e a realidade atual são reveladores dos desvios que a UENF sofreu ao longo dos últimos tempos.

Segundo palavras de Sônia Martins de Almeida Nogueira, referenciada neste trabalho, a “(...) UENF perdeu a identidade do seu criador, (...) a começar pelo que hoje se entende como laboratório, que é mais visto como departamento.”

Sônia Martins de Almeida Nogueira que está na UENF desde o seu início e reconhece que houve uma deterioração do projeto original.

Mesmo diante de uma realidade que se mostra avessa às ideias do seu criador, a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro serviu de inspiração para a criação da Universidade Federal do ABC paulista (UFABC), fundada em 2005 e que segue a mesma estruturação sem, contudo, fazer qualquer referência ao pensamento educacional de Darcy Ribeiro.

Esse cidadão brasileiro, mineiro, falante e de temperamento forte e tempestuoso criou não só duas universidades no Brasil, como também influenciou tantas outras em todo o mundo. Não é sem razão que era recebido com reverência em todos os países latino-americanos, europeu e asiáticos e recebeu dezenas de títulos pelo mundo afora.

Para concluir esta tese, que pesquisou as duas universidades por ele criadas desde o primeiro embrião que as fizeram nascer: a Universidade de Brasília e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, selecionamos apenas um dos inúmeros testemunhos que Darcy Ribeiro nos deixou, em particular aquele de 1978 quando Darcy recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade Sorbonne:

“Senhoras e Senhores:

Obrigado. Muito obrigado pelo honroso título que me conferem. Eu me pergunto se o mereci. Talvez sim, não, certamente, por qualquer feito, ou qualidade minha. Sim, como consolação de meus muitos fracassos. (...) Fracassei como antropólogo no propósito mais generoso que me propus: salvar os índios do Brasil. (...) Fracassei também na realização de minha principal meta como Ministro da Educação: a de pôr em marcha um programa educacional que permitisse escolarizar todas as crianças brasileiras. (...) Fracassei, por igual, nos dois objetivos maiores que me propus como político e como homem de governo: o de realizar a Reforma Agrária e de pôr sob controle do Estado o capital estrangeiro de caráter mais aventureiro e voraz. (...) Desses fracassos da minha vida inteira, que são os únicos orgulhos que eu tenho dela, eu me sinto compensado pelo título que a Universidade de Paris me confere aqui, agora. Compensado e estimulado a retomar minha luta contra o genocídio e o etnocídio das populações indígenas; e contra

todos os que querem manter o povo brasileiro atado ao atraso e à dependência. (eu detestaria estar no lugar de quem me venceu)
Obrigado. Muito obrigado.”

Concluimos assim, que o pensamento de Darcy Ribeiro foi uma significativa contribuição no contexto da época que formulou seu projeto de universidade, mas que circunstâncias adversas fizeram mudar o rumo da história. No caso da UnB, dois anos após a sua criação, deu-se o Golpe Militar, que considerou a maioria dos intelectuais que formavam a UnB subversivos e assim foram afastados de seus cargos. No caso da UENF, dois anos depois, houve também um acontecimento político que alterou o rumo da sua história. Esse acontecimento foi a mudança de governo que, como se tratava de um governo de oposição, não apoiou o projeto da UENF, projeto esse que ainda estava em fase de estruturação física e pessoal, fazendo com que a UENF se “adaptasse” ao que já existia, tanto na sua estrutura física como no seu corpo docente.

Darcy Ribeiro reclamava da falta de união da esquerda, pois não havia um comprometimento político a partir de um projeto de nação que se apoiasse também no modelo de universidade e que contribuísse para um quadro de justiça social. Tratava-se, segundo Darcy, de um projeto de nação com base num modelo de universidade, que servisse não só de estudo sobre os temas, mas como veículo de transferência da informação e transformação. A ideia que estava por trás era a da educação superior prover soluções, quer dizer, ser uma espécie de fermento da realidade social, acho que essa seria a melhor metáfora para o papel que Darcy atribuía à Educação Superior e particularmente à Universidade. A preocupação de Darcy sempre foi a de expandir, de modernizar e democratizar o ensino superior.

A UnB foi criada para ser a Universidade da capital brasileira, enquanto verdadeira Universidade Federal. Ela estava prevista no próprio projeto de construção da cidade de Brasília, com um espaço físico delimitado para ser um grande centro universitário e é, nos dias que correm, uma Instituição reconhecida a nível nacional e internacional, com produção científica e tecnológica de qualidade.

Já no que respeita à UENF, Universidade de cariz Estadual, ela é formada por um corpo docente de pesquisadores de alta qualificação com produção científica e tecnologia de qualidade, não tendo, por isso, merecido a atenção do Governo Estadual do Rio de Janeiro. Como Técnica de Nível Superior de Apoio Académico, que atua na UENF desde os seus primeiros anos de existência, reconheço que neste momento em que concluo este trabalho a universidade sonhada por Darcy Ribeiro vive a sua maior crise, efeito da crise económica e política vivida no país e que se reflete na universidade, não só pela perda de recursos, mas de todo um projeto destinado ao sucesso que vem morrendo nos últimos tempos.

A utopia de Darcy Ribeiro em modernizar o ensino superior, através de novas estruturas e tecnologias, confrontou-se com um modelo de Universidade em que a produção do saber continua presa, por um lado, aos mecanismos burocráticos do Estado e, por outro lado, aos critérios de produtividade e avaliação pelas agências de fomento, também elas Estatais.

No que respeita à própria organização administrativa da UENF nos tempos atuais, podemos dizer que o pensamento de Darcy Ribeiro foi interpretado de forma algo confusa, pois quando ele se referia à democratização do ensino, ele pensava única e exclusivamente na democratização do “acesso ao ensino”, em todos os seus níveis, do primário ao ensino superior. Quer dizer, o livre acesso a todos os níveis de ensino independentemente da respetiva raça, cor, religião, convicções políticas, meio social e idade do candidato.

Para Darcy Ribeiro, o acesso à educação, “a receber uma educação”, é um direito inalienável de todo o cidadão. O que eu entendo que ele preconizava era a possibilidade de todo e qualquer cidadão ter acesso a uma educação livre, gratuita e de qualidade, ou seja, a democratização do acesso à educação o que é coisa muito diferente da democratização do acesso à estrutura gestora da universidade.

Entendo assim que para Darcy Ribeiro a democratização do ensino não era, de forma alguma, o mesmo que democratização do acesso à gestão da própria estrutura de ensino. Para Darcy Ribeiro, os cargos de chefia e de liderança

nunca deveriam surgir de uma eleição, eles deveriam sim ser ocupados por líderes não só com notório reconhecimento e mérito científico nas respectivas áreas de formação como no meio acadêmico e científico, nem que para tanto o Reitor tivesse que vir de fora dos quadros docentes da própria universidade.

E é por isso mesmo que creio que o processo eleitoral dentro da própria UENF descaracterizou a importância que Darcy Ribeiro dava aos cargos na instituição. A ideia de democratização do ensino jamais teve que ver, para Darcy, com a possibilidade de democratização dos cargos. A realidade é que a partir do momento em que a UENF passa a organizar um processo de sufrágio seletivo para os cargos diretivos, como se se tratasse de uma verdadeira eleição política, o próprio perfil dos dirigentes se altera.

A universidade, que deveria ser uma instituição “do saber” ou “do saber fazer”, transverte-se, no fundo, numa “instituição quase política”, num “quase partido político”, em que os cargos de chefia são escolhidos não em função do conhecimento ou do mérito científico do escolhido, mas de um sistema de sufrágio “atípico”, porque pouco democrático, em que o voto de cada eleitor não tem o mesmo peso ou valor na escolha do vencedor – já que o voto dos docentes é mais valorizado do que o dos discentes ou dos funcionários, estes últimos sempre relegados para segundo plano.

No fundo, o que este sistema permite é a permeabilidade da estrutura dirigente, uma vez que os cargos não são ocupados em função da competência ou do mérito do escolhido, mas sim por influência política de quem, na realidade, conseguiu angariar mais apoios para a sua eleição.

Já no que toca ao próprio funcionamento da UENF e da gestão do seu corpo técnico e administrativo, constata-se um claro afastamento do ideário darciniano que considera a universidade um espaço democrático onde todos são necessários. A realidade demonstra-nos que a valorização do corpo técnico, imprescindível para o sucesso de qualquer projeto educacional e que deveria ser vista como uma mais-valia, nunca foi considerada pela UENF como um bem a preservar e a estimular.

Esta constatação do real, pessoalmente testemunhada durante a realização deste trabalho de investigação, foi a principal dificuldade sentida ao longo de todo o percurso e que se traduziu numa constante e reiterada falta de apoio e de incentivo institucional.

Darcy Ribeiro criou universidades, mas este processo de criação não termina, porque não se trata de um produto que possa ser reproduzido, este processo continua se adequando ao tempo, se construindo e reconstruindo. Darcy representou um novo conceito, uma nova forma de pensar o ensino superior universitário no Brasil, suas ideias continuam muito atuais e estão sempre presentes em todas as discussões sobre reforma universitária.

No seu livro *A Universidade Necessária*, Darcy manifesta a sua ambição para o Brasil, para que o Brasil superasse o atraso econômico e social através do domínio das tecnologias e das ciências, e para que todos os brasileiros tivessem igualdade de oportunidade. Darcy Ribeiro dizia que o Brasil tinha tudo para dar certo, “somos uma civilização tropical, mestiça e sobretudo humana, deveríamos valorizar essa miscigenação pois herdamos dos índios o talento da boa convivência, herdamos dos negros a espiritualidade e herdamos do europeu a tecnologia e a sabedoria”.

Atualmente as discussões promovidas no Forum de Reitores das Universidades Públicas, demonstram que os problemas que estão na ordem do dia continuam a ser, desde a primeira reforma universitária, a democratização, a qualidade do ensino e, principalmente, a autonomia universitária.

O presente trabalho de investigação, sobre a modernização do ensino superior no Brasil, retrata as duas universidades que romperam com o paradigma do ensino superior aplicado no Brasil e onde poderíamos, num primeiro momento, concluir que o pensamento educacional de Darcy Ribeiro foi transposto para o modelo de criação que ele defendeu tanto para a UnB como para a UENF, no entanto, e fruto de circunstâncias adversas, o modelo por ele perçecionado acabou por não vingar.

A reflexão a que este trabalho nos conduz é que de pouco serve um excelente projeto de universidade, moderno e avançado, se as mentalidades se mantiverem conservadoras e arreigadas a princípios e regras ultrapassadas.

Mas outras considerações pertinentes sobre este e outros questionamentos poderão vir a resultar em novos estudos, nomeadamente as razões e os motivos que fizeram com que as universidades não tivessem mantido este modelo moderno. O propósito último deste trabalho de investigação é, precisamente, proporcionar o ambiente propício à abertura de debates profícuos que possam vir a ser objeto de outros tantos trabalhos de investigação como é o caso do presente trabalho de doutoramento.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA E FONTES

- ALMEIDA FILHO, Naomar (2009). Breve Histórico das Universidades no século XX. In Boaventura de Sousa Santos e Naomar Almeida Filho (orgs). *A Universidade do Século XXI*. Coimbra: Almedina.
- ANDERSON, Benedict (1989) *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. (2006). *História da Educação e da Pedagogia*. São Paulo: Editora Moderna, 3ª edição.
- AZEVEDO, Fernando (1953). *A cultura brasileira*. 3 vols. São Paulo: Melhoramentos, 3.ª edição.
- AZEVEDO, Guilherme (2002). Darcy Ribeiro. In AAVV. *Rebeldes Brasileiros: homens e mulheres que desafiaram o poder*. Vol.2. São Paulo: Casa Amarela.
- BARRETO, Isabela (2011). O Projeto Educacional de Darcy Ribeiro na Gênese da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Comunicação apresentada no *II Fórum de Jovens Investigadores da Universidade de Lisboa*, Lisboa, junho de 2011.
- BARRETO, Isabela (2012a) O Projeto Educacional de Darcy Ribeiro na Gênese da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Comunicação apresentada no *III Fórum de Jovens Investigadores da Universidade de Lisboa*, Lisboa, junho de 2012.
- BARRETO, Isabela (2012b). O Projeto Educacional de Darcy Ribeiro na Gênese das Universidades Públicas Brasileiras. Comunicação apresentada no *Congresso Ibero-americano*, Porto, julho de 2012

- BARRETO, Isabela (2012c). O Projeto Educacional de Darcy Ribeiro na gênese da universidade de Brasília (UnB) e da universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Comunicação apresentada no *IX Congresso Luso-brasileiro de História da Educação*, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, junho de 2012.
- BASBAUM, Leôncio (1979). *História Sincera da República: de 1889 a 1960*. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 3ª edição.
- BOMENY, Helena (1983). A reforma universitária de 1968 – 25 anos depois. *Anpocs*. p. 6.
- BOMENY, Helena (2001a). *Darcy Ribeiro. Sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- BOMENY, Helena (2001b). *Os intelectuais da Educação*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOSI, Alfredo (1986). A educação e a cultura nas constituições brasileiras. *Novos Estudos. CEBRAP*, São Paulo, nº 14, fev., pp. 63-67.
- BOURDIEU, Pierre. (1996) A ilusão biográfica. *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papirus.
- BRASIL (1988). Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988.
- BRASIL (1988). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Saraiva: São Paulo.
- BRASIL (1998). *Carta Magna de 1937*. São Paulo: Saraiva.
- BUARQUE, Cristovam (1994). *A aventura da universidade*. São Paulo: Editora da UNESP.
- CARVALHO, Laerte Ramos de (1960). *As Diretrizes e bases da Educação*. São Paulo: Pioneira.

- CHAGAS, Valnir (1967). A admissão à universidade e a lei de diretrizes e bases. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 85, jan/mar, pp. 8-19.
- CHAUÍ, Marilena (1978). Crítica e Ideologia. *Cadernos SEAF*, v.1, nº. 1, ago, p.17-32.
- CHAUÍ, Marilena (2000a). *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática.
- CHAUÍ, Marilena (2001). *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: Ed. UNESP.
- CHAUÍ, Marilena (2003a). A Universidade Pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, nº 24, set/dez., pp. 5-15.
- CHAUÍ, Marilena. (2003b). *Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas*. São Paulo: Ed. Cortez.
- CRUZ, José Luís Vianna (2004). *Região e Desenvolvimento: a escala micro-regional, notas metodológicas*. Cadernos do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. Campos dos Goytacazes, RJ: UCAM.
- CUNHA, Luiz Antônio (1989). *A Universidade Crítica: o Ensino Superior na República Populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2.ª edição.
- CUNHA, Luiz Antônio (2000). *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: Editora MEC / INEP.
- CUNHA, Luiz Antônio (2003). Ensino Superior e Universidade no Brasil. In Eliana Lopes, Luciano Mendes Faria Filho e Cynthia Greive Veiga. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 3.ª edição.
- CUNHA, Luiz Antônio (2007a). *A Universidade Reformada: O golpe militar de 1964 e a modernização do Ensino Superior*. São Paulo: UNESP.
- CUNHA, Luiz Antônio (2007b). O Desenvolvimento Meandroso da Educação Brasileira Entre o Estado e o Mercado. *Educ. Soc., Campinas*, vol. 28, n. 100 - Especial, pp. 809-829.

- CUNHA, Luiz Antonio (2007c). *Ensino Superior e Universidade no Brasil*. São Paulo: Ed. Cortez.
- CUNHA, Luiz Antônio e GOES, Moacyr (1985). *O Golpe na Educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 4.^a edição.
- CUNHA, Luiz Antônio. (1980). *A universidade temporã*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2.^a edição.
- DIAS SOBRINHO, José (2005). Educação superior, globalização. Qual universidade? *Revista brasileira de Educação*, nº 28, abr, pp. 164-173
- DURHAN, Eunice Ribeiro e SAMPAIO, Helena (orgs). (2001). *O Ensino Superior em transformação*. São Paulo: USP/NUPES.
- FAUSTO, Boris (1997). *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (1988). Autonomia universitária: necessidade e desafios. *Caderno CEDS*, n.º 22. São Paulo: Editora Cortez, pp.7-18.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (2000). *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (2006). A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, pp. 17-36.
- FERNANDES, Florestan (1961). Defesa da Escola Pública e sua significação. *Anhembi*, ano XI, nº 128, vol. XLIII, julho.
- FERNANDES, Florestan (1966). *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1989*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- FERNANDES, Florestan (1975). *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa Ómega.

- RIBEIRO, Darcy (1986). *O Livro dos CIEPs*. Rio de Janeiro: Bloch Editores.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (2006) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. Ed. FGV
- FORPROEX (2012). *XXXI Encontro Nacional do FORPROEX*, Brasília 2012.
- FOUCAULT, Michel (1980). *A arqueologia do saber*. São Paulo: Ed. Centro de Cultura Social.
- FOUCAULT, Michel (2000). *O governo dos vivos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FUNDAR – Arquivo DR/1982.08.01, pasta II
- FUNDAR – Pasta VII, Texto para discussão em sala de aula. Dr ag 1957.09.10.
- FUNDAR, Reflexão sobre Universidade, Complemento RIBEIRO, Darcy, 0000.00.00/10, folha 2.
- FUNDAR, Reflexão sobre Universidade, Complemento RIBEIRO, Darcy, 0000.00.00/10, folha 2.
- FUNDAR. Carta escrita a Anísio Teixeira em 14/12/1964
- GERMANO, José Willington (1994). *Estado militar e educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2.^a edição.
- GILSON, Etienne (1998). *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes.
- GOMES, Mércio Pereira (2000). *Darcy Ribeiro*. São Paulo: Ícone.
- HALBWACHS, Maurice (2006). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro
- HESCHMAN, Micael e PEREIRA, Carlos Alberto (orgs.) (1999). *O Imaginário moderno no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.
- HOBBSAWM, Eric (2000). *Era dos Extremos*. São Paulo. Companhia das Letras.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1952). O Brasil do início do século. *Revista Ateneu*, nº2, ano 1, Rio de Janeiro.
- IANNI, Octávio (1996). *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª edição.
- IBGE (2010). *Censo brasileiro 2010*. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br> . Acesso em: 2015.
- INEP (2001). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em <http://www.portal.inep.gov.br>. Acesso em: 2015.
- INEP (2015). # Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em <http://www.portal.inep.gov.br>. Acesso em: 2015.
- LEITE, Denise Balarine Carvalheiro (2002). *Educação Superior no Brasil*. UNESCO/CAPES: Brasília/DF.
- LIMA, Lana Lage da Gama (1981). *Rebeldia Negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé.
- LIMA, Lana Lage da Gama e ALVES, Heloísa Magalhães (2003). *UENF, a Universidade do Terceiro Milênio. Uma memória (1993-2003)*. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense.
- LINHARES, Mônica Mansur. (2005). *Autonomia Universitária no Direito Educacional Brasileiro*. São Paulo: Editora Segmento.
- LÔBO, Yolanda (2013). Darcy Ribeiro e os Projetos de Construção e modernização de Universidades Brasileiras. *Ata Científica XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*. Grupo de Trabalho: GT 25: Educação e desigualdade social, pp. 1-10. [http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT25/GT25_LoboY.pdf]
- LÔBO, Yolanda; VOGAS, Ellen Cristiane e TORRES, Aline Camargo (2008). *Darcy Ribeiro: O brasileiro*. Rio de Janeiro: Quartel.

- MAGALHÃES, Justino (1996). *Fazer e ensinar História da Educação*. Braga: Universidade do Minho.
- MAGALHÃES, Justino (2001). *Roteiro de Fontes para a História da Educação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- MAGALHÃES, Justino (2004). *Tecendo nexos. História das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco.
- MAGALHÃES, Justino (2010). *Da Cadeira ao Banco. Escola e Modernização (Séculos XVIII-XX)*. Lisboa: Educa.
- MAGALI, Ana Maria e XAVIER, Libânia (orgs) (2008). *Impressos e História da educação: usos e destinos*. Rio de Janeiro: 7 letras.
- MALAGUZZI, Loris (1999). História, idéias e filosofia básica. In Carolyn Edwards, Lella Gandini e George Forman, *As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- MANNHEIM, Karl (1974). *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva.
- MANNHEIM, Karl (1986). *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- MARTINS, Anabela Campos (1986). *Resgatando o significado do Departamento na Universidade de Brasileira – Ensino Superior Brasileiro*. São Paulo: Perspectiva.
- MATTOS, Andre Luis Lopes Borges de (2007). *Darcy Ribeiro: uma trajetória*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas.
- MEC (1973). *Sinopses do Serviço de Estatística da Educação e Cultura do MEC/Listagem dos Estabelecimentos de Ensino Superior, 1972, MEC/SEEC*.
- MELLO E SOUZA, Nelson (1968). *O panejamento económico no Brasil: considerações críticas*. Rio de Janeiro: ed. FGV v. 2 R.A.P. 4/68.

- MENDONÇA, Ana Waleska (2000). A Universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago, nº 14, pp. 131-194.
- MENDONÇA, Ana Waleska (2002). *Anísio Teixeira e a universidade de educação*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- MENDONÇA, Ana Waleska (2003). Universidade, Ciência e Cultura no Pensamento de Anísio Teixeira. *ALCEU*, v.4, n.7, jul./dez, pp. 150-163.
- MENEGHEL, Stela Maria (2001). *A Crise da Universidade Moderna no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas, SP: Unicamp.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia (2011). Darcy Ribeiro e o enigma Brasil: um exercício de descolonização epistemológica. *Revista Sociedade e Estado*. V. 26, nº 2, maio/agosto, pp. 23-49.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia e SALES, Valter de (2011). Darcy Ribeiro Universidade e Desenvolvimento: apontamentos a partir do caso do petróleo da UENF: o caso de Macaé. In Selene Herculano (Org.). *Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas: o caso de Macaé*. Niterói: Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense, pp. 392-414.
- MOREIRA, Adriano. (2013). A quarta dimensão da Universidade. Colóquio *O lugar da filosofia da ciência na nova Universidade de Lisboa*, 14 e 15 de fevereiro. [<http://filcc-ulutl.fc.ul.pt/docs/aquartadimensao.pdf>]
- MOTA, Carlos Guilherme (1979). *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática.
- MOTTA, Elias de Oliveira (1997). *Direito Educacional e Educação do Século XXI*. Brasília: UNESCO.
- NIEMEYER, Oscar (2005). *Minha arquitetura, 1937-2005*. Rio de Janeiro: Revan.
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.) (2000). *Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG.

- NÓVOA, António (2002). *Formação de Professores e Trabalho Pedagógico*. Lisboa: Educa.
- NÓVOA, António (2003). *Educadores Portugueses*. Lisboa: Edições Asa.
- NÓVOA, António (2005). *Evidentemente. Histórias da Educação*. Lisboa: Edições Asa.
- NÓVOA, António; ARANGO, Diana Soto; JOHANNINGMEIER, Erwin V. e DCPAEPE, Marc (1996). *Para uma história da educação colonial*. Lisboa: Educa.
- NÓVOA, António; CAMPOS, Bártolo; PONTE, João Pedro e SANTOS, Maria Emília (1991). *Ciências da Educação e Mudança*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação / Edições Afrontamento.
- NÓVOA, António; MARCELINO, Francisco e Ó, Jorge Ramos do (Orgs.) (2012). *Sérgio Niza Escritos sobre educação*. Lisboa: Tinta da China.
- Ó, Jorge Ramos do (1990). *O lugar de Salazar – Estudo e Antologia*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Ó, Jorge Ramos do (2001). *O governo dos escolares: Uma aproximação teórica às perspetivas de Michel Foucault*. Lisboa: Educa.
- Ó, Jorge Ramos do (2003). *O Governo de si mesmo. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)* Lisboa: Educa.
- Ó, Jorge Ramos do (2007). *Desafios à Escola Contemporânea: um diálogo com a professora Marisa Vorraber Costa. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 32, n. 2, jul/dez, pp. 109-116.*
- Ó, Jorge Ramos do e CARVALHO, Luís Miguel (2009). *Emergência e Circulação do Conhecimento Psicopedagógico Moderno (1880-1960). Estudos comparados Portugal-Brasil*. Lisboa: Educa & U&DCE.

- OLIVEIRA, M. R. e TEIXEIRA, E. S. (2004). Novos desafios do Fórum de Ensino Superior da Região Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. In *Anais do III Fórum de Ensino Superior: Sudoeste-PR/Oeste-SC: O papel das instituições de ensino superior no desenvolvimento regional*. 27 e 28 de out de 2004. Pato Branco-PR: Fadep – Faculdade de Pato Branco, pp. 20-28.
- OLIVEIRA, Terezinha (2007). Origem e memória das universidades medievais. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, nº37, jan/jun, pp. 113-119.
- OLIVEN, Arabela Campos (2002). Histórico da Educação Superior no Brasil. In Maria Susana Arrosa Soares (Org.), *A Educação Superior no Brasil*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior, pp.31-42.
- PIEPER, Josef (1973). *A Filosofia Medieval y Mundo Moderno*: Madrid: Rialp.
- PINTO, Álvaro Vieira (1994). *A Questão da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2.^a edição.
- PORTO, Claudia e RÉGNIER, Karla (2003) O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025. portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ensinosuperiornomundoenobrasil.
- RAUBER, P. (2008). A universidade no Brasil: origem e trajetória. *Metodologia do Ensino Superior*. Dourados: Unigran, pp. 51-74
- RANCIÈRE, Jacques (2009). *A partilha do sensível – estética e política*. São Paulo: Editora 34.
- REZENDE, Maria José de (2004). Celso Furtado e Karl Mannheim: uma discussão acerca do papel dos intelectuais nos processos de mudança social. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Maringá, v. 26, n. 2, pp. 239-250.
- RIBEIRO, D. (1974). Entrevista, *Jornal A Capital*, Lisboa, 5 de junho.

- RIBEIRO, Darcy (1975). *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- RIBEIRO, Darcy (1978). *UnB: Invenção e descaminho*. Rio de Janeiro: A Venir Editora Ltda.
- RIBEIRO, Darcy (1982). *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4.^a edição.
- RIBEIRO, Darcy (1983). *As Américas e a Civilização: O processo de formação e causa do desenvolvimento desigual dos povos latino americanos*. Petrópolis: Vozes.
- RIBEIRO, Darcy (1985). *Universidade para quê?* Brasília: Editora UnB.
- RIBEIRO, Darcy (1986). *América Latina: a pátria grande*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- RIBEIRO, Darcy (1986). *O Livro dos CIEPs*. Rio de Janeiro: Bloch Editores.
- RIBEIRO, Darcy (1991). *Os Brasileiros: Teoria do Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- RIBEIRO, Darcy (1992). O povo latino-americano. *Carta', falas, reflexões, memórias*, n.º 1. Brasília, DF: Gabinete do Senado.
- RIBEIRO, Darcy (1993). Universidade do Terceiro Milênio: Plano Orientador da Universidade Estadual do Norte-Fluminense. *Revista Universidade do Terceiro Milênio*, v. 1, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, Darcy (1994). Salvemos a Nação Brasileira, Entrevista/Notas e Plano Orientador da UENF. *Carta' 1*, Brasília, n. 10.
- RIBEIRO, Darcy (1995c). *O Brasil como problema*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- RIBEIRO, Darcy (1997). *Confissões*. São Paulo: Cia das Letras.
- RIBEIRO, Darcy (2001). *Testemunho*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro. Edição Eletrônica (www.fundar.org.br)

- RIBEIRO, Darcy (2007). *Encontros: entrevista a Guilherme Zarvos*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial.
- RIBEIRO, Darcy (2010). Depoimento 1978. In Simon Schwartzman (org.) *História Oral (História da Ciência – Convênio FINEP/CPDOC)*. Rio: FGV/CPDOC.
- RIBEIRO, Maria Luísa Santos (1998). *História da educação brasileira: a organização escolar*. Campinas: Autores Associados, 15.^a edição.
- RIDDER-SYMOENS, Hilde (Coord) (1996). *Uma história das universidades na Europa*. Lisboa. Casa da Moeda, pp.75-105.
- RODRIGUES, Luiz Augusto Fernandes. (2001). *A Universidade e a Fantasia Moderna: A Falésia de um Modelo Espacial Único*. Niterói: EDUFF.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira (2012). *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 37.^a edição.
- SANTOS, Teotônio dos (1993). *Educação História do Brasil: da Colônia à crise da Nova República*. Petrópolis: Vozes.
- SCHWARTZMAN, Jacques (1993). Universidades Federais no Brasil: Uma avaliação de suas trajetórias (Décadas de 70 e 80), *Educação Brasileira*, 2º semestre de 1993.
- SCHWARTZMAN, Simon (1984). RIBEIRO D. CPDOC. Rio de Janeiro: FINEP.
- SENADO FEDERAL (1992). Plano Diretor da Universidade de Brasília. *Carta 1*, Brasília, pp.178 a 181.
- SGUISSARDI, Valdemar (2006). Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, out., pp. 1021-1056.
- SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; e EVANGELISTA, Olinda (2007). *Política Educacional*. Rio de Janeiro: Lamparina, 4.^a edição.

- SIMÕES, M. Leite (2003). O surgimento das universidades no mundo e a sua importância para o contexto da formação docente. *Revista Temas em educação*, João Pessoa, v.22, nº 2.
- SIMON, P. (1997). Dar (de) cy. *Folha de São Paulo*, São Paulo, em 27/02/1997.
- SMIDERLE, Carlos Gustavo (2004). UENF e Campos: encontro de dois mundos: uma etnografia da interação entre a coletividade da UENF e a sociedade campista. Tese de Mestrado em Políticas Social. Campo dos Goytacazes: UENF.
- SOARES, Maria Susana Arrosa (org). (2002). *Educação Superior no Brasil*. Brasília, DF: UNESCO/CAPES.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1969). *Síntese e História da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- SOUZA, Silvio Cláudio (2012). *O pensamento-ação de Darcy Ribeiro e a Universidade necessária: repensando a universidade necessária*. Rio de Janeiro: UERJ.
- TEDESCO, Juan Carlos (1995) *Sociologia da Educação*. Campinas, São Paulo. Ed. Editores Associados, 4ª Edição.
- TEIXEIRA, Anísio (1924). A propósito da escola única. *Revista do Ensino*, v. 01, n. 03.
- TEIXEIRA, Anísio (1969). *Educação no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional.
- TEIXEIRA, Anísio (1988). *Educação e universidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- TEIXEIRA, Anísio (1989). *Ensino Superior no Brasil: Análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- TEIXEIRA, Anísio (1994). *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: UFRJ, 4.ª edição.

- THOMPSON, E.P. (1997). *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Tradução Denise Bottman. V 1.3. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra
- TOCQUEVILLE, A. (2000). *Viagens à Inglaterra e à Irlanda*. São Paulo: Imaginário.
- TRIGUEIRO, Michelangelo (2002). *Educação Superior no Brasil*. Brasília/DF: UNESCO, CAPES.
- TRINDADE, Hégio (1999). Universidade em perspectiva: Sociedade, conhecimento e poder. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 10, p.10-15, 1999. Jan/fev/mar/abr.
- VERGER, Jacques (2001). *Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII*. Bauru: Educa.
- VEYNE, Paul. (2008) *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília. Ed. UnB, 4ª edição.
- VILLALTA, Luiz Carlos (2002). *A educação na Colônia e os jesuítas: discutindo alguns mitos*. In Maria Ligia Coelho Prado e Diana Gonçalves Vidal (Orgs.), *À margem dos 500 anos: reflexões irreverentes*. São Paulo: EdUSP, pp.171-184.
- VILLAS BOAS, Gláucia. (2002). *Os portadores da síntese: sobre a recepção de Karl Mannheim*. Cadernos CERU, série 2.
- ZABALZA, Miguel (2004). *O ensino universitário: seu cenário e protagonistas*. Porto Alegre: Artmed.

ANEXOS

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS EFETUADAS

ANEXO I

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

Nome: Professora Ana Lucia Sanguêdo Boynard Mendonça

Cargo e Função Atual: Coordenadora de Desenvolvimento Econômico - PMCG

Data e Local da entrevista: 20/08/2010, Campos dos Goytacazes

ENTREVISTA - Roteiro de Perguntas:

P1- Professora, como conheceu o antropólogo e educador Darcy Ribeiro?

R: Conheci o Professor Darcy Ribeiro quando, ao retornar do exílio, foi convidado pelo DCE-UERJ para dar uma palestra no nono andar – onde funcionavam cursos como História, Ciências Sociais e Serviço Social. Houve ainda um segundo encontro, no apartamento dele, onde nós, diretoria do CA de História e C. Sociais, fomos recebidos e tivemos um aulão sobre o Brasil dos sonhos dele, onde tomamos muito vinho, razão pela qual uma de nossas diretoras ficou bêbada, precisou tomar um banho – as outras moças ajudaram – esqueceu a calcinha no banheiro, criou uma confusão entre o professor Darcy e a namorada da época (acho que era alguém com nome de Lígia, mas não tenho a certeza). Depois, voltei a encontrá-lo na campanha para Governador e finalmente, nos encontros para efetivação da UENF. Eu estive no processo desde a primeira hora. A primeira reunião foi com Darcy Ribeiro, Anthony Garotinho, Fernando Leite, Tatiana Memóri e eu.

P2- Qual o seu relacionamento com Darcy Ribeiro na área da educação?

R: Eu representava os interesses de Campos dos Goytacazes na equipe que concebeu o conjunto tanto de estratégias, quanto de metodologias para a viabilização da UENF, de conteúdos de disciplinas a construção física da universidade, bem como da filosofia desta que segundo Darcy, revolucionaria a educação.

P3- Que projeto pedagógico de Darcy Ribeiro conhece? Esteve envolvido(a) nalgum?

R: Só no da UENF no qual me envolvi diretamente e por isso sei que entre o concebido e o hoje praticado, pouca semelhança existe.

P4- Tratando-se de uma personagem plurifacetada, com diversificados interesses e desempenhos, traçar um perfil de Darcy Ribeiro é sempre um enorme desafio! Na sua perspectiva como descreveria a intervenção protagonizada por Darcy Ribeiro no sistema de educação superior brasileiro?

R: O Professor Darcy Ribeiro era ousado e irreverente e um amante entusiasmado do Brasil. Se você pensar, as únicas coisas modernas em educação propostas neste país, nos últimos 500 anos, foram propostas por Darcy. As últimas foram propostas pelo Darcy, que são o ensino integral, geral, abrangente, para todos os segmentos sociais, que com certeza teria tirado este país do estado em que se encontra e estaria um pouco mais avançado se isso tivesse sido feito lá atrás com Darcy Ribeiro, mas foi um projeto sabotado, pela indústria, pelo comércio, pelos políticos em geral, porque não eram generosos. Tendo acompanhado o país ao longo de sua vida dizia que tínhamos muitos defeitos como nação, como país, que ainda éramos um Estado horroroso e que pela qualidade de nosso povo, mesmo que demorasse um bom tempo ainda iríamos ser um exemplo para o resto do mundo. Darcy dizia o seguinte, “não existe um país pior do que o Brasil, não existe nação pior do que a brasileira. Mas não tem problema não, porque o que faz desse país muito ruim, dessa nação muito ruim, é exatamente o que vai fazer o Brasil como se fosse um holofote do Brasil para o resto do mundo, é a qualidade de seu povo”. E eu, na minha insignificância, achava - sempre achei – isso, uma contradição. Eu não consigo ter essa crença do Darcy, eu sinto em mim a tristeza de não ter a coragem desse brasileiro morto, que acreditava no Brasil até à última hora.

P5- Darcy Ribeiro preconizava a educação, através de um comprometimento político, a partir de um projeto de nação que se apoiasse também num modelo de universidade que contribuísse para um quadro de justiça social. Considera que Darcy Ribeiro pode ser visto como alguém que estabeleceu o “marco divisório” entre o conceito de ensino superior e de universidade no Brasil?

R: Penso que ele tentou estabelecer este marco com a UnB e não conseguiu. Ele dizia que a UnB era “a filha que caiu na vida”. Acredito que tentou novamente na UENF. Acho que ele esqueceu que é muito difícil fazer coisas novas com gente de mentalidade cristalizada. Olha a UENF, tem grupos que se

retroalimentam dentro dos centros e laboratórios, enquanto disputam tudo entre si, cuidam muito pouco do progresso acadêmico, inclusive por conta do número de quadros que já chegaram na UENF, aposentados. Assim, Viçosa e UFRRJ no CCTA, PUC no CCT, UFRJ no CBB, acabaram por trazer desses lugares, antigos procedimentos, não ruins em si, mas também nada inovadores. E o CCH, que não existia na concepção original, sempre me pareceu sem rosto por conta das dificuldades de seu ingresso tardio no projeto. Mas, recorde-se – lendo isto - de que minhas “impressões” são distantes desde 2002.

P6- As universidades mais avançadas reconhecem a necessidade de conduzir intencionalmente a auto-transformação, coordenando e fomentando a investigação científica, mobilizada para servir os projetos de expansão nacional e fazer frente à competição econômica internacional. A liberdade acadêmica fica restrita sem direito a escolha relativamente aos temas prescritos nos contratos de financiamento. Na sua perspectiva, qual foi o pensamento de Darcy Ribeiro sobre autonomia universitária?

R: Ele dizia que a universidade para fazer bem suas tarefas transformadoras, aperfeiçoadoras e, óbvio, mantenedoras também de e em certa medida, não poderia se preocupar com o papel higiênico, o toner, a gasolina, o reagente, a cabaia, etc., etc., deveria ser cuidada por uma mantenedora enquanto, academicamente autônoma, cuidando de seus compromissos com a sociedade.

P7- Darcy Ribeiro dizia que as análises sobre a crise da universidade latino-americana eram feitas em função dos dilemas, que se dissolvem em ambiguidades: humanismo-practicismo, cientificismo-profissionalismo, elitismo-massificação, todos esses dilemas eram falácias, uma vez que não propunham opções reais para os problemas da universidade latino-americana. No seu entender qual terá sido a sua contribuição para o debate sobre as Reformas Universitárias do seu tempo?

R: Os modelos de universidade propostos por ele, dentro e fora do Brasil, estudados na perspectiva do concebido e do depois alterado, ou nunca implantado, ou desviado, por si próprios servem para orientar este debate. Mas, este “debate” é muito restrito, não apaixona as massas, e então...não prospera.

P8- A UENF foi a primeira universidade brasileira a exigir o grau de Doutor a todos os seus docentes, estabelecendo, desse modo, o parâmetro mínimo exigido para a constituição do corpo docente de modo a assegurar um padrão de excelência. De acordo com esta afirmação, qual acha que era a importância que Darcy Ribeiro atribuía à universidade enquanto formadora de cientistas?

R: Acho que em algum momento entre a Revolução Industrial e uns quarenta anos atrás, cientistas eram fruto das academias. Antes não necessariamente e hoje, dificilmente um negócio de qualquer natureza quando alcança um determinado tamanho deixa de criar um setor ou departamento ou núcleo de “desenvolvimento e/ou pesquisa”. De qualquer forma, este é um momento posterior. A formação universitária ainda é o que permite de forma mais sistemática e eficaz a construção de competências intelectuais necessárias para a produção de conhecimento. O Professor Darcy Ribeiro dizia constantemente que a Universidade precisava de doutores para treinar “os meninos e as meninas” com o que houvesse de mais novo em conhecimento, porque o Brasil já tinha perdido muito tempo, que a educação de 22, 23, 25 anos das primeiras séries até ao doutorado eram muito tempo e muito caro para o país, principalmente se os conteúdos formativos não fossem no mínimo, aquilo que de mais novo estivesse disponível no planeta. Então, a exigência de doutorado para ser professor da UENF é compreensível, coerente, positivo. Mas, quando eu estava na FENORTE, antes da autonomia administrativa da UENF, infelizmente já crescia um movimento em que doutorandos e mestrandos é que davam aulas para várias disciplinas dos cursos de graduação. Na melhor das hipóteses, uma interpretação *danada* de livre das idéias do Prof. Darcy.

P9- Na década de 60, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro pretendiam criar uma universidade para fazer dela uma universidade de quarto nível, só dedicada à pós-graduação. Do seu ponto de vista, qual era a importância dos programas de pós-graduação para Darcy Ribeiro?

R: Acho coerente com a preocupação dele de fazer o que existe de mais elaborado, inovador, conhecido e chegar o mais rapidamente possível às novas mentes em formação acadêmica.

P10- Darcy Ribeiro acreditava que boa parte dos problemas do sistema educacional brasileiro se devia ao modelo de universidade vigente, conservador e descomprometido com a sociedade. De entre os seus projetos pedagógicos qual considera que terá obtido maior sucesso?

R: Não conheço a vida e obra de Darcy Ribeiro o suficiente para responder a esta questão. Minhas relações e contatos foram de certa forma mais pessoais do que acadêmicas. Guardo o cartão de felicidades no casamento que me mandou, muito mais pelo retrato da irreverência que tenho dele do que pela personagem que se tornou na história de meu país e em particular meu estado e meu município.

P11- Darcy Ribeiro considerava que a universidade tinha carácter ambíguo: “ao mesmo tempo que é agente de transformação social e progresso, também é fator de estratificação social e conservadorismo, surgindo da sociedade e transformando a própria universidade”. Crê que este carácter ambíguo de universidade de que Darcy falava se aplica, atualmente, à UnB ou à UENF?

R: Penso que somos todos orientados por uma ética caduca e isto torna muito difícil a autocrítica, então UnB, UENF, USP, São Carlos, UFRJ, a crítica de Darcy é apropriada para qualquer uma delas, é maior do que as universidades. Vem da sociedade esta impossibilidade de ser diferente por agora. Mais um pouco, virá da sociedade a necessidade de transformação e aí, transformadas serão, a ética, as universidades, e as demais instituições, em ritmos diferentes, mas inexoravelmente.

P12- Em 1961, Darcy Ribeiro foi o principal mentor da criação da UnB. Vinte anos depois, em 1993, protagoniza a criação da UENF. Na sua ótica, se Darcy Ribeiro estivesse vivo, que diria ele sobre a atual estrutura e funcionamento da UnB e da UENF?

R: Quando vemos os Rankings das universidades brasileiras, verificamos que a UENF está sempre nas melhores posições e isso impressiona mais os leigos do que nós que estamos na UENF desde a sua fundação. Nós sabemos que se ela tem aqueles professores todos, tão bem preparados, a nata da intelectualidade brasileira, ela já tinha que estar fazendo muito mais, porque ao contrário das outras universidades, que tiveram que construir o seu mérito, a UENF exigiu o mérito comprovado para o ingresso do professor. Mas eu já estive em

universidades na Europa, que tem mais de 1000, 1200 anos de idade! Acho que são muito jovens as universidades de Darcy, mesmo com décadas de diferença entre elas. Olha a UENF! De dezembro de 1992, lembra? Dos seminários aplicados no auditório da época, CEFET, que foi a solução encontrada para configurar o início das atividades da UENF porque não podia perder a data limite de início de suas atividades senão a Assembleia Legislativa declarava o fim do prazo para início das atividades e cancelava o projeto da UENF. Quanto se fez em tão pouco tempo? Eu sempre disse – mesmo nas horas mais difíceis nos muitos papéis que desempenhei na viabilização desta universidade – que ela ainda será muito maior do que todos os que participaram, participam e virão a participar dela. É natural que seja assim. Mas por outro lado quero dizer que nem tudo correu bem, e se Darcy estivesse vivo, não sei o que ele diria da UENF hoje. Olha, Darcy vem para Campos com um projeto de fazer diferente de tudo que tinha dado errado na UnB porque, como Darcy falava, para ele a UnB “era como uma filha que caiu na vida”, que se prostituiu. Dizia isso como todo pai desgostoso com filhos que julga estar desperdiçando seus talentos. Eu, sinceramente, acho que o que aconteceu foi que prostituíram o projeto de Darcy para a UENF e na verdade o projeto de Darcy não é o que está hoje em vigor na UENF. Eu vejo muita coisa estranha na UENF, a UENF canibaliza os valores que ela produz, ela forma o funcionário técnico, treina o mestre, treina o doutor, e depois ele, valor produzido pela UENF, fica com a vida dele ali estagnada, porque na UENF ele nunca vai deixar de ser um funcionário. E você dirá, “certo Professora mas ele poderá sempre fazer concurso”, e isso é verdade, mas Isabela ele irá sempre sofrer discriminação no concurso para a academia, para ser professor, então é um dique. Mas a UENF não faz isso só com o funcionário dela, faz também com o aluno dela que não o quer, ela quer valores de fora e eu não consigo entender isso muito bem. Se você fizer um check list você não verifica expressividade na quantidade de pessoas que tendo sido formadas pela UENF têm reconhecimento da própria UENF, é uma coisa que merece ser estudada lá mais para a frente. Eu aprendi com Darcy por outro lado, que é muito difícil fazer uma coisa nova, moderna, inovadora, com mentalidades arcaicas, cristalizadas. Então, dentro da UENF você tem assim, o grupo da PUC, que são os aposentados da PUC e que trouxeram consigo a mentalidade da PUC, aí eles encontraram os da Universidade de Viçosa, os da Universidade Federal do Rio de Janeiro, os da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, os da Universidade

Federal Rural do Rio de Janeiro, cada um com seu nicho, seus amiguinhos, seu contatos e seus vícios, e suas certezas, positivities também. E veja bem como como as coisas seguiram um rumo totalmente diferente do idealizado por Darcy para a UENF, é ele mesmo que quando veio a Campos disse, com todas as letras no Sindicato dos Bancários, que a única exigência que fez a Brizola para a concepção e implantação da universidade, foi que essa universidade não seria nascida no vício para resolver o problema dos professores. Ele escolheu a dedo os professores seniores da UENF, confiou que eles seriam os guardiões do projeto dele, um projeto que teria corrigido tudo que tinha dado errado no projeto de Brasília e nas outras universidades criadas pelo Darcy. Eu temo muito pouco minhas palavras porque quando as emito, falo o que penso e o que sinto, numa forma simplória de proteger minha alma, provavelmente. Por isso, entendo que o mínimo que os professores da UENF tinham que fazer seria honrar o projeto de Darcy Ribeiro.

P13- Darcy Ribeiro exerceu grande influência no meio político e acadêmico brasileiro aquando da criação da Universidade de Brasília - UnB e da Universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Do seu conhecimento sobre este assunto, que esperava Darcy Ribeiro obter com a criação de uma nova universidade com as características da UnB e da UENF e qual terá sido o maior desafio que ele enfrentou no momento da criação de ambas as universidades?

R: O maior desafio é sempre político, quebrar resistências para poder implantar novos paradigmas. Acho que foi isso mesmo. Não vou falar da UnB porque não estudei sua história. Mas sobre a UENF posso dizer que a maior resistência foi aqui em Campos mesmo, das faculdades locais que tiveram suas expectativas ignoradas, em seguida, toda área possível de ser utilizada, se negava ou criava inúmeras dificuldades e é claro que o município queria a UENF sem criar atrito com ninguém, um caso assim de *fazer uma omelete sem quebrar nenhum ovo*, tipo mágica. Em seguida, e muito pouco conhecido era, quer dizer, foi, foi o fato de que os cientistas pesquisadores quando eram convidados, tinham enorme dificuldade com as “características” da região e em particular das limitações em atratividade da cidade para trazerem as famílias. Dinheiro Darcy teve o que quis de Brizola. Com Nilo Batista houve menos recurso. Com Marcelo Alencar não teve nem recurso, nem participação na UENF, foi simplesmente, excluído.

Depois, Darcy morreu. Estou certa? Quando ele morreu mesmo? Com Garotinho a UENF recebeu mais recurso – em todas as rubricas – do que em qualquer período anterior ou posterior, incluindo o período de governo da Rosinha. Este ano a UENF esteve em greve no primeiro semestre, suspendeu a greve no mês de julho – afinal era recesso ou férias, certo? – e estão em greve novamente neste momento em que lhe respondo.

P14- Darcy Ribeiro acreditava que a construção de uma sociedade mais justa e igualitária se obtinha, nomeadamente, através da participação da Universidade na sociedade. Na sua opinião, qual foi o contributo que o pensamento educacional de Darcy Ribeiro trouxe para a evolução da educação superior no Brasil? Na sua perspectiva qual terá sido o seu legado?

R: Acho que o maior legado de Darcy foi, também, a última coisa nova proposta para a educação brasileira: escolas de tempo integral de qualidade para todos os brasileiros. Deixou-nos esta lição – que como diz a música: “a lição sabemos de cor, só nos resta aprendê-la” – que ainda não aprendemos. Se esta fosse a prática brasileira desde 30 e poucos anos passados, o perfil das nossas universidades seria outro, porque outro seria o nosso universitário e seus níveis de cobrança. E nós seríamos já, o que sempre nos prometem sobre nós mesmos, para um futuro, lá muito no futuro. Parece a terra de ogro verde, Isabela, um lugar tão tão distante.

P15- Acreditamos que, no final desta entrevista sobre o projeto educacional de Darcy Ribeiro, muitas questões ficaram por abordar! Em sua opinião, que assuntos e matérias não foram tratados e que, por serem pertinentes, deveriam constar deste roteiro de perguntas?

R: Ah! Isabela. Não tenho esta competência. Apenas partilhei com você um pouco da memória do tempo passado com um homem bonito, inteligente, namorador, que agradava uns, irritava outros, mas com certeza, nem que só pelo seu amor despudorado pelo Brasil e pela cultura evidenciada nos argumentos que usava na defesa de sua crença no Brasil que ele acreditava, intimidava os críticos, fazendo-os ter cuidado no uso das palavras, até para criticar o Professor Darcy Ribeiro.

IB- Muito obrigada Professora pela sua disponibilidade em me ajudar na construção da minha tese de doutorado.

ALM- Eu é quem agradece Isabela por ter-se lembrado de mim e por ter considerado a possibilidade de eu participar indiretamente de seu trabalho. Sucesso.

ANEXO II

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

Nome: Professor Mário Lopes

Cargo e Função Atual: Presidente da Fundação Municipal da Infância e da Juventude

Data e Local da entrevista: 26/08/2010, Campos dos Goytacazes

ENTREVISTA - Roteiro de Perguntas:

P- O Professor esteve no movimento de criação da UENF, pode contar qual foi sua participação, e quais os acontecimentos que marcaram a criação da UENF?

R: Olha, no final dos anos 80 o Brasil estava eufórico com a promulgação da Constituição cidadã de 88 de Ulysses Guimarães e começaram a aparecer as demandas para as constituições estaduais. A mesma aflição que levou o povo brasileiro a constituir uma constituição com tantas aflições, com tantos desejos, com tantas demandas também aconteceu nas constituições estaduais. A do Rio de Janeiro não foi diferente, e em Abril do ano de 1989 havia já instalada a Constituinte Estadual. Eu lembro que dentro do regimento interno da Constituinte havia possibilidades de receber emendas populares com pelo menos três mil assinaturas. O deputado estadual Godofredo Pinto do Partido Socialista Brasileiro, naquela época, tinha sido meu professor, me ligou e nessa época eu era Presidente da Associação dos Docentes da Faculdade de Filosofia de Campos, e me ligou dizendo que ele tinha apresentado uma proposta de construção da universidade no capítulo da educação da Constituinte e que o projeto tinha sido rejeitado. Mas também me noticiou que havia uma emenda popular originada na UERJ, com cinquenta mil assinaturas, pedindo o monopólio do ensino universitário para a UERJ, que também foi rejeitado. Isso alertou a gente para a possibilidade de criar uma emenda alternativa propondo a criação da Universidade aqui no Norte Fluminense, porque já que o Estado não se contentava, afirmava que não queria o monopólio com a UERJ, abria essa possibilidade de ter uma universidade. Nós tínhamos pouco tempo, ele alertou que nós tínhamos apenas um mês para poder apresentar as emendas populares e eu achei que talvez no capítulo das disposições transitórias coubesse melhor porque nas disposições transitórias a gente estabelece prazos. Então a nossa

emenda pela natureza dela ela só caberia se fosse no capítulo das disposições transitórias, e nós colocamos. Juntamo-nos ao ex senador Marcelo, que era meu colega na Faculdade de Filosofia, e que participou da redação, ao professor Eduardo Peixoto, vinculado à Associação de Professores também, ao professor Raimundo Ramos do sindicato dos Professores, ao Renato que na época era da união dos diretores acadêmicos, enfim, um grupo de entusiastas que se reuniu e conseguimos redigir um documento com a exposição de motivos onde a gente fazia um convencimento aos constituintes estaduais da necessidade de se implantar aqui uma Universidade, mostrando que a relação custo-benefício seria melhor em Campos, porque aqui já havia um embrião universitário, e que as fundações universitárias que existiam em Campos estariam propensas a fundir o seu patrimônio, alterar os seus estatutos para poder começar aqui essa universidade e que em nenhum lugar do Estado do Rio de Janeiro o custo de implantação seria tão barato e o custo social tão elevado. E assim, nós após uma peregrinação de toda a noite a contar quantas assinaturas tínhamos conseguido, de notar que antes de um mês havíamos conseguido atingir as três mil, agendamos uma ida ao Rio de Janeiro para entregar as emendas ao deputado presidente da Comissão de Justiça, agora não me lembro o nome dele mas tinha o sobrenome D'Avilla, que eu posso depois investigar. E até ao dia dessa audiência, o senhor Luciano Dângelo que era o diretor da Escola Técnica Federal, hoje CEFET, nos emprestou um ônibus e nós fomos, aí já com quatro mil trezentas e uma assinaturas e mais algumas milhares de assinaturas que não tinham identificação completa, porque nós fizemos questão de levar as assinaturas com nome completo, endereço, número da identidade, CPF e título de eleitor. Então não queríamos correr nenhum risco da nossa emenda ser desqualificada por falta de dados e elementos. Mas levamos alguns milhares de outras assinaturas de pessoas que não tinham a documentação adequada mas que fizeram questão de dizer que tinham vontade de ter aqui uma universidade. E para surpresa nossa, fomos acolhidos na constituinte, tivemos quinze minutos para fazer uma defesa prévia e após esses quinze minutos foi protocolado, e para surpresa nossa quando a matéria foi ao Plenário foi acolhida. Houve ironias da imprensa carioca, acharam que eram abobrinhas, como se colocava na Constituição Estadual um compromisso de construir uma universidade, pois o Estado não estava dando conta de gerir nem o Ensino Fundamental e queria patrocinar uma universidade. Não se imaginava quem seria, que ao pedir para

construir uma universidade há três anos atrás, após a promulgação da Constituição e com sede aqui em Campos, não se imaginava quem seria o governador que teria essa proeza. O tempo passou e chegou, quando foi aprovado no Plenário houve uma alteração não no texto principal, mas numa emenda que acrescentou dois parágrafos subtis. Um que dizia que por ser uma universidade do Norte Fluminense deveria ter garantido uma unidade em Pádua, uma em Miracema e outra em Itaperuna, de engenharia, de agronomia e veterinária. E se esse artigo da Constituição Federal fosse regulamentado em até 18 meses após a promulgação da Constituição esses cursos seriam ministrados pela UERJ. Essa emenda, da autoria da ex deputada Yara Vargas, ela própria apostava que não iria se mobilizar para regulamentar esse artigo e se esse artigo não fosse regulamentado em 18 meses o nosso trabalho seria todo perdido. Então passou a euforia da promulgação da Constituição e foi preciso que se travasse uma luta 18 meses depois para ter garantido a regulamentação desse artigo. Aí o tempo estava passando, 17 meses se passaram e esse artigo não foi regulamentado, acontecia então a campanha para a eleição do novo governador, e eu saía de uma sala de aula, de uma aula na Faculdade de Filosofia com as mãos sujas de giz e acontecia um debate entre os candidatos a deputados estaduais, já não eram mais constituintes, no auditório da Faculdade de Filosofia, e lá se falava de generalidades do ensino universitário, diziam que através de uma emenda, através de uma medida provisória o Presidente Collor faria uma universidade federal, em uma época que o Presidente estava fechando as repartições federais para economizar recursos, se falava de tudo, que iria criar uma fundação pública para gerenciar o ensino universitário. Aí eu pedi uma questão de ordem e disse que já havia, se era do conhecimento daqueles futuros deputados uma emenda na Constituição Estadual, no capítulo das disposições transitórias, no artigo 49, que assegurava o direito dessa universidade mas que precisava ser regulamentado, que faltava um mês para regulamentar. Aí eu perguntei qual daqueles candidatos tinha maior proximidade com o governador Moreira Franco, que era o governador da época. O ex-Prefeito de Campos, José Carlos Vieira Barbosa, que era candidato a deputado da época falou que tinha proximidade, que era do mesmo partido dele, PMDB. Falei “Então o senhor prestará um grande serviço à nossa juventude, à nossa gente, se o senhor pedir ao senhor Moreira Franco que regularmente encaminhe em caráter de urgência uma lei de um artigo. Fica criada a

Universidade Estadual do Norte Fluminense nos termos do artigo 49 das disposições transitórias, revogando as disposições encontradas. Se o senhor conseguir que ele regulamente esse artigo, estará prestando um grande serviço e estará entrando para a história de nossa gente porque é isso que nós precisamos para ter certeza que teremos essa universidade um dia”. E ele no dia seguinte reuniu-se com a professora Zuleima Faria da Faculdade de Filosofia, comigo e com mais algumas pessoas e saiu dali com essa proposta. E honra seja feita, em menos de quinze dias essa lei de criação da Universidade do Norte Fluminense estava sendo sancionada em um auditório da Auxiliadora, na presença de muitos políticos, em uma fotografia que consta no livro dos dez anos da UENF. Essa fotografia, o fotógrafo que a tirou me deu dizendo que eu era o merecedor daquela fotografia. Lá aparecia um leque de políticos de todas as tendências, junto do Moreira Franco assinando. Ali não estava instalada a universidade, mas estava garantido que ela não iria ser uma luta em vão e que nossa luta valeu. Aquele ano não havia reeleição, o Moreira Franco cumpriu seu papel histórico em ter assinado essa lei. Ganhou o Brizola e começou a contar contra ele o prazo, eram três anos e naquela ocasião eram dezoito meses, faltavam só mais dezoito, e o prazo para implantar a universidade se extinguiria em 1993. Houve então um movimento em Campos, Força do Interior, liderado pelo ex Governador Anthony Garotinho, que na época era Prefeito de Campos, fomos à Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, e dentro das reivindicações do povo do Rio de Janeiro estava a consolidação da UENF, o Brizola escalou o Darcy Ribeiro que estava como Senador para conduzir o processo da implantação. E aí nós pudemos reconhecer verdadeiramente quem era quem, porque na hora de implantar a universidade, aqueles propósitos do início foram modificados. As faculdades não quiseram mais modificar seus estatutos para poder servir de berço à universidade, principalmente porque no modelo de universidade proposto pelo Darcy Ribeiro, uma universidade do terceiro milênio, uma universidade ecológica, uma universidade que iria fazer a redenção dessa região, que iria atrair investimentos, que iria trazer a personalidade do mundo científico, precisava que cada professor tivesse titulação, no mínimo, de Doutorado, e nossa região infelizmente não tinha nenhum doutor. As pessoas confundiam o rótulo, porque eram médicos e achavam que eram doutores, eram advogados, juizes e também achavam que eram doutores e queriam ser professores da universidade sem se submeter a concursos, mantendo seus

consultórios médicos, mantendo seus escritórios jurídicos. E foi uma luta terrível para se conseguir um espaço, para conseguir construir essa universidade. Até o térreo da escola técnica foi sondado, até a unidade recém-construída do CEFET de Macaé foi consultada, mas havia um impedimento legal que fazia com que tivesse que ser construído aqui. A única coisa concreta que a universidade tinha era a Villa Maria, que sua antiga proprietária tinha doado em testamento para quando a universidade viesse a se instalar em Campos era o único lugar que a universidade tinha ao certo que era seu. Ninguém queria, chegou a se fazer uma passeata em uma sexta-feira à tarde que entrou noite a dentro porque a escola Barcelos Martins foi um dos alvos. Era uma escola do Estado que poderia ver transferida suas funções para um outro lugar para ali se instalar a universidade. E houve uma passeata com alguns parlamentares da época à frente dizendo “Fora Universidade” porque eles pensaram muito pequeno e alguns jornais chegaram a trazer em suas manchetes “Fora Universidade”. Então, novamente, pela terceira vez teve a minha participação. Deus quis que fosse assim! Eu estava em um aniversário da professora Joenyr Sanguêdo Boynard, mãe da professora Ana Lúcia Boynard e lá estava o então Prefeito de Campos, Sergio Mendes, e eu falei: “Prefeito, faça um esforço grande, desapropriar uma área e dê para o Estado construir essa Universidade, porque ela vai ser aqui porque existe um dispositivo constitucional que diz que ela tem que ter sede em Campos, porque Itaperuna, Macaé, São Fidélis, todo mundo quer a universidade e a gente não consegue, com tanta terra...” Foi onde o Sergio Mendes desapropriou a área onde foi construído o campus da universidade, num terreno conhecido como “campos Lionel Brizola”, um terreno desvalorizado porque tinha sido usado para construção de olarias e todo seu subsolo já tinha sido escavado, então não seria aproveitado para a indústria imobiliária nem para outra finalidade e ele desapropriou aquela área, não vamos entrar no mérito se o valor era justo ou não, e ofereceu ao Estado. E aí, em uma operação mutirão essa cidade se transformou em um canteiro de obra, morros foram desaparecidos para poder ser conduzidos por caminhões de Campos, do Espírito Santo, da Região dos Lagos, e rapidamente toda aquela área foi aterrada com terra vermelha e usou-se o modelo dos CIEPs, os módulos prontos para poder ser mais rápido, e dentro do prazo legal a universidade foi instalada. Ela teve até uma fase para poder não dizer que ela deixou de cumprir com a legislação, que funcionou no FUNDENOR, e a verdadeira inauguração da UENF se deu no campus onde hoje funciona o

prédio do Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias. E aí os primeiros cursos de mestrado e doutorado começaram a funcionar, a população de Campos teve prioridade para participar desses cursos, a universidade tem vários professores da região, não só de Campos mas da região, e hoje eu vejo com alegria a nossa universidade entre as 12 melhores do Brasil. Com a persistência de uma comissão de frente liderada pelo professor Darcy Ribeiro, pelo professor Wanderley de Sousa, pela doutora Gilka Wainstein, pelo professor Carlos Alberto Dias, e tantos outros pioneiros que aqui se instalaram na cidade como verdadeiros desbravadores, modificando hábitos da cultura local. Nós fizemos vários seminários para difundir a cultura, ecologia, atividades cidadãs diversas. Nós tivemos a contribuição da universidade no início dos anos noventa, que antecipando suas instalações físicas promoveram uma série de seminários para poder preparar essa população desse *boom* que veio a acontecer. Para você ter uma idéia, tamanha era a resistência da comunidade universitária local, não foi aceito que se implantasse nenhum curso dos existentes em Campos. A universidade não começou com cursos da área de magistério, nenhum curso jurídico, nenhum curso na área da medicina, todos os cursos que existiam em Campos na área privada não foram implantados. Muito depois, quando esse pacto foi quebrado, que vieram para cá empresas privadas de educação, e hoje nós temos aqui várias universidades do grande Rio, universidades de nome nacional que estão instaladas em Campos, aí sim que a universidade resolveu implantar os cursos de licenciatura, ganhando essa conotação, essa dimensão universalista e acho que já era hora de se ter aqui todos os cursos, difundir o conhecimento de todos os saberes, porque não podemos ficar reféns de uma estrutura de ensino privado que por interesses menores impediu que nossa população não tivesse cursos de alto nível, como são os dados pela universidade. Hoje você não vê um ex aluno da universidade que esteja desempregado. Foi pioneira nos cursos de petróleo e gás, os novos materiais, pesquisas avançadas da universidade hoje estão contribuindo com a indústria da biomedicina, das cirurgias de precisão, cardiológicas, são coisas que eu até falava em uma outra entrevista, que se fossem aproveitados pela administração local o município teria avançado muito mais, e infelizmente o poder público ao longo desses anos não se aproximou da universidade, é como se a universidade fosse um intruso aqui dentro, fosse um gueto. Só agora com as atividades de extensão a universidade está conseguindo sair desse mito e virar uma parceira

da sociedade. Eu até desafiei que o poder público procurasse patrocinar algumas teses que hoje estão sendo desenvolvidas no âmbito da questão de soluções para nosso solo, para utilização do nosso lixo urbano. O pessoal da área agrícola tem conseguido aproveitar mais, mas acho que ainda há muita coisa e pesquisa da universidade que não foi aproveitada por nossa gente por puro desconhecimento ou preconceito, mas tenho certeza que esses dias de distanciamento entre a universidade e o povo estão já no limite e logo logo o povo e a universidade vão interagir em benefício de todos, porque essa é a razão da universidade, dar soluções que levem ao desenvolvimento, à felicidade e à solução dos males que passam numa sociedade.

Depois dessa lei do Moreira Franco, que regulamenta o artigo quarenta e nove das disposições transitórias, veio o Brizola com a determinação de Darcy Ribeiro de construir, foi necessário criar o modelo de universidade que iria ser criado aqui. E aí o gabinete do governo produziu uma legislação que criava um tripé, a universidade, a fundação mantenedora da universidade, que era a FENORTE e o Parque de alta tecnologia, o TECNORTE, que seria o órgão que iria aglutinar a pesquisa acadêmica, as patentes, que iriam transformar em benefício os produtos da pesquisa acadêmica. E essa lei, já com a assembleia legislativa eleita pós constituinte, ela foi apresentada ao plenário pelo então Vereador Fernando Leite Fernandes, Vereador daqui de Campos que apresentou essa lei, uma lei que foi produzida no gabinete mas precisava ter um padrinho no legislativo, porque quem faz é o legislativo. Então o Fernando Leite, por uma questão de justiça apresentou esse projeto e a primeira estrutura da universidade funcionou assim. Até bem pouco tempo, a FENORTE era mantenedora, as questões dos contratos, dos pagamentos, tudo era feito pela FENORTE. O reitor era um reitor acadêmico, cuidava apenas da parte da pesquisa, do ensino e da extensão, e o parque de alta tecnologia iria capitalizar em cima de todas as descobertas, pesquisas, transformar em patentes, fazer a ciência virar tecnologia. Então durante a nossa conversa inicial eu tinha esquecido desse momento e depois outras legislações foram produzidas referentes à UENF como a questão da criação dos quadros dos funcionários, mais tarde a questão de cargos e salários. E ao longo destes dezassete anos muita história já foi construída, pesquisa já foi produzida, muitas teses de mestrado e doutorado e eu acabei sendo funcionário através do concurso de 2001, mas nesse período de 15 anos eu me distanciei um pouco, porque já tinha cumprido minha tarefa

que era intervir na hora que a sociedade precisava de um interventor para que o projeto da universidade não se perdesse. Depois a universidade caminhou com as próprias pernas, como, aliás, é o destino de qualquer universidade conduzir seu próprio caminho.

IB- Professor, agradeço-lhe o tempo que me disponibilizou e estou certa que o seu testemunho sobre a criação da UENF me irá ajudar imenso na construção da minha tese.

ML- Foi um prazer Isabela poder te ajudar, boa sorte.

ANEXO III

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

Nome: Professor Doutor Wanderley de Souza

Cargo e Função Atual: Professor Titular da UFRJ

Data e Local da entrevista: 31/08/2010, Rio de Janeiro, UFRJ

ENTREVISTA - Roteiro de Perguntas:

P1- Professor Wanderley, como conheceu o antropólogo e educador Darcy Ribeiro?

R: Olha, eu conheci o Darcy ainda muito antes da UENF, pessoalmente na época da campanha para governador quando ele foi vice do governador Brizola, foi aí que conheci o Darcy e depois participei da campanha dele para governador onde perdeu para o Moreira Franco e depois na volta do Brizola foi eleito Senador e sempre tive contato com ele.

P2- Qual o seu relacionamento com Darcy Ribeiro na área da educação?

R: Na área da educação, eu realmente só vim a participar em 1992, quando ele me convidou a participar do projeto de criação da UENF. Naquele momento ele era Senador e tinha sido encarregado de organizar a UENF. E aí então ele me procurou via o Professor Cordeiro que era grande amigo dele na época da Universidade do Prazer. E a partir daí, isso em novembro/dezembro de 91, eu passei a discutir com ele não só a UENF como o projeto da Lei de Diretrizes e Bases que ele estava preparando como substitutivo para um projeto do Congresso naquela época.

P3- Qual foi o projeto pedagógico que o Senhor conheceu e que esteve envolvido com o professor Darcy Ribeiro?

R: Olha, basicamente a UENF, um projeto pedagógico que a partir de algumas características especiais. Primeiro, a Universidade toda integral com dedicação exclusiva, a exigência que seja toda de doutores que se dedicassem à atividade do ensino e pesquisa. Então essa foi uma característica marcante para as universidades naquela época, uma vez que nenhuma tinha 100% de doutores. Então um ponto importante do projeto foi ter 100% de doutores, o que vem se mantendo até hoje.

P4- Professor, nós estamos falando de Darcy Ribeiro, a personalidade dele, os interesses, o desempenho. Na sua perspectiva, como descreveria a intervenção de Darcy Ribeiro no sistema de educação do Ensino Superior Brasileiro?

R: Ele teve algumas intervenções importantes, primeiro a criação da Universidade de Brasília, a primeira intervenção importante dele no Sistema Superior foi criar uma universidade também com esses pré-requisitos, doutores, atividades científicas intensas, convidou muita gente importante de várias universidades brasileiras para montar a Universidade de Brasília, que começou a funcionar muito bem mas veio o golpe militar e aquilo se desestruturou. A Universidade sofreu uma perda enorme, a maioria dos Senadores importantes tiveram que sair, então ela entrou em uma fase de retrocesso e só veio a se recuperar muitos anos depois. Então aquela foi uma experiência que ficou marcada. O Darcy viu ali o modelo dar certo, mas o modelo em si não pode ser testado porque foi abortado numa fase muito inicial. Depois vem a questão da UENF, na questão da UENF ele teve um pouco mais de tempo mas também não muito. Embora a idéia tenha sido de 91 ela só pôde ser concretizada em 93.

A Universidade teve início em agosto de 93 e logo em 94 mudou o governo e ao mudar o governo entra um opositor ao grupo político do Brizola, que foi o governador Marcelo Alencar e aí dificuldades ocorreram nessa relação, de modo que teve muito pouco tempo de convivência. Na verdade, acho que ele entrou em 95, não me lembro muito bem as datas. Mas sei que teve muito pouco tempo para prestar e a universidade entrou em uma fase de paralisia bastante grande durante todo o governo de Marcelo Alencar. Então sempre os modelos brasileiros de universidade o Darcy não deu sorte, obviamente, se a universidade tivesse uma influência direta do Darcy, todo o poder que ele tinha, a capacidade de convencimento por 4, 5 anos, ela teria tido um desempenho muito melhor que teve. Depois, o terceiro sistema universitário do Darcy no qual eu participei foi o do Ensino à distância. Aí já foi no finalzinho da vida do Darcy, nós começamos a discutir isso, não me recordo exatamente as datas, acho que 97/96, aí tem que ver a data do falecimento dele.

Ele faleceu em 97, foi quando em novembro de 96 me chamou para conversar sobre um projeto de Educação à distância. Ele estava querendo montar a Universidade Aberta do Brasil, baseada em ensino à distância, começamos a

discutir isso e ele me pediu para coordenar a implantação da área biológica e da saúde. Eu trabalhei nesse projeto entre janeiro e fevereiro, eu estava no exterior terminando os projetos quando ele faleceu. Quando eu regresssei e tentei ver o projeto, não tivemos a menor condição de colocar pra frente.

Então foi mais um embrião de algo extremamente importante que ele não conseguiu implantar, mas depois no governo Garotinho a gente implantou o CEDERJ, que foi baseado na idéia do Darcy Ribeiro, com as devidas adaptações. E aí saiu o CEDERJ que posteriormente permitiu criar a Universidade Aberta do Brasil, pelo MEC, retornando a idéia que edificou, mas muitos anos depois.

P5- Darcy Ribeiro preconizava a educação, através de um comprometimento político, a partir de um projeto de nação que se apoiasse também num modelo de universidade que contribuísse para um quadro de justiça social. Considera que Darcy Ribeiro pode ser visto como alguém que estabeleceu o “marco divisório” entre o conceito de ensino superior e de universidade no Brasil?

R: Certamente que o Darcy Ribeiro representou um marco divisório no Ensino Superior no Brasil, aliás, tem poucas pessoas que participaram muito ativamente no sistema universitário brasileiro, de entre essas pessoas está o Zeferino Vaz, que foi quem criou a UNICAMP e teve uma influência muito grande na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, e o Darcy numa fase subsequente, com a criação da UnB, da UENF e com a montagem de bases para surgir a Universidade à Distância, ou seja, o Ensino à distância superior no Brasil, de modo que o nome dele está associado à história do Ensino superior brasileiro, na fase de 1960 ate aos nossos dias.

P6- As universidades mais avançadas reconhecem a necessidade de conduzir intencionalmente a auto-transformação, coordenando e fomentando a investigação científica, mobilizada para servir os projetos de expansão nacional e fazer frente à competição económica internacional. A liberdade académica fica restrita sem direito a escolha relativamente aos temas prescritos nos contratos de financiamento. Na sua perspetiva, qual foi o pensamento de Darcy Ribeiro sobre autonomia universitária?

R: A Autonomia da universidade sempre esteve na reforma constitucional, mas certamente o conceito de autonomia universitária não ficou muito bem definido, no momento que ela é uma instituição, financiada e mantida pelo governo, essa autonomia, esse conceito de autonomia tem limites, quer dizer, ela não pode fazer o que ela quiser com os recursos públicos que lhe são colocados, então muitas vezes as pessoas acham que a universidade pode tudo, que pode fazer o que quiser, não tem que prestar contas a ninguém. Não é bem assim, o conceito é mais no sentido de dar liberdade à universidade de trabalhar nos temas que seus pesquisadores consideram mais importantes, não delimitar fronteiras, “isso aqui pode fazer, isso aqui não pode fazer”, então ela tem autonomia de trabalhar no que ela quiser, quando digo ela, são membros, da equipe docente, os técnicos, os alunos que compõe a universidade, quer dizer, dentro desse conceito, certamente Darcy era um defensor da autonomia universitária, mas essa autonomia absoluta, de não ter que prestar contas a ninguém, eu tenho certeza que o Darcy não ia concordar.

P7- Darcy Ribeiro dizia que as análises sobre a crise da universidade latino-americana eram feitas em função dos dilemas, que se dissolvem em ambiguidades: humanismo-practicismo, cientificismo-profissionalismo, elitismo-massificação, todos esses dilemas eram falácias, uma vez que não propunham opções reais para os problemas da universidade latino-americana. No seu entender qual terá sido a sua contribuição para o debate sobre as Reformas Universitárias do seu tempo?

R: Darcy fez uma outra coisa importante que foi a LDBEN, onde foram estabelecidas uma série de diretrizes, muitas das quais não foram cumpridas em relação ao ensino privado, o Darcy sempre foi um defensor da participação do Estado na formação das pessoas, desde a creche até à pós-graduação, e houve um crescimento do ensino superior privado com uma qualificação do corpo docente muito baixa, está melhorando gradativamente, mas não está como ele pensava.

Ele queria que para ser universidade tinha que ter pesquisa, tinha que ter tempo integral, tinha que ter muitos doutores e isso não é o que ocorre. Infelizmente o que vemos até hoje é que as universidades privadas é que são os grandes colégios de ensino de terceiro grau.

P8- A UENF foi a primeira universidade brasileira a exigir o grau de Doutor a todos os seus docentes, estabelecendo, desse modo, o parâmetro mínimo exigido para a constituição do corpo docente de modo a assegurar um padrão de excelência. De acordo com esta afirmação, qual acha que era a importância que Darcy Ribeiro atribuía à universidade enquanto formadora de cientistas?

R: Nessa universidade, o Darcy, inclusive no primeiro momento, pensava numa universidade de pós-graduação. Nas primeiras discussões, era uma universidade que não contemplava o ensino de graduação, era um modelo tipo universidade de Rockefeller em Nova Iorque. Entravam lá pessoas formadas que iam trabalhar nas áreas da saúde, área biológica, na área da agricultura, na área das engenharias, do petróleo etc., mas tudo para fazer já pesquisa, eram centros universitários de pesquisa, oferecendo cursos de pós-graduação. Durante as discussões, sobretudo ao longo de 1992, ficou claro que isso não teria uma sustentação política, isso pode funcionar muito bem em outros países, mas aqui no Brasil, se a universidade não tiver aluno de graduação ela pode ficar frágil do ponto de vista de sua continuidade.

E hoje eu tenho a certeza que se nós não tivéssemos alunos de graduação, e só professores e alunos de pós-graduação, ela poderia ter-se encerrado durante o governo de Marcelo Alencar. Era muito simples, bastaria um ato do governador transferindo os professores, aliás ainda não tinha nem professores concursados, eram professores celetistas, a única coisa que nós tínhamos de mais sólido eram os alunos de pós-graduação, que poderiam ser transferidos para a UERJ. Então essa mudança do modelo inicial de pós-graduação, para também introduzir a graduação, foi extremamente importante para dar robustez à universidade e torná-la um projeto irreversível.

P9- Darcy Ribeiro acreditava que boa parte dos problemas do sistema educacional brasileiro se devia ao modelo de universidade vigente, conservador e descomprometido com a sociedade. De entre os seus projetos pedagógicos qual considera que terá obtido maior sucesso?

R: No ensino geral, a ideia que Darcy perseguiu muito, que vem antes dele do Anísio Teixeira, é a questão do tempo integral da escola, isso para o ensino básico. Era uma luta muito grande de Darcy, que dizia que o ensino não deveria ter apenas as matérias curriculares, mas que para as crianças deveria ter

também a parte literária, a parte musical, a parte lúdica, que isso era extremamente importante para poder dar uma solidez à formação da criança, isso no ensino básico. E no campo do ensino superior foi a questão da pesquisa e da pós-graduação, como algo absolutamente necessário para se ter uma universidade comprometida com a atividade de pesquisa.

P10- Em 1961, Darcy Ribeiro foi o principal mentor da criação da UnB. Vinte anos depois, em 1993, protagoniza a criação da UENF. Na sua ótica, se Darcy Ribeiro estivesse vivo, que diria ele sobre a atual estrutura e funcionamento da UnB e da UENF?

R: Em relação à UENF, algumas coisas certamente ele não gostaria, por exemplo, foi retirando nas reformas que vão acontecendo, porque quando a pessoa cria estabelece uma séria de condicionantes. Hoje em relação à UENF eu faço duas críticas: primeiro foi retirada a possibilidade do reitor ser de fora da instituição, porque Darcy dava muita importância, achava que o reitor deveria ser uma grande liderança acadêmica, respeitado nacional e internacionalmente, para dar o tom na instituição, que está pensando para a frente, e isso muitas vezes a universidade pode não ter nos seus quadros pessoas com essa característica ou, podem ter e, essas pessoas não aceitam participar de coisas administrativas. Isso foi retirado em uma das reformas da UENF, que foi uma decisão majoritária dos seus professores, a universidade tem autonomia para fazer isso, mas certamente que o Darcy faria uma crítica em relação a isso, que faz com que a reitoria deve ser ocupada por um professor da universidade. Outro ponto em que certamente o Darcy seria contra, é aquele em que qualquer um pode ser chefe de laboratório, diretor do centro.

O Darcy dizia que na estrutura administrativa, os cargos deveriam ser ocupados pelas maiores lideranças acadêmicas, desde o reitor, a quem dirige o centro, a quem dirige o laboratório. Depois passou a ser um sistema de votação e nem sempre é a maior liderança científica de um determinado laboratório, de um determinado centro, que é a pessoa que dirige aquele centro, então houve uma inversão da liderança acadêmica para uma liderança puramente administrativa, isso não é bom, mas foi uma decisão dos professores e a universidade é isso mesmo.

P11- Darcy Ribeiro exerceu grande influência no meio político e acadêmico brasileiro aquando da criação da Universidade de Brasília - UnB e da Universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Do seu conhecimento sobre este assunto, que esperava Darcy Ribeiro obter com a criação de uma nova universidade com as características da UnB e da UENF e qual terá sido o maior desafio que ele enfrentou no momento da criação de ambas as universidades?

R: Sempre que você vai criar coisas novas, tem dificuldades, às vezes as pessoas concordam com o conceito, com a ideia, mas quando chega na hora prática de fazer, aí vem as despesas e isso obviamente cria limitações, não pode isso, não pode aquilo.

No caso da UENF, o qual eu acompanhei mais, nós gostaríamos de ter tido muito mais professores já no início da universidade, gostaríamos de ter tido muito mais espaço físico para acomodar os professores nos laboratórios. Então foram se encontrando as dificuldades da burocracia da universidade brasileira, agora, apesar de tudo, o projeto teve êxito, hoje a UENF está aí, e por todos os dados publicados, está entre as 15 melhores universidades brasileiras, tem indicador, publicação de tese, iniciação científica, ela está entre as melhores instituições e para quem tem 17 anos, ela é de 1993, então temos aí 17 anos de existência, e ultrapassou instituições que têm mais de 30, 40 anos, então acho que o modelo foi um sucesso, poderia estar muito melhor, mas na vida as coisas são assim.

P12- Darcy Ribeiro acreditava que a construção de uma sociedade mais justa e igualitária se obtinha, nomeadamente, através da participação da Universidade na sociedade. Na sua opinião, qual foi o contributo que o pensamento educacional de Darcy Ribeiro trouxe para a evolução da educação superior no Brasil? Na sua perspectiva qual terá sido o seu legado?

R: O maior legado de Darcy Ribeiro, foi defender a questão do tempo integral nas universidades, foi extremamente importante. Participar do ensino superior não era um “bico”, a pessoa que fazia uma série de coisas, e chegava lá ia dar aulas, as aulas eram mais um conjunto de atividades.

Ele defendia que o professor estivesse na universidade o tempo todo e que todo o professor também exercesse a atividade de pesquisa, exercesse a criatividade

e isso não teve tanto na UnB. No caso da UENF, ele defendia uma pesquisa comprometida com o desenvolvimento económico do local onde a universidade estava inserida, por isso ele deu muita ênfase ao setor agropecuário, ao setor do petróleo. Ele pensava em uma engenharia que estivesse voltada para mudar um pouco as características da região em termos de sua produtividade, na área da cerâmica, por exemplo, e na área biológica ele defendeu uma biotecnologia forte, porque ele já via que uma biotecnologia ia transformar a área biológica, em termo de produtos, novos medicamentos, etc.

Então uma diferença entre a UnB e a UENF, é que a UnB nasceu, foi criada, como uma universidade de pesquisa em seu sentido amplo, enquanto para a UENF ele já pensou numa pesquisa voltada para o desenvolvimento regional, até porque uma estava na capital da República, então tem que pensar em tudo, todos os conhecimentos, e a outra estava numa região rica do ponto de vista das reserva de minerais e de petróleo, mas pobre do ponto de vista econômico, era uma das regiões mais pobres do Estado do Rio de Janeiro.

P13- Acreditamos que, no final desta entrevista sobre o projeto educacional de Darcy Ribeiro, muitas questões ficaram por abordar! Em sua opinião, que assuntos e matérias não foram tratados e que, por serem pertinentes, deveriam constar deste roteiro de perguntas?

R: Do projeto da UENF, o que existia na constituição, que apontava que a UENF não deveria ser só em Campos, tinha que estar também em Itaperuna, Pádua, Itaocara e pela questão do petróleo, embora não estivesse na constituição, verificou que o petróleo, ainda que se fale da bacia de Campos, mas toda a infraestrutura mais pesada da Petrobrás, estava em Macaé, daí a decisão de se fazer a engenharia de exploração de petróleo em Macaé, e esse ponto da expansão da universidade pela região norte e noroeste não aconteceu. A UENF até hoje não tem nada firme em termos de oferecimento de cursos, nem Itaperuna, nem em Pádua, quer dizer, não ultrapassa Campos e Macaé.

Uma das últimas tentativas, quando eu estava na na Secretaria de Ciência e Tecnologia, ainda no governo da Rosinha, fui oferecer um conjunto de vagas para novos cursos que permitisse a abertura do campus de Itaperuna. As vagas foram alocadas, mas isso não aconteceu até ao momento, já vai completar quatro anos que eu saí e nada de novo aconteceu do ponto de vista da expansão

da universidade para fora. Tem projetos de pesquisa em Itaocara, que certamente tem algumas coisas ou em Itaperuna, mas não tem campus da universidade nessas cidades, então isso é algo que não aconteceu, embora isso esteja lá na Constituição do Estado. O Darcy queria cumprir a Constituição, disse que primeiro consolidar aqui na cidade de Campos, para depois crescer, foi consolidado na cidade de Campos, mas os novos cursos que foram surgindo depois, embora pensados para Itaperuna e Pádua, não avançaram.

14- Professor, e o que foi ao certo pensado em relação aos cursos para Campos?

R: Quando eu e o Darcy começamos a pensar que cursos oferecer, verificou-se que não havia necessidade de oferecer cursos que já existiam na cidade, e que os cursos eram bons, tinha a faculdade de Direito tradicional de Campos, a Faculdade de Medicina, até se tentou, numa certa fase inicial em relação à Faculdade de Medicina, inclusive eu participei de reuniões, incorporar a Faculdade de Medicina na UENF, mas não foi possível, porque a Faculdade de Medicina já era uma faculdade vinculada a uma fundação, a Fundação Benedito Pereira Nunes. Então era muito complicado fazer essa fusão, porque a UENF exigia professores com doutorado e naquele momento não tinha nenhum doutor, professor da Faculdade de Medicina em tempo integral. A Faculdade de Medicina era cheia de médicos, que tinham seu sucesso profissional, não iam deixar de exercer atividade particular em suas clínicas para se dedicar a tempo integral à universidade. Então tudo isso foi fazendo com que se tornasse impossível essa incorporação, e o mesmo se aplica à faculdade de de Direito, embora eu não tenha participado de nenhuma reunião em relação à faculdade de Direito. Embora todas elas tenham apoiado a criação da UENF, todas apoiaram e hoje tem colaboração, por exemplo, uma das últimas coisa que eu anda apoiei quando estava na Secretaria de Ciência e Tecnologia, foi a instalação de um núcleo de biologia molecular da UENF, que fica dentro do Hospital Álvaro Alvim, dirigido pelo professor Henrique Medina, e que eu saiba está indo muito bem, tem uma boa integração.

IB- Professor Wanderley, obrigada por ter compartilhado comigo sua vivência com o Professor Darcy Ribeiro, seu testemunho é muito importante para o sucesso de minha tese de doutorado, Obrigada.

WS- Isabela, eu fico muito contente por poder contribuir para seu trabalho sobre o Darcy, espero que meus pensamentos e partilha de experiências possam te ajudar.

ANEXO IV

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

Nome: Professora Doutora Lia Faria

Cargo e Função Atual: Professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Data e Local da entrevista: 01/09/2010, UERJ

ENTREVISTA - Roteiro de Perguntas:

P1- Professora, como conheceu o antropólogo e educador Darcy Ribeiro?

R: Eu conheci o Darcy Ribeiro em outubro de 83 no encontro de Mendes, que foi considerado o principal encontro de professores do Estado do Rio de Janeiro, professores do município e do Estado. Eu saí da Região Serrana, morava em Friburgo e eu conheci o Darcy naquela ocasião. Nunca tinha visto o Darcy, e em público, e ele após a minha fala me convidou para trabalhar no primeiro programa especial da educação. Aí eu digo, que depois eu nunca mais fui a mesma normal, minha vida virou uma loucura e eu trabalhei com Darcy até ele morrer, foram 13 ou 14 anos. E hoje eu tenho um grupo de pesquisa há já 10 anos que trabalha fundamentalmente o pensamento de Darcy Ribeiro, o pensamento do trabalhismo em relação à escola pública, então, na verdade, ele continua vivo após a morte como era dos pedidos dele.

P2- A Professora esteve envolvida com o projeto político pedagógico dele?

R: Mais especialmente nos CIEPs, os Centros Integrados de Educação Pública, que ele criou de uma instância que cuidava de todo o treinamento de pessoal, o CPTP e eu era a coordenadora eu cuidava mais aproximadamente da questão dos professores, mas envolvia, é claro, todos os outros profissionais, também tinha o grupo da saúde e da cultura porque era um projeto inspirado nessas três políticas públicas, educação, cultura e saúde, era uma visão interdisciplinar, multidisciplinar que Darcy já tinha naquela época, até uma visão multicultural, que hoje os sistemas estão muito em voga, e no então, naquele início dos anos 80, eu diria que a proposta político pedagógica, era interdisciplina, ela era multidisciplinar, ela era multicultural, quando nada disso estava em moda. Inclusive o Darcy é o primeiro que vai trazer a Emília Ferreiro ao Brasil, aquela argentina famosíssima, badaladíssima, sobre alfabetização, na verdade quem

descobre Emília Ferreiro foi Darcy e as equipes que ele formou, porque ele escolheu as pessoas que quiseram se entregar de forma apaixonada ao projeto nas mais diversas áreas.

P3- Qual foi a intervenção de Darcy no Sistema de Educação Superior brasileiro?

R: Ele tinha muito claro para ele, qual seria a natureza e a função de uma universidade pública, não só no Brasil, mas em toda a América Latina. Ele recebeu uma influência imensa de Anísio Teixeira, ele sempre proclamou isso, ele sempre se disse um discípulo de Anísio, e outra pessoa que influenciou muito Darcy, embora a literatura fale pouco, é a Maria Yeda Leite Linhares, que é viva até hoje e está com quase 90 anos. A Maria Yeda foi amiga de Darcy, mais de 50 anos, uma vida inteira, de certa forma eles sempre competiram, eram duas pessoas muito inteligentes, brilhantes, eles dois com Anísio, eram da Faculdade Nacional de Filosofia, e Anísio e Maria Yeda, tinham uma grande preocupação com as licenciaturas com a formação de professores, em particular, com a professores de formação de história, porque para Anísio e Maria Yeda, a figura do professores de história teria um papel muito importante dentro da visão de nação, e Estado brasileiro que se tinha naquela época. Ele era muito nacionalista, ela muito utópica e romântica, então eles faziam parte desse grupo, eu tenho trabalhos sobre a Maria Yeda, que recupera um pouco esse mundo da época de Maria Yeda, da época de Darcy. Eles tinham mais ou menos a mesma idade e eles vêm dessa função da universidade brasileira junto com Anísio, a visão deles era nacionalista, romântica, de uma universidade ao serviço da população, embora tenha uma contradição porque era ao mesmo tempo ainda, uma universidade bastante elitista. Se você for considerar o acesso à universidade, era ainda uma universidade para muito poucos. O que eles mais defendiam era uma universidade pública, laica, gratuita, e ao serviço da nação, isso era importante, que servisse o país, num projeto nacionalista de um Brasil autônomo.

Eu falo de uma geração, na geração do Anísio, que era um pouco mais velho, a geração da Maria Yeda, a geração de Leito Lopes, me parece que é um conjunto de cientistas sociais aos quais o Darcy Ribeiro se afilia.

P4- As universidades mais avançadas reconhecem a necessidade de conduzir intencionalmente a auto-transformação, coordenando e fomentando a investigação científica, mobilizada para servir os projetos de expansão nacional e fazer frente à competição económica internacional. A liberdade académica fica restrita sem direito a escolha relativamente aos temas prescritos nos contratos de financiamento. Na sua perspetiva, qual foi o pensamento de Darcy Ribeiro sobre autonomia universitária?

R: Há uma grande preocupação com a influência daqueles contratos do MEC/USAID, com a influência dos EUA. A minha Tese de doutorado, que é sobre a ideologia e utopias dos anos 60, aborda qual era o projeto de Reforma Universitária que a União Nacional dos Estudantes pretendia. Aborda, também, a preocupação que havia contra a infiltração dos americanos.

P5- As universidades mais avançadas reconhecem a necessidade de conduzir intencionalmente a auto-transformação, coordenando e fomentando a investigação científica, mobilizada para servir os projetos de expansão nacional e fazer frente à competição económica internacional. A liberdade académica fica restrita sem direito a escolha relativamente aos temas prescritos nos contratos de financiamento. Na sua perspetiva, qual foi o pensamento de Darcy Ribeiro sobre autonomia universitária?

R: A Autonomia Universitária está associada à questão económica, à diferença dos anos 60. A verdade é que eles não conseguem pensar universidade dissociada de um projeto de nação. A universidade estaria ao serviço da nação. O livro *A universidade necessária* é muito importante para ver como é que essa ideia vai ser construída pelo Darcy no exílio e como ele dá continuidade a essa ideia e como estará, ou não, na UENF.

P6- Darcy Ribeiro dizia que as análises sobre a crise da universidade latino-americana eram feitas em função dos dilemas, que se dissolvem em ambiguidades: humanismo-practicismo, cientificismo-profissionalismo, elitismo-massificação, todos esses dilemas eram falácias, uma vez que não propunham opções reais para os problemas da universidade latino-americana. No seu entender qual terá sido a sua contribuição para o debate sobre as Reformas Universitárias do seu tempo?

R: Acredito que o Darcy Ribeiro, enquanto intelectual, enquanto pensador, deixou marcas do seu pensamento, da sua obra, da sua trajetória, que eu

considero importantíssimos para entender o Brasil. Lamentavelmente há poucos estudos sobre o Darcy, nós não sabemos exatamente quem construiu esse personagem do Darcy Ribeiro, como ele foi construído, inclusive, porque não há estudos sobre as duas mulheres mais importantes da vida dele, que foram a mestra Fininha e a Berta Ribeiro. Eu tenho uma teoria, eu acho que a grande figura que forma Darcy Ribeiro como educador se chama mestra Fininha, porque ela alfabetizou uma geração e o Darcy contava isso para a gente, que ele muitas vezes pegou na mão dos meninos para ensinar os meninos a escrever e tudo isso ele aprendeu com a mãe dele, na casa dele, na mesa da casa dele. Ele que diz que não domesticou nem foi domesticado, porque não teve pai, porque ficou órfão criança e também não teve filhos. Na verdade talvez ele tenha transferido essa ausência da figura paterna e essa ausência dos filhos para essa relação que, inconscientemente, ele nem tenha percebido e que ele foi desenvolvendo ao longo a vida toda, dentro de casa com a mãe, que era uma professora, sempre professora, a mestra Fininha, uma grande alfabetizadora. Em uma outra hipótese podemos compreender porque é que o Darcy, em meu ver, diferentemente de tudo que eu conheço de outros educadores e dos outros intelectuais, ele valoriza tanto a questão da alfabetização, nas séries iniciais das crianças. Você não vê isso nos estudos de Anísio, não vê isso no Paulo Freire, você não vê isso em outros intelectuais, muito pouco se refere dessa forma tão aprofundada, tão priorizada como Darcy, a respeito da alfabetização nas séries iniciais. Ele tinha uma grande preocupação de como seríamos capazes de criar escolas públicas competentes, para alfabetizar as crianças, para parar de fabricar analfabetos, porque ele dizia que o Brasil e a escola brasileira, é uma fábrica de analfabetos e nós continuamos fabricando analfabetos. Inclusive ele teve até problemas quando falava da alfabetização de jovens e adultos, ele se irritava, dizia que não queria falar de alfabetização de jovens e adultos, ele chegou um dia a dizer uma frase bem dura - a solução para analfabeto velho era a morte-, ele dizia que “queria parar de fabricar analfabetos que queria alfabetizar as crianças”, quem imprimiu isso nele? Foi mestra Fininha, e onde está isso tudo escrito? Não existe, como nós também não sabemos o impacto da contribuição das ideias da Berta Ribeiro, que era uma antropóloga, que foram riquíssimas, sobre o Darcy enquanto antropólogo, nas obras escritas pelo Darcy e nalgumas assinadas só por ele, sem o nome dela. Outra coisa, ela era poliglota, ela falava e escrevia em vários idiomas e o Darcy só escrevia e lia em português, então até a

possibilidade dele se corresponder e falar com vários cientistas sociais do mundo inteiro nos anos 50 e nos anos 60, foram sempre através da Berta Ribeiro. É preciso reconstruir esse homem Darcy e aí sim, quais as marcas que ele carregou, quais as personagens que ele incorporou para construir a sua personagem.

P7- A UENF foi a primeira universidade brasileira a exigir o grau de Doutor a todos os seus docentes, estabelecendo, desse modo, o parâmetro mínimo exigido para a constituição do corpo docente de modo a assegurar um padrão de excelência. De acordo com esta afirmação, qual acha que era a importância que Darcy Ribeiro atribuía à universidade enquanto formadora de cientistas?

R: A UENF foi uma tentativa de recuperar aquele sonho dos anos 50 e 60, da UnB, que ele não conseguiu e foi derrotado. E aí, nos anos 80 e 90, ele tenta novamente no Estado do Rio de Janeiro recuperar a ideia da UnB, apoiando-se, uma vez mais, em muitas propostas para a UnB. Insisto que não eram propostas só dele, está nos escritos da UnB, ele forma uma comissão e entrega cada área de conhecimento a um grupo. A Maria Yeda Linhares, por exemplo, foi responsável pela Faculdade de História. Acredito que se você entender melhor quem foram essas pessoas e como esse grupo pensava, você vai entender também o que ele replica e trás de volta à UENF. A UENF como é uma memória mais recente, você deveria entrevistar o Professor Wanderley de Souza, porque ele, de fato, foi o braço direito de Darcy, ele é um intelectual, uma pessoa da área médica, mas que na área dele é uma pessoa conceituadíssima, altamente reconhecida no campo do seu conhecimento, e que teve um papel fundamental para a UENF.

P8- Darcy Ribeiro considerava que a universidade tinha carácter ambíguo: “ao mesmo tempo que é agente de transformação social e progresso, também é fator de estratificação social e conservadorismo, surgindo da sociedade e transformando a própria universidade”. Crê que este carácter ambíguo de universidade de que Darcy falava se aplica, atualmente, à UnB ou à UENF?

R: Acredito que a pesquisa do tempo presente, são sempre ciladas porque você vive hoje uma realidade completamente diferente dos anos 50 e 60 e até dos anos 80. Hoje o que existe é um discurso muito grande da lógica do mercado,

da privatização, as universidades privadas cresceram de uma maneira incrível. Provavelmente a UnB e a UENF sofrem de um impacto dessas novas ideologias, dentro de uma lógica, que prevalece hoje, que é hegemônica, do individualismo, do consumismo, o mundo de hoje não tem nada a ver com o mundo de Darcy Ribeiro, e aquele projeto de mundo, de concepção de mundo, aquela visão de mundo de universidade pública foi derrotada. Me parece que tanto a UENF como a UnB, a universidade pública brasileira de uma maneira geral, mas não só a pública brasileira como de toda América Latina, estão sofrendo pressões muito grandes dessa lógica do capital, todo um discurso de autossustentação, todo um discurso para que algumas coisas nas universidades sejam pagas, todo um discurso para que a universidade seja capaz de gerir recursos, para se auto sustentar. Embora no Brasil a matrícula ainda seja gratuita, o que já não ocorre em alguns países da América Latina como por exemplo no Chile em que é paga, você tem riscos nessa suposta gratuidade porque já é aceitável que a universidade cobre por alguns de serviços, por exemplo, cursos *latu sensu*, vários cursos *latu sensu* nas universidades públicas são pagos, alguns com mensalidades altíssimas. Assim, a universidade já não é tão pública quanto ela já o foi, no sentido de gratuidade, ao mesmo tempo que tem a questão das cotas, das políticas de discriminação positiva, quer dizer, é toda essa contradição do processo democrático, de um país com poucos períodos democráticos. Nós vivemos duas ditaduras muito longas, uma de Getúlio e a outra dos militares. Os períodos de democracia que o Brasil teve foram muito pequenos e nossa universidade é muito recente. Enquanto que as universidades na Europa e na própria América Latina, têm muitos mais anos que as nossas, elas têm séculos, a do Brasil é praticamente do século XX. A UERJ está fazendo 60 anos, a UnB e a UENF são muito jovens, qual é então o *know-how*, qual é a tradição histórica que essas universidades têm? Nenhuma! A UnB que nasce na véspera do Golpe Militar, que ficou mais de 20 anos, foi destruída, a UENF nasce com uma outra lógica, a lógica do neoliberalismo, da globalização, da privatização, a meio dos oito anos do Governo de Fernando Henrique Cardoso, aquando de uma onda de privatizações, de um crescimento absurdo do ensino superior privado.

P9- Darcy Ribeiro exerceu grande influência no meio político e acadêmico brasileiro aquando da criação da Universidade de Brasília - UnB e da Universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Do seu

conhecimento sobre este assunto, que esperava Darcy Ribeiro obter com a criação de uma nova universidade com as características da UnB e da UENF e qual terá sido o maior desafio que ele enfrentou no momento da criação de ambas as universidades?

R: São dois momentos diferentes, o da criação da UnB e da UENF. A UENF é criada em momento de redemocratização, momento em que o país se volta a redemocratizar, volta a eleger, como eu digo. Eu acho que é um marco importante criar uma universidade em Campos, criar uma universidade no norte e noroeste que sempre foi abandonado, isso tem um simbolismo importante, que rompe também com esse quadro de muito privilégio, porque a universidade pública é uma certa caixa preta, ainda é um lugar de privilégio para muito poucos. O norte noroeste quer dizer mais longe, mais pobre, mais abandonado, mas desassistido, e nesse sentido acho que a UENF é talvez mais um marco no avanço do que a própria UnB, por toda essa questão da região, do abandono daquelas populações, porque na verdade a UnB era a capital do país, era o Distrito Federal, era todo movimento, era muito dinheiro, era muito recurso, era também um momento de muita euforia dos anos 50 depois da morte do Getúlio. Com Juscelino Kubitschek, que anunciou o seu programa de governo “50 anos de progresso em 5 anos de realizações, com pleno respeito às instituições democráticas”, a ideia era de com um mandato de cinco anos avançar 50 anos, e é nesse ambiente que creio que a UnB foi criada. Por isso não dá para comparar a UnB com a UENF, creio que é muito importante recuperar o cenário político dos anos 50 e 60, de Juscelino Kubitschek, de João Goulart e o cenário político da criação da UENF, do governo de Brizola, que são totalmente diferentes, são momentos de euforia, de redemocratização, é a saída dos militares, vai se votar novamente em um Presidente da República em 1989. Mas são momentos diversos e, principalmente, geograficamente não pode deixar de fazer essa distinção. Uma coisa é você estar no bojo da capital federal, pensando de cinco anos fazer 50, e outra é Campos, que foi sempre abandonada, esquecida, e aí não tem como não reconhecer um papel importantíssimo como o que Anthony Garotinho teve naquele município. Todas as críticas que as pessoas possam ter dele, podem até não gostar dele, mas historicamente, o processo histórico vai mostrar que Garotinho representou um marco importante na história de Campos e na história do Estado, nunca ninguém fez tanto pelo interior como o Anthony Garotinho. Há pessoas que ficam meio malditas.

Darcy Ribeiro é meio maldito no meio das universidades, as pessoas não estudam Darcy, por isso você não sabe nada sobre Darcy. E porque será? Um homem que produziu tanto, que fez tanto, tão inteligente, que não enriqueceu ilicitamente, que não era corrupto, temos que descobrir porque é que esse homem era tão perigoso, onde é que ele mexeu, em que vespeiro ele mexeu que incomodava a tanta gente? Darcy dizia uma coisa muito interessante – só existem dois partidos, um dos que estão satisfeitos com o que está aí e outro dos que não estão satisfeitos, o resto é figuração, só existem dois. Quem está bem, quem está mamando, que tem sua vida resolvida e os que não estão satisfeitos, que se indignam, ou porque também são excluídos.

P10- Darcy Ribeiro preconizava a educação, através de um comprometimento político, a partir de um projeto de nação que se apoiasse também num modelo de universidade que contribuísse para um quadro de justiça social. Considera que Darcy Ribeiro pode ser visto como alguém que estabeleceu o “marco divisório” entre o conceito de ensino superior e de universidade no Brasil?

R: Darcy representou um marco, juntou a fome com a vontade de comer. Ele congregou em torno dele, ele teve esse movimento de gestor porque era um homem público, era um gestor que captava essas ideias de progressistas que estavam no Brasil e na América Latina, e que formava grupos, equipas, comissões, chamou grandes cabeças para cada área, Maria Yeda Linhares, Leite Lopes, faziam parte das pessoas que ajudaram a pensar essa universidade.

P11- Acreditamos que, no final desta entrevista sobre o projeto educacional de Darcy Ribeiro, muitas questões ficaram por abordar! Em sua opinião, que assuntos e matérias não foram tratados e que, por serem pertinentes, deveriam constar deste roteiro de perguntas?

R: Sabemos tão pouco sobre Darcy Ribeiro, porque Darcy Ribeiro ainda se mantém maldito na universidade brasileira. Aqui ninguém dá valor, eu sou a única pessoa aqui dentro que fala de Darcy Ribeiro. O Getúlio foi uma figura amada ou odiada, ficou muito tempo, foi o governante que ficou mais anos e morreu daquela forma como morreu, escândalo e suicídio. Então, no fundo a associação da figura do Darcy a Brizola, para o meio intelectual, foi desmerecedora, havia um anti brizolismo muito grande na academia e na

intelectualidade. Depois nos anos 80, com o nascimento do Partido do Trabalhador e o aparecimento dessa figura muito forte, o Lula da Silva, aquele antigo trabalhismo começa a ser apagado, primeiro pelo próprio Fernando Henrique Cardoso que repetidas vezes diz vamos apagar a era trabalhista, a era getulista, por um lado, tem todo aquele discurso de apagar a memória social do Getúlio, com um objetivo claro, ele queria privatizar, tirar direito do trabalhador, então talvez o lado bom do Getúlio é que incomodasse e ele precisava apagar isso, por outro lado, o PT para se firmar, o PDT, o Darcy e o Brizola atrapalham, porque o PT e o PDT disputavam o mesmo eleitorado, então para o PT crescer ele tinha que destruir o PDT. A partir dos anos 80 é a fúria dos meios de comunicação, é a mídia, imagética, a televisão, a imagem, e o Brizola cai numa cilada, de declarar guerra a Roberto Marinho, então você tem a TV Globo contra você, você tem o PT contra você e você tem a academia contra você. São três adversários muito poderosos, e os três foram adversários do Brizola, do Darcy e do PDT. A TV Globo, a mídia de uma maneira geral os meios intelectuais acadêmicos que se sentiam pouco valorizados, achavam que o Darcy era muito vaidoso, e por outro lado, essa visão que começa no fim dos anos 80 e 90, do Banco Mundial, do FMI, que é toda a lógica do salve-se quem puder, a lógica do mercado, isso não tem nada a ver com aquela visão romântica nacionalista que o Darcy tinha. Darcy podia ter muitos defeitos, mas nunca roubou, nunca se meteu em corrupção, ele tinha um profundo respeito pelo dinheiro público, isso no Darcy era um defeito, para muitas pessoas, inclusive que se diziam de esquerda, porque eu vivi isso, eu vi isso, ninguém me contou, ele atrapalhava os negócios, as negociatas, o balcão de negócios. O Darcy era uma pessoa rigorosíssima no trato do dinheiro público, isso certamente fez ele perder muitos aliados, inclusive na esquerda, porque não só ele não roubava como também não deixava roubar. É duro dizer isso, mas isso não me contaram, eu vi isso, eu vi algumas vezes e vi como gestora, porque eu também fui gestora, é um defeito seríssimo no Brasil, ser honesto, você ficar na frente da turma que tem o poder, que se mantém no poder sempre, eles mudam de partidos de partido, eles mudam de lado, eles se associam nas eleições, mas eles estão sempre no poder, você vê uma família, um clã do Sarney, Jader Barbalho, Collor, Malufe, ele se multiplicam, filhos, sobrinhos, netos, cabos eleitorais, e o Darcy Ribeiro certamente, não se interessava por esse tipo de Brasil. O Darcy tinha imensa fé no Brasil, para mim é uma das marcas mais poderosas do Darcy, ele era

brasileiro, ele era um nacionalista utópico, ele acreditava profundamente nas utopias, ele vem de uma geração muito mais romântica, mais desbravadora, as pessoas antigamente sonhavam muito mais do que sonham hoje em dia. A lógica hoje é pragmática, individualista é o sucesso a qualquer preço, são os bens materiais, se você tem grana e anda bem vestido, você é bem recebido em qualquer lugar.

IB- Professora, já não tenho mais perguntas para a Senhora, quero-lhe agradecer ter dispensado seu tempo precioso comigo, e dizer-lhe que minha tese ficará mais rica com seus contributos.

LF- Que nada Isabela, é sempre um prazer conversar com você e especialmente sobre um tema tão interessante como esse de sua tese de doutorado.

ANEXO V

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

Nome: Professor Cândido Alberto da Costa Gomes Alberto da Costa Gomes

Cargo e Função Atual: Aposentado da Assessoria do Senado Federal

Data e Local da entrevista: 21/10/2011, Brasília

ENTREVISTA - Roteiro de Perguntas:

P1- Professor, como conheceu o antropólogo e educador Darcy Ribeiro?

R: Eu conheci Darcy pessoalmente em 1990 quando ele participou de um evento da Comissão de Educação do Senado, que era presidida então pelo Senador João Calmon, esse foi o ano internacional da alfabetização e então o Senador Calmon, que era embaixador honorário da UNESCO em combinação com o IPEA, fez um evento a respeito da qualidade do Ensino Fundamental, do ensino básico, como saiu na capa do livro e um dos temas debatidos foi exatamente a extensão da jornada escolar, e nós então reunimos vários pesquisadores e chamamos então a Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro e o Senador Darcy Ribeiro, para em dias diferentes do evento abordar a questão dos CIEPs, que não foi a única experiência de aumento da jornada escolar. E então o Senador lá esteve, ele não era, aliás, Senador, estava sem cargo eletivo, mas estava fazendo a campanha. Então, em fevereiro de noventa e um ele assumiu o mandato e foi então que na qualidade de assessor legislativo concursado do corpo técnico permanente do Senador Federal, meus colegas e eu fomos chamados a trabalhar com ele no projeto da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, que era um dos alvos que ele tinha em relação ao seu trabalho como Senador.

P2- Professor, eu li umas correspondências em que ele convidava o Senhor para ir para a UENF. Sobre o Ensino Superior, o Senhor teve alguma participação com ele?

R: Tive, ele estava fundando a UENF em cumprimento de um dispositivo da Constituição do RJ e ele verbalmente, e por escrito, me convidou para ir à UENF fazer uma assessoria à Universidade. Eu realmente estive lá várias vezes, inclusive depois do falecimento dele. E a questão começou porque o Darcy era um grande admirador da educação à distância, e ele queria que a universidade

não apenas oferecesse cursos presenciais mas que ingressasse de uma maneira mais intensa na educação à distância. Então ele me pediu, primeira questão: Como resolver isso? Já que naquela época a LDB não estava em vigência. Aí ele me perguntou isso e a alternativa que havia na época era considerar como um projeto experimental nos termos da primeira Lei de Diretrizes e Bases, a Lei 4024, de 20 de dezembro de 61. Havia um dispositivo sobre projetos experimentais que poderiam ser autorizados e no caso, cabia ao Conselho de Educação do Estado do Rio de Janeiro dar essa permissão. Então, ele a partir daí foi-me consultando várias vezes a respeito do projeto e me pediu, inclusive, que fizesse um estudo comparativo de três experiências de educação à distância, isso foi em 1993 que foram a Universidade Nacional de Educação à Distância da Espanha, a Universidade Aberta de Portugal e a Universidade Aberta do Reino Unido, e a condensação desse trabalho, desse relatório foi publicada na revista da Universidade que se intitulava a universidade do terceiro milênio. Então fizemos estudos abrangendo desde aspectos legais e regulamentares até aspectos pedagógicos, materiais, custos, financiamentos e assim por diante.

P3- Professor, eu gostaria que o Senhor falasse de Darcy Ribeiro, da formação dele. Quando se fala em Darcy Ribeiro se fala em antropólogo, de onde surge então a formação de educador?

R: A formação de educador, ele adquiriu na prática e foi com um grande mestre da educação brasileira sempre lembrado por ele nas nossas conversas que foi o Anísio Teixeira. Então ele trabalhou com o Anísio Teixeira, claro que eram pessoas de formação e temperamentos diferentes, de vez em quando se alfinetavam. Ele publicou um artigo na revista do seu gabinete, o título era “Dr. Anísio”, em que ele reproduz uma fala do então Diretor Geral do INEP em que dizia que o Darcy tinha a facilidade para a incidência de tomar decisões. O Anísio demorava a decidir e se colocava diante de uma encruzilhada, refletia e demorava a se decidir. O Darcy que já tinha experiência política, o Anísio também mas o Darcy já desde antes tinha uma grande experiência política como ativista e depois como membro do Partido Comunista Brasileiro quando estava em São Paulo, pensava mas logo depois sabia que havia um tempo para tomar a decisão, e então eles de certa forma se ironizavam, cada um no seu ponto de vista. Mas tem razão Helena Bomeny quando diz que o Darcy foi o último

expoente da Escola Nova no Brasil, ou seja, realmente a formação dele, com base nas ciências sociais foi uma formação muito rica, no sentido de compreender a cultura e a sociedade, e quando ele veio do interior do Brasil depois de uma série de pesquisas antropológicas para defender, inclusive, os próprios índios, ele via que era necessária uma ação política. Ele considerava que o cientista precisava também agir e agir politicamente, então ele volta pro Rio e vai ser o vice do Anísio Teixeira no INEP e tinha uma área de estudos muito importante, inclusive a antropologia que foi o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, o grupo que estava alinhado em torno da revista “Educação e Ciências Sociais”, então naquela convivência, especialmente com Anísio, com os educadores, o Darcy aprendeu muita coisa na prática e o importante é que na formação que ele teve na escola, na experiência universitária foi uma situação estranha porque a família queria que ele estudasse medicina e ele foi, mas assistia mais às aulas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do que em medicina. Daí ele na Escola Livre de Sociologia e Política chegou a aprender a investigar outras áreas em profundidade, então valendo-se disso ele realmente mergulhou na educação e os CIEPs de certa forma, foram uma realização reinterpretada do ideal de Anísio. Porque a concepção que estar por baixo dos CIEPs, do plano de educação do Distrito Federal, que na educação básica ficou a cargo de Anísio, enquanto que a Universidade de Brasília ficou a cargo do Darcy, o que está por trás dos CIEPs é uma proposta integral da Escola Nova, reinterpretada e expandida, porque Anísio fez uma coisa que não incomodava muito os espíritos, ele criou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro na periferia de Salvador mas não tinha recursos para expandir aquela experiência, então era uma experiência muito bonita, inspiradora mas não incomodava basicamente os interesses políticos, sociais e mesmo educacionais porque era uma espécie de vitrina da educação da Bahia. O Anísio aprendeu que nos Estados Unidos, na Columbia, a experimentação é muito importante, então ele acreditava com muita razão na escola experimental que ele viveu, ele passava longo tempo na escola elementar, Abraham Lincoln, que era uma escola experimental dentro de Columbia, e lá ele via a aplicação daquelas teorias. E então ele sabia que não tendo recursos para uma escola de tempo integral em um tempo que grande parte do Brasil, especialmente a população privilegiada, tinha uma jornada letiva de cerca de três horas, eu mesmo estudei no chamado turno da fome quando era menino durante um

período, era um turno horroroso. Ele sabia que não havia condições naquele momento de fazer uma escola em educação integral para todos, então ele fixava o farol. Está é a proposta pedagógica, funciona, não é para os ricos somente, é para a população em geral mas especialmente para a periferia de Salvador, por isso que o centro ficou lá e o Darcy tinha essa crença no poder redentor da educação, era uma convicção racional e ao mesmo tempo uma profunda crença e paixão e então quando ele assumiu o cargo de Secretário de Cultura, ele convenceu Brizola de que o PDT deveria realizar uma grande proposta educacional. Nessa época, conforme nós sabemos, o crime organizado já estava praticamente estabelecido no Rio de Janeiro, os dois Darcy e Brizola, acreditavam na redenção pela educação, daí ele reinterpretou por meio de um processo participativo a proposta da Escola Nova, uma parte da esquerda e da direita do Brasil diziam que os CIEPs eram somente arquitetura, não tinha proposta pedagógica nenhuma, o que é uma mentira. A verdade é que foi editado uma obra que é um projeto que foi feito de uma forma participativa, de certa forma, na medida em que houve uma consulta aos Professores desde a base até à famosa reunião de Mendes, que então foram tomadas determinadas decisões a respeito da política educacional do Estado do Rio de Janeiro, e é claro que os CIEPs criaram uma dificuldade muito grande na medida em que constituíram um sistema paralelo, eles ficaram em uma situação muito difícil em termos de sustentabilidade, porque quando o Brizola não conseguiu brecha houve eleição e Darcy foi candidato, mas não conseguiu a eleição, e então sem sustentabilidade, sendo assim uma espécie de sistema incrustado em sistema, ele dependia de verbas, que precisava de uma decisão enérgica do executivo. Então ele se torna, nas suas fraturas expostas, dos CIEPs que foram feitos num ritmo acelerado, que aliás foi o ritmo do Brasil que o próprio Darcy viveu com Niemeyer, quando aconteceu a interrupção políticas dos CIEPs, então ele enfrentou um processo de reconversão, eu diria delicadamente.

P4- Darcy Ribeiro preconizava a educação através de comprometimento político a partir de um projeto de nação que se apoiasse também no modelo de universidade e que contribuísse para um quadro de justiça social. Considerando Darcy Ribeiro, ele pode ser visto como alguém que estabeleceu o marco divisório entre o conceito de ensino superior e de universidade brasileira?

R: Vou ter que dizer umas coisas dolorosas a respeito da UENF, mas começando pela UnB. A UnB é que teve, naturalmente, a inspiração e a contribuição de Anísio Teixeira e de outros educadores. Darcy era uma líder carismático, acreditava muito nas suas ideias, mas da minha experiência posso dizer que ele ouvia muito as pessoas. Fiquei, inclusive, com um certo receio porque eu não tinha nenhuma vinculação política, e considerei que não podia ter afiliação a nenhum partido, na medida que eu era um assessor legislativo, concursado, do corpo técnico independente, mas eu fiquei com um certo receio da fama de Darcy quando minha colega e eu fomos lá ao gabinete dele discutir as propostas da LDB. Aliás, só havia uma que era da Câmara dos Deputados, a Maria do Céu Jurema e eu ficamos com um certo receio, dizem por aí que o homem só se ouvia a si próprio e que era intransigente. Mas nada disso aconteceu conosco, quando chegamos lá ele nos deixou inteiramente à vontade e nós dissemos tudo o que precisávamos e percebi que quando, salvo em determinados pontos de teimosia como foi o caso dos ginásios populares no projeto de Lei 62/92, o Darcy abria mão de pontos de vista estabelecidos, quando apresentávamos uma fundamentação adequada, então o problema dele era argumento de boa qualidade, então claro, nós chegamos lá e dizíamos, “Senador, é inconstitucional, por isso e por isto...”. Acabava o assunto na hora, matava o assunto na hora, ou então as experiências de educação vão neste sentido internacionalmente, então tá certo, há evidências que não dá certo, deixamos, mas só a questão de ajuda a prejudicar muito o projeto de Lei 5692/71 foi a tal concepção do ensino fundamental com cinco mais dois, o que recuaria a obrigatoriedade de oito para cinco, que Darcy considerava inviável, do ponto de vista econômico e financeiro, e realmente naquele momento tinha uma certa razão e aí eu fiz o papel de padre confessor, que ouvia o Darcy e ouvia outros Senadores dizerem que aquilo era impossível e eu naturalmente não podia revelar nomes nem nada, nem posições, mas chegamos a fazer um estudo, não sei se por acaso foi salvo lá no gabinete do Senado. Um estudo de educação comparada, mostrando as tendências da duração da obrigatoriedade escolar ao nível primário, desaconselhava fazer isso porque os Senadores vinham dizer que certamente com um certo endereço, principalmente o João Calmom que dizia “Cândido Alberto da Costa Gomes, isso não vi, isso aqui não pode, estamos aqui há oito anos, já se passaram mais de 10 anos da Lei 5692, não dá para recuar para cinco anos, essa ideia do Darcy é perigosa”, e eles lá tinham razão, porque

esse foi o *outdoor* da crítica, “o Darcy quer liquidar a educação brasileira, ele quer reduzir a obrigatoriedade, isso é um retrocesso e assim por diante”. Claro que havia pontos muito mais importantes na Lei, mas esse era sem dúvida o mais relevante para ele. O Darcy, tinha certa razão na medida em que havia problemas reconhecidos internacionalmente, de que a grande trave da educação brasileira era o ensino fundamental, ao ponto de discutirmos, numa reunião internacional em 1991 no Rio de Janeiro e patrocinada por diversos órgãos, mas que chegou a um consenso, que o fluxo de alunos não avançava, não por conta das desistências, mas da retenção dos alunos no Ensino Fundamental. Eu me lembro que no último dia nós concluimos que não se deveria discutir o ensino de 2º grau sem primeiro discutir o ensino de 1º grau, que era caracterizado, e até certo ponto também ainda hoje, por uma alta retenção dos alunos, que era considerada estatisticamente como uma questão de evasão e que Felipe Flether, comparando os dados do IBGE com os do MEC, pela primeira vez num estudo profundo, verificou que o problema não era a desistência, muito pelo contrário os garotos ficavam na escola e repetiam, não sei quantas vezes, até dizer chega, e então ficava claro que a escola era inapropriada para eles. Voltando à educação superior, na verdade a UnB foi uma concepção muito revolucionária, baseada em Alexander von Humboldt, do projeto da Universidade de Berlim, é esse o papel do “minhocão” - formar uma pessoa de certa forma universal, que tivesse uma base nas diversas ciências, na filosofia, esse seria o coração da universidade e era mais uma tentativa de fazê-lo e de formar realmente uma elite intelectual muito mais refinada que, tanto para o Anísio e para o plano da UnB, se começaria a implantar na UnB, do doutorado para o mestrado, do mestrado para a graduação, o que não foi possível. Mas o que está por detrás disto é que primeiro a UDF, fundada por Anísio no então Distrito Federal, foi desativada, a USP não conseguiu fazer isso com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e por outro lado esta era uma oportunidade de passar o Brasil a limpo, ou seja, passaria a limpo no sentido de evitar, aqui a todo o custo, os erros praticados pelo velho Brasil e de fazer propostas que seriam os faróis para o presente e para o futuro. Então essa concepção foi tão revolucionária que graças a isso, em grande parte, o Darcy sobreviveu no exílio, porque ele era contratado para propor universidade. Passando agora à UENF, apesar de polifacetado de uma personalidade riquíssima, o Darcy era muito mais um criador do que um implementador de rotina, ele tinha uma certa impaciência com as rotinas e com

a burocracia, e precisava de pessoas que ancorassem a implantação. Teve algumas dessas pessoas, agora no caso da UENF, o Darcy fez isso numa época em que havia dificuldade de recursos e a extensão do plano dele não se concretizou. Ele pensava uma nova universidade que inclusive se preocupasse mais com o trabalho e guardou, especialmente na formação de educadores, uma série de ideias, guardou e procurou implantar uma série de ideias da Escola Nova, que ele havia aprendido e que tinha convicção de que eram as melhores. Mas o Darcy contou com problemas de falta de recursos financeiros, a economia do Estado do Rio de Janeiro não estava relativamente muito bem, a economia brasileira também não. Primeiro uma grande inflação, depois um plano real que evidentemente deu um desafogo, eliminou o imposto inflacionário, teve uma série de efeitos virtuosos e imediatos, mas que exigia uma racionalidade muito grande nas finanças públicas. Depois para consolidar isso veio a Lei da Responsabilidade Fiscal e para agravar isso novamente o Brizola, que depois do segundo mandato no Estado do Rio, não conseguiu a reeleição. O Darcy foi homenageado com o título de Chanceler da UENF, pelo candidato da oposição, uma vez feito governador, mas o Darcy solicitava recursos e tinha dificuldades em ser atendido, especialmente por causa da equipe econômica estadual do próprio governo Brizola que tinha lá suas contenções e, talvez, por via das pessoas que tratam das finanças públicas que se calhar achavam, e repito se calhar, que as ideias de Darcy para a UENF eram de grande eloquência e que não valia a pena desembolsar tanto recurso e tão rapidamente para fazer a UENF. Então eu diria que em primeiro lugar a universidade era pobre em termos relativos, e um outro problema muito sério é que havia um hiato claro entre as ideias do Darcy, das quais ele não abria mão, e as possibilidades de um corpo docente e um corpo diretivo que concretizassem essas ideias. Embora ele tivesse sem grandes operadores e precisasse simplificar a burocracia da universidade, nas visitas que fiz senti uma dissonância muito grande e eu diria que talvez, talvez não, certamente, por trás havia pessoas que faziam o contrário daquilo que o Darcy preconizava e orientava. Eu diria que havia um movimento mais disperso, centrífugo do que centrípeto em torno das ideias da Universidade. Era ideais muito avançadas, colocados no papel, mas havia falta de quem comungasse isso. Então, apesar dos problemas do mercado de trabalho na educação superior, no Rio de Janeiro era muito difícil conseguir pessoas que se deslocassem para Campos, havia uma ideia de trazer cientistas russos, uma

quantidade enorme relativamente aos recursos da época, mas isso realmente não se concretizou e com isso um outro problema também. Era um problema arquitetónico, o Darcy insistia que os prédios deveriam ser como os dos CIEPs, deveria-se utilizar o modelo dos CIEPs. Isso causou muitos constrangimentos, e críticas, no caso como há outros projetos do Oscar Niemeyer e havia aquela questão das meias paredes nas salas de aula, que tinham intenção pedagógica, não vou discutir isso, mas se a coisa era aceitável, embora criticada na educação básica, no ensino superior isso foi realmente muito mal recebido. Eu recebi pedido para interceder junto ao Darcy, no sentido de que aqueles prédios precisavam de adaptação, eu argumentei com ele, não acompanhei, mas depois eu sei que as paredes foram erguidas, várias adaptações foram feitas, mas do ponto de vista administrativo no governo seguinte a influência de Darcy era muito pouca. Era muito pequena, então eu poderia dizer mesmo, que havia uma dissonância proposital. Darcy estava idoso, com câncer, essa coisa e toda, então vamos fazer aquilo que nós achamos certo, ele é visionário demais, idealista demais e então certas pessoas passaram a um pragmatismo político administrativo que não tinha nada que ver com as ideias de Darcy, e isso era feito de uma maneira tão subtil, que eu nunca tive evidência de que o Darcy se aborresse com isso. O próprio Darcy queria que eu saísse de Brasília e fosse para a UENF, ele considerava que o intelectual nos países em desenvolvimento não poderia ficar somente pesquisando e ensinando, ele achava que o intelectual deveria ter ação política e administrativa também para modificar o mais rapidamente a realidade de seu país. Isto tem que ver com a dialética de Karl Marx, a união entre as teorias e as práticas como aliás é um dos princípios da LDB para a formação de educadores. É a expressão que lá está, saiu da boca de Darcy, então eu diria que a UENF nasceu tarde demais, foi prejudicada pela interrupção política, foi prejudicada por consensos internos e acabou sendo uma sombra daquilo que deveria ser na concepção de Darcy, o que está documentado, está em letra de forma na revista da Universidade do Terceiro Milênio e assim por diante. Eu tinha muito medo por várias razões, eu percebi que o câncer de Darcy não tinha sido detido, era o óbvio, a coisa já estava muito séria, comprometida quando ele chegou em 1995 aqui. Depois daquela fuga da clínica do Rio de Janeiro, ele veio para o hospital Sarah Kubitschek, onde me parece que recebeu um excelente tratamento, mas ele teve meses para submergir e emergir, e assim por diante, e foi do leito do Hospital Sarah Kubitschek, que ele

lutou pela vigente LDBEN, que ele sabia que precisava ser um meio-termo até certo ponto, entre o projeto 6292, que era revolucionário de propósito e que tinha uma série de dispositivos que nós sabíamos que eram inviáveis. Mas era melhor fazer um projeto revolucionário para ceder na negociação, que apresentar um projeto minguado para ter que ceder numa série de pontos essenciais. Talvez ele até pensasse no projeto cinco mais dois como um dos pontos que ele pudesse negociar mais tarde, mas houve uma série de acontecimentos políticos que levaram para o oposto. Então eu não aceitei, porque sabia que havia uma instabilidade muito grande, havia um alto risco de Brizola não se reeleger e a UENF era suficientemente débil, estava em construção. Tinha uma vantagem, a plasticidade, mas eu sabia também das dificuldades e nunca me preparei para ser gestor, sempre achei que a minha posição, pelas modestas habilidades que eu tenho, era de ser pesquisador e nem me atrevi a muito quando, na redemocratização do país, me incentivaram a fazer o concurso para o Senado, porque se eu estudava e pesquisava políticas públicas, teria possibilidade de orientar a aplicação das pesquisas do estado do conhecimento, as notícias públicas, tanto na parte de planejamento, que cabia ao legislativo, como também em relação ao acompanhamento dessas políticas, uma vez executadas pelo poder executivo. Então eu tinha muitas dúvidas e eu me lembrava reiteradamente daquele provérbio, de que uma andorinha só não faz a primavera, então eu poderia realmente compartilhar das ideias de Darcy, especialmente em educação e tive uma fortíssima influência da Escola Nova na minha formação, não que os meus professores de graduação ou da educação básica, praticassem ou fossem arautos da Escola Nova, mas pelas minhas leituras no curso de Ciências Sociais, leituras dos grandes educadores, especialmente Anísio Teixeira, que eu tenho sentimento de conhecer sobretudo pelo Darcy, por ex-alunos dele e até por ex-alunas da escola primária do Instituto de Educação, prédio da Mariz e Barros, que em minhas aulas, deram testemunhos a respeito do Dr. Anísio, que ia à escola primária.

O Darcy, já no final, no segundo semestre de 1996, fez a tentativa de fundar a Universidade Aberta do Brasil. O Darcy tinha uma grande preocupação, não só com a educação à distância, mas com a educação à distância de qualidade para democratizar a educação superior. Ele tinha sede de fazer as coisas, uma grande sede, porque ele sabia que a duração de sua vida era curta e ele queria aproveitar até ao último momento. Era algo que o tirava de sintonia com a

doença, com o sofrimento físico e que o fazia aproveitar ao máximo a vida, que aliás ele sempre procurou aproveitar da melhor maneira possível, tanto que se diz na imprensa, e está certa, os depoimentos conferem, ele estava se preparando para ir ao Senado. Ele pensava em ir ao Senado quando entrou em coma, claro que era inviável, mas era pretensão mesmo, então essa tentativa da Universidade Aberta, que acabou concretizando em outras linhas, foi um período um tanto conturbado e o Pedro Demo e eu nos ressentimos muito da maneira como algumas pessoas engabelavam o Darcy, prometendo recursos, prometendo coisas que não eram cumpridas, embora pudessem ser cumpridas, e em outros casos, prometendo aquilo que não poderia ser cumprido. Havia mesmo certas pessoas que gostariam que Darcy morresse antes da hora. O Darcy tentou novamente que eu ocupasse um cargo executivo na Universidade Aberta do Brasil e novamente, aí eu não tive coragem de dizer a ele pessoalmente, eu pedi a um colega assessor que o fizesse ver que não havia me preparado para isso e que pessoas erradas nos lugares errados era um mau negócio. Ele conseguiu dissuadir o Darcy, mas eu fiquei colaborando, sem qualquer tipo de remuneração e penso que ele também não recebia nenhum tipo de remuneração. E novamente havia um fantasma, mais próximo portanto da insustentabilidade, que era a questão do Darcy ser do PDT, de ter determinadas concepções de educação. Mas ele era um idealizador e político do legislativo, e é claro que o executivo federal não sintonizava, não aceitava muito dessas ideias, inclusive no que tange à LDB. A concepção de Darcy era de que a LDB deveria ser uma lei libertária, porque no Brasil há uma máquina burocrática tão limitadora que a criatividade fica tolhida e os maus elementos sabem perfeitamente como transgredir a lei e as normas, sem qualquer tipo de sanção. Então houve falta de sintonia e realmente era uma etapa quase desesperada da vida de Darcy no sentido de ampliar a educação à Distância no ensino superior, mas isso evidentemente eu ainda guardei alguns documentos que aí estão, em algum jornal da época, da tentativa da UAB, mas com o falecimento dele, em fevereiro de 1997, claro que a concepção detalhada morreu, mas a ideia de ampliar a educação a distância com outras concepções e ampliações já estava garantida inclusive pela própria LDB. A preocupação de Darcy em expandir e democratizar o ensino superior para que todos tivessem acesso. A UnB se inspirou, Darcy diz claramente, em nações americanas que estão muito preocupados com o mundo do trabalho, seriam os cursos de duração mais

curtas, os tecnológicos, que aliás ele mesmo colocou na legislação e que formariam pessoas no ensino profissional, em nível profissional, não seriam menos executores, menos autônomos, pelo contrário, passariam pela universidade para um currículo muito mais importante, que isso em termos de formação de valores, ideias, atitudes, comportamentos, habilidades.

P5- Acredita que o Darcy Ribeiro foi um marco na história das universidades brasileiras?

R: Sem dúvida alguma, inclusive apesar de todas as objeções políticas e ideológicas, certos elementos que estavam presentes no plano da UnB foram incorporados por aqueles labirintos da política e da educação, a Lei 4.540, 28/11/68, que foi a reforma universitária, no governo Costa e Silva e que foi seguido pelo Ato-5, 15 dias depois. Eu tinha um professor, o João Oliveira Filho, com quem eu tive um contato, inclusive fora da universidade, quando ele era ex-reitor, e ele era membro do Grupo de Trabalho, e o Grupo de Trabalho evidentemente tinha pessoas, naturalmente de certa habilidade ideológica, mas que compreendiam o momento histórico e a necessidade de mudar o ensino superior, e que estavam atentas a outras experiências, tanto assim que a questão do Ciclo Básico Comum, novamente muito mal interpretada e implantada. O Ciclo Básico Comum e a associação entre o ensino e a pesquisa foram reiterados e tratados naturalmente de acordo com as circunstâncias políticas por esse grupo, que naturalmente tinha uma abertura maior, mas sabia até onde podia ousar, se não a situação para eles ia ficar muito feia, naturalmente, ainda mais que 15 dias depois de publicada a Lei, houve o Ato nº 5, e aquela sucessão de acontecimentos que nós sabemos.

P6- As universidades mais avançadas reconhecem a necessidade de conduzir intencionalmente a auto-transformação, coordenando e fomentando a investigação científica, mobilizada para servir os projetos de expansão nacional e fazer frente à competição económica internacional. A liberdade acadêmica fica restrita sem direito a escolha relativamente aos temas prescritos nos contratos de financiamento. Na sua perspectiva, qual foi o pensamento de Darcy Ribeiro sobre autonomia universitária?

Darcy era nesse sentido um iluminista, quer dizer a universidade ilumina, inclusive fazendo, utilizando a raiz da palavra iluminismo, serve para iluminar a nação e formar os intelectuais para dirigi-lo. Quer dizer, mais uma vez o Darcy

com os pensadores da Escola Nova, viam a educação como redentora, como melhoradora da natureza humana, que está na ilustração ou na *Aufklärung*, movimento iluminista alemão e por isso, embora engajada nessa tarefa, a autonomia universitária era essencial. A prova disso, é que o Darcy dotou na Lei que criou a UnB e o próprio plano, com correspondência ao plano, uma série de fontes de financiamento para tornar a universidade independente, com a sua visão de futuro, inclusive dotou a UnB de património imobiliário, para ela não ficar mendigando recursos, e nós sabemos que infelizmente isso não se concretizou por vários fatores, políticos, económicos e financeiros, mas a maior prova que ele queria garantir a autonomia de menor dependência do governo, que era um dos erros das universidades da época, foi justamente a dotação de fontes financeiras não triviais em favor da UnB. Esta aí, até hoje ela tem projeções, mas que não dão para financiar, senão uma pequena parte do trabalho. Eu diria a você, que o Darcy pensou no património imobiliário e tinha um plano para Brasília à disposição. A UnB passou a ter como motor financeiro de relativa independência, aquela empresa de preparação de provas de concurso, a CESPE que dava uma receita admirável, mas no entanto, com a diminuição dos concursos públicos, todas essas instituições entraram em contração e isso deve ser, suponho, uma grande dificuldade para a UnB, porque ele procurou estabelecer campus em áreas periféricas do Distrito Federal e os alunos, é o que eu vejo pela imprensa, reclamaram das instalações em que eles se encontram. São escolas públicas de nível básico, porque as obras, os laboratórios, as bibliotecas não ficaram prontas, parece que é o caso de Ceilandia e Planaltina, são os dois *campus* que eles fizeram, então eles buscam, claro, qualquer reitor busca, uma relativa independência financeira, mas essa fonte no momento secou e não se devia confiar nela, porque é uma fonte conjuntural, muito sujeita a variações, então agora com uma crise como esta, o que a Dilma precisava fazer ela fez, segura a folha de pagamentos e a despesa de custeio que já está muito alta.

P7- Professor, toda a gente sabe que Darcy Ribeiro atribuía muita importância ao Grau de Doutor. O que tem a dizer sobre isto?

R: O Darcy ficava muito incomodado com o populismo que assolou certas universidades, no sentido de que ele queria acabar com a cátedra, de certa forma que a UnB em si não tem a cátedra, mas aquela tal história de não haver

hierarquia na universidade, aqueles departamentos niveladores em que cada professor tinha um voto, isso o Darcy abominava. Então uma das medidas que ele adotou e exigiu, e era usada na época, e nós não imaginávamos jamais que a pós-graduação e a formação de doutores se expandisse no Brasil do jeito que se expandiu, foi o grau de doutor para garantir a associação entre o ensino e a pesquisa, comprometimento com a pesquisa, porque o doutorado naturalmente serve quando cumpre as suas finalidades para formar pessoas criativas sem o que não há pesquisa. Na UENF era tudo muito corrido, era ansiedade de vida, porque ele sabia que não só o tempo político era curto, no executivo do Rio de Janeiro, como também o tempo de vida dele era limitado, ele tinha um mandato de oito anos, tudo bem, ele podia propor, discursar, acompanhar políticas públicas, mas ele sabia que não ia longe, em determinado momento me parece até que ele interrompeu o tratamento, que era muito doloroso, o tratamento quimioterapêutico, obviamente sempre manteve uma distância, uma profunda admiração, amizade, mas uma distância porque de qualquer maneira a minha posição era de assessor, de assessor não político de gabinete, mas de assessor membro de um corpo técnico concursado.

P8- Na década de 60, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro pretendiam criar uma universidade para fazer dela uma universidade de quarto nível, só dedicada à pós-graduação. Do seu ponto de vista, qual era a importância dos programas de pós-graduação para Darcy Ribeiro?

R: A importância dos programas de pós-graduação para Darcy era tão profunda que ele exigiu, para por o pé na escada da carreira universitária, o título de doutor. Ele se ressentia do acanhamento da universidade brasileira nos anos 50 e 60, onde foi professor na Universidade do Brasil, que era muito mais uma universidade disseminadora de conhecimentos e formadora de habilidades. Ele queria, pelo mestrado e pelo doutorado, seguir o caminho da pesquisa, quer dizer, ele compreendia que só poderia lá chegar se não afastasse os jovens, muito pelo contrário tinha que os incluir, como a UENF realmente incluiu, mas o fato é que ele pretendia acumular a pesquisa na pós-graduação, acumular apenas. A ideia era começar com o doutorado, depois implantar o mestrado e por fim, com esses professores, a graduação, mas a pressão social, inclusive dos políticos que vinham, foi muito intensa e com isso a universidade teve que abrir um vestibular.

P9- Darcy Ribeiro considerava que a universidade tinha carácter ambíguo: “ao mesmo tempo que é agente de transformação social e progresso, também é fator de estratificação social e conservadorismo, surgindo da sociedade e transformando a própria universidade”. Crê que este carácter ambíguo de universidade de que Darcy falava se aplica, atualmente, à UnB ou à UENF?

R: Se o carácter ambíguo da universidade se aplica à Unb? Sim! No que respeita à UENF eu estou um tanto distante, aliás distanciei-me até para me proteger de decepções, mas sem dúvida, embora o papel da UnB seja em parte inovador e revolucionário, as coisas ficam muito mais restritas ao falar do que ao fazer e inclusive certas intenções são ótimas mas antes de tentar colocá-las em prática é preciso ver as coisas como funcionam. A ideia era democratizar a educação superior, muito bem, quem é que frequenta os cursos desses *campus* da UnB? São os garotos que concorrem ao vestibular e que obviamente com base principalmente na escola particular, conseguem as melhores colocações e bem, é um mal remédio, mas eu vou tomar o remédio de estudar em Planaltina. Mas vamos à hipótese, na verdade, primeiro não democratizou corpo discente nenhum, segundo digamos que se tivesse recebido os alunos da periferia, seria como é uma educação de segunda classe, porque, veja bem, cadê laboratório? Cadê a biblioteca? Funcionar em prédios de escolas públicas modestíssimas só isso já dá um desconforto profundo, mas é de certa forma uma improvisação brasileira, faz primeiro e vê depois. Não se pode atribuir ao Lula e ao governo a expansão “improvisada” da rede federal, que dizer, que houve expansão improvisada houve, que houve cegueira ideológica, houve, agora o problema é multissecular e não é só do Lula, não se vai colocar na conta dele sozinho esse débito, estamos no sec. XXI com a mesma mentalidade do sec. XVII, essa é a verdade.

P10- Darcy Ribeiro exerceu grande influência no meio político e académico brasileiro aquando da criação da Universidade de Brasília - UnB e da Universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Do seu conhecimento sobre este assunto, que esperava Darcy Ribeiro obter com a criação de uma nova universidade com as características da UnB e da UENF e qual terá sido o maior desafio que ele enfrentou no momento da criação de ambas as universidades?

R: Foram desafios, antes de tudo de ordem política e partidária no caso da UnB, foi a mudança de regime, vamos dizer assim, aí teríamos coisas para conversar, e no caso da UENF, foi o Brasil e o Estado do Rio de Janeiro em particular, viver uma situação financeira nada invejável, uma situação de contração, de ordenamento das finanças públicas e logo depois a descontinuidade político partidária. O novo governador, nomeou Darcy chanceler da UENF, mas isso era muito mais uma honraria a meu ver do que uma continuação de uma inspiração acadêmica, Darcy queria isso, uma universidade emancipadora, democratizadora, voltada para os problemas do país, para resolvê-los, primordialmente, não negava pesquisa pura, mas primordialmente, e a formação de cidadãos criativos e capazes, era isso.

P11- O Centro de Ciências do Homem foi construído antes ou depois da criação da UENF?

R: Darcy pensou em tudo, se você pegar a revista da Universidade do Terceiro Milênio, está lá, inclusive o plano do que seria o Centro de Educação que contém uma forte dose de escolanovismo, a visão de escolas experimentais que não fossem elitistas, está lá presente, a educação fazia parte. Agora foi mais fácil implantar as outras áreas e eu acho que de certa maneira havia maior consolidação e uma visão mais profunda de associação entre ensino e pesquisa, de envolvimento dos garotos da graduação, desde cedo, no processo de aprender a descobrir e a criar, do que na educação, eu acho que em biologia e outras áreas o Darcy conseguiu isso com muito mais facilidade e recrutou professores pesquisadores com mais facilidade do que em educação. Mas o plano está lá, é um número da Universidade do Terceiro Milênio, de 1994. Houve uma omissão na primeira planta da UENF, porque ele pretendia, você sabe, o colégio jesuítico que estava programado para ser a Escola de Cinema. A Escola de cinema não se concretizou. Eu tenho uma hipótese, eu acho que o envolvimento do pessoal das chamadas ciências duras, foi muito maior, até pelo hábito que eles têm, de pesquisar e ensinar, e de envolver os alunos. Há um historiador que disse que Darcy foi um semeador de universidades, umas brotaram outras não, vamos aproveitar a parábola do semeador no evangelho, quer dizer as sementes caem num lugar pedregoso, não florescem, em outros lugares tem terra fértil e aí elas crescem. Agora eu acho que as próprias sementes germinaram e se desenvolveram de maneira diferente dentro da

universidade, e no caso da educação, uma hipótese é o seguinte, o Darcy se queixava da falta de união das esquerdas no Brasil, um dia eu cheguei cedo ao gabinete dele, ele pediu para chegar mais cedo, estava saindo um determinado personagem, até que era um personagem de alto prestígio, e de alta reputação moral, que é raro, o Darcy tentou fazer um entendimento com ele, em relação à LDB e a uma série de outros pontos, mas não adiantou. Agrediam-se e continuou uma parte da esquerda agredindo Darcy, porque, aí começou a questão dos CIEPs, houve uma fratura clara da esquerda, havia uma fratura no Rio de Janeiro entre os diferentes grupos que foram depois da amnistia se integrando em diferentes partidos, cada um queria conquistar o poder. Com Brizola, com o seu carisma, e o Darcy também, o titular e o vice venceram as eleições de 1982. Qual foi a posição mesquinha desses partidos de esquerda? O Brizola venceu, nós não somos brizolistas, somos oposição a Brizola. Não estou dizendo que não deva haver oposição, e nem uma uniformização de pensamento, não é o caso, mas o que aconteceu foi uma controvérsia tremenda, na academia em especial, mas com grandes reflexos no plano político. Quando Darcy resolveu colocar em prática o que estava na cabeça dele há muito tempo, o que foi ele oferecer? Expandir a educação integral e o tempo integral, que uma coisa é diferente da outra, e fazer os CIEPs.

P12- Professor, porque o Senhor acha que o Darcy Ribeiro é mais reconhecido no exterior do que no Brasil?

R: Eu acho que basicamente é o seguinte, Santo de casa não faz milagres. Eu tenho a impressão que a grande obra do Darcy, é a antropológica, e ele é altamente conhecido por isso e os escritos educacionais no exterior, tratam de uma proposta de universidade emancipadora concreta, mas que nunca se concretizou inteiramente. Eu não diria que a UENF é uma árvore torta, mas diria que foi uma árvore que não cresceu rigorosamente no sentido da idealização de Darcy, tanto que ele começou pelo mais fácil e terminou pelo mais difícil que foi o Centro de Educação.

P13- Quais foram os personagens que influenciaram Darcy na área da educação?

R: Sem dúvida, você não precisa de referência bibliográfica, se você olhar os discursos e planos de Darcy, é a Escola Nova. A Helena Bomeny teve a boa inspiração de dizer: “morreu o último expoente da Escola Nova”, era o adepto da

educação integral, emancipadora e ele aprendeu na prática e aí talvez, esteja a dificuldade das referências. Ele aprendeu com Anísio e a turma do INEP, porque ele integrou o INEP no âmbito do nacional desenvolvimentismo de Juscelino, então essa é a grande inspiração intelectual dele, as ideias educacionais que ele apresenta são ideias da escola nova.

P14- Qual foi, no seu entendimento, o contributo do pensamento educacional de Darcy Ribeiro para o Ensino Superior no Brasil? Qual acha que foi a formação de Darcy do conceito de Universidade?

R: Um ensino superior não burocrático, não classificatório socialmente, e que fosse mobilizado unindo ensino e pesquisa, que aliás é outro princípio que não é americano, é alemão. A formação de Darcy de conceito de Universidade? Pouca gente sabe, e o que aparece para nossos intelectuais é o seguinte: houve um acordo MEC/USAID, e aí o governo militar brasileiro obrigou as universidades a associarem o ensino e a pesquisa, porque este é o modelo americano. Mentira, porque associação ensino e pesquisa já havia na UDF, de Anísio Teixeira, temos dados suficientes de que já havia na UnB, que deveria começar pelo doutorado, segundo a ideia do Anísio que não era do Darcy. Mas o que a nossa intelectualidade vê é a imposição de um modelo americano. Americano coisa nenhuma, os americanos fizeram visitas a muitos países e eles perceberam que além das universidade clássicas alemãs de origem medieval, e da universidade de Von Humboldt, uma camada de institutos, onde a Alemanha em favor do progresso nacional e mundial, associava o ensino e a pesquisa desde a graduação. Mas infelizmente, para os nossos intelectuais, a origem da associação ensino e pesquisa é o acordo MEC/USAID. A influência do MEC/USAID é tão grande, que dizem que americanizaram a cultura brasileira. Americanizaram nada, havia uma resistência tremenda nas camadas intelectuais, inclusive livros bons como os de Vereticione que tinham a marca da USAID e já ninguém podia mais ler. E isso era mesmo assim, tanto que eu estudei em uma universidade pública e os livros do MEC/USAID não eram acervados, quanto mais classificados, ficavam lá, no podia jogar fora, se jogasse fora, dava na vista, era subversivo se fizesse uma fogueira. Então, o jeitinho brasileiro, vamos fazer de banquinho, vamos lotar esse espaço aqui, coisa e tal, era assim que se fazia, então não houve americanização nenhuma, a americanização foi muito mais pela mídia e pelas relações económicas que

redundaram na globalização do que qualquer acordo intergovernamental. Agora o princípio estava na UnB, agora claro, João Lira Filho, considerado um economista clássico, ia dizer no grupo de trabalho da reforma universitária: “olha a UnB tem razão, vamos fazer igual”, não que ele sabia que isso dava um galho tremendo, dava tortura e prisão, então o quê que ele dizia: “olha vamos seguir o princípio, como é que se diz, entre associação entre ensino e pesquisa, que já está lá nos EUA assim consagrado, e provavelmente, ele dizia já aplicado à UnB, com outro programa, um outro plano, essa coisa, ninguém arriscava a pele, mas os intelectuais que sabiam o que diziam, estavam muito cientes dos jeitinhos que eles davam, inclusive o que aconteceu na prática mas que a Lei 5.540 estabeleceu foi que a expansão das matrículas se daria no Brasil pela constituição de Universidades, e não de faculdades isoladas como na prática aconteceu e foi por isso que o Darcy nunca falou de faculdade, para ele o que interessava era a unidade do saber é por isso que ele só fez projetos de universidades.

P15- Professor, então qual foi, na realidade, a principal diferença entre a UnB e a UENF?

R: O Darcy não tinha alternativa, porque na Constituição Estadual estava dito Campos, então como se faz do limão uma limonada? Queriam na verdade estatizar uma determinada faculdade de direito de lá, que é antiquíssima, nos anos 70 era só a de direito, então o Darcy disse, vamos fazer a limonada, é uma região de grande autoritarismo político, de poder concentrado, de pobreza, porque é área de latifúndio, mas então não vamos estatizar, vamos mas é fazer uma nova universidade do zero. Essa era uma das estratégias do Darcy tanto que ele fez os CIEPs com uma estrutura paralela uma nova universidade que não tenha os seus vícios, para ser um polo irradiador, não só do pensamento social, político educacional para aquela região relativamente atrasada do Estado, mas também para modificar a economia. A ideia que estava por trás era da educação superior prover soluções, quer dizer, ser uma espécie de fermento da realidade social, acho que essa seria a melhor metáfora para o papel que Darcy atribuía à Educação Superior e particularmente à Universidade. Então você vê, que se você começa a estudar os documentos e a verificar e a estender os fios, você vai verificar continuidades não confessadas e não explicitadas porque era politicamente perigoso, entre aquilo que foi feito no governo Juscelino, pelo

Nacional Desenvolvimentismo e pelas esquerdas, ou setores das esquerdas, e coisas que os próprios militares fizeram, onde colocaram, quase que furtivamente, tijolinhos que estabelecessem relações com a realidade anterior e aquilo que pessoas lúcidas, e que não estavam com a cabeça nacionalista nem com a guerra fria dos militares, sabiam que estava discretamente até com o aval deles, que não eram pessoas de esquerda. Mas espera lá, aquilo ali até tem razão, essas são contradições que a dialética explica, eram pessoas que estavam do lado do regime, por causa da sua latitude político ideológica, mas que olhavam além e souberam incorporar, quer dizer, estou falando da Lei 5540, mas a Lei 5692 que foi a da educação básica e tem bastante inspiração não só em Anísio, mas talvez muito mais em Jaime Abreu, que era um moderado e que inclusive em determinado momento fez uma conferência magna, duríssima sobre o patrocínio da Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro, que ainda estava lá, e isso foi em 1967, e essa conferência, duríssima, uma crítica tão ácida quanto a do Anísio contra o conservadorismo da educação brasileira, foi publicada pela revista brasileira de estudos pedagógicos, agora como dizer que aquela crítica ácida era comunista? Se o Jaime Abreu foi convidado pela Embaixada dos EUA a escrever a conferência, o Embaixador abriu as asas da águia e colocou o Jaime Abreu sob a proteção dela, quem é que conseguia dizer que o Jaime Abreu era comunista e subversivo? Mas era um dos companheiros do Anísio e do Darcy, aliás, um autor secundário, que teve grandes ideias, mas lá está na Lei 5692, várias e várias ideias dele que foram modificadas. Darcy chega ao exílio como autoridade em universidades porque o plano da UnB, que foi logo modificado, teve tamanho impacto mundial, que o Darcy era o criador de universidades, que já tinha criado uma, por que não criar outra no Perú, no Chile, no Uruguai, no México e assim por diante? Agora a experiência de universidade de Darcy era a UFMG, porque o curso de graduação e mestrado dele em Etnologia e Antropologia Sociais, foi tirado numa escola isolada, a Escola livre de Sociologia e Política de São Paulo, cujo diretor, um sociólogo americano, chamado Donald Pierson que veio para o Brasil durante a guerra ficou aqui, gostou e criou a pesquisa, grande parte da pesquisa social no Brasil. O Darcy tinha a mesma ideia do Anísio, tese, hipótese, comprovação, dizia para ele, têm evidências empíricas muito fortes contra esse tipo de inovação na educação, deu errado, aqui, ali acolá.

IB- Professor, já não tenho mais perguntas para o Senhor. Muito obrigada por me ter dado o prazer de poder escutar suas ideias e experiências sobre Darcy Ribeiro, estou certa que irei aproveitar muito do que o Senhor disse para meu trabalho de investigação sobre a vida, obra e pensamento de Darcy Ribeiro.

CG- Fico contente por poder ajudar você em seu trabalho e espero que sua tese saia logo para poder ser lida por quem quiser ficar a saber um pouco mais sobre o Darcy.

ANEXO VI

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

Nome: Professor Carlos Alberto Dias

Cargo e Função Atual: Professor Titular - I do LENEP/CCT/UENF (aposentado)

Data e Local da entrevista: 24/08/2013, no LENEP, Macaé/RJ

ENTREVISTA - Roteiro de Perguntas:

P1- Professor Carlos Alberto Dias, como o Senhor conheceu o antropólogo e educador Darcy Ribeiro?

R: Darcy foi paraninfo da minha turma quando me formei em 1961, no Rio de Janeiro, na Faculdade Nacional de Filosofia, ex-Universidade do Brasil (hoje UFRJ). Eram 18 cursos que tinham a colação de grau no mesmo dia, um único paraninfo, e o Darcy paraninfou esses 18 cursos. Eu fui aluno do curso de física. Então, ele era uma figura política de grande relevância no Brasil. Era o chefe da Casa Civil no governo do Presidente João Goulart e foi, nesse exato momento, que ele foi nosso paraninfo, no Teatro Municipal. Fez um belíssimo discurso, magnífico. A inteligência de Darcy era muito grande, brilhante, e o momento político tão polarizado, que lá dentro do teatro estavam as famílias dos formandos e, do lado de fora, uma claque do Carlos Lacerda, que era o Governador do Estado da Guanabara, fazendo alardes contra o que estava acontecendo lá dentro. Então, eu conheci o Darcy nesses momentos difíceis da vida nacional. Mas, nessa época, não chegou a ser um conhecimento pessoal, embora eu o admirasse muito. Numa disputa dele com o Carlos Lacerda, transmitida pela rádio, vi o brilhantismo de Darcy derrotar o maquiavelismo de Lacerda, em uma polémica. Carlos Lacerda, um jornalista, usava palavras muito cortantes e, frequentemente, violentas e até de baixo calão. Mesmo assim, Darcy venceu o Lacerda nessa disputa, na opinião de muitas pessoas e da imprensa em geral da época.

Eu li muitos livros do Darcy e fui atraído, também, pelas posições dele em defesa do povo indígena brasileiro. O meu elo de ligação com Darcy foi por aí.

Em seguida, quando ele voltou do exílio, com o problema do câncer no pulmão, tentou vir ao Brasil duas vezes. Na primeira, não o deixaram ficar, e aí ele voltou do aeroporto para a Venezuela, na segunda, ele veio para fazer a cirurgia, ficou

no Brasil, e não mais voltou, em pleno rigor da ditadura militar. O Darcy teve, então, nas reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), seu espaço para falar abertamente sobre suas ideias, sua grande obra de interpretação da formação do povo brasileiro, e eu não perdia uma oportunidade de estar ouvindo o Darcy. Eu diria que ele me influenciou muito na forma de ver o Brasil, de me sentir brasileiro, de descobrir a minha própria identidade brasileira. Em um desses encontros, promovido pela SBPC na Universidade Católica de São Paulo, ele deu uma conferência sobre os povos indígenas e eu submeti ao final uma pergunta escrita para ele. Ele gostou tanto da minha pergunta que a leu para a platéia e, depois de elogiar a pergunta sem saber de quem era, passou a responder. Eu, então, me senti à vontade para, quando terminou a conferência, me apresentar a ele como um indígena brasileiro. Ele me convidou para jantar, nós fomos juntos e nasceu daí uma grande amizade. Durante o jantar, perguntei-lhe como se alimentava. No primeiro momento, ele não entendeu a pergunta, e eu explicitiei: “Como você paga sua alimentação?”, porque eu sabia que a ditadura proibia que todas as entidades de governo, ou que simplesmente recebessem dinheiro de governo, pudessem pagar um exilado político. Ele não respondeu logo, desconversou, falou, falou, me olhou nos olhos e disse: “Nunca me fizeram essa pergunta. Essas pessoas me ouvem e aplaudem, mas ninguém pensa nisso; você é a primeira pessoa.”. E então ele respondeu a pergunta que eu tinha feito: “Os meus direitos autorais dos livros que publiquei são insuficientes para cobrir minhas despesas”. Eu tinha assessorado a Universidade Federal do Pará, na criação da Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP). E o diretor da FADESP era uma das pessoas que eu havia formado, uma pessoa da minha inteira confiança, o Prof. Antonio Gomes de Oliveira. E eu então falei pro Darcy: “Você, Darcy, não quer fazer um projeto para a FADESP”. Então nos acertamos e ele ficou de pensar. No ano seguinte, a reunião anual da SBPC foi em Fortaleza, e aí nós fechamos esse acordo que resultou no primeiro pagamento realizado ao Darcy, desde que ele voltou para o Brasil. Esse projeto resultou na elaboração e publicação da “Suma Etnológica Brasileira”, em três volumes, feito por ele e a sua esposa, Berta Ribeiro, que também era antropóloga. Outro projeto que ele também definiu, nesse contrato, chama-se “Projeto Cabôco”, que nunca chegou realmente ao final. Darcy morreu sem ver esse projeto realizado, mas o seu legado é voltado para dar auto-sustentabilidade às povoações locais nativas,

criando animais brasileiros silvestres, para consumo da sociedade brasileira. Eu acho que isso deixou como herança, por exemplo, grupos que hoje criam jacarés, capivaras, para o abate, e acho que não chegaram a produzir o que seriam hoje animais de maior atratividade como a paca, o veado, mais saborosos e mais delicados como alimentação. Eu passei a ter reuniões frequentes com Darcy e, de tabela, com o étno-historiador Carlos Moreira Neto, em que nós debatíamos sobre o Brasil e os brasileiros. Por que só o boi e a galinha, que vieram com Cabral, são objetos de estudos sobre reprodução? Porque não estudar a melhoria da qualidade da carne de animais brasileiros? Porque o boi é tão importante, e os outros não?

Então, a minha amizade com Darcy nasceu em torno da questão da valorização, por um lado, das populações mestiças brasileiras, e da conceituação do indígena brasileiro e do brasileiro indígena. Uma visão da sociedade brasileira, na sua complexidade étnica hoje, e ao mesmo tempo, a conceituação desse novo produto que é o brasileiro resultando de uma mistura muito grande, por outro lado, resguardando uma identidade preciosa que nos une e identifica. Nós conversávamos muito, nesses encontros, e eu cheguei a publicar um artigo nessa época: “A confrontação dos povos indígenas brasileiros com o invasor europeu nos séculos XVI e XVII”. Mesmo sendo eu um geofísico, senti sempre muita atração por um conhecimento mais aprofundado da nossa étno-história, que é muito falsificada, da nossa formação como povo e da nossa identidade. Houve um episódio interessante, também digno de nota, na minha descoberta de Darcy Ribeiro, ocorrido nos Estados Unidos. No campus de Berkeley da Universidade da Califórnia, eu estava fazendo doutorado, quando um dia tive a curiosidade de examinar a biblioteca central, que é enorme, mas eu sempre gostei muito de livro e então fui em todas as partes da biblioteca e descobri uma sala exclusiva sobre o Brasil. Lá eu vi muitos livros do Darcy Ribeiro que nunca tinha visto no Brasil, e muitos livros sobre temas da nossa formação e identidade como povo, que eu nunca tinha visto antes. Fiquei muito envergonhado, como brasileiro, em verificar que no Brasil isso não existe, ou se existe não se acha ao alcance de um jovem curioso. E lá está exposto para o aluno americano dispor dessas informações. Então, eu decidi, nesse dia, construir uma biblioteca brasileira na minha casa quando eu voltasse e assim eu fiz quando voltei. Eu tenho uma biblioteca brasileira que o Darcy valorizava muito, que marcou mais

um traço de identificação com Darcy. O Darcy me influenciou muito na minha compreensão do Brasil e dos brasileiros e na minha auto-identificação, no que eu penso que sou. Isso não é simples, porque o brasileiro é uma mistura que vai desde a Xuxa até ao Pelé e ao Juruna, passando por vários outros matizes até você. O que você é? Ser brasileiro não diz nada. O Darcy é uma das fontes mais preciosas e fidedignas para a gente realmente buscar o Brasil e os brasileiros. O meu conhecimento com o Darcy, depois, veio a acontecer na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Eu estava de volta em Belém, e o Darcy foi me buscar. Eu tinha-me mudado para Belém oito anos antes de atingir a aposentadoria na Universidade Federal. Mudei da Universidade Federal da Bahia, e organizei de novo, desta vez em Belém, na Universidade Federal do Pará, um núcleo de pesquisas geofísicas para exploração de petróleo, e o Darcy tomou conhecimento. Quando ele pensou em organizar a UENF, ele quis atribuir a mim a responsabilidade da área de petróleo, como também encarregou a Professora Gilca Weinstein, Coordenadora Geral da Implantação da UENF, de me trazer para o Rio para falar com ele. Ele mesmo foi ao Pará, eu estava viajando, me procurou, fez um belo elogio à minha pessoa em discurso público, que ele fez para a comunidade acadêmica. Quando eu cheguei, soube e fiquei muito triste por não estar presente nesse momento, uma vez que não fui avisado. Então eu viajei ao Rio para falar com ele. Ele queria que eu fizesse parte da equipe de planejamento da UENF e, então, nós passamos a ter outro relacionamento. Tanto fiz parte da comissão de planejamento da UENF como um todo, como coube a mim a responsabilidade de organizar o ensino e a pesquisa na área do petróleo.

P2- O projeto educacional de Darcy Ribeiro que o senhor conhece é a Universidade de Brasília?

R: Falando dos projetos pedagógicos do Darcy, eu conheço os dois principais, o da Universidade de Brasília (UnB) e, por envolvimento direto, o da UENF. Mas ele teve mais de dois. No exterior teve no Uruguai, teve uma influência muito grande no Chile, na Venezuela e na Argélia.

P3- Nós estamos falando do Darcy, que era uma pessoa com múltiplos interesses e desempenhos. Traçar um perfil dele é um desafio. Na sua perspectiva como descreveria a contribuição protagonizada por Darcy Ribeiro no Sistema de Educação Superior Brasileiro?

R: A Universidade de Brasília nasceu conceitualmente de Anísio Teixeira e de Darcy Ribeiro. O Darcy passou a ser o reitor desta Universidade e seu dirigente a partir de um dado momento. Ele até acumulava a função de político com a função de reitor. Então, ele teve uma influência muito grande no legado desta Universidade, ao lado de Anísio Teixeira. Acho que esta Universidade foi uma tentativa, desses dois ilustres personagens, de pensar o Brasil em seus próprios termos, isto é, não ser uma cópia servil de experiências vividas por outros povos, embora aproveitando o resultado das experiências dos países mais avançados que usaram o conhecimento e a universidade como força motriz de desenvolvimento. Mas, ao mesmo tempo, eles deram uma contribuição original no sentido da identificação do momento histórico da vida da nação. Então, a UnB é uma reformulação importante da incipiente universidade brasileira, que começou muito tarde. A colonização portuguesa foi um desastre, particularmente na área da educação e da administração pública. Na área da educação, não criou universidades, criou, quando muito, faculdades para interesses estritamente coloniais de medicina e direito, e não teve interesse algum em desenvolver o Brasil, através da educação e do conhecimento. Então nós chegamos até 1937, época do Governo de Getúlio Vargas, sem ter uma universidade brasileira. Essa denominada “Universidade do Brasil”, criada no Rio de Janeiro, então capital da República, foi uma piada, criada para dar o prêmio de *Doutor Honoris Causa* ao Rei da Bélgica, que visitava o Brasil. A Universidade de São Paulo (USP) foi criada posteriormente em bases modernas. Então, não existia universidade até pouco tempo no Brasil. Dizer que a Universidade de Brasília foi uma reformulação da Universidade é pouco. A UnB é a própria tentativa de criar a universidade brasileira, tendo-se uma consciência nacional em tudo: na conceituação de universidade, nos níveis de graduação, pós-graduação, pesquisas, corpo docente, institutos e departamentos. A UnB é o despertar do povo brasileiro para a relevância da universidade, esse é o traço principal da contribuição de Darcy Ribeiro e de Anísio Teixeira. A partir daí, se organizam as outras universidades seguindo esse modelo, num processo que não teve mais interrupção. O golpe militar aconteceu e o processo continuou. Os militares foram muito severos contra a intelectualidade mais esclarecida do Brasil. Aposentaram compulsoriamente muitas figuras centrais da educação brasileira superior, porque os chefes militares achavam que as universidades eram um veículo da transferência de conceito de Brasil, de independência do

Brasil, de mentalidade que não comportava uma ditadura, muito menos militar, e então ela desempenhava um papel de subversão, não no sentido mais comum da palavra, mas uma subversão por uma nova conceituação da própria sociedade brasileira que aí nascia. Então, ela se chocava com uma sociedade estabelecida tendo por base de governo uma ditadura. No entanto, a vontade de um Brasil grande que os dirigentes militares tiveram não podia dispensar a universidade. Por isso foram sensíveis a indivíduos que tinham lido os pensamentos não só de Darcy e de Anísio, mas também do físico José Leite Lopes, de sociólogos e economistas, todos autores de obras escritas, apontando os caminhos para o desenvolvimento do Brasil. Algumas pessoas, que leram essas obras também se convenceram dessa mesma visão de desenvolvimento com base na educação, na ciência & tecnologia, e conseguiram ter acesso aos poderosos militares. O ministro Reis Veloso foi um articulador eficiente junto aos militares, nessa questão do projeto de formação do corpo científico e tecnológico brasileiro, e a pessoa que lhe deu subsídio foi José Pelúcio Ferreira. Pelúcio foi uma pessoa fundamental em tudo isso, mas o que o alimentava eram os escritos de vários cientistas, perseguidos pela ditadura militar. Pelúcio como o Ministro Veloso eram economistas modernos e amigos. Como no Brasil essa questão da amizade é muito importante, essas ideias encontraram permeabilidade e receberam o apoio dos militares. A ditadura militar viveu um dilema: ao mesmo tempo em que eles expulsavam cientistas importantes, até os mais importantes, eles também estavam dando partida na formação de uma base para a criação de uma grande comunidade científica-tecnológica brasileira. O primeiro passo para isso foi a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), para cuja administração foi criada como empresa, em 1968, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Hoje, esse fundo está suplantado por outros projetos, perdendo sua grande relevância original, mas historicamente ele foi o passo inicial e decisivo.

Voltando ao nosso Darcy, a importância para o sistema de educação brasileiro, fazendo justiça ao Darcy e ao Anísio Teixeira, eles deram partida na formulação da universidade brasileira. Existem outros colaboradores importantes, já falei do José Leite Lopes e outros, mas esses dois são os principais.

P4- Darcy Ribeiro preconizava a educação através de comprometimento político a partir de um projeto de nação que se apoiasse também no modelo

de universidade e que contribuisse para um quadro de justiça social. Considerando Darcy Ribeiro, ele pode ser visto como alguém que estabeleceu o marco divisório entre o conceito de ensino superior e de universidade brasileira?

R: Respondi essa pergunta em partes. Mas, quero enfatizar, eu considero sim que a contribuição do Darcy é nesse sentido, é um marco divisório. Ele não é sozinho, como falei, mas ele junto com Anísio Teixeira foram os principais protagonistas. Essa associação que está bem colocada aí, de um projeto de nação com base em um modelo de universidade, que servisse não só de estudo sobre os temas, mas como veículo de transferência da informação e transformação. Então, é nesse sentido que ele transforma a universidade brasileira em subversiva antes e dentro de um quadro de ditadura militar. Isso aconteceu e ficou marcado. E é tão importante que você vai entender porque no projeto da UENF, mais tarde, Darcy atribuiu tanta importância à “Villa Maria” como instituição. É uma espécie de fundação dentro da Universidade, que estabelece uma relação direta com o dia-a-dia da vida da comunidade. Aprendi isso com ele. Estou iniciando agora um projeto para a Universidade Federal do Pará, um novo campus em que eu sigo essa trilha, não basta a universidade, ela tem que falar com a população. E isso é um marco, sem dúvida nenhuma, da contribuição do Darcy Ribeiro.

P5- As universidades mais avançadas reconhecem a necessidade de se conduzir internacionalmente na linha da auto-transformação, coordenando e fomentando a pesquisa e a informação científica, mobilizada para servir os projetos de expansão nacional e fazer frente à competição económica internacional. A liberdade acadêmica fica restrita, sem direito a escolha fora dos temas prescritos nos contratos de financiamento? Na sua perspectiva, qual foi o pensamento de Darcy sobre a autonomia universitária?

R: Em primeiro lugar, estamos precisando complementar um pouco a pergunta para esclarecer melhor a minha resposta. Na época em que Darcy atuou ao longo da criação da UnB, os projetos mais expressivos de apoio à pesquisa, seja em Ciências Sociais, ou na área de ciências exatas e tecnológicas, eram projetos financiados por governos ou instituições estrangeiras. O governo francês com as suas agências de apoio a pesquisas no exterior, as agências do governo

britânico e até fundações e/ou agências do governo americano. Essas fundações que apoiavam projetos no Brasil com conotação política, notoriamente política estratégica, e, muitas vezes, até com objetivos militares, o faziam dentro de uma visão colonial. Então o Darcy, nesse contexto, criticou esses financiamentos, no sentido de que eram políticos, chamando atenção para a necessidade de ter seus objetivos determinados pelas instituições nacionais.

No atual contexto, ocorrido na criação da UENF, Darcy foi muito favorável às chamadas parcerias da Universidade com o Setor Industrial, notadamente na área das engenharias. A autonomia universitária não sofre restrição por isso. Mesmo porque, continuam a existir os projetos financiados pelas Agências de fomento governamentais, que não restringem a escolha do tema. Essa era a visão do Darcy.

IB- Terminamos as perguntas Professor, muito obrigada por seus comentários e pela ajuda que me deu para minha tese de doutorado.

CAD- Boa sorte Isabela, sei que você vai conseguir fazer um bom trabalho. Felicidades.

ANEXO VII

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

Nome: Professor Doutor Adriano Moreira

Cargo e Função Atual: Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa Presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa

Data e Local da entrevista: 10/12/2014, Lisboa

ENTREVISTA - Roteiro de Perguntas:

IB- Boa Tarde Professor, muito obrigada por me receber e me conceder esta entrevista.

AM- Eu é que agradeço, é sempre muito bom trocar impressões com o outro lado do Atlântico.

P1- Professor, vamos falar da UENF e da UnB. Começo por lhe perguntar como o Senhor conheceu o antropólogo e educador Darcy Ribeiro?

R: Eu só conheci a Universidade de Brasília. A Universidade de Brasília, se nasceu é porque viveu o entusiasmo do Juscelino Kubitschek. O Kubitschek de Oliveira era uma espécie visionário de muitas coisas e sobretudo em relação ao Brasil, ao futuro do Brasil. Recordo-me por estarmos nesta sala, que este senhor que tem aqui o retrato, que é o abade, Correia da Serra, que foi muito amigo do Jeferson nos Estados Unidos. Ainda hoje na casa que era do Jeferson, portanto o homem da Constituição dos Estados Unidos, há um quarto tem uma placa que diz que é o quarto do abade Correia da Serra e nesse tempo ainda havia o Reino Unido de Portugal e do Brasil. E quando fizeram a independência, o Correia da Serra, julgo, que teve intervenção até nas declarações da independência, e ele escreveu ao Jeferson dizendo “você vão dominar o norte do continente, o Brasil dominará o Sul”. Bom, ainda havia o Reino Unido de Portugal e do Brasil quando ele escreveu essa carta. Eu estou só a dizer isso porque o Kubitschek tinha uma visão do futuro do Brasil, que contrariava muito um conceito que foi do Stefan Zweig, que como sabe viveu no Brasil e ali se suicidou, e que dizia que o Brasil tinha sempre um grande futuro. Bom, e o Kubitschek de Oliveira fez as suas primeiras experiências em Minas Gerais quando foi Governador. E é engraçado, se for comparar, muitas das coisas que fez em Brasília são ampliações daquilo

que já tinha feito em Minas Gerais. Bom, e até me recordo de quando ele foi eleito veio a Portugal, nesse tempo havia o costume, não sei se ainda mantêm, como há um período entre a eleição e a posse, o eleito em geral aproveitava para fazer viagens, dar-se a conhecer e também para estar fora do Brasil para não ser um embaraço para o Presidente que estava a acabar o mandato. E portanto, ele veio aqui nesse período. Depois ainda fez aqui uma viagem oficial como Presidente, foi recebido triunfalmente na Avenida da Liberdade pela população, o entusiasmo entre Brasil e Portugal nesse tempo era muito intenso. Bom, contou-me ele próprio que foi visitar o Dr. Oliveira Salazar, que nesse tempo era o Presidente do Conselho, que lhe perguntou sobre o programa de governo e que ele, entrou outras coisas, lhe disse que ia passar a capital para o Planalto. E o Dr. Oliveira Salazar ter-lhe-á dito assim: “Um grande projeto, isso é um projeto para uma geração”. E o Kubitschek disse “isso é para Vossa Excelência, para mim é para quatro anos”. E era verdade. Mas portanto ele tinha a idéia de um grande futuro para o Brasil. Eu lembro-me sempre do Correia da Serra, que era um observador independente, digamos assim, e a urgência, porque os mandatos da democracia são limitados. Eu ainda estive no “Catetinho”, visitando as primeiras obras de Brasília, ainda no “Catetinho”, Bom, sabe o que é o Catetinho? É aquele edifício de madeira que Niemeyer fez para ele se instalar quando fosse a Brasília para ver as obras. Bom, uma das coisas importantíssimas era a Universidade, como era evidente. Bom, havia nesse tempo, em Brasília, um professor português, o Agostinho da Silva, que foi o último Sebastianista português. O Agostinho Silva, que eu também conheci e que fui muito amigo dele, era um Sebastianista que eu uma vez o classifiquei desta maneira: “Você, com o seu Sebastianismo, que significa que Portugal, vai atravessar uma crise enorme, vai subir ao calvário, morrer e depois ressuscita nos vários países de língua portuguesa”. Isso era o resumo do que eu fazia do sebastianismo dele. Mas o Agostinho Silva dedicou-se muito a Brasília, eu nesse tempo era Ministro do Ultramar e tínhamos um amigo em comum, o Dr. Lessa, que era médico mas era um apaixonado pelo Brasil. Bom, a primeira vez que eu fui à Brasília havia ainda só um hotel, e muitas obras, estava o Niemeyer a desenvolver o projeto, e apareceu uma assistente do Agostinho da Silva a disse-me “o Sr. Prof. Agostinho da Silva pediu-me para vir cá dizer-lhe que o convidava para jantar hoje” e eu disse “com certeza”. Então venho buscar o Sr. Professor à hora combinada. E levou-me então a um terreno onde o Agostinho da Silva

tinha feito uma barraca que tinha assim um letreiro na porta que dizia “capacidade para 1000 kg ou 10 pessoas” e a mesa era fora da barraca, tinha duas pedras com uma tábua e comia-se ali e tinha um pinheirinho, que tinha levado aqui da Serra do Marão, para ver se dava bem para crescer em Brasília, e eu perguntei ao Agostinho da Silva “porque é que você vive aqui”, e ele disse, sabe que esse terreno é relativamente bem localizado e é aqui que eu quero que seja construído um Centro de Estudos Português”, e enquanto o governo Português não faz isso eu instalei-me que é para não me tirarem o terreno. Bom, nunca chegaram a construir esse Centro e a biblioteca, a última vez que eu estive em Brasília, há três anos, já não está com identidade, foi espalhada por especialidade os livros, bem acho pena tinha-lhe dado tanto trabalho conseguir aquilo, e era muito valiosa a biblioteca. Bom, e a Universidade de Brasília rapidamente cresceu e ganhou um prestígio que em primeiro lugar, na minha opinião, vem não só dos professores que eram bons, embora não tivessem a projeção internacional que depois tiveram, mas o nome da cidade, “Universidade de Brasília”, foi uma coisa que rapidamente começou a ganhar prestígio. Eu estive lá em Brasília há três anos e eles pediram-me para fazer um documentário, porque são todos professores jovens, sobre as origens, como foi o começo, etc. E eu fiz, você se for a Brasília, pede para ver isto que está lá. E eu até brinquei um pouco com eles dizendo que eu não devia aceitar isso, disse que estava ofendido, e eles perguntaram “Porque está ofendido?”, e eu aí disse “porque eu sou Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Brasília, mas sou o segundo Doutor, fui preterido por um General de duas estrelas, eu bem sei que esse General era o Charles de Gaule mas ele só tinha duas estrelas”. Bom, mas enfim, Brasília teve este começo e claro que, embora eles tivessem um reitor que era oficial da Marinha, o reitor de Brasília, o Darcy Ribeiro era um homem com um prestígio enorme como cientista, sobretudo nos estudos sociais, antropólogo de grande categoria e depois mártir, porque teve muita perseguição política, ele teve que viver fora do Brasil, contribuiu para a fundação de muitas universidades da América Latina, deixou uma obra extraordinária, era marxista e eu vou-lhe contar uma pequena história que eu acho divertida. Eu fui professor da Católica do Rio de Janeiro durante dois anos e uma vez houve lá uma série de conferências com vários temas sobre o Estado e uma das conferências era o “Marxismo e o Estado” e foi o Darcy que foi fazer a conferência, Eu fui o encarregado de presidir à conferência, eram cursos de mestrado e o Darcy

explicou que a família dele tinha fugido de Portugal para o Brasil no tempo de D. Manuel I, já por perseguições políticas, ele naquela altura já tinha tido aquela operação ao cancro, já estava um bocado abatido. Portanto ele era brasileiro de 400 anos, isso estava estabelecido. E depois ele começou a falar na colonização Portuguesa, detestável a colonização, a escravatura, o transporte dos escravos, as minas, as culturas obrigatórias, a transferência da riqueza para Portugal, enfim, etc. Um panorama, e eu com cara de Presidente ouvindo. Bom, depois há o diálogo, e começaram os estudantes a fazer perguntas, até que uma moça levantou-se e disse assim: “Nós queríamos ouvir a opinião do Professor Adriano sobre o que disse o Professor Darcy Ribeiro” e eu disse “Olhe, o Professor Darcy Ribeiro, tem um prestígio enorme como cientista, tenho a certeza que ele, o sociólogo, o antropólogo e o historiador que ele é, não faz nenhuma afirmação que não tenha investigado e que não tenha comprovado e portanto eu não ponho em dúvidas nenhuma das coisas que ele afirmou, só queria fazer uma pequena observação é que quem fez isso foi o avô dele e não o meu”. Ora bem, eu era muito amigo do Gilberto Freire que toda a vida teve um grande contraste com as ideias do Darcy Ribeiro, como com o Fernando Cardoso também, e há uma coisa que eu acho extraordinário que mostra a grandeza do Darcy Ribeiro, se você ler as memórias dele, dois volumes, ele escreveu isto em dois livros no *Testemunhos* e no *Confissões* e que foi o seguinte. O Fernando Cardoso, que foi professor da Sorbonne e que passou a vida a criticar o Gilberto Freire, quando foi Presidente da República, declarou o ano dois mil o ano de Gilberto Freire, já ele tinha morrido, e o Darcy diz: “Assim como a Itália seria outra sem Dante, a Espanha seria outra sem Cervantes, Portugal seria outro sem Camões, o Brasil seria outro sem Gilberto”. É uma grandeza de espírito, porque a contradição de princípios, concepção do mundo e da vida não podia ser mais evidente. O que se passou desde então até hoje é espantoso, não é apenas a investigação e as publicações, a coleção que eles por exemplo têm do pensamento político que enche uma estante, as traduções dos grandes autores, enfim é surpreendente o que eles conseguiram fazer nestes anos. Ainda ontem, me telefonou um professor lá de Brasília que se reformou e que vem aqui algumas vezes e é até académico aqui, um professor de história da Universidade de Brasília, que de vez em quando me telefona para discutir a situação do mundo e avisar-me o que vai haver e como é que as coisas correm, para me dizer para eu fazer um volume com os artigos que eu tenho escrito sobre a decadência no ocidente. Ele disse,

"publica isso num livro, homem!". Eu disse que agora não há dinheiro para nada há crise aqui em Portugal. O Brasil também está a entrar em uma fria, não é? Como vocês dizem? Bem sei que agora é o ano da copa do mundo, depois disso ainda estará aquela euforia da copa, euforia dos jogos olímpicos, depois pode ser que se sintam. Nós tivemos a euforia do campeonato de futebol, construímos uma série de estádios que depois nunca serviram para nada, etc., mas enfim, o que eu digo daquilo que eu tenho visto no Brasil, sobretudo estive lá na comemoração dos 200 anos da independência do Brasil, o desenvolvimento do Brasil é uma coisa extraordinária e com esta evolução, eu acho que o que aconteceu na Europa é que a fronteira da pobreza subiu para o norte do mediterrâneo e isso não era verdade ainda no século passado, que foi ontem. Para as Nações Unidas, a pobreza passava para o sul do Sahara, neste momento passou para o norte do mediterrâneo, nós estamos nessa fronteira da pobreza infelizmente, é o que estamos. E para Portugal, com 92 mil quilómetros quadrados, poucos recursos, só há 2 janelas de liberdade que é o mar e a CPLP. E na CPLP o Brasil precisa de se empenhar porque o Brasil é que vai ser o líder da CPLP. Eu digo sempre líder do consenso, não líder da hegemonia porque os países não gostam disso, têm que ser hábeis. Mas o líder do consenso com certeza e até digo às vezes por graça aos meus amigos, "vocês levaram 150 anos para subir do oceano para o planalto, veja se descem mais depressa".

P2- Professor, qual foi o período que o senhor esteve no Brasil? E qual foi sua atividade acadêmica?

R: Eu estive no Brasil a dar aulas na universidade católica em 74 a 76, salvo erro, dois anos e meio, ou assim. Nasceu lá minha filha Isabel, carioca. E dei aulas no mestrado da Faculdade de Direito. Organizei até um curso que eu achei fascinante que era um curso da mudança, a "Comunidade Internacional em Mudança, o Direito em Mudança, a Sociedade Civil em Mudança", foi um curso muito interessante. Organizei o Instituto de Relações Internacionais e de Direito Comparado que funciona ainda, creio que o Diretor agora é argentino, que eu tenha ouvido, nunca mais tive notícias. Mas enfim estive aí, e fiz várias conferências pelas várias universidades, tenho vários títulos acadêmicos no Brasil, o último foi no Recife, há três meses ou quatro meses que eu fui ao Recife. Portanto aquilo começa em Manaus, São Paulo, Recife, Bahia e Rio de Janeiro.

Foi lá que eu escrevi o Manual de Ciência Política que aqui, em Portugal, vai na quinta edição.

P3- O Professor conhece algum projeto educacional de Darcy Ribeiro? O projeto educacional de Darcy Ribeiro que o senhor conhece é a Universidade de Brasília?

R: Sim de Brasília, é o único que eu conheço. Eu não era amigo íntimo de Darcy Ribeiro, eu só conheci o Darcy como professor e as suas obras.

P4- Professor, eu vou dizer o que o Darcy Ribeiro preconizava e depois fazer-lhe uma pergunta. Darcy Ribeiro preconizava a educação através do comprometimento político, a partir de um projeto de nação que apoiasse também um modelo de universidade que contribuísse para o quadro de justiça social. Na sua opinião, a universidade deve desempenhar esse tipo de papel? Outra coisa que o Darcy Ribeiro falava é que as universidades mais avançadas reconhecem a necessidade de conduzir intencionalmente a autotransformação, coordenando e fomentando a investigação científica.

R: Olhe, eu a impressão que tenho da nova universidade, que sempre tive e que julgo que ele também embora não a tenha talvez expresso, e que agora eu sustento, é a da quarta dimensão, essa expressão julgo que é minha, a quarta dimensão da universidade. A universidade tem tradicionalmente três funções, tem que investigar, tem que ensinar e tem que coordenar a interdisciplina. É muito difícil que Deus ponha as três capacidades na mesma cabeça e quando aparece uma pessoa rara que tem essas três capacidades, como era o caso do Darcy - o Darcy tinha as três capacidades, investigar, ensinar e coordenar - isso tem que ser relacionado com esta ideia de que não basta o saber, é preciso saber fazer e, portanto o saber tem que ser transmitido de maneira que a sociedade mude.

P5: Entendi Professor. O que o senhor entende sobre autonomia da universidade?

R: A universidade precisa de independência, autonomia, financiamento, nunca estar subordinada à economia de mercado. Mas ela está a evolucionar para isso. Os estudantes não são clientes, as propinas não são o preço, pertence ao direito financeiro, são taxas, isto é fundamental. Infelizmente isso está a sofrer uma ilusão com a filosofia do mercado que está a invadir tudo, incluindo Portugal, que

neste momento - eu estou constantemente a protestar quanto a isso - a universidade tem uma quarta dimensão e essa quarta dimensão é que subitamente - toda a ordem internacional mudou, os conceitos clássicos, a sabedoria clássica - foi ultrapassada. Não há fronteiras sagradas, a economia está a transformar as pessoas em números. Eu costumo dizer que a primeira comunicação sem fios foi do arcanjo São Miguel a Nossa Senhora e agora a outra que são as estatísticas. A estatística é a comunicação sem fios aos sábios da economia. Portanto a quarta função, a missão da universidade neste momento é racionalizar o globalismo, porque todos nós falamos em globalismo, mas ninguém sabe definir o globalismo. O Pascal dizia que o globo era uma circunferência, mas não tinha o centro em parte nenhuma. Portanto esta racionalização do globalismo com salvaguarda dos valores humanitários, da humanidade, a dignidade do homem etc, eu acho que é o quarto desafio da universidade. Mudou o mundo, mudou a época, mudou tudo, precisa-se racionalizar. E para isso tenho usado uma expressão como o faço há muitos anos, no outro dia fizeram-me uma homenagem, fizeram-me um quadro com o meu retrato e com uma coisa que parece que eu digo nos meus discursos - o eixo da roda: eu digo, "os valores são como o eixo da roda, a roda vai, anda, passa por todas as paisagens e mudanças, e o eixo acompanha a roda mas não anda, só acompanha a roda. O eixo da roda não anda." Portanto a universidade precisa ter essa função neste momento e eu achei interessante porque eles pediram para eu escrever o prefácio, e puseram a quarta dimensão da universidade, que aqui no prefácio eu falo disso.

P6- O Darcy criou a UnB e depois, 30 anos depois, foi a UENF. Para a UENF ele determinou que todos os professores teriam que ser doutores, isso para preconizar a pesquisa. E na nova Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, que também é chamada Lei Darcy Ribeiro, ele colocou na lei, que foi aprovada, que pelo menos um terço das universidades públicas e particulares deveriam ter o grau de doutor ou mestre. Na sua perspectiva, no que respeita às universidades portuguesas, acredita que existe um perfil atribuído às universidades enquanto formadores de cientistas?

R: Olhe, acho que a rede de ensino superior em Portugal precisa ser racionalizada. Eu fui Presidente durante sete anos do Conselho Nacional de

Avaliação das Universidades e durante esse tempo andamos a pedir constantemente ao governo que era preciso racionalizar a rede. E porquê racionalizar a rede? Porque depois da Revolução, sobretudo de 74, o Governo só prestou atenção à rede pública e manteve-a e deixou proliferar outras iniciativas. E eu sustento que não se deve fixar a atenção só na rede pública como aconteceu ao país, tem que ser na rede nacional. E a rede nacional tem a rede pública, universidades e politécnicos, tem a rede privada e cooperativa, tem a rede católica e tem a rede militar de ensino, que é importantíssima. Bom, nunca se conseguiu racionalizar isso. O resultado é que há uma desproporção entre a oferta de ensino e a procura neste momento. E sobretudo uma desproporção completa entre as formações procuradas e a capacidade no mercado para receber os licenciados. Para você ver a diferença, quando eu me formei, em Direito, tínhamos o Império, tínhamos duas Faculdades de Direito, Coimbra e Lisboa, formávamos por ano 90 licenciados, dava para o Império. Neste momento formamos talvez três mil licenciados por ano e devemos ter umas 20 Faculdades de Direito. O resultado é que o desemprego dos licenciados é enorme! Portanto, esta racionalização não foi feita e isso leva a verificar, facilmente, que a relação entre doutores e instituições precisa de alguma atualização. Posto isso, eu achei que foi um erro ter extinguido o ensino profissional que nós tínhamos e que era muito bom, as chamadas escolas comerciais e industriais. Que era uma coisa Napoleônica, o Napoleão achava que os soldados deviam saber ler, escrever e contar, porque tinham que contar as balas e contar as espingardas e quantos eram. Portanto, instituição primária. E depois precisavam de um coordenador de pequenos grupos, os sargentos, as escolas comerciais e industriais, os capatazes, etc. contramestres, etc. E depois a alta direção, universidade, "les grandes écoles" francesas, etc. Nós cortamos o ensino profissional porque foram extintas as escolas e o resultado é que há uma aproximação entre os politécnicos e as universidades em que os conceitos se misturam, isso é uma das dificuldades que temos que resolver porque não tem que ver com a qualidade, tem que ser alta qualidade, mas esta espécie de separação entre o saber - que seria a universidade - e o saber fazer - que é o politécnico - tem provocado uma espécie de mestiçagem, essa é uma tendência antiga portuguesa - fazer a mestiçagem - e sobretudo a gente militar que tem escolas muitíssimo boas, vivem como que à parte, embora haja muito professor universitário que dá aulas lá, mas não está bem organizada numa rede. Isso é o

que eu acho que nós precisamos de fazer em Portugal. Há, em todo caso, Faculdades em que a cooperação de grandes profissionais é absolutamente necessária, por exemplo, Arquitetura. Qual é a faculdade que não quereria o Niemeyer, a saber fazer, não é verdade? Portanto não sou extremista nisso, é bom chamar pessoas, mas o cerne não pode ser esse, mas conforme as áreas. Por outro lado, a meu ver, nós fizemos uma evolução que foi a separação entre as humanidades e as ciências duras. Essa separação está a ser má para a humanidade, é preciso reaproximar os saberes, portanto aí tem outra coisa importante a fazer. Depois há o corte entre as gerações, as gerações mais velhas não acompanham o progresso técnico e científico e é preciso aproximar também. Já começa a haver ensino para a terceira idade, nós temos aqui na Academia o ensino para terceira idade. Outras coisas que temos que fazer, sobretudo a guerra, de 39-45, desenvolveu a interdisciplina. E por quê? Porque os Estados Maiores, na guerra de 39-45 comandaram exércitos que tinham todas as etnias, religiões, hábitos e costumes, tiveram que começar a chamar antropólogos, sociólogos para organizar isto e isso era até uma grande contribuição para a interdisciplina. Mas o avanço da ciência, da técnica e a necessidade que as humanidades se articulem, leva-me a pensar que a classificação científica das disciplinas têm sempre uma definição temporal e nós chegamos ao período da transdisciplina. É preciso fazer uma nova definição, isso é o que penso. É fácil dizer, para fazer leva muito trabalho.

P7- Darcy Ribeiro também dizia que a universidade tinha caráter ambíguo. A universidade, ao mesmo tempo que é um agente transformador de transformação social e de progresso, também é fator de estratificação social. A universidade tem esse caráter ambíguo e de conservadorismo, surgindo da sociedade e transformando a própria sociedade. Crê o senhor que esse caráter ambíguo da universidade se encontra também presente na universidade portuguesa?

R: Eu julgo que já esteve mais presente do que está hoje. Nós hoje, já todas as universidades aceitam, porque em que é que se traduzia isso, num corpo fechado e até nalgumas faculdades pais e filhos entravam na universidade e faziam a carreira na universidade. Neste momento já é uma prática comum que, por exemplo, se eu abrir um concurso na minha universidade, vêm de toda a parte fazer concurso. A universidade já não fabrica ela só, os seus agentes, isso

já é uma coisa aceite. E, por exemplo, ainda no meu tempo os doutoramentos no estrangeiro não eram reconhecidos, neste momento são reconhecidos. Quer dizer, o avanço foi muito grande, mas não há dúvida que durante muito tempo houve períodos em que as universidades, como todas as instituições, eram fechadas e de difícil acesso. E isso é grave porque no fundo corta a função da universidade com a evolução da sociedade e de repente está estudar uma coisa que já não há. A sociedade já desapareceu. De maneira que, eu julgo que neste momento a internacionalização avança, os grandes passos como é o caso da União Europeia aceleram isso. Nós temos, mesmo aqui em Portugal, um grande número de professores que já fazem doutoramentos no estrangeiro, nos Estados Unidos, na Inglaterra em vários sítios, julgo que está a melhorar muito. De maneira que eu acho que está a melhorar muito isso. Aqui há 2 anos houve uma reunião em Bragança, imagine lá no norte do país que foi onde eu nasci, na Associação das Universidades de Língua Portuguesa, que é uma associação que existe, o Presidente até era brasileiro, e quando fazem essas coisas em Bragança em geral convidam-me para lá ir, e eu que sou de lá fui. Estavam reitores de várias universidades de África e vários sítios, dos países onde se fala português, e eu tive interesse em ver o currículo deles. E o número de doutores pela Rússia, pela Alemanha, pela Inglaterra e pela América são vários, desses países. E fui eu quem introduziu o ensino superior nas colónias portuguesas, fui eu que fundei os Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique e eles já cá estavam, já cá estavam na reunião. Bom, uma das coisas que me dá satisfação porque com o anti-colonialismo, ter sido Ministro das Colónias, podia ser uma coisa terrível. O ano passado eu tive que ir até Cabo Verde para ser Doutor, o primeiro Doutor *Honoris Causa* da Universidade de São Vicente, trataram-me muito bem e eu gostei. Tem uma honra que eu acho meio duvidosa, mas nenhum português tem. Há uma rua em São Tomé que se chama Rua Ex-Adriano Moreira, o que acha? É tão divertido, não é? Rua Ex-Adriano Moreira.

IB- Professor Adriano Moreira, muito obrigada pela sua contribuição e pelas notas interessantíssimas que me forneceu.

AM- Desejo-lhe um excelente trabalho, se precisar de mais alguma ajuda diga.

ANEXO VIII

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

Nome: Professora Sônia Martins de Almeida Nogueira

Cargo e Função Atual: Professora de Pedagogia da UENF

Data e Local da entrevista: 26/08/2015, Campos dos Goytacazes

ENTREVISTA - Roteiro de Perguntas:

P1- Professora, como conheceu o antropólogo e educador Darcy Ribeiro?

R: Antes de começar realmente a lhe responder quero que fique registrado, pois eu quero agradecer a você por me ter incluído entre os entrevistados, porque é muito bom a gente falar das memórias que a gente tem da construção da UENF que pude participar dela, acho que foi um marco extremamente rico na vida acadêmica e pessoal que tenho. Então como conheci? Na verdade, viver nos anos 80 na área da educação, não se poderia falar de educação sem a presença de Darcy Ribeiro. É claro que a gente já conhecia alguma coisa, algo da produção dele, pois vem desde a época da Universidade de Brasília. A presença dele na minha vida profissional aconteceu antes da Universidade de Brasília, pois ela data da época de 60 e eu já estava no campo da educação mas não trabalhava ainda com o ensino superior e me entusiasmei muito com o modelo da Universidade de Brasília, mas não o vivenciei. Então quando você pergunta como conheci, vou-me prender à questão de como conheci pessoalmente. Eu cheguei à UENF a convite de Darcy, por intermédio do professor Cândido Alberto da Costa Gomes Alberto Gomes que era assessor no Senado, para fazer uma palestra aqui já na UENF, em setembro de 93, e foi quando eu tive a oportunidade de interagir pessoalmente com o Darcy Ribeiro pela primeira vez. Voltei para uma segunda palestra e quando chegou em fevereiro de 94, eu me havia ausentado do Brasil e só voltei quase no início de fevereiro de 94, fui chamada então à Secretaria Especial de Educação no Rio de Janeiro, na Bartolomeu de Gusmão e Darcy Ribeiro havia-me convidado a conversar com ele e eu fui. Para minha surpresa me recebeu no gabinete, conversou comigo, tocou em alguns pontos do projeto dele na área de educação na UENF e depois ele mandou chamar todo o grupo que trabalhava com ele na Secretaria Especial. E nós estávamos sentados ao redor dele, e uma observação: ele ficava descalço no gabinete dele, ele não usava sapatos, (risos).

E ele me disse que tinha chamado as pessoas para apresentar a pessoa que iria ser responsável pelo projeto na área de educação do Centro de Humanidades da UENF. Você pode imaginar o susto que eu levei, até porque eu tinha certo cuidado em me aproximar das idéias de Darcy Ribeiro, que por ocasião do lançamento do Projeto CIEP, eu já era da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nós cobramos muito para que ele identificasse nesse projeto a Escola Parque, de Anísio Teixeira, na Bahia e ele omitia sempre. Vanilda Paiva foi uma que cobrou isso de uma maneira mais agressiva e ele acabou dizendo que esse modelo tinha sido adequado naturalmente com a atuação do tempo e do espaço, mas tinha sua origem na idéia da escola de Anísio Teixeira. Então, Darcy Ribeiro de repente não me conhecia, apenas tinha ouvido minhas palestras, não me conhecia no sentido de que não tínhamos uma interação no plano da política do PDT, e na própria Secretaria do Estado de Educação. Eu trabalhava na Secretaria, mas não tinha nenhuma presença, acho que nessa época já tinha até me afastado do Estado. Pois bem, a minha reação inicial foi dizer “Senador, eu queria dizer ao senhor que eu não voto no senhor, não voto em Leonel Brizola, não comungo de toda a ação política do PDT, dos pressupostos da ideologia acima e queria que isso ficasse muito claro”. E ele disse: “E eu não sei? Você pensa que eu estou fazendo isso sem ter estudado seu currículo, procurado saber quem você é?! E eu não estou aqui para você dizer sim ou não, estou dizendo que você a partir desse momento assume a responsabilidade da área de educação da UENF”. Bom, então foi assim que eu conheci Darcy Ribeiro, no sentido que ele soube o meu nome e nós pudemos interagir.

P2- Qual o seu relacionamento com Darcy Ribeiro na área de Educação?

R: Foi a partir daí que nós passamos a ter muitas conversas, e eu fiz um projeto para o que seria o laboratório que nós chamamos na época de Laboratório de Ciências da Educação e Comunicação, porque ele tinha um projeto de criar uma faculdade de Educação e Comunicação como você pode ver no plano diretor da UENF. Então, nós começamos a discutir, tínhamos pontos convergentes e divergentes, sobretudo no que diz respeito à formação de professores porque o Darcy não fazia uma leitura, digamos, muito semelhante à minha do papel do professor e do pedagogo. Ele considerava o pedagogo um profissional, que apesar da sua denominação, não era competente para levar à frente qualquer projeto pedagógico. Com isso, com uma proposta de formação de pedagogos

aqui na Universidade, nós tínhamos muitas discussões. Aprendi muito com o Darcy no sentido da utopia, ele tinha uma capacidade de uma estrela impossível lá que um dia ele iria alcançar, acho algumas vezes de um modo Quixotesco e acho que, às vezes, em uma teoria de Hobbes, Leviatã, que ele era dono do poder e então pelo simples fato dele anunciar idéias, elas iriam se concretizar necessariamente. Bom, o projeto pedagógico de Darcy que conheço e no qual eu me envolvi foi a montagem do Projeto Pedagógico na área de Educação aqui na Universidade. Há uma publicação “A Universidade do Terceiro Milênio”, que nós conhecemos como Livro Azul, no volume III, onde eu apresento essa proposta e enfim, pode-se ver o que nós pensamos de um projeto, de fazer um laboratório, que necessariamente estariam presentes, o ensino e a pesquisas, indissociáveis e de algum modo já havia o germe da extensão. Eu tenho aqui o que ele diz sobre o que seria uma faculdade de Educação e o futuro da Universidade, o futuro do professor, na verdade, através da própria palavra do Pedro Demo, que tem seu artigo nesse volume ao qual eu me referi, e ele diz: “Educação de vanguarda, signo maior da Universidade moderna, é gestada nos cursos de educação, cuja qualidade deveria estar acima de qualquer suspeita”. Então eu defendi muito junto a Darcy a minha perspectiva de que aqui, o centro de uma humanida, ao abrigar a Faculdade de Educação ou qualquer outro nome que se der a essa instituição, ela seria o foco irradiador de todo o pensamento da Universidade, que se entenderia a importância, já que todos nós, que viríamos a atuar aqui e estávamos envolvidos nesse projeto de construção da UENF, todos nós seríamos professores. Então aqui seria esse polo irradiador. Ele não me contrariava nisso, ele considerava realmente que nós teríamos um projeto pedagógico tão bem elaborado e vou aqui repetir palavras dele, que estão na página 54 do Terceiro Milênio: “Em seu plano orientador elaborado pelo professor Darcy Ribeiro, a UENF se apresenta como instituição acadêmica que se propõe a atuar muito empenhada no cultivo das humanidades clássicas, nós temos como orientação essencial o seu agir no campo do saber científico e tecnológico”. Agora, há aí uma contradição muito interessante, eu não sei onde anda a planta da UENF, ela durante muito tempo ficou exposta no hall da Reitoria e depois ela desapareceu e eu não sei o que aconteceu, mas quando a gente olha a planta que foi feita, os prédios do CCT, CCTA e CBB estão lá, mas não tinha nenhum prédio do então CCH, não tinha nenhum espaço físico destinado a essas humanidades clássicas, havia projeto de dois CIEPs, um que cuidaria

do primeiro segmento do CIEP e outro segundo que são hoje onde se instalam o CCH e a Reitoria, mas não havia uma destinação de um espaço físico para este Centro de Humanidade e eu sempre achei isso um contrassenso, alguma coisa que eu perguntei uma vez a ele: “Professor, eu não vejo aqui um centro de humanidades”, e ele disse: “Ah, isso aí foi uma planta do Niemeyer”, e eu disse: “Eu sei que foi ele, mas ele fez o que disseram para ele, o que teria de existir aqui”. E ele simplesmente mudou de assunto e não me deu nenhuma resposta a respeito disso. E perguntei também a outros reitores da Universidade, mas ninguém achou que eu tinha um questionamento importante, nenhum deles daqueles que eu conversei.

P3- Na sua perspectiva, como descreveria a intervenção protagonizada por Darcy Ribeiro no Sistema de Educação Superior Brasileiro?

R: Volto a dizer que Darcy era capaz de perseguir realmente uma estrela impossível e eu extraio daqui deste texto, do meu próprio texto na Universidade do Terceiro Milênio, o que pode responder a você, Isabela, desculpa usar isso, mas às vezes a gente teme não organizar bem as idéias, digo, de construir um argumento no qual você possa trabalhar com certa densidade. Está na página 53: “É possível atribuir a vários determinantes o comportamento da Universidade...” (E venho argumentando de que a Universidade não está efetivamente cumprindo seu papel de *Universitas*) “...que torna pouco efetivo seu diálogo crítico com a realidade, e se configura ao seu fator restritivo necessário posicionamento na vanguarda da educação, ciência e tecnologia, este determinante é de ordem histórica, conceitual e estrutural, nutridos pela cultura organizacional gerada nas instituições e pela burocracia e centralização estabelecidas pelos modelos dominantes sementeiras da rotina, do corporativismo, do descompromisso, de interesses particulares e de tantos outros dados da realidade que fazem o percurso da Universidade para mediocridade e resistência à mudança”. E eu escrevi isso pensando exatamente nessa contribuição, nessa intervenção que o Darcy fez no Sistema Universitário, ele desnudou o que a Universidade vinha fazendo, e eu volto a acentuar o “percurso para mediocridade e resistência à mudança”. Não se pode esquecer que eu vinha da UFRJ e lá eu sentia presente esse descaminho, e Darcy traz com a proposta dele da UnB e da UENF uma nova possibilidade de fazermos com que a Universidade realmente rompesse seus muros e fizesse uma leitura

crítica da realidade, porque não se fazia. Quando eu era criança brinquei muito de roda e tinha uma canção da Margarida que ficava no castelo e que era preciso tirar pedras, tirando uma pedra, duas pedras, até que desmontávamos o muro que impedia Margarida de vir conviver com quem estava no entorno. Então eu acho que o Darcy começou a tirar as pedras dos muros das Universidades ou, pelo menos, nos dizer que era preciso que tirasse aquelas pedras e, para mim, até me emociono com isso porque era uma visão que a gente tinha, naturalmente muito mais modesta, talvez não muito bem desenhada ou não muito nítida como as idéias eram na cabeça dele, mas ele trouxe realmente essa noção de dizermos que a Universidade não está fazendo o seu papel.

P4- Darcy Ribeiro preconizava a educação, através de um comprometimento político, a partir de um projeto de nação que se apoiasse também num modelo de universidade que contribuísse para um quadro de justiça social. Considera que Darcy Ribeiro pode ser visto como alguém que estabeleceu o “marco divisório” entre o conceito de ensino superior e de universidade no Brasil?

R: Bom, a pergunta mostra esse outro texto que é uma publicação feita sob coordenação da professora Ailton Mota de Carvalho e de Maria Eugênia Ferreira Totti, não sei se você tem a formação histórica e econômica do Norte Fluminense então eu digo o seguinte: “Darcy Ribeiro buscou inventar uma Universidade em que a Pesquisa, o Ensino e a Extensão se integrassem no estudo dos temas e problemas que se apresentasse mais relevantes para o desenvolvimento do Brasil expressando sua crítica à maioria das nossas Universidades que em seu julgamento “jamais alcançou o nível de proficiência e integração propriamente Universitária a qual tem direito de aspirar, funcionando como um conglomerado de unidades articuladas entre si e submetidas a uma densa estrutura burocrática””. Quer dizer, Darcy veio desconstruir isso, novos ventos sopraram, digamos assim, no âmbito da discussão acadêmica, da necessidade de tirarmos os muros para Margarida, que era a Universidade, ficar lá em seu castelo sem enxergar a realidade. Bom, aí você pergunta: “Considera que Darcy Ribeiro estabeleceu o marco divisório entre o Conselho de Ensino Superior Universitário no Brasil?” Eu não diria que ele estabeleceu esse marco divisório porque eu entendo que é um processo de construção, e que ainda está em construção. Ele quis inventar uma universidade nova, ele inventou, mas a invenção não termina

porque não há um artefacto, um ponto, em que ele possa registrar patente, permanece em construção, aí sim o conceito de Ensino Superior Universitário no Brasil precisou ser repensado a partir do pensamento de Darcy Ribeiro, sem dúvida alguma não só dele, mas a minha experiência e vivência são em relação a ele.

P5- As universidades mais avançadas reconhecem a necessidade de conduzir intencionalmente a auto-transformação, coordenando e fomentando a investigação científica, mobilizada para servir os projetos de expansão nacional e fazer frente à competição económica internacional. A liberdade acadêmica fica restrita sem direito a escolha relativamente aos temas prescritos nos contratos de financiamento. Na sua perspectiva, qual foi o pensamento de Darcy Ribeiro sobre autonomia universitária?

R: Você faz um introdutório que eu não preciso repetir porque você o tem, e é muito interessante, pois nós vamos ver o Darcy falar de autonomia universitária, na Lei 9394/96, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que fala de diferentes níveis de ensino e o texto dele foi o que o Senado aprovou e que se tornou o texto legal tanto que ela é chamada de Lei Darcy Ribeiro, e nessa época dos anos 80, nós estávamos vivenciando uma partidarização da universidade e uma perda muito grande da hierarquia universitária fundamentada não na estrutura burocrática mas na questão do mérito, da excelência, do conhecimento. Ou seja, o professor tinha um papel que era dele, não podia ser confundido com o do aluno e o aluno tinha o dele, e esse professor era o mediador, entre o aluno e o conhecimento, mas estava se perdendo isso na universidade por uma vivência em todo o país de uma remodelagem do nosso Estado, da nossa organização jurídica e política uma vez que estávamos saindo de um regime ditatorial em busca de um Estado democrático, passamos a ser Estado Democrático de Direito. E Darcy diz nesses documentos que, nós temos, o Terceiro Milênio e em outros escritos dele, que fala do progressivo avanço da perda por parte dos alunos da leitura sobre o papel do professor, essa função do professor mediador entre o aluno e o conhecimento, não que ele seja construtor do conhecimento, pois isso é o próprio aluno, cada um constrói o seu conhecimento, mas que esse professor extremamente competente, pesquisador, interessado cada vez mais em se aprofundar no sentido de expandir na sua área de conhecimento mas que ele permanecesse o mediador, e até no sentido de

que o aluno aprendesse a aprender, buscar esse conhecimento sozinho. E aí você vai ver que ele diz no artigo 53: “Ele começa no exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades sem prejuízo de outros as seguintes...” e em seguida ele dá uma série de atribuições que descrevem bem o que seria essa autonomia universitária, não há necessidade de eu ler aqui para você porque na verdade ele tem dez incisos e depois ele tem um parágrafo único em que ele atribui aos colegiados de ensino e pesquisa em seis incisos, quais são as atribuições desses colegiados. Então ele procura de certa forma, assegurar a autonomia da universidade, e dando força à presença desses colegiados e lá na frente quando ele começa a trabalhar a questão da gestão ela reforça o que está lá na própria Constituição, que é a gestão democrática com um princípio de um país de modo geral, e, portanto, na universidade. E na autonomia da universidade ela vai exigir que os seus colegiados sejam realmente o espaço de participação, você não pode falar de gestão democrática sem participação dos atores sociais que estão naquele ambiente, e necessariamente ele assegura essa autonomia, mas claro, assegura no texto legal, isso não quer dizer que as universidades a vivenciem. E ele prossegue no artigo 54, aí preso naturalmente à questão das universidades mantidas pelo poder público, porque em relação ao poder privado o Estado não pode intervir, por exemplo, nessa questão de gestão, mas no artigo 56, ele fala o que eu acho que é dar corpo a essa questão de autonomia, as Instituições Públicas, porque impor procedimento de gestão democrática as privadas, mas no caput do artigo diz: “As instituições públicas de ensino superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada à existência de órgãos colegiados deliberativos”, então está aqui a autonomia das universidades, não encontrei de uma maneira mais concreta se não aqui o que ele pensava, pois esse foi elaborado por ele, logicamente com assessoria, participação de muita gente, mas foi o que ele acolheu, então esse seria a meu ver o pensamento sobre a autonomia universitária.

P6- Darcy Ribeiro dizia que as análises sobre a crise da universidade latino-americana eram feitas em função dos dilemas, que se dissolvem em ambiguidades: humanismo-practicismo, cientificismo-profissionalismo, elitismo-massificação, todos esses dilemas eram falácias, uma vez que não propunham opções reais para os problemas da universidade latino-

americana. No seu entender qual terá sido a sua contribuição para o debate sobre as Reformas Universitárias do seu tempo?

R: Acho que de alguma forma eu já respondi a você, porque não tem nenhuma marcação minha aqui, mas, uma contribuição extremamente rica, me considero uma pessoa privilegiada por ter convivido com ele, embora como disse, nem sempre as vezes com convergência, muitas vezes com divergência.

P7- A UENF foi a primeira universidade brasileira a exigir o grau de Doutor a todos os seus docentes, estabelecendo, desse modo, o parâmetro mínimo exigido para a constituição do corpo docente de modo a assegurar um padrão de excelência. De acordo com esta afirmação, qual acha que era a importância que Darcy Ribeiro atribuía à universidade enquanto formadora de cientistas?

R: Bom, vamos em frente, a UENF foi a primeira universidade brasileira a exigir o grau de doutor, então você pergunta: “Qual a importância que Darcy Ribeiro atribuiu à universidade enquanto formadores de cientistas?” Isabela, se a gente atentar ao projeto no plano diretor da Universidade, quando ele pensa a Universidade, ele fala de duas fidelidades essenciais e a primeira é a seriedade da própria pesquisa “que não devem nunca ser convertidas a uma simulação como se todo docente devesse estar sempre pesquisando, a pesquisa científica e humanística exigem cuidados de preparação científica bem como recursos de materiais de experimentação, a segunda fidelidade obrigatória da universidade são os padrões internacionais do saber que como um empreendimento coletivo de toda a comunidade científica mundial em níveis claramente mensuráveis, que precisam ser alcançáveis e mantidos”, neste momento Darcy está nos falando de uma universidade formadora de cientistas, me lembro de uma fala dele que foi muito engraçada pois ele reclamou de uma cara que fiz para ele, porque ele disse que essa Universidade formaria setenta por cento de cientistas, daí os nossos docentes todos teriam que ser doutores, porque nós estamos na sociedade do conhecimento e era preciso, que estivéssemos muito atentos a isso, os outros vinte e cinco por cento seriam profissionais extremamente bem preparados para atuarem no campo da tecnologia com fundamento na ciência que eles conheciam, mas não seriam necessariamente cientistas, e os cinco por cento que restassem poderiam ser professores, e foi aí que ele não gostou da cara que eu fiz, porque nesse momento, no meu entender, separou o professor

como eu entendo do seu conhecimento científico, do seu aprofundamento na ciência, mas era uma visão muito comum porque até hoje não se acredita numa ciência da educação, se falam em ciências da educação que, como costume dizer, é um grande rio que tem afluentes, então essas ciências são afluentes mas nós ainda não fizemos a construção de um estatuto da ciência da educação, fica um pouco difícil de argumentar com nossos cientistas que nós fazemos ciência, mas acho que Darcy foi extremamente feliz quando ele exigiu o grau de doutor para a UENF, acho que essa é uma das maiores razões para as quais a UENF estar hoje, em pouco tempo de vida, entre as 15 universidades brasileiras e ter ganho pelo terceiro ano seguido o prêmio PIBIC/CNPQ de Iniciação Científica. Então Darcy realmente pensava em uma universidade para produzir cientistas, porque ele nos entendia em uma sociedade do conhecimento.

P8- Na década de 60, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro pretendiam criar uma universidade para fazer dela uma universidade de quarto nível, só dedicada à pós-graduação. Do seu ponto de vista, qual era a importância dos programas de pós-graduação para Darcy Ribeiro?

R: Darcy entendia que na pós-graduação você efetivamente formava um cientista, tanto que alguns de nossos cursos já começaram quando a UENF começou a desenvolver suas atividades como universidade, e essas áreas do conhecimento já começaram com programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, então ele dava uma importância muito grande aos programas de pós-graduação porque eles são verdadeiramente a sementeira do cientista. Na graduação acho que me equivoquei, a graduação seria a sementeira do cientista porque temos a iniciação científica, mas é na pós-graduação que você encontra terra arada e semeada para que esses cientistas possam germinar, possam crescer. E não estou falando só da metodologia da pesquisa científica não, é o pensamento cientista, quando a gente torna concreto esse percurso, que a gente faz do censo comum para o pensamento científico, aí ele se concretiza. Penso que por isso ele achava tão importante e a luta dele para que começássemos já. Eu não conheço nenhuma universidade brasileira até o presente momento, que tenha começado com graduação e pós-graduação, mestrado e doutorado, *stricto sensu*, esses programas todos foram implementados ao longo do tempo. Não conheço os projetos dessas universidades federais recentemente criadas, infelizmente eles não estão ao

alcance, não têm sido divulgados pela Internet, a gente até procura, mas não conheço, nos encontros, no espaço acadêmica a gente tem, ninguém fazendo menção a esse tipo de experiência. A nossa Universidade realmente, foi a pioneira e atribuo isso à importância que Darcy dava, consagrava, aos programas de pós-graduação.

P9- Darcy Ribeiro acreditava que boa parte dos problemas do sistema educacional brasileiro se devia ao modelo de universidade vigente, conservador e descomprometido com a sociedade. De entre os seus projetos pedagógicos qual considera que terá obtido maior sucesso?

R: Bom, entre os projetos pedagógicos de Darcy, o que obteve maior sucesso foi o da UENF porque o da UnB não foi a frente com seu projeto original. Eles estão agora buscando reconstruir seu projeto original, os CIEPs alguns deles funcionaram, mas foram poucos, o discurso oficial chegava dizer 87 CIEPs funcionando de acordo com seu projeto, na verdade, havia, no máximo, oito funcionando efetivamente como projeto, os outros careciam de uma série de possibilidades de realmente levar tal como o projeto tal como ele se apresentava. Então, considero que a UENF como projeto pedagógico, todo projeto pedagógico é político, a educação é um ato político, ela é eivada da ideologia de quem constrói os projetos e eu vejo a UENF como o que teve maior sucesso. Talvez algumas pessoas possam dizer a você de outros experimentos, mas dos que eu conheço, é esse.

P10- Darcy Ribeiro considerava que a universidade tinha carácter ambíguo: “ao mesmo tempo que é agente de transformação social e progresso, também é fator de estratificação social e conservadorismo, surgindo da sociedade e transformando a própria universidade”. Crê que este carácter ambíguo de universidade de que Darcy falava se aplica, atualmente, à UnB ou à UENF?

R: Esse caráter ambíguo da universidade foi muito discutido no campo da sociologia nos anos 70, quando chegaram ao Brasil de uma maneira mais efetiva, as teses de Pierre *Bourdieu* e de Jean-Claude *Passeron* em que a escola foi duramente criticada, depois construída a teoria crítico-reprodutivista, a escola foi duramente criticada, mas os sociólogos reconheciam a escola uma função mantenedora, uma função transformadora, e a universidade não deixa de ser uma escola. Essa função que ele critica, estratificação social e

conservadorismo, ela permanece, porque não há como a sociedade instituir, pensando por exemplo na nossa área jurídica, não pode ter uma construção de uma instituição que vá por si só ser instrumento de desconstrução daquele modelo a partir do qual a sociedade se organiza, mas ao mesmo tempo a gente tem que pensar nesse caráter inovador, nessa capacidade de transformação porque os atores sociais que estão ali estão interagindo. Você tem as diferentes culturas, a cultura organizacional daquela instituição que é construída pela cultura escolar, que é essa que os alunos vão buscar, que acentua a dimensão cognitiva e você tem a cultura da escola que é construída pelos professores, pelos funcionários, os alunos, a comunidade que interage, cada um com sua cultura, sua construção. E aí, como não ser transformadora se ela está a todo o tempo sendo crítica da realidade vivenciada? Então, embora a sociedade gere uma instituição que deve reproduzi-la e não ameaçá-la, ela busca envolver pessoas e até, de certa forma, proporcionar ambientes que gerem a capacidade da crítica, ela vai ter essa função de transformação. Eu não vejo um momento em que ela possa ser só agente de transformação social e progresso, ela também será como tal, como instituição social, aquela que será um fator de estratificação social e de conservadorismo, estão aí os embates do meio acadêmico, as discussões, as questões ideológicas que perpassam o discurso do professor, não podem ser diferentes, ele pensa, critica, a partir da sua própria cultura. Então seria, a meu ver, impossível que não estivessem presentes essas duas funções, transformadora ou inovadora e a conservadora. O Darcy quis dar ênfase à função de transformação social e progresso que cabe à universidade. Sim, nós todos quisemos dar ênfase, mas não cabe a nós pensarmos uma universidade sem ser como uma instituição social. Então, por que quando a gente conhece uma universidade que tem uma realidade cultural totalmente diferente da nossa, como eu conheço, por exemplo, a Universidade de Oman, em que o islamismo está presente, como é que nós vamos ter uma universidade que a gente possa fazer crescer muito essa questão da transformação social, quando ela se organiza toda a partir dos pressupostos dos princípios do que é preconizado pela religião islâmica? O país não é laico, então você entende, lá, quando entra no auditório para assistir a uma palestra no congresso internacional que você tem que se sentar, olhando para a mesa, do lado direito pois o esquerdo é dos homens, e além disso, tem que sentar atrás, porque à frente é sempre dos homens. E em que momento essa sociedade vai reagir para ser

transformadora? Você até vê na biblioteca, já estive lá duas vezes, você encontra pensadores ocidentais sim, eles enviam muitos dos seus alunos, vão fazer pós-graduação na Inglaterra, na França, na Alemanha, mas eles estarão sempre sob o manto de um Estado que não é laico, a transformação vai ocorrer? Vai, certamente que vai, porque nós estamos em constante movimento de transformação, toda a humanidade muda, mas não da maneira que ela ocorre aqui no Brasil, e é engraçado que quando a gente vê essas universidades muito tradicionais, você ouve o discurso dos colegas naqueles confrontos acadêmicos, discursos avançados em relação à transformação da sociedade, e eles são carregados de preconceitos em relação a pessoas oriundas de classes sociais menos favorecidas. Olha a dificuldade que tem de se entender o que é o problema das cotas raciais no Brasil, é muito difícil essa questão para a gente responder, e acho que isso se aplica atualmente à UnB e à UENF, esse caráter não desapareceu porque nós, pessoas que estamos aqui, não mudamos muito a nossa posição. Engraçado que você pode dizer: “Ah, os professores antigos...”, que estamos muito tempo na carreira universitária, há muito tempo no magistério, não somos necessariamente os mais conservadores, às vezes encontro colegas muito jovens aqui, considerando a minha faixa etária e o tempo de magistério deles, eles são muito jovens mas a cabeça deles é muito mais para proporcionar essa estratificação social e esse conservadorismo do que a transformação social e o progresso porque somos pessoas que você cita aqui, então eu tenho certeza que se aplica.

P11- Em 1961, Darcy Ribeiro foi o principal mentor da criação da UnB. Vinte anos depois, em 1993, protagoniza a criação da UENF. Na sua ótica, se Darcy Ribeiro estivesse vivo, que diria ele sobre a atual estrutura e funcionamento da UnB e da UENF?

R: Olha, da UnB eu não saberia dizer por que eu precisaria estar muito à parte de todo o movimento que está ocorrendo dentro da UnB, porque sei que é um movimento forte no sentido de recuperar não o modelo antigo, porque esse modelo já ficou no tempo, já pode ser muito questionado, mas o modelo que estivesse aos pressupostos fundamentais orientadores. Da UENF, acho que ele ficaria muito triste de ver como nós estamos tendendo a uma universidade mais conservadora, mais reprodutora do modelo das grandes universidades federais do Brasil que estão aí, eu estou vendo a UENF hoje muito mais próxima do que

eu vivenciei como modelo estrutural da UFRJ do que o modelo estrutural que foi implantado por Darcy Ribeiro. A começar pelo que hoje se entende como laboratório, a nossa estrutura de laboratório. Hoje, a meu ver, o laboratório é mais visto como um departamento e aquela presença de várias áreas de conhecimento dentro de um mesmo laboratório, o interagir dessas áreas que é tão rico, tão necessário, isso de certa forma está desaparecendo, os laboratórios estão se caracterizando por uma presença mais de acordo com sua denominação no sentido de que, se aqui for um laboratório de física eu só posso ter física, enquanto a gente sabe que não faria mal nenhum ter alguém de filosofia lá, alguém que pensasse na sociedade, na história da humanidade, na construção do saber humano, muitos físicos faziam isso.

P12- Darcy Ribeiro exerceu grande influência no meio político e acadêmico brasileiro aquando da criação da Universidade de Brasília - UnB e da Universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Do seu conhecimento sobre este assunto, que esperava Darcy Ribeiro obter com a criação de uma nova universidade com as características da UnB e da UENF e qual terá sido o maior desafio que ele enfrentou no momento da criação de ambas as universidades?

R: Acho que o maior desafio foi ele mesmo, ele conseguir represar as idéias dele, porque eu costumo dizer que Darcy falava como águas correntes (...). Em uma ocasião eu custei muito a entender essa fala dele e depois eu entendi, nós estávamos em uma discussão sobre algumas coisas que ele queria para a Faculdade de Educação da UENF, e eu disse: “Mas Senador, o senhor ontem concordou comigo e eu saí daqui com coisas traçadas, estou trazendo hoje o resultado de uma noite mal dormida, pois o senhor exigiu que trouxesse hoje e agora está dizendo absolutamente o contrário?!” (...) e ele me disse: “Eu não sou responsável pelas minhas idéias”, e eu fiquei chocadíssima, se ele não era responsável pelas idéias como ousaria tê-las?! Quer dizer, ele joga as idéias e deixa que elas tenham vida própria e é assim que tem que ser, ele era inovador, ele era extremamente criativo. Então as idéias brotavam e ele lançava, se alguém conseguisse se entusiasmar por essa idéia e pudesse levá-la a um ato de concretização, ótimo, as idéias eram boas, ele se achava também uma pessoa de criar grandes idéias, de ler o mundo de uma maneira extremamente competente, e ele era, mas ele se achava e se dizia. Então depois eu entendi

que nenhum de nós é responsável pelas próprias idéias no sentido de que não podemos aprisioná-las, temos que deixá-las fluir, e naturalmente procurar fazer com que elas se concretizem. Então eu penso que o maior desafio que ele enfrentou foi esse, ele tinha muitas idéias, discutia com pessoas mais conservadoras, ele discutia com pessoas mais tradicionais, você pensa, nos anos 60, apesar de toda entrada do movimento esquerdista mais forte, muito iluminado pela revolução cubana, um pensamento marxista, mas ele também enfrentava pessoas que não era marxistas, ou aquelas pessoas que de certa forma conjugavam o verbo marxista, mas faziam já sua crítica, porque as tese de Marx e as próprias teses da revolução cubana, não estavam na realidade brasileira, então enfrentou o desafio de realmente trazer, primeiro ao novo, nós temos uma grande rejeição ao que novo, acho que isso vem da nossa herança judaico-cristã, a novidade pode representar uma ameaça ao paradigma ontológico, ao mundo que Deus criou, é assim que Deus criou e é assim que nós temos que entender. Então a novidade, voltando para a Idade Média, vamos ver a Inquisição, para saber o quanto isso ficou no inconsciente coletivo de que o novo pode ser de extremamente ameaçador. Então acho que a dificuldade dele foram as pessoas com quem ele teve que discutir, conversar, as pessoas que ele pôde seduzir para as idéias dele e as pessoas que ele não conseguiu seduzir, que criaram obstáculos para que as idéias se concretizassem. Aqui na UENF não foram poucos os obstáculos, foram muitos, mas ele também trouxe gente muito inovadora, muito capaz de construir com ele. Algumas ele se enganou, eram pessoas extremamente conservadoras, embora luminares na área de ciência, tão iluminados assim que podiam de alguma forma ser iluminados também por Darcy Ribeiro, e ele pelo menos, acreditou nisso.

P13- Darcy Ribeiro acreditava que a construção de uma sociedade mais justa e igualitária se obtinha, nomeadamente, através da participação da Universidade na sociedade. Na sua opinião, qual foi o contributo que o pensamento educacional de Darcy Ribeiro trouxe para a evolução da educação superior no Brasil? Na sua perspectiva qual terá sido o seu legado?

R: Bom, acho que com a minha fala já te disse, de certa forma, a evolução da Educação Superior no Brasil e o legado dele fundamentalmente é a ousadia. Ele se dizia um inventor de universidades, e ele realmente foi um inventor, esse é o

seu grande legado. O porquê essa maneira de agir está dando certo, nós não vamos deixar de questionar, quem sabe outras maneiras que podem nos levar a um modelo melhor. Quando eu faço a crítica do modelo que a Universidade está se tornando agora, que a meu ver, é se aproximando muito mais de um modelo conhecido nos anos 60, pode ser que haja necessidade de se caminhar um pouco para trás para enxergar o que está um pouco mais a frente, não sei, são pessoas, como te disse, e as pessoas fazem leituras diferenciadas porque a leitura é um ato eminentemente pessoal, então a sua capacidade de convivência, de trocar idéias, de interagir. Nós participamos de muitos colegiados, mas eu vivenciei muito aqui na UENF como vivenciei na UFRJ, algumas pessoas são caladas pelas outras, a voz delas deixam de ser ouvidas porque outros se impõem de maneira tão agressiva, que essas vozes se calam, e isso não era o que Darcy queria, ele queria que nos colegiados vivenciássemos realmente a democracia. Se bem que quando ele falasse ninguém mais podia falar, mas era muito divertido porque ele falava duas, três horas e a gente não podia intervir, não podia interpor, não podia interromper. Só me lembro uma vez, nos primórdios da UENF, o Darcy ser interrompido, porque um anoitecer de muita ventania aqui no campus, ainda faltava muita coisa a ser construída, pouco obstáculo ao vento que é típico da planície, e foi tão forte que quebrou uma porta de onde nós estamos, era de vidro e ela caiu tão ruidosamente ao chão, isso conseguiu interromper rapidamente Darcy, porque tão logo ele entendeu o acontecido, ele continuou a falar.

P14- Acreditamos que, no final desta entrevista sobre o projeto educacional de Darcy Ribeiro, muitas questões ficaram por abordar! Em sua opinião, que assuntos e matérias não foram tratados e que, por serem pertinentes, deveriam constar deste roteiro de perguntas?

R: Olha, acho que você conseguiu fazer uma abordagem bastante ampla para o seu projeto, pois você elaborou aqui com muito cuidado. O que não foi tratado, por ser pertinente, deveria constar deste roteiro? Não por nós, pelo menos eu, mas as múltiplas faces de Darcy Ribeiro, ele foi um antropólogo, ele foi um educador, ele foi um político, você aqui não lida com o plano político, mas acho que não cabe nesse momento do seu trabalho, mas em um outro momento caberia você ver porque o Darcy era do PDT, porque ele se juntou a Brizola. Brizola tinha feito um trabalho bastante merecedor de nossa atenção como

educadores no Rio Grande do Sul, será que Darcy viu que era o momento em que ele estava no lugar certo? E era a pessoa certa com quem ele tinha que se aliar? E com quem ele poderia construir um modelo educacional, que já era um passo adiante do que o Brizola fez no Rio Grande do Sul e aí com a proposta dos CIEPs? Talvez valesse, se você tiver tempo, senão você não vai fazer uma tese de doutorado, você vai fazer duas, três, enfim. Isabela, mais uma vez obrigada.

IB- Professora, eu é que agradeço muito à Senhora, sem sua contribuição meu trabalho não teria a qualidade que eu gostaria que ele tivesse. Muito obrigada pela sua disponibilidade e ajuda.

ANEXO IX

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

Nome: Professor Doutor Paulo Maria Bastos da Silva Dias

Cargo e Função Atual: Magnífico Reitor da Universidade Aberta (UAb)

Data e Local da entrevista: 14/12/2015, Lisboa

ENTREVISTA - Roteiro de Perguntas:

P1- Professor, conheceu Darcy Ribeiro? Que projeto pedagógico de Darcy Ribeiro conhece? Que sabe sobre os seus estudos para a implantação da Universidade Aberta no Brasil?

R: Darcy Ribeiro desenvolveu um pensamento sobre a universidade como meio para a mudança e a renovação social e, como Senador, teve um papel fundamental na criação da Universidade Aberta do Brasil.

P2- Professor, sabe-me dizer em que data se iniciou o ensino à distância em Portugal? Qual foi a primeira Lei que tratou dessa modalidade de ensino em Portugal?

R: Os estudos universitários no regime de ensino a distância são estabelecidos com a criação da Universidade Aberta em 1988.

P3- Que condicionalismos políticos e/ou sociais, se é que os houve, estiveram na base da criação da Universidade Aberta (UAb)?

R: A Universidade Aberta, instituição da rede de ensino superior público português, tem como missão a qualificação dos ativos, da população adulta e, deste modo, a valorização do acesso ao conhecimento e promoção do capital social.

P4- Que tipo de perfil possuem os candidatos que concorrem à Universidade Aberta (UAb), são maioritariamente pessoas que já se encontram no mundo do trabalho? Qual é a idade média dos candidatos, e qual o extrato social de origem predominante?

R: A população da UAb é constituída por pessoas adultas que se encontram no mundo do trabalho e procuram uma qualificação profissional de nível avançado para enfrentarem novos desafios pessoais e sociais. Atualmente, o intervalo 30-40 anos é o que recolhe maior número de candidatos.

P5- Como se processa a forma de ingresso dos alunos na Universidade e nos respectivos cursos? Como são preparados os materiais didáticos?

R: O candidato à UAb tem de reunir as condições de acesso ao ensino superior no país ou no estrangeiro.

O ensino está baseado no modelo pedagógico virtual desenvolvido por esta universidade, reconhecido internacionalmente pelas principais agências de certificação, e está organizado em torno de quatro eixos: aprendizagem centrada no estudante; flexibilidade; interação; e inclusão digital. É, por definição, um modelo conversacional e gerador de comunidades de aprendizagem sustentadas em cenários e contextos de experiência e construção colaborativa do conhecimento.

P6- Professor, como são estabelecidos os sistemas de avaliação à prova de fraude, que funcionem simultaneamente como avaliação de aprendizagem do aluno, da qualidade didática do próprio material, bem como da avaliação da eficácia dos próprios cursos? As avaliações são presenciais?

R: As avaliações são realizadas presencialmente no final de cada semestre em todos os países de residência dos nossos alunos, através do apoio da rede consular.

P7- Quais são os cursos de graduação oferecidos pela Universidade Aberta (UAb) que são mais procurados pelos alunos? Que tipo de cursos de pós-graduação oferece a Universidade Aberta (UAb)?

R: A maior procura nos estudos de graduação incide nas ciências sociais. A UAb oferece igualmente estudos de mestrado e doutoramento em Educação, Humanidades, Tecnologia e Ciências Sociais.

P8- A Universidade Aberta (UAb) possui parcerias com universidades do ensino tradicional? Se sim com que Universidades em Portugal e no Brasil? Quantos Centros de Atendimento têm a Universidade Aberta (UAb)?

R: No âmbito do plano estratégico da UAb foram estabelecidos protocolos de cooperação com instituições nacionais e internacionais, nomeadamente no Brasil. No plano nacional merece referência o estabelecimento do consórcio, em

julho de 2015, com a Universidade de Coimbra para o alargamento da oferta educativa em regime de ensino a distância para a lusofonia.

P9- Professor, conhece alguns cursos de ensino superior à distância no Brasil? Para além da Universidade Aberta do Brasil, que outras Universidades brasileiras conhece que proporcionam este tipo de ensino?

R: A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas e presenciais, sob o patrocínio da CAPES. A eficácia deste modelo depende da cultura organizacional para o desenvolvimento da educação a distância não só nos planos da pedagogia como também dos procedimentos de acompanhamento, monitorização dos alunos e gestão académica, os quais são totalmente distintos dos estabelecidos para o campus presencial. Para construir um processo de educação a distância não basta replicar o presencial, pelo contrário, é necessário desenvolver todo um novo modelo organizacional nos planos pedagógico e académico, o que implica, entre outros fatores, a especialização dos docentes para intervirem numa sala de aula virtual que está aberta 24 horas por dia, nos sete dias da semana.

A educação a distância não se resume à extensão do presencial em tempo síncrono para um polo. A educação a distância tem mais vida na sociedade digital, uma vida que se faz na proximidade das redes de aprendizagem e conhecimento.

P10- Acredita que o futuro da democratização do acesso ao ensino superior no mundo, e em particular em Portugal, passará pela oferta deste tipo de ensino? Crê que o ensino superior à distância, de um modo geral, poderá preencher a lacuna existente no ensino presencial no acesso à educação de nível superior?

R: Mais do que uma mudança construída na velocidade dos ciclos de inovação tecnológica, enfrentamos uma mudança social e cognitiva, uma mudança no pensamento e no modo de vivermos o presente e nos prepararmos para o futuro. O grande desafio consiste em sabermos antecipar o futuro. E, para isso, entendo que o papel da universidade será decisivo. Mas, para o conseguirmos a universidade terá de renovar-se, como o afirmou Darcy Ribeiro.

IB- Professor, chegamos ao final da nossa entrevista, quero agradecer-lhe ter-me dado esta oportunidade para conversarmos um pouco sobre Darcy Ribeiro e a Universidade Aberta. Muito obrigada pela sua ajuda.

PD- Foi um prazer ter podido ajudá-la em seu trabalho de doutoramento. Felicidades.